



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE DESENVOLVIMENTO  
 SÓCIO-ESPACIAL



**DILEMAS E CONTRADIÇÕES DA  
 “REVITALIZAÇÃO” DE ÁREAS CENTRAIS E  
 ZONAS PORTUÁRIAS:  
 UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIFERENTES  
 PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO NA ZONA  
 PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**



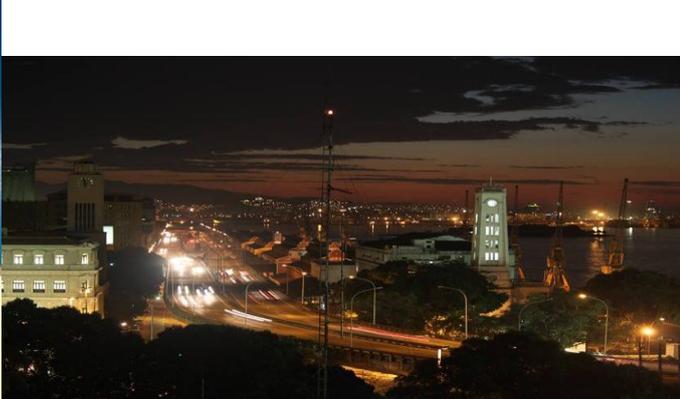
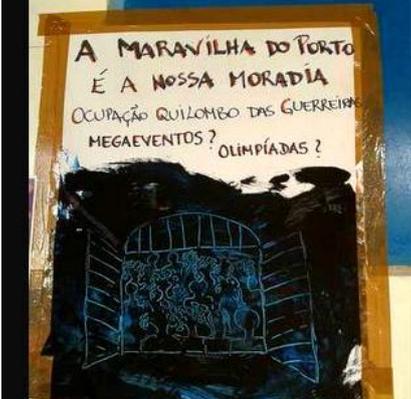
AMANDA CAVALIERE LIMA



Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza



Rio de Janeiro  
 2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL**



**DILEMAS E CONTRADIÇÕES DA “REVITALIZAÇÃO” DE ÁREAS CENTRAIS E  
ZONAS PORTUÁRIAS:  
UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIFERENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO NA  
ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

AMANDA CAVALIERE LIMA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro  
2013

L732 Lima, Amanda Cavaliere.

Dilemas e contradições da “revitalização” de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima. – 2013.

224 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGG, Rio de Janeiro, 2013.

Orientador: Marcelo Lopes de Souza.

1. Revitalização Urbana. 2. Zona Portuária. 3. Agentes Produtores e Modeladores. 4. Espaço Urbano. 5. Análise discursiva. 6. Desenvolvimento Sócio-Espacial. I. Souza, Marcelo Lopes de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD: 307.76

AMANDA CAVALIERE LIMA

**DILEMAS E CONTRADIÇÕES DA “REVITALIZAÇÃO” DE ÁREAS CENTRAIS E  
ZONAS PORTUÁRIAS:  
UMA ANÁLISE À LUZ DOS DISCURSOS DOS DIFERENTES PRODUTORES DO ESPAÇO  
URBANO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Aprovada em 23/09/2013

---

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza (Orientador)  
(Departamento de Geografia da UFRJ – PPGG / UFRJ)

---

Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira (Membro)  
(Departamento de Geografia da UFF – POSGEO / UFF)

---

Prof. Dr. Paulo Pereira de Gusmão (Membro)  
(Departamento de Geografia da UFRJ – PPGG / UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Tramontani Ramos (Suplente)  
(Departamento de Geografia da UFF – Campos)

---

Prof. Dr. Frédéric Monié (Suplente)  
(Departamento de Geografia da UFRJ – PPGG / UFRJ)

## Agradecimentos

Um processo longo e sofrido, carregado de lágrimas e que beirou a desistência, não poderia de forma alguma ser concluído sem o reconhecimento da importância de algumas pessoas tão essenciais ao longo desse tempo, que certamente fizeram dessa trajetória menos trágica e não me deixaram abandonar o barco para chegar até o fim.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me ensinar a (sobre)viver, por me dar forças e esperança em dias melhores (que virão) e me renovar depois do susto de um diagnóstico médico negativo e do sucesso de uma cirurgia.

Ao meu orientador, Marcelo Lopes de Souza, minha admiração, respeito, carinho e gratidão por ter me acolhido desde 2009, já no final da minha Graduação, quando resolvi mudar de rumo, e por ter investido e acreditado em mim. Por toda a compreensão com que me cercou nesse tempo de Mestrado, mesmo diante das minhas ausências e silêncios e das muitas brechas que deixei, por ter se preocupado não só com os resultados, mas com a minha pessoa, por ter sido tão humano... Obrigada!

Ao professor Carlos Walter Porto Gonçalves, por ter feito minhas idas à Niterói valerem a pena, não só pela apreciação da bela vista (para o Rio) no caminho, mas pelas aulas excelentes, pela inspiração, pela instigação e pelo carinho: muito obrigada!

À professora Leticia Parente Ribeiro, minha eterna “orientadora informal”, há anos tão presente, mesmo nas minhas escassas idas ao Fundão ultimamente... Suas palavras, conselhos, críticas, puxões de orelha e incentivos foram cruciais para mim ao longo da minha formação acadêmica! Obrigada!

Aos meus pais, Claudia e Ademar, que sempre me apoiaram, me aturaram em meus maus humores e crises de ansiedade, me incentivaram, me suportaram em amor... Obrigada por existirem, se importarem, me cercarem de cuidados até com lanches inesperados quando me esquecia de comer, emaranhada em trabalhos. Obrigada por terem relevado minhas bagunças e ausências, por aceitarem meu tempo (lento) para as coisas e por tantos chocolates e mimos ao longo do caminho! Eu me conheço mais olhando para vocês... Obrigada por me ajudarem, acima de tudo, na formação do meu caráter, de quem eu sou e de quem desejo ser! Amo vocês!

À minha linda Bel, perdão por todas as noites que te fiz dormir com a luz acesa por estar escrevendo, por todos os planos adiados para o fim desse período conturbado e por todas as promessas que não consegui cumprir. Obrigada por, mesmo assim, colocar combustível em meus ânimos dizendo que sou a melhor irmã do mundo e por ter me ajudado com digitalizações e transcrições de entrevistas em suas férias. Te amo!

À Nina, minha gatinha companheira das noites frias em claro, que com sua docilidade me pedia carinho e colinho e me retribuía com ronronadas e lambidinhas, obrigada! Minha fofa, mamãe ama você!

Aos demais familiares e parentes, que aceitaram minhas faltas em muitos dos eventos, encontros e almoços; aos amigos e amigas do CSB, do ISMART, da 2006.1, da ICNV, da MPC, do Primus, da EDMO, do CDV e do curtíssimo tempo de Pedro Aleixo que me apoiaram e também compreenderam minhas respostas negativas a tantos convites de saídas ou de programinhas caseiros... Perdão pelas minhas rabugices e obrigada por não desistirem de mim! Em especial, nesse misto de espaços e tempos que atravessaram minha vida, pessoas que mais me marcaram e abraçaram quando eu tanto precisei, amigos mais chegados que irmãos: Vanessa da Rocha, Giselle Câmara, Marcelo Barbosa, Maria Gabriela, Glorinha Tüxen, Eliane Ferreira, Rachel Bloise, Mônica, Rafaelle Souza, Eraldo, “ODS”, Felipe e Tatiana Lydia, Renato e Dani Barros [e Zaquinho], Karla Martins, Fê Bittencourt, Amandinha Werneck, Naty Cremonez, Pri Gomes, Paulinha Viana, Ana Luisa Pestana, Lili Trindade, Laura Fontana, Marcelle Nayda, Manu e Vinícius Antunes, Camila Vieira, Renato Frias,

Carol Ferraz, Patrícia Silveira, Eduardo Farias... Obrigada por serem presentes, e daqueles que vêm embrulhados com laço de fita!

Aos Nupedianos: Tati, Glauco (que viu meus muitos choros), Matheus (amigo sempre solícito), Edu (meu ranzinza favorito!), Dudu (pelas dicas metodológicas), Zílio (companheiro de OTM), Mari e Rafa (pelas conversas em encontros inesperados) e Francine (querida que com tantas conversas e partilhares me deu um gás enorme na reta final)... Uns mais de perto, outros mais de longe, obrigada pelos socorros prestados, dicas, sugestões, trocas, respostas a e-mails desesperados, companhias e caminhadas conjuntas! Que bom é compor um grupo com vocês e aprender na prática que pode existir cooperação e ajuda mútua! Em especial, à Tati, amiga que me abriu portas, que me segurou pela mão e tem andado junto comigo ao longo de todo esse tempo, com quem tanto conversei, chorei, sorri (minha dupla imbatível nas aulas com as crianças da Quilombo – revolucionamos o ensino da Matemática!), companheira que me deixou tantos mimos no armário dividido no CSB, que me consolou, aconselhou, animou e me faz uma falta enorme... Sem palavras para descrever sua importância e minha gratidão a você!

Aos meus coordenadores do CSB, por compreenderem a complexidade dessa reta final e me ajudarem flexibilizando calendários e com palavras de apoio, muito obrigada!

Aos meus alunos, que mesmo em meio aos estresses cotidianos trazem alegria e motivação aos meus dias e que, sem sombra de dúvida, fizeram e fazem parte do meu amadurecimento intelectual e tantas vezes, por meio de questionamentos e dúvidas me fizeram refletir muito mais... Obrigada por participarem disso e por se importarem, me perguntando sobre o andamento das coisas e me incentivando sempre! (Ao querido João Pedro Mafra, obrigada pelas belíssimas fotos fornecidas, algumas compuseram a capa!).

Aos moradores da Quilombo das Guerreiras, sobretudo à Ângela, Cida e Nilde, e às crianças e adolescentes (em especial ao Luiz Felipe e ao Helyagdo, companheiros de sábados e domingos de estudos em 2011, sorrisos e balas), que mesmo sem saberem, e mesmo com a minha inconstância e ausência, se tornaram exemplos para mim de força, de luta por causas legítimas e pela coerência nos discursos, semeando possibilidades e esperança na possibilidade de construção de outros horizontes: Obrigada!

À Dr<sup>a</sup> Carla Aranega, muito mais que uma Fonoaudióloga, por ter feito por mim em alguns meses mais do que muita gente em toda a vida, por ter sido amiga, psicóloga, mãe e excelente profissional ao mesmo tempo: muito obrigada, você é inesquecível! À Kátia Solange, pelos ouvidos e palavras, pelos abraços fortes, por me ajudar a enxergar as coisas por um ângulo melhor e a organizar minhas ideias e pensamentos, abandonando meus medos e inseguranças: obrigada!

A todos os não citados diretamente, perdão pela omissão, mas o espaço é pequeno e eu sabia que minha memória poderia fraquejar. Mas aos que fizeram parte disso tudo, que contribuíram ainda que minimamente, que me acompanharam nesses dois anos e meio, me telefonaram, me escreveram, me visitaram, oraram por mim... Enfim, aos que me deram colo e me ajudaram a decolar: “Enquanto houver vocês do outro lado aqui do outro eu consigo me orientar!”.

## Resumo

O presente trabalho objetiva analisar os discursos dos diferentes agentes sociais envolvidos na Zona Portuária do Rio de Janeiro acerca do projeto de “revitalização” denominado Porto Maravilha. Considerando as críticas, os enfrentamentos e os dilemas das propostas, são abordados vários olhares e perspectivas a respeito da produção e modelação daquele espaço, do que se espera dele e a quem interessam tais transformações. Com uma ênfase às palavras enunciadas e aos conceitos que se tentam impor por meio delas, há uma reflexão sobre o modo como se dão os diálogos e os silêncios, que não estimulam um caminho em direção ao desenvolvimento sócio-espacial. Discursos ideológicos, arrogantes, persuasivos e retóricos pronunciados por agentes que trabalham em consonância na tentativa de criação de consensos são refutados por discursos subalternos, críticos e dissonantes que reivindicam serem considerados, já que os investimentos públicos e privados têm alvos específicos a beneficiar e atingir, enquanto as práticas, os saberes e as demandas locais têm sido negligenciados.

**Palavras-chave:** revitalização; Zona Portuária; agentes produtores e modeladores; análise discursiva; desenvolvimento sócio-espacial.

## **Abstract**

This study aims to analyze the discourses of different social agents involved in the Port Zone of Rio de Janeiro on the project of "revitalization" called Marvelous Port. Considering the critical confrontations and dilemmas of the proposals are addressed several views and perspectives regarding the production and shaping of that space, what is expected of him and those interested in such transformations. With an emphasis on spoken words and concepts that try to impose through them, there is a reflection on how they give the dialogues and silences, which do not stimulate a path towards the socio-spatial. Ideological, arrogant, persuasive and rhetorical discourses pronounced by agents working in line in an attempt to consensus building are refuted by subaltern discourses, critics and dissenters who claim to be considered, since the public and private investments are targeted to benefit and achieve, while the practical knowledge and local demands have been neglected.

**Key-words:** revitalization; waterfront; agents and producers modelers; analyzing discourse; socio-spatial development.

## Lista de Ilustrações

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1:</b> Município do Rio de Janeiro por APs e RAs.....   | 25  |
| <b>Figura 2:</b> Mapa área de estudo (parte da área do projeto “Porto Maravilha”).....  | 29  |
| <b>Figura 3:</b> Proposta de Macrozoneamento por Áreas de Planejamento.....   | 41  |
| <b>Figura 4:</b> Gabaritos máximos permitidos na OUC Porto Maravilha.....   | 45  |
| <b>Figura 5:</b> Novos gabaritos permitidos na OUC Porto Maravilha.....   | 46  |
| <b>Figura 6:</b> Quadro-síntese do número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção, por comunidade – Cidade do Rio de Janeiro (2011) ..... | 48  |
| <b>Figura 7:</b> Imagem de postal do Porto do Rio em 2002.....  | 50  |
| <b>Figura 8:</b> Slogan do Seminário “A Olimpíada e a Cidade – Conexão Rio-Barcelona”.....  | 51  |
| <b>Figura 9:</b> Matéria sobre previsão de um novo Puerto Madero na Zona Portuária carioca.....   | 53  |
| <b>Figura 10:</b> Anúncio de realização do Seminário “Conexão Rio-Londres”.....   | 55  |
| <b>Figura 11:</b> Atenção do Governo Federal aos imóveis no Porto do Rio.....   | 59  |
| <b>Figura 12:</b> Anúncio de “mudança da paisagem” da Zona Portuária com o Complexo Comercial Porto Atlântico.....                              | 59  |
| <b>Figura 13:</b> Matéria sobre a atração do uso habitacional para o Centro.....  | 60  |
| <b>Figura 14:</b> Porto do Rio visto do Mosteiro de São Bento.....  | 69  |
| <b>Figura 15:</b> Banco Imobiliário Cidade Olímpica.....  | 78  |
| <b>Figura 16:</b> Capa e interior de matéria especial sobre a Transformação Radical do Rio de Janeiro.....                                      | 81  |
| <b>Figura 17:</b> Matéria sobre “Corrente de desenvolvimento” que o Rio vivenciará.....   | 81  |
| <b>Figura 18:</b> Matéria sobre expectativa de novas moradias na Zona Portuária.....  | 81  |
| <b>Figura 19:</b> Placa do Porto Maravilha embaixo da Perimetral, na altura da Rodoviária Novo Rio.....   | 83  |
| <b>Figura 20:</b> Logotipo do projeto Rio Top Tour.....   | 84  |
| <b>Figura 21:</b> Movimentação no Porto por carga de contêineres e Transatlântico.....  | 85  |
| <b>Figura 22:</b> Placa embaixo do Elevado da Perimetral, no trecho que será demolido.....  | 86  |
| <b>Figura 23:</b> Fachada que cerca a entrada do Porto do Rio, no Píer Mauá.....  | 87  |
| <b>Figura 24:</b> Propaganda da HIS no painel multitoques do Meu Porto Maravilha.....   | 88  |
| <b>Figura 25:</b> Fachada do Projeto Quilombo da Gamboa e da A.R.E.S. Vizinha Faladeira.....  | 91  |
| <b>Figura 26:</b> Muros do terreno do Projeto Quilombo da Gamboa.....   | 91  |
| <b>Figura 27:</b> Sala de exposições “Meu Porto Maravilha”.....   | 98  |
| <b>Figura 28:</b> Cartões-postais distribuídos pelo “Meu Porto Maravilha”.....  | 101 |
| <b>Figura 29:</b> Folder do Porto Vida Servidor.....  | 106 |
| <b>Figura 30:</b> Varandas suspensas de uso comum do Residencial Porto Vida.....  | 109 |
| <b>Figura 31:</b> Zona Portuária vigiada 24h – 50 câmeras vão ajudar no controle do trânsito e na segurança local.....                          | 110 |
| <b>Figura 32:</b> Panfleto da UOP – Porto Maravilha.....  | 112 |
| <b>Figura 33:</b> Distâncias do Porto Vida.....   | 112 |
| <b>Figura 34:</b> Croqui ilustrativo de localização sem escala do Porto Vida.....   | 113 |
| <b>Figura 35:</b> Consumo de luxo na propaganda do Residencial Porto Vida.....  | 114 |
| <b>Figura 36:</b> Propaganda do Alfa Corporate.....   | 117 |
| <b>Figura 37:</b> Folder de propaganda do Neo Life Residencial.....   | 119 |
| <b>Figura 38:</b> Porto visto da Casa Amarela, no Morro da Providência.....   | 120 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 39:</b> Barracão da GRES Estácio de Sá, no antigo Barracão da Unidos da Tijuca na Av. Venezuela 202, no bairro da Saúde.....  | 122 |
| <b>Figura 40:</b> Sambas-enredo da Vizinha Faladeira.....   | 124 |
| <b>Figura 41:</b> Ordem de despejo dada à Vizinha Faladeira.....  | 126 |
| <b>Figura 42:</b> Placa do bloco Escravos da Mauá no Largo de São Francisco da Prainha.....   | 131 |
| <b>Figura 43:</b> Roda de samba dos Escravos da Mauá no Largo de São Francisco da Prainha.....  | 131 |
| <b>Figura 44:</b> Recorte de jornal sobre a perda de apoio logístico do bloco Escravos da Mauá.....   | 133 |
| <b>Figura 45:</b> Arte de rua nas proximidades da Pedra do Sul (Autor: Anonimundo).....   | 134 |
| <b>Figura 46:</b> Panfleto de convocação do Grande Ato pelo Fórum Contra o Choque de Ordem (2009).....  | 139 |
| <b>Figura 47:</b> Produção de faixas e cartazes junto ao Fórum Contra o Choque de Ordem para Ato (2009).....  | 139 |
| <b>Figura 48:</b> Material produzido pelo NuPeD para análise de conjuntura e elaboração do Projeto Popular de Refuncionalização da Zona Portuária (2009).....                                       | 141 |
| <b>Figura 49:</b> Reportagem d’O Globo sobre “invasão” de prédio abandonado do INSS por sem-teto.....   | 141 |
| <b>Figura 50:</b> Intervenção do MNLM em imóveis vazios da Zona Portuária.....  | 143 |
| <b>Figura 51:</b> Saída dos últimos moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares e Objeto-símbolo da escravidão remetendo às origens dos sem-teto.....  | 144 |
| <b>Figura 52:</b> Frente concretada e fundos do prédio da antiga Ocupação Zumbi dos Palmares.....   | 145 |
| <b>Figura 53:</b> Lateral do prédio da Zumbi dos Palmares e arredores com morador de rua.....   | 145 |
| <b>Figura 54:</b> Frente de imóvel vago coberta de concreto com intervenção artística (Anonimundo).....   | 146 |
| <b>Figura 55:</b> Ato simbólico de entregado dossiê “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”.....  | 147 |
| <b>Figura 56:</b> Resistências discursivas feitas em piche em frente à saída do Binário do Porto, na Rua Sacadura Cabral.....   | 147 |
| <b>Figura 57:</b> “Copa para os ricos e UPP para os pobres” em muro da Av. Rodrigues Alves.....   | 149 |
| <b>Figura 58:</b> Estações da Cidade do Samba e da Providência vistas em meio aos entulhos das obras deixados em frente ao ICP (Instituto Central do Povo), em período de testes do teleférico..... | 152 |
| <b>Figura 59:</b> Subida do Morro da Conceição (Ladeira João Homem) com placa do projeto “O Morro e o MAR”.....   | 157 |
| <b>Figura 60:</b> Parte do Morro da Providência vista da Vila Olímpica da Gamboa.....   | 158 |
| <b>Figura 61:</b> Bar que seria classificado como “birosca”, localizado na Av. Rodrigues Alves, próximo à Rodoviária Novo Rio.....  | 159 |
| <b>Figura 62:</b> Anúncio da Incubadora de Empreendimentos Populares.....   | 161 |
| <b>Figura 63:</b> Intervenções do Coletivo Projetação no MAR.....   | 163 |
| <b>Figura 64:</b> Fachada que cercava uma área interdita para construção do Binário do Porto.....   | 165 |
| <b>Figura 65:</b> Convite da Festa Junina do Quilombo da Gamboa.....  | 166 |
| <b>Figura 66:</b> Slogan da Copa Popular Contra as Remoções e Jogo na Copa Popular Rio, com faixas “Não à remoção”.....   | 166 |
| <b>Figura 67:</b> Mapa de localização do Projeto Quilombo da Gamboa.....  | 167 |
| <b>Figura 68:</b> Faixas na entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras.....  | 169 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 69:</b> Crianças jogando bola na rua, em frente ao antigo Hotel Barão de Tefé, e andando de <i>skate</i> na Rua Santo Cristo..... | 172 |
| <b>Figura 70:</b> Cartazes afixados na entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras.....   | 173 |
| <b>Figura 71:</b> Cartazes afixados na entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras ressignificando o espaço por meio das palavras.....      | 173 |
| <b>Figura 72:</b> Obras do Porto Maravilha interferindo na Ocupação Quilombo das Guerreiras.....  | 174 |
| <b>Figura 74:</b> Charge sobre a “revitalização” da Zona Portuária veiculada em questão de vestibular.....                                  | 190 |

## Lista de abreviaturas e siglas

|        |  |
|--------|--|
| AMAMCO | Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição                   |
| AEIU   | Área de Especial Interesse Urbanístico                                   |
| AP     | Área de Planejamento   |
| APA    | Área de Preservação Ambiental  |
| APAC   | Área de Preservação de Ambiente Cultural                                 |
| CDURP  | Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro |
| CEPAC  | Certificado de Potencial Adicional de Construção                         |
| COI    | Comitê Olímpico Brasileiro   |
| FIFA   | Federação Internacional de Futebol Associado                             |
| FIRJAN | Federação das Indústrias do Rio de Janeiro                               |
| GEP    | Grupo de Educação Popular  |
| HIS    | Habitação de Interesse Social  |
| IAT    | Índice de Aproveitamento do Terreno                                      |
| IBGE   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                          |
| IPP    | Instituto Pereira Passos   |
| IPTU   | Imposto Predial Territorial Urbano                                       |
| ISS    | Imposto Sobre Serviços   |
| ITBI   | Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis                                |
| MAR    | Museu de Arte do Rio   |
| MNLM   | Movimento Nacional de Luta Pela Moradia                                  |
| NuPeD  | Núcleo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial                  |
| OQG    | Ocupação Quilombo das Guerreiras   |
| OUC    | Operação Urbana Consorciada  |
| OZP    | Ocupação Zumbi dos Palmares  |
| PPP    | Parceria Público-Privada   |
| RA     | Região Administrativa  |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                 |
| SMH    | Secretaria Municipal de Habitação  |
| SPU    | Secretaria de Patrimônio da União  |
| UFRJ   | Universidade Federal do Rio de Janeiro                                   |
| UOP    | Unidade de Ordem Pública   |
| UPP    | Unidade de Polícia Pacificadora  |
| WWW    | World Wide Web   |

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| Introdução .....  | 13  |
| <b>Capítulo 1:</b> Sobre olhares e palavras: Perspectivas sobre o espaço portuário carioca em diferentes tempos ..... | 17  |
| 1.1 A relevância da análise de discurso como recurso metodológico .....   | 17  |
| 1.2 Zona Portuária do Rio de Janeiro: Um mergulho sobre o espaço no tempo.....  | 24  |
| <b>Capítulo 2:</b> Do Porto para a cidade.....  | 50  |
| 2.1 “Eu quero ser você amanhã!”: Uma Barcelona em terras tupiniquins.....   | 54  |
| 2.2 “Venham para cá!” .....   | 62  |
| 2.3 Os produtores do espaço da Zona Portuária carioca.....  | 61  |
| 2.4 Os caminhos em meio às pedras.....  | 65  |
| <b>Capítulo 3:</b> Da cidade para o Porto...: Visões a partir de discursos consonantes.....                           | 69  |
| <b>Capítulo 4:</b> Da cidade para o Porto...: Visões a partir de discursos dissonantes.....                           | 120 |
| Conclusão.....  | 176 |
| Referências Bibliográficas.....   | 197 |
| Anexos.....   | 209 |

## Introdução

Ao pensarmos no projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, e nos muitos desdobramentos possíveis a partir dele, bem como nos muitos obstáculos encontrados no meio do caminho que nos estimularam a, constantemente, (re)avaliar e traçar novas rotas, o que ficou de mais marcante foi o desejo de andar pelos meandros discursivos de diferentes agentes sociais a respeito de como pensam, definem e se apropriam do espaço da Zona Portuária do Rio de Janeiro e do seu processo de “revitalização” sob o título do projeto “Porto Maravilha”. As aspas que percorrerão o termo “revitalização” ao longo de todo o presente texto, pretendem-se a adiantar um olhar desconfiado, um tom crítico e um esforço de traduzir em palavras aquilo que, longe de formar um consenso, parte da negação do conflito a ele imanente e tem gerado constrangimentos sociais e simbólicos.

Em um processo de disputas pelo controle do espaço urbano que tem se dado por meio de propostas de intervenção não inclusivas, nosso objetivo é o de adentrarmos nos discursos dos agentes sociais envolvidos e imbricados na Zona Portuária carioca, considerando, sobretudo, aqueles que têm sido “des-envolvidos” – colocados à margem nos processos de negociação, nas discussões, no jogo de interesses estabelecido por meio de táticas de distanciamento e de tentativas de enfraquecimento e desmobilização. Assim, a inspiração para a escolha que fizemos a respeito do delineamento da pesquisa e dos caminhos a serem seguidos para alcançarmos o objetivo supracitado veio de três principais fontes: a primeira, a dissertação de mestrado de TEIXEIRA (2009), que faz uma excelente abordagem sobre a importância de abdicarmos de uma “visão de sobrevoos”, que tende a sempre enxergarmos e analisarmos a sociedade “do alto”, “à distância”, e traz um trabalho riquíssimo em termos dessas facetas “invisíveis” do espaço urbano, por meio das palavras e dos discursos daqueles que vivem e agem sobre ele; a segunda, o texto “A cidade, a palavra e o poder”, de SOUZA (2011a), que demonstra como as enunciações de palavras, longe de serem ferramentas neutras, são fundamentais para o planejamento de intervenções no espaço, revelando a profunda complexidade de interesses, contradições e o valor de serem considerados os saberes locais; e, por último, a leitura de “Pode o subalterno falar?”, de SPIVAK (2010) indicada durante o curso “Movimentos sociais e territorialidades” ministrado pelo prof. Carlos Walter Porto Gonçalves na Universidade Federal Fluminense, no 2º semestre de 2011, que justamente traz à tona a importância dos sujeitos “de baixo” terem voz e serem ouvidos, abordando, ainda, os incômodos do intelectual/pesquisador julgando-se poder falar pelo outro,

e uma necessidade urgente de não reproduzirmos as estruturas de poder e dominação que silenciam os subalternos.

Ao adentrarmos no mundo dos agentes sociais e no campo das suas palavras e diferentes acepções, não temos por pretensão nos enquadrar nos métodos e objetivos da Linguística – ramo científico que se compromete com o estudo da linguagem humana em sua totalidade, em sua realidade multiforme e em suas múltiplas relações, fundamentando-se na observação e abstendo-se de toda e qualquer prescrição, por não ser normativa. Tal enveredamento seria por demais arriscado de nossa parte, à medida que não possuímos formação nem qualificação para tal. Mas, ao mesmo tempo, foi-nos despertado um imenso interesse pelas práticas discursivas e enunciações de diferentes sujeitos, empenhados e envolvidos na construção, na modelação e organização do espaço urbano, ao mesmo tempo que são também direta e indiretamente por ele influenciados, objetiva e subjetivamente. Assim, escolhemos adentrar nas expressões e maneiras de se dizer algo a respeito de uma espacialidade específica, a Zona Portuária do Rio de Janeiro, a respeito de um tema e uma política que nela tem seu referencial e sua realização.

Sendo assim, avaliamos os discursos emitidos por sujeitos simples, compostos, indeterminados, ocultos... Simples, quando sozinhos, podendo ter um coletivo quando pertencentes a um conjunto de pessoas ou coisas; compostos, quando articulados, combinados ou ajustados a outros grupos, de pessoas; indeterminados, quando indefinidos, não enxergados com clareza, ou ainda quando ambíguos, imprecisos; ocultos, quando encobertos, desconhecidos, não revelados... Sujeitos esses que tanto podem ser entendidos enquanto aqueles responsáveis por praticarem uma ação, quanto como aqueles que estão subordinados, submetidos, impossibilitados de se moverem, domados, sem liberdade nem ação própria.

O Capítulo 1 começa definindo como a análise de discurso pode ser relevante como recurso metodológico e o modo que a compreendemos, inerente às possibilidades de sua utilização pelo conhecimento geográfico. Em sequência, faremos também uma imersão no espaço ao longo do tempo para melhor compreendermos como ele foi transformado e que olhares foram historicamente lançados sobre ele e ficaram cristalizados no imaginário e nos discursos que são reverberados até hoje. Focando do final do século XIX até o início do século XXI, perpassaremos por diferentes políticas públicas, intervenções, induções de deslocamentos populacionais, alteração de fluxos, dinâmicas e olhares, trazendo traços de semelhança entre os objetivos e práticas da Reforma Passos e as políticas atuais do Choque de Ordem e das UPPs, na esteira do processo de “revitalização” da Área Central da cidade. A respeito deste, são apresentadas as primeiras tentativas, já vindas da década de 1990, sob o

comando de diversos agentes sociais e sob a forma de planos estratégicos que viabilizem a marca empreendedorista que se pretende impor ao Rio de Janeiro e, mais especificamente, sobre a Zona Portuária.

Um olhar do Porto para a cidade é apresentado no Capítulo 2, que mostra o quanto de ares de fora são lançados sobre o Rio de Janeiro por meio de modelos de “revitalização” promovidos em outras cidades do mundo, assim como de exemplos de cidades que também sediaram megaeventos esportivos, tais quais os que acontecerão em 2014 (Copa do Mundo da FIFA) e 2016 (Jogos Olímpicos) na cidade carioca. As parcerias estabelecidas, os seminários e convenções de trocas de informações, pautados no estilo catalão, além dos atrativos oferecidos pelos agentes estatais para angariar investimentos de grandes empresários e de corporações transnacionais são alvo de abordagem como uma forma convidativa de vender espaços dentro da cidade e delegar sua gestão e administração ao capital privado. Pincelamos o que entendemos como agentes produtores e modeladores do espaço urbano na esteira dos processos sobre a Zona Portuária carioca – que serão analisados nos capítulos subsequentes. Descreveremos também como foi o caminhar em meio às muitas pedras encontradas no meio do caminho, devido às dificuldades de acesso aos vários dos agentes sociais envolvidos no Porto Maravilha direta e indiretamente, a entraves na comunicação e à ampla abrangência de vertentes que o tema dessa pesquisa abre, sobretudo para o tempo de dois anos e meio em que essa pesquisa desenrolou-se – extremamente curto, demandando uma quebra de expectativas e de ambições, além de outras escolhas para que pudéssemos dar sequência à pesquisa.

No Capítulo 3 apresentamos os olhares que vêm da cidade para o Porto. Um caleidoscópio discursivo é observado por meio de falas oficiais e não oficiais enunciadas pelos agentes sociais envolvidos na produção e modelação do espaço da Zona Portuária e aqueles que estão direta e indiretamente envolvidos no projeto Porto Maravilha. Destrinchamos tais discursos entre as vozes consonantes – que são aquelas que se apoiam mutuamente, em que há aproximação de interesses, expectativas e de imagens construídas a respeito do local – mostrando diferentes grupos de agentes sociais na tentativa de construção de consensos a respeito das benesses das obras e do ressaltar de um espírito essencialmente positivo em termos de futuro.

No Capítulo 4 continuamos a apresentar os olhares internos, mas passamos para o enfoque nas vozes dissonantes – que são aquelas que destoam da homogeneidade de visões extrínsecas, que partem de agentes sociais muitas vezes subalternizados e silenciados, desterritorializados, mas cujos vínculos identitários permanecem enraizados com o local. A abordagem procura ser dialogada, atravessando discursos contrários, calados, ressoantes...

Dando especial atenção às relações de poder que se pretendem e que se praticam, e questionando como a “revitalização” pode estimular o desenvolvimento sócio-espacial, trazendo tantos percalços e contradições em suas formas e efeitos.

Assim, refletiremos sobre a projeção do Porto Maravilha de fazer crescer a economia e a quantidade de moradores na Zona Portuária, além de modernizar uma área considerada pelos discursos oficiais como degradada, morta e abandonada. Problematizando que perfil de pessoas espera-se que ocupem a “nova” Área Central da cidade e também a quem se pretende agradar de fato, traremos também as contrapartidas de quem se expressa de dentro das ruas, das casas, das favelas e das ocupações de sem-teto, com discursos críticos, resistentes e também (contra)propositivos, reivindicando um lugar (o seu lugar) naquele espaço e benefícios não restritos a um público minoritário já altamente privilegiado. Territórios divergentes, contestados, dissidentes que são alvo de disputas materiais e simbólicas, onde práticas espaciais subversivas ao poder especulativo se concretizam e reforçam os dissensos que tentam desmanchar os consensos que ganham repercussão midiática mundo afora. Uma gama de contradições e dilemas, portanto, perpassarão pelas páginas a seguir possibilitando uma discussão crítica a respeito das possibilidades e diferentes versões de um mesmo projeto, partindo de distintos agentes sociais, mais ou menos articulados entre si, nessa teia de interesses combinados ou não considerados, de flexibilidades e burocracias, de agilidade e lentidão.

## **CAPÍTULO 1 – Sobre olhares e palavras:**

### **Perspectivas sobre o espaço portuário carioca em diferentes tempos**

De sua parte, ao planejarem intervenções no espaço, os planejadores profissionais frequentemente agem como se não tomassem conhecimento do fato de que não estão planejando somente a organização espacial (como se esta se resumisse a uma relação entre coisas), mas também, e sobretudo, relações e práticas sociais, o que exigiria que levassem em conta muito mais profundamente os homens e mulheres concretos, suas expectativas, seus valores, seus temores. E, claro, suas palavras.

(SOUZA, 2011:149)

#### **1.1 A relevância da análise de discurso como recurso metodológico**

Vivendo contextos, estruturas e histórias muito ou pouco distintos entre si, falando de diferentes “lugares” (no sentido conceitualmente geográfico, mesmo), exercendo distintos papéis e posições sociais, possuindo olhares diversos, assim como perspectivas variadas – em um todo de conjunções formadas por ambições, interesses, necessidades, projetos, sonhos e vivências –, os discursos produzidos tanto por quem tem, quanto por quem não tem *o direito à palavra* (como veremos mais a frente), merecem e precisam ser não apenas ouvidos, como também considerados e incorporados (além de incentivados em um processo dialógico, à medida que a discussão e o debate estimulados enriquecem e são fundamentais em um projeto que afeta não apenas uma área restrita no mapa urbano, mas toda uma dinâmica da cidade, já que altera prioridades, recursos e investimentos, canaliza esforços, é fruto de alianças entre diferentes setores, gera impactos sócio-espaciais etc.). Em suma, modifica o espaço em si, entendido para muito além de apenas uma superfície e de um substrato material, mas concebido enquanto reflexo e condicionante de muitas ações e reações de sujeitos sociais que estão direta ou indiretamente envolvidos nesse processo (CORRÊA, 2005), um encontro de histórias, das múltiplas narrativas e trajetórias, das coexistências simultâneas (MASSEN, 2008).

Discursos que, além de não serem neutros, se alteram também no tempo e no espaço, se adequam às variáveis dos contextos das mais diversas escalas, vestindo-se de acordo com a roupagem das imposições de fora, mas também propondo desnudar-se das tendências que não correspondem à realidade local, de acordo com quem fala e age. Ações, portanto, “não vazias de agentes, mas dotadas de estratégias” (BOURDIEU, 1987), reverberadas por meio de

críticas, endereçadas por meio de insatisfações contidas, de propostas, de contraprojetos e dossiês, e criativas e plausíveis o suficiente para não serem “mais do mesmo” pacote de planos ou “modelos” (tantas vezes reproduzidos apenas “para inglês ver” – literalmente). O próprio *fazer* histórico, de acordo com CASTORIADIS (1982:176) é impossível de ser realizado fora da imaginação produtiva ou criadora, separado de um universo de *significações*. Mas os próprios imaginários, diferentes “culturalmente” inclusive, não são realidades que evoluem isoladas umas das outras, de maneira fechada e imune a exposições e trocas (SOUZA, 2006:369), portanto instiga-nos observar o quanto de cada discurso, sendo ele representativo do grupo social ao qual está vinculado seu enunciador, está interpenetrado em outros discursos e imaginários, além de quanto confrontam-se uns com os outros, e de que forma podem interferir e estimular escolhas e decisões, eminentemente políticas, que contribuem para referenciar e condicionar relativamente a dinâmica social concreta – “[...] seja no sentido de colaborar para instaurar ou reproduzir esquemas de opressão e dominação, seja no sentido de contribuir para catalisar e balizar a luta por direitos e liberdades” (SOUZA, 2006:373). Ou seja, de que modo cada discurso pode servir (ou tem servido) a objetivos opressores e alienantes e, contrariamente, tem servido (ou poderia servir) a objetivos de emancipação, catalisando e balizando a luta por direitos e liberdade, na esteira de transformações urbanas significativas e para um desenvolvimento sócio-espacial autêntico.

A abordagem *a partir de e por meio dos* discursos pretende-se, portanto, a uma imersão no campo das palavras, sendo estas resultantes de uma condensação daquilo que é objetivo (necessidades imediatas, racionalidades, projetos pensados e postos no papel etc.) com subjetividades (aquilo tudo que está por trás do visível, do material: intenções, interesses, desejos, sonhos, simbolismos etc.). A escolha da análise de discurso como recurso metodológico perpassa a certeza, de acordo com FAIRCLOUGH (2003:2), da grande riqueza de considerarmos a linguagem como uma parte irredutível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos intrínsecos a ela, o que nos conduz a um caminho que ajuda na compreensão das próprias práticas sociais sobre o espaço urbano – que referencia e condiciona relativamente a dinâmica da sociedade.

O termo *léxico espacial*<sup>1</sup> pareceu, então, soar cada vez mais como um desafio e um prazer de busca, um esforço de compreensão, uma necessidade de consideração. O exame de práticas discursivas, atentando aos jogos de diferença, a visão da cidade, de seus espaços

---

<sup>1</sup> Termo cunhado por SOUZA & TEIXEIRA (2009), mas já previsto no projeto de pesquisa coordenado por Marcelo Lopes de SOUZA e datado de 2006, cujo título é “Territórios dissidentes: Precarização socioeconômica, movimentos sociais e práticas espaciais insurgentes nas cidades do capitalismo (semi)periférico”, financiado pelo CNPq. O “léxico espacial” também foi trabalhado por TEIXEIRA (2009) em sua dissertação de mestrado.

imanes, dos lugares vividos, do contexto político e urbano vivido e da própria sociedade em si... Tudo isso se tornou tão atraente, por partir de uma perspectiva muito menos generalizante, caminhando pelos interstícios das ações sociais, que deu lugar à nossa escolha por um método mais aproximativo – e extremamente trabalhoso, por sinal, e difícil de ser realizado.

Acreditamos que a consideração de escalas geográficas menos abrangentes, perpassando pelos próprios sujeitos envolvidos na produção e modelação do espaço urbano por meio de uma Geografia das escutas, pode nos trazer ganhos significativos pela aproximação aos olhares e palavras dos próprios agentes, expressão visual e linguística das bagagens que carregam, do contexto no qual estão inseridos e dos próprios vínculos que possuem, dos mais diversos tipos de ordens, como institucional, trabalhista, topofílico etc. Para guiar nossas discussões, pincelaremos aqui algumas brevíssimas ponderações sobre o campo das palavras através dos discursos, das representações que os indivíduos e os grupos fazem da realidade sócio-espacial, já que esta será nossa forma principal de análise e tratamento dos dados primários levantados em trabalhos de campo e também dos dados secundários.

À finalidade de chegarmos à construção de representações sócio-espaciais que possam definir diferentes olhares e perspectivas a respeito da Zona Portuária do Rio de Janeiro, bem como do projeto oficial de “revitalização” denominado Porto Maravilha e de outras propostas de revitalização, surgidas de baixo, da população local que ali habita, cabe uma ressalva. Não estamos, ainda que nos pareça claro, optando por um viés humanista veiculado pela renovação crítica e pela guinada cultural da Geografia, preñe de significações, imaginários e subjetividades, mas, na maioria de seus principais autores, esvaziado de um sentido mais político inerente às relações sociais – fundamental ao pensarmos nas disputas que se dão *sobre e pelo* espaço.

Assim como TEIXEIRA (2009:44), nos referimos ao discurso enquanto prática constitutiva da produção do espaço – daí o uso do termo *léxico espacial*. Para avaliarmos como diferentes agentes ativamente envolvidos nesse processo concebem e se apropriam da Zona Portuária carioca, consideraremos o discurso produzidos através das falas e dos textos elaborados referentes à “revitalização” em curso em nossa área de estudo. Entendemos que as formas de concepção dessa espacialidade pelos sujeitos que vivem, trabalham, planejam, agem e pensam a Zona Portuária, nos fornecerão bagagem para visualizarmos os confrontos de interesses que são consequentes da própria diferença de olhares e perspectivas – tanto no que se refere ao lugar de onde falam as pessoas e à sua capacidade de mobilização e

influência sobre outras opiniões (tendo a ver com o alcance e a força das palavras, e se há restrição ao condicionamento das falas), quanto a quem são referidas e destinadas suas falas, com que embasamento as justificam, possibilitando, desse modo, uma compreensão mais refinada a respeito das representações sócio-espaciais a respeito de nosso objeto de estudo.

Ocorre uma valorização das experiências concretas dos oprimidos? Estes são vistos como uma consciência representativa (como diz SPIVAK [2010], que “re-presentam a realidade adequadamente”)? Ou são sufocados em suas opiniões (e, se é isto o que ocorre, quem são os, de fato, considerados: teóricos, intelectuais, partidos, sindicatos, técnicos, empresários, governantes...)? E como tudo isso influencia na modelação e transformações sobre o espaço e as dinâmicas urbanas? Que tipo de “desenvolvimento” é pretendido?

A espacialidade, mais especificamente a territorialidade, é uma dimensão crucial de mediação entre a discussão da autonomia, de um lado, e a discussão da legitimidade da identidade e das alteridades sociais, de outro, no que isso tenha a ver com a busca de um desenvolvimento urbano sem aspás.

(SOUZA, 2006:373)

Temos interesse pela linguagem como prática social e seu papel crucial na transformação social, fundamentando-nos em uma teoria dialética, que considera o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo da estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, qual é a visão que os sujeitos sociais têm de si mesmos dentro do processo de “revitalização” (como se inserem nele, como acham que são vistos pelos outros, quais são os propósitos e motivações do projeto, e como vêem os espaços da Zona Portuária?). Consideraremos os discursos tanto de planejadores profissionais a serviço do aparelho de Estado, quanto de moradores de favelas e ocupações de sem-teto locais nesses questionamentos.

Entre os diferentes agentes sociais envolvidos na produção e modelação do espaço da Zona Portuária do Rio de Janeiro, há interesses divergentes e ações controversas e, no contexto do processo de “revitalização” da referida área, determinados sujeitos têm seu protagonismo veiculado pela grande mídia e o senso comum como essencialmente positivo, enquanto outros têm seu protagonismo ocultado, relegado ao papel de figurantes no último plano e suas falas (em cujas demandas, reivindicações, necessidades e identidades estão imbricadas) são invisibilizadas, favorecendo relações de poder, articulações, pactos, sentidos e dissensos que podem conduzir a mudanças sociais positivas ou negativas, estimulando ou não o desenvolvimento sócio-espacial. A forma como aparecem os diferentes discursos e práticas

urbanas na maioria das vezes é acrítica e distanciada dos sujeitos sociais, aqueles que (inter)agem face a face uns com os outros e com a própria realidade sócio-espacial onde estão inseridos, além de ser demasiadamente taxativa de adjetivos e nomenclaturas parciais a respeito dos mesmos.

Mas a política não é nem concretização de um Saber absoluto, nem técnica, nem vontade cega não se sabe bem de que; ela pertence a um outro domínio, o do fazer, e a esse modo específico do fazer que é a *práxis*. Chamamos de *práxis* este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia.

(CASTORIADIS, 1982:94)

Como se dá, então, o processo dialógico entre sujeitos históricos e sujeitos atuais, entre os saberes locais e os conhecimentos externos? Que discursos são legitimados como verdadeiros, ou têm real peso na hora da tomada de decisões a respeito das transformações sobre o referido espaço? De que forma eles contribuem para a operacionalização da autonomia? Eles garantem a autonomia ou reforçam relações heterônomas de poder?

Nosso foco autonomista e crítico dará o tom das breves discussões aqui apresentadas e das pinceladas em torno de alguns exemplos empíricos. Metodologicamente, perscrutaremos alguns caminhos a partir da análise de discurso. Seguindo as indicações de FAIRCLOUGH (2001) daremos atenção à luta e à transformação nas relações de poder, ao papel da linguagem e aos processos de produção e interpretação textual, ou às tensões que caracterizam tais processos.

Acreditamos, portanto, na relevância de atentarmos a essas lutas travadas no campo das ideias e da semântica urbana, lançando luz sobre os ocultamentos dos sujeitos e de seus contradiscursos produzidos no processo de “revitalização” – alguns deles insurgentes, outros mais consentidos ou resignados, e outros ainda pró-intervenções –, que encontram um enfrentamento direto com aqueles outros sujeitos responsáveis pelas falas oficiais e pelo “discurso ideológico” – este entendido, segundo CHAUI (1982), como:

[...] [A]quele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante.

Compreendendo que um “sujeito” tanto pode ser aquele que está “submetido à vontade de outrem”, quanto aquele que “é de natureza a produzir certos efeitos”, questionamos a quem é permitido ser o primeiro tipo de sujeito ou o segundo e, mais do que isso, se seria possível que, em um processo de implementação de um projeto que afeta toda a dinâmica de uma cidade (e não apenas a área a que se delimita seu recorte), houvesse uma conjunção de esforços e diálogos em prol do não ocultamento de nenhum desses sujeitos. Uns devem ser ativos enquanto outros obrigatoriamente passivos na estruturação dos seus discursos, demandas e na forma de posicionamento e (re)ação?

Entendida como a “arte de interpretar o sentido das palavras, das leis, dos textos etc.” (Dicionário *Michaellis*), por meio de uma “hermenêutica crítica” – que, segundo SOUZA (2011a:151), seria dedicada a “perscrutar a dimensão cultural-simbólica da produção do espaço e as relações contraditórias e conflituosas entre os agentes dessa produção” –, mergulhamos no universo dos sujeitos e das subjetividades inerentes às suas falas, negociações, imaginários, acordos, desacordos e contradições, consensos, dissensos (até mesmo internos em uma coletividade) e linhas tênues entre eles.

Por acreditarmos que há luta na estruturação de ordens de discurso e que “as pessoas podem resistir às mudanças que vêm de cima ou delas se apropriar, como também simplesmente as seguir” (FAIRCLOUGH, 2001:28), por meio da *análise de discurso* indagamos sobre como se constituem os sujeitos envolvidos nas transformações sócio-espaciais em curso – se se colocam em posição claramente contrária ao Estado e ao capital privado, se são cooptados e enfraquecidos e se há uma aparente tentativa de envolver os subalternos com a finalidade de legitimar espaços de decisão sem, contudo, incorporar seus desejos e propostas, promovendo assim espaços e discussões meramente consultivos, nada deliberativos.

Investigamos aquilo contra ou a favor de que a semântica urbana explícita (ou recolhe implicitamente) através das palavras proferidas pelos agentes sociais e ressaltamos as seguintes questões: Que tipo de contribuição o processo de “revitalização” traduz para a população local (se é que traduz alguma)? E de que modo um processo de revitalização no caminho para o desenvolvimento sócio-espacial pode se reverter para a Zona Portuária carioca?

De acordo com CHAUI (1982), reconhecer o “outro” como sujeito é reconhecê-lo enquanto produtor de sentido, de conhecimento. E é isso que precisa ser considerado no caminho para um autêntico desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2002:60 e segs.), que vai além de uma visão meramente economicista, teleológica, conservadora e etnocêntrica, na

qual a ideia capitalista e ocidental de “desenvolvimento” tem sido vinculada numa abordagem modernizadora da sociedade. Entendido como uma mudança social positiva, um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial implica melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social, contemplando tanto as relações sociais quanto a espacialidade. Ainda de acordo com o autor (SOUZA, *op cit.*, p.66), nos parâmetros da autonomia, tomada no sentido castoriadiano, tanto individual quanto coletiva, “[...] o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançarem mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso [...]”. E, portanto, processos radicalmente democráticos devem ser premissa fundamental para a construção ou remodelação de espaços, densos de pessoas, e não apenas de traçados, feitos por papel e caneta.

De acordo com SOUZA (2006:515), o planejamento e a gestão do espaço são realizados por parte de homens almejando alterar não só o “espaço” em si, como todo o conteúdo nele carregado, interferindo também nas *relações sociais* que sobre esse mesmo espaço se estabelecem – o que se dá através das intervenções no espaço, seja por meio da alteração do substrato, das malhas territoriais ou das imagens de lugares. Idealizado e realizado por e a partir de *pessoas*, um projeto nunca é vazio de intencionalidades. Precisamos, portanto, adentrar nos limites interiores daquilo que nos é visível aos olhos para compreendermos não apenas **quem** está, de fato, incluído e quem fica de fora das dimensões desse projeto, quem participa do planejamento e da gestão, quem determina, quem é beneficiado, quem é prejudicado (já que não há neutralidades), quem simplesmente assiste e acata, quem resiste e quem comanda, mas, sobretudo, **como** os efeitos dessas relações sociais manifestam-se sobre o espaço das territorialidades constituídas. De acordo com RAMOS (2010), que se baseia, por sua vez, nas ideias de FOUCAULT (2001), não pretendemos indagar nem “[...] responder “quem detém o poder”, mas **qual** a sua intenção, **onde** ele se relaciona com seu objeto, seu alvo, **onde** ele produz seus efeitos”. Em suma, de que modo o referido projeto contribui para a discussão e deliberação acerca das prioridades de intervenção, no caminho para um autêntico desenvolvimento sócio-espacial, ou, ao contrário, intensifica as relações sociais assimétricas, através da tutela, marginalização, dependência e opressão de uns sobre outros. Essas são apenas algumas das muitas indagações que, por meio dos discursos, sejam eles diretos ou indiretos, podemos analisar as práticas urbanas na luta pela conformação de um espaço disputado, qual é a Zona Portuária do Rio de Janeiro, e para a abertura de caminhos e vias de análise e estudo.

## 1.2 Zona Portuária do Rio de Janeiro: Um mergulho sobre o espaço no tempo

Falar sobre a Área Central da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com a delimitação administrativa (oficial), significa abordar a Zona Portuária e o Centro, respectivamente Região Administrativa I e II (RA I, incluindo os bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju, e II, englobando os bairros da Lapa e o que recebe o próprio nome de Centro) da Área de Planejamento 1 (AP 1) na divisão administrativa geral do Município do Rio de Janeiro (o qual compõe a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro), conforme observado no mapa da Figura 1. Já alguns autores, como é o caso de Aluizio Capdeville DUARTE (1967), tratam a Zona Portuária como “a periferia do centro”, fora do perímetro da Área Central da cidade, reconhecendo diversas funções e características marcantes de tal espaço. Para ele, o sítio desfavorável dessas áreas (marcado, sobretudo, pelos morros), não representou um empecilho ao desenvolvimento urbano, mas atesta os constantes aterros como “prova da luta do carioca contra a natureza, a fim de que sua metrópole possa desenvolver-se” – através dos aterros do mar, do entulhamento dos pântanos e das lagoas da derrubada de morros, foi possível traçar ruas planas que constituem a maioria das artérias da cidade. Para DELGADO e MARTINS (2003), os bairros portuários ficaram mais à margem da cidade, tanto no espaço, já que sua própria conformação geográfica – à margem até do porto e do mar (devido ao aterramento) – fez com que as áreas aterradas nunca chegassem a se integrar, de fato, com as áreas antigas, quanto no tempo, porque estagnaram e cristalizaram formas antigas enquanto a área central e outros bairros da cidade modernizavam-se por meio de verticalizações. No entanto, continuaremos abordando tal termo, cientes de suas limitações, inclusive porque a área da Praça Mauá, para onde corre a Av. Rio Branco, é englobada na visão de Área Central pelo autor e porque o projeto Porto Maravilha – alvo de nossas análises – incorpora uma antiga tendência de expansão da área central de negócios em direção ao entorno do Pôr Mauá. E, de acordo com Estudo de Impacto de Vizinhança (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2010b), a área em questão, que é alvo da “revitalização”, faz parte do “Centro Expandido”, sendo reincorporada ao uso convencional da Cidade por meio de uma Operação Urbana Consorciada (OUC).



Por uma questão de recorte, nos ateremos, a partir de então, ao perímetro delimitado pelo programa de “revitalização” da Zona Portuária, compreendido entre as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho, que vai “da Praça Mauá ao Gasômetro [...], tanto na parte baixa, portuária, ferroviária e industrial, como na alta dos morros da Conceição e da Providência” (SIRKIS, 2004), conforme o mapa da Figura 5. Tal mapa objetiva não apenas a localização da área do projeto “Porto Maravilha” onde se concentram os esforços e as transformações (que exclui o bairro do Caju, ainda que façamos algumas menções a ele ao longo do texto), mas também a de espacializarmos a distribuição dos elementos e componentes importantes que já foram ou que ainda serão construídos e materializados sobre tal área, como objetos culturais, empreendimentos imobiliários (residenciais ou comerciais), mercado popular, ocupações de sem-teto, instâncias de policiamento e de segurança pública, ao redor do porto do Rio de Janeiro, de onde partiu a ocupação da cidade.

Segundo DUARTE (1967:21):

O porto foi o condicionador do crescimento da cidade e deu-lhe uma extensa área de influência, pois para ele convergia a produção tipicamente de exportação de vasta região [...]. Assim, nos trechos próximos ao porto instalaram-se os comerciantes que se dedicavam à exportação, sobretudo a do café. Surgiram os armazéns gerais, os depósitos de café, as firmas exportadoras, originando o comércio atacadista, acrescido daqueles que se dedicavam às importações, sobretudo até a fase da industrialização brasileira, quando então as importações diminuíram.

O “marco zero” do que conhecemos hoje como Porto do Rio de Janeiro é a pequena faixa de terreno plano entre o Morro de São Bento (antes chamado de Morro Manoel de Brito que fora ocupado por frades beneditinos, onde se localiza atualmente o Mosteiro e o Colégio de São Bento do Rio de Janeiro) e o Morro da Conceição (RABHA & PINHEIRO, 2004:16). Nina RABHA (1985) diz que os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo – que, juntamente com o bairro do Caju, compõem a Zona Portuária carioca – eram rotulados como desvalorizados e esquecidos dentro de uma área deteriorada, cujo julgamento dava-se, por exemplo, a partir dos “usos sujos” que neles se desenvolviam, como o porto, a ferrovia, os depósitos. ABREU (1987:37) fala sobre a transferência, em 1853, do matadouro municipal da Rua Santa Luzia para a atual Praça da Bandeira. Apesar de ser difícil imaginarmos a presença de atividades de criação, trânsito e uso produtivo de animais, até começos do século XX, a cidade acolhia “um número impressionante de outras espécies animais de médio e grande porte. Burros, cavalos, bois, cabras, galinhas, porcos eram presenças marcantes nas ruas do

Rio de Janeiro” (LIMA *et al*, 2009). Este último trabalho citado apresenta as implicações da presença dessas atividades no centro da cidade: além do volume de fezes deixadas – inclusive porque o Rio de Janeiro foi uma cidade “puxada a burro” até os últimos anos do século XIX, quando os bondes passaram a ser movidos à eletricidade<sup>2</sup> –, os locais de armazenamento dos animais que precisavam ser engordados antes do abate atraíam moscas e outros insetos, além de conterem larvas, ovos, cistos potencialmente transmissores de zoonoses (doenças transmitidas por animais); havia ainda o desconforto causado pelos corpos putrefatos nos cemitérios, depósitos sanitários de dejetos humanos e os maus cheiros provenientes.

Também ao porto – por onde transitavam navios negreiros superlotados e insalubres com africanos escravizados amontoados em porões imundos, mal alimentados, lançando seus dejetos e líquidos nas madeiras dos cascos dos navios –, de acordo com os médicos-higienistas<sup>3</sup>, era creditada a deflagração da cadeia de contágio da febre amarela pelas cidades conectadas, sendo o Rio de Janeiro uma das principais entre elas. As áreas no seu entorno eram caracterizadas como “pestíferas e perigosas, o epicentro mais comum das epidemias de febre amarela que assolavam a cidade de tempos em tempos” (RABHA & PINHEIRO, 2004:33). Tudo isso afetava não só a dinâmica urbana, incluindo a circulação de cargas no trajeto ferrovia-porto, a circulação de pessoas e a presença de outros tipos de atividades nesse espaço, como também afetava o próprio preço dos imóveis e do solo urbano e a percepção das diferentes classes sociais diretamente atingidas na escala microlocal, dos bairros.

Voltando às proposição de RABHA (1985), ela acrescenta que tudo isso servia como justificativa à razão da localização dos pobres no contexto urbano, como se essa área central, que deveria passar por programas de renovação urbana, devesse ser “varrida da paisagem e da memória da população”, como uma localização de expurgos e enquanto lugar destinado a depósitos (de escravos vivos e mortos, de mercadorias comuns e de açúcar branco, além dos presos religiosos e de criminosos comuns), de conotação exclusivamente negativa, que concentrava as mazelas da cidade colonial, por corresponderem a localizações periféricas e não serem adequados ao uso de área central – que deveria cumprir o papel de “suporte

---

<sup>2</sup> A velha estrutura colonial, dependente do braço escravo (em via de extinção), era incompatível com o embarque pelo porto e com a necessidade de articulação da cadeia produtiva, esta cada vez mais participativa no circuito internacional cumprindo sua função agroexportadora (com seu carro-chefe: o café). Então, há a introdução da energia a vapor para o transporte de cargas aliando-se à ferrovia e à navegação a vapor para sintetizar o papel do porto como eixo da vida econômica da cidade. (RABHA & PINHEIRO, 2004:28)

<sup>3</sup> Médicos-higienistas que, de acordo com SANTOS (1988:33), eram muito mais sociólogos e pedagogos que médicos, no sentido atual do termo, e tinham objetivos extremamente conservadores. Pois, à medida que queriam um maior controle do espaço, visavam garantir maior produtividade da força de trabalho e menor ameaça à saúde das classes mais altas.

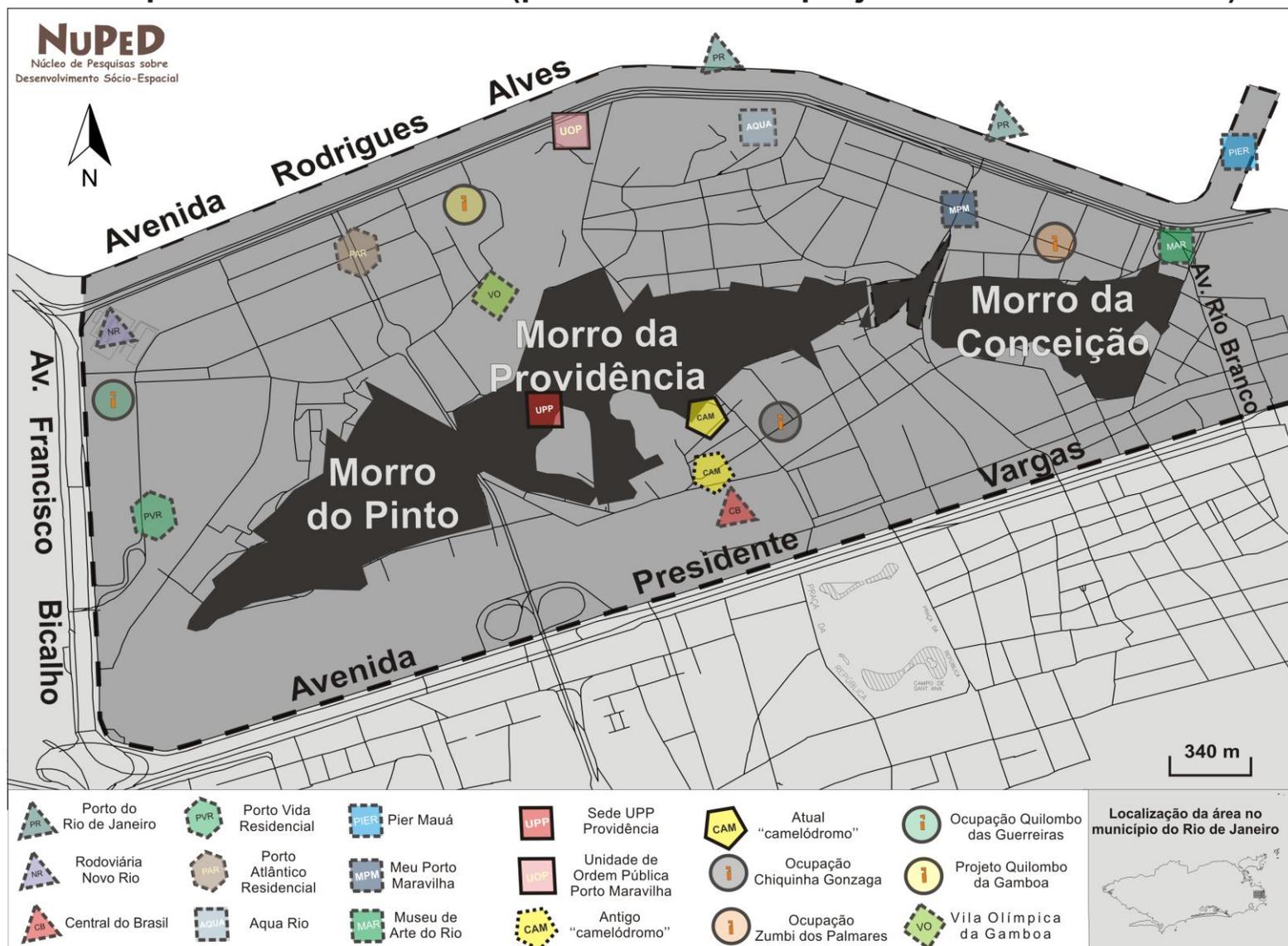
viabilizador do modo de vida que se espalharia na cidade”. É válido ressaltar que em 1890 o Rio de Janeiro tinha uma população três vezes maior que a cidade de São Paulo no mesmo período e que, quanto mais complexa e diversificada se tornava a sociedade carioca, maiores seriam as exigências de controle social e de organização de instituições para tal finalidade, tornando-se maiores as exigências de sofisticação do discurso da “ordem” e, proporcionalmente, maiores também as “descobertas” de “criminosos” e “delinquentes”, conforme atesta SOUZA (2010b).

Como a área central era repleta de casas de cômodo, cortiços e outros tipos de habitações coletivas, superlotados – já que havia uma demanda por mão de obra e, ao mesmo tempo, aos trabalhadores pobres (tanto para escravos, quanto para libertos e negros livres) era necessária a permanência próxima aos locais de trabalho – e descritos por CHALHOUB (1996) como “verdadeiros antros disseminados pela cidade e que constituem outros tantos focos de infecção”, carregados de imundície, cujo estado dos prédios era “ruinoso[s]” e os problemas de “valas públicas” que corriam “por dentro de terrenos particulares”, os mesmos eram considerados como os principais geradores das epidemias que assolavam o Rio de Janeiro.

Nossa área de estudo chega ao século XX carregada de adjetivos que a desqualificam, que a estigmatizam frente à cidade. Identificada como a parte do centro urbano que concentrava o grosso das atividades portuárias, onde os navios mercantes ancoravam e as mercadorias ficavam depositadas, reduzida a um labirinto de becos e vielas, a uma infinidade de trapiches e oficinas, ela é uma nódoa, algo que incomoda concretamente uma elite que incorpora com rapidez os valores burgueses, substrato ideológico do processo de transição para o capitalismo. Ela incomoda porque sua numerosa e concentrada população – composta de brancos e negros, brasileiros e estrangeiros, operários, trabalhadores de estiva, biscateiros, ambulantes, desempregados – é pobre, amontoa-se em precários cortiços e morre aos montes, vitimada pelas epidemias. Área densa, populosa, pobre, insalubre... e perigosa.

(LAMARÃO, 2006:115)

Figura 2:  
Mapa 1 - Área de estudo (parte da área do projeto “Porto Maravilha”)



Elaborado por Amanda Cavaliere Lima & Eduardo de Oliveira Rodrigues, setembro 2013, a partir de mapa previamente elaborado e desenhado por Eduardo Tomazine Teixeira, Matheus da Silveira Grandi e Rafael Almeida Gonçalves.

Por tudo isso – a salubridade, a moradia, a saúde pública, a higiene: “problemas de indispensável tratamento” –, e ainda pelo imperativo de tornar o Rio de Janeiro, até então capital da república brasileira e, portanto, “palco principal das modificações necessárias rumo à civilização<sup>4</sup>” (RABHA & PINHEIRO, 2004:51), uma cidade moderna e que seguisse os modelos e padrões europeus<sup>5</sup> (inspirados na *Belle Époque* parisiense), transportando “um novo Brasil [...] dos velhos tempos coloniais para o mundo desenvolvido do Ocidente” (RABHA & PINHEIRO, *op cit* p.23). Assim, fez-se uma grande limpeza sanitária e estética (e étnica) urbana, com um caráter fortemente autoritário e seletivo tanto social quanto geograficamente, que culminou com um processo de reforma urbanística e que muito transformou o Centro e a Zona Portuária carioca (afinal, essas áreas são a sala de visitas da República emergente) – processo esse, vale ressaltar, viabilizado por uma associação entre os governos Federal e Municipal, comandados à época (1902- 1906), por Rodrigues Alves e Pereira Passos, respectivamente, delegando a administração pública da capital a um engenheiro que acompanhou as grandes obras da capital francesa, o que demonstrava claramente os amplos objetivos no que dizia respeito aos projetos que seriam implementados na cidade, que teriam nas novas instalações portuárias o seu grande pilar, apoiadas pelo Presidente da República para dar início a um “plano de saneamento” da capital, cujo empreendimento contaria com um grande empréstimo externo (vindo de Londres), além de empresas concessionárias e despesas do próprio Tesouro Nacional para a realização das obras.

A partir das grandes reformas de 1904-1911, a área de estudo converteu-se numa zona definitivamente especializada no contexto urbano carioca, passando a desempenhar, com *exclusividade*, a função portuária, num momento em que essa função atingia um patamar técnico superior na escala da modernização capitalista.

(LAMARÃO, 2006:13)

Com base nas descrições do autor, a redefinição do espaço do porto contribuiu para a redefinição de toda a urbe carioca e para a consolidação de um processo de hierarquização/segregação já em curso. Com a desapropriação de edificações, a demolição de

---

<sup>4</sup> Com a crítica da concepção de que tipo de “civilização” se pretendia impor, desvalorizando as práticas locais em função de uma sobrevalorização da cultura europeia, como se esta devesse ser exportada para o restante do mundo.

<sup>5</sup> É válido ressaltar que o contexto internacional era extremamente propício, dado o incremento do comércio internacional resultante da considerável ascensão do nível de vida europeu e norte-americano, de sua industrialização intensa e de seu aperfeiçoamento técnico – tudo condicionado e estimulado pelo liberalismo econômico. Com isso, ampliavam-se os mercados para matérias-primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil (PRADO JÚNIOR, 1974:207 *apud* RABHA & PINHEIRO, 2004:45).

cortiços, a abertura de avenidas, o alargamento das ruas e a construção de novas estruturas foi imperativa a imposição de outras normas de comportamento social, reiterando uma “afirmação simbólica e de retomada de território” (MAGALHÃES, 2008). Houve também “a construção de um movimento da elite, que sairia do morro e iria para a linha de costa, ocupando a vista para o mar oceânico, deixando para o povo a encosta do alto do morro, em uma organização sócio-espacial singular”, “preparando a direção de expansão do uso residencial para a burguesia urbana” (RABHA & PINHEIRO, 2004:9 e 46). A cidade nos moldes europeus diferenciava-se das áreas para onde os trabalhadores pobres (geralmente negros – segmento numericamente mais expressivo das classes subalternas nesse período no Rio de Janeiro) foram “empurrados”: para os morros, a periferia e os bairros próximos ao porto, como Saúde e Gamboa, que ficaram conhecidos como a “Pequena África” (SOUZA, 2010:13), refúgios para a população desabrigada como resultado das reformas – reforçando uma segregação sócio-espacial imposta.

Dada sua inadequação física, por meio da aparelhagem e das instalações materiais e de várias autorizações governamentais, houve uma modificação da estrutura portuária em sua essência e de todo o sistema de movimentação de cargas em uma área artificialmente produzida<sup>6</sup> a partir do elevado número de desapropriações e das demolições de morros (total do morro do Senado e parcial do morro do Castelo – cujo transporte de suas terras fora feito pelos trilhos dos bondes) e dos aterros realizados, sobre onde se abriram ruas e avenidas – caminhos possíveis à nova modalidade de transporte: o automóvel –, ergueram-se armazéns e linhas férreas foram instaladas. A cidade antes compacta foi se expandindo, tornando-se difusa e metropolitana “seguindo uma ordem econômica determinada pelas grandes corporações, pelas companhias marítimas, pelas mudanças tecnológicas e de matriz energética” (ANDREATTA *et al*, 2009). No entanto, o que interessava era a adoção de uma feição mais cosmopolita à cidade e a potencialização das transações comerciais, do fluxo de mercadorias crescente e das trocas culturais e econômicas, demonstrando que o discurso do progresso e da integração percorre todo o espaço-tempo.

---

<sup>6</sup> “Durante a gestão do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, deu-se o primeiro aterro marítimo de grandes dimensões com o objetivo de criar uma área central portuária: a demolição do Morro do Senado para aterrar 170 hectares sobre o mar, diante dos morros do Livramento, Conceição, Providência e Saúde. A nova linha de costa possibilitou a construção do berço da Gamboa, primeiro cais do porto moderno. No extremo oeste do cais, o canal do Mangue foi estendido e criou-se a Avenida Francisco Bicalho como elemento de sutura com a cidade antiga. A partir da Praça Mauá, no outro extremo do berço, iniciaram-se as obras da Avenida Central, atual Rio Branco, de 1.750 metros de comprimento e 22 metros de largura, projetada ao estilo dos “*boulevards*” de Haussmann [Responsável pela reforma urbana de Paris no século XIX], e que suportaria os primeiros edifícios modernos do Rio atual.” (ANDREATTA *et al*, 2009)

Somava-se a esse discurso a imensa carga de valores e de ideologia nacionalista que a obra do Porto do Rio significava (RABHA & PINHEIRO, 2004:58). Dizia-se à época que o porto, as avenidas e o cais eram um sonho, um renascimento, pois seria “[...] o ponto de partida das outras obras de salvação de nossa nacionalidade” (editorial da revista O Malho, de 13 de junho de 1903 *apud* RABHA & PINHEIRO, 2004:57 e segs.). O mesmo artigo segue dizendo que existem duas maneiras de “conhecer o acerto de uma providência: o aplauso dos amigos e o despeito dos outros” – basta um olhar atento para concluirmos quem seriam “os amigos” que dariam seu aval e quem seriam “os outros”, a despeito de quem os projetos não agradariam... “Despeito”, aliás, de acordo com o Dicionário Houaiss, significa “1. ressentimento produzido por desconsideração, desfeita, humilhação ou ofensa; pesar, melindre, amuo. 2. desgosto motivado pela preferência dada a outrem ou por decepção; raiva, indignação, inveja, ciúme”. Certamente, havia os insatisfeitos, os que ofereceram resistência à aceitação das mudanças, sobretudo através dos discursos empreendidos para a legitimação das mesmas. De acordo com a mesma revista, ainda dizia-se que: “[...] A primeira estaca batida na Gamboa será, entretanto, o primeiro marco de um novo caminho aberto a nossa raça... Não é sonho; a realidade fulgura e sorri. As horas de tristeza passaram e não voltarão... O Brasil renascerá...”. Estaria ele morto para, só então, nascer? Sob que ótica?...

Pois bem, com as obras, certa especialização espacial começou a se constituir ali, configurando o cais do Porto enquanto o espaço, por excelência, do trabalho e os morros e imediações como espaços funcionais de moradia, servindo diretamente aos trabalhadores portuários. Ao mesmo tempo, uma série de remoções de moradias foi realizada para alargar e alinhar ruas e avenidas (fortemente marcadas por uma expulsão da população mais pobre das áreas planas), agravando não só o aumento do déficit habitacional, como também impulsionando a ocupação dos morros e a constituição de favelas no coração da cidade e em áreas adjacentes (como na Zona Sul), além do crescimento das áreas suburbanas. Como esse processo de favelização forçado resultava não apenas em uma nova forma de ocupação do solo urbano, mas também na criação de novas formas de vínculos identitários com o lugar vivido por parte de seus moradores, isso também não agradava às classes que eram social e economicamente dominantes, que se incomodavam com as práticas culturais oriundas dos morros e arredores, e até as restringiam (não só práticas religiosas, como também manifestações como a capoeira e o samba), conforme atestam THIESEN e BARROS (2009). É de se imaginar também o quanto essa população sócio-espacialmente segregada ficou completamente à margem dos processos decisórios e de escuta, configurando-se enquanto

agentes sociais forçados a se submeterem, mas não menos resistentes<sup>7</sup> às propostas de “renovação urbana”.

Durante a 2ª década do século XX é lançado o Plano Agache, que propunha uma intervenção física sobre a cidade, visando a remodelação, a extensão e o embelezamento, para a extirpação dos três males que afetavam o Rio de Janeiro, sendo eles: “respiração, circulação e digestão”. De acordo com MELLO (2003:39-40), os objetivos expressos no plano eram:

- Assegurar a existência de certos elementos funcionais e reparti-los da melhor forma → *Zoning*
- Traçar a rede de vias, de modo a por esses elementos em relação rápida e fácil entre eles e com o resto da cidade, e satisfazer as exigências quantitativas da circulação estabelecida (rede urbana).
- Assegurar a moradia confortável e agradável às diferentes categorias de habitantes da cidade.
- Estabelecer os regulamentos de edificação de modo a satisfazer interesses gerais (política de construção).

Como resultado destas propostas, a região portuária teve suas funções já consolidadas e espaços confirmados e determinados, acrescidos de outras atividades vinculadas a elementos de intercâmbio, grandes negócios e abastecimento. Por ser um plano estruturalmente centralizado, e em função das setorizações desenvolvidas nas regulamentações de zoneamento, o centro da cidade teve maior detalhamento de proposições.

O reforço da função terciária da área central do Rio de Janeiro e o plano de obras viárias e de infraestrutura proposto por Agache criaria “uma área para negócios, outra para embaixadas, um centro bancário e áreas residenciais divididas por classes sociais” (MAGALHÃES, 2008:26), diretamente ligado ao planejamento urbano vigente na década de 1920, preocupado com aspectos sanitários e de transporte e absorvido pelo temor da prefeitura de não poder controlar mais a expansão da urbe. Segundo o próprio Donat-Alfred Agache, então Secretário Executivo da Sociedade Francesa de Urbanistas, convidado a reurbanizar a área resultante da demolição do Morro do Castelo (e tendo trabalhado no primeiro Plano Diretor para o Rio de Janeiro entre os anos de 1928 e 1930), “o Rio de Janeiro oferecerá assim à admiração do viajante chegado por mar uma entrada monumental, correspondente à

---

<sup>7</sup> Os próprios cultos afro-brasileiros constituíram tradições e continham o lamento e a revolta dos negros, cujas manifestações religiosas, que se davam tanto nas ruas quanto nos terreiros, foram violentamente reprimidas pelas autoridades policiais e amplamente rejeitadas pelo que alguns autores expressam como “medo branco”. De acordo com DUARTE (2010:16), “marginalizadas da esfera política, impossibilitadas de expressarem seus anseios e sua visão de mundo, as classes subalternas criaram um universo autônomo de cultura”. As danças, os ritmos e os instrumentos negros eram apreendidos pelo critério da falta, como “rudes” e “bárbaros”, demonstrando que “havia algo no gosto popular que não estava de acordo com o senso estético de parte das elites” (REIS, 2002). Interessante é pensar na letra do samba “Batuque na cozinha sinhá *num* quer, por causa do batuque eu queimei o pé [...]”, de autoria de Martinho da Vila, representando a repressão sofrida pelos negros por suas práticas culturais.

importância e aos destinos da capital” (AGACHE, 1930 *apud* MAGALHÃES, 2008). O Plano constituía “o exemplo mais importante da tentativa das classes dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da forma urbana carioca, já por demais contraditória” (ABREU, 1987:86), à medida que pretendia tornar o Rio de Janeiro uma cidade monumental, ordenando e embelezando a cidade segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço. No entanto, o plano não fora executado em decorrência das mudanças políticas sofridas no Brasil na Revolução de 30<sup>8</sup>, que o viam com muita desconfiança. Tratava-se da “oficialização da separação das classes sociais no espaço: ricos para um lado, pobres para outro. Para as favelas também não havia opção: teriam que ser erradicadas” (*op cit*, p. 143). Portanto, em uma cidade que já se encontrava em 1930 fortemente estratificada, o Plano Agache apenas confirmaria o que já era contido sobre o espaço urbano carioca.

O período de 1930 a 1960 foi de grandes transformações para a Zona Portuária, quando passou a haver uma reserva imobiliária de terras para além do perímetro do Distrito Federal, incorporando áreas suburbanas. De acordo com ABREU (1987:95), “o deslocamento das indústrias em direção ao subúrbio e o desenvolvimento da zona sul descentralizaram, entretanto, as fontes de emprego e, com elas, também as favelas”. Tal fato promoveu um *boom* da construção e a atração para a Zona Sul de atividades antes radicadas exclusivamente no Centro e em seu entorno, como de serviços, do comércio de luxo e de lazer. Houve então, nas décadas de 30 e 40, uma certa estagnação da área central do Rio. Se na década de 40 a construção da Avenida Presidente Vargas reforçou o processo de expulsão da população pobre da área central, resultando em decréscimo populacional no centro e em sua periferia imediata, na década de 50, inserido em um contexto populista, grandes conjuntos habitacionais foram construídos nas áreas suburbanas, e tais espaços periféricos foram incorporados à estrutura da cidade, conforme mencionado por MELLO (2003), promovendo certo espraiamento da população pobre<sup>9</sup> – atraída pelas ofertas de emprego das indústrias –

---

<sup>8</sup> A chamada “Revolução de 30” trouxe um novo governo que pretendia superar as contradições da República Velha desinstalando do poder a aristocracia cafeeira, embora já tenha surgido imerso em suas próprias contradições, que comandarão a evolução da cidade nas próximas três décadas. À medida que não tinha outro grupo solidamente organizado que pudesse substituir o grupo anterior no poder, a Revolução de 30 aglutinou classes e camadas sociais muito distintas e tentou “alternar períodos de favorecimento de uma classe ou grupo com épocas em que privilegiava as demandas de outros setores sociais.” (ABREU, 1987:93-94)

<sup>9</sup> Importante ressaltar a composição dessa população pobre e muito densa, vinda de fluxos migratórios viabilizados, sobretudo, pela construção da rodovia Rio–Bahia (BR-393/ BR-116), com início em 1939, a primeira estrada brasileira de longo percurso, que possibilitava a chegada de uma massa de nordestinos à capital que estava se industrializando – o que refletia também em incrementos no setor de serviços e ampliação da urbanização e da suburbanização.

para além da área central. Assim, houve também uma descentralização das favelas<sup>10</sup> – constituindo-se em terrenos públicos ou pouco valorizados pela empresa imobiliária empenhada em construir edificações em áreas planas ainda desocupadas ou em adensar áreas por meio da substituição de unidades unifamiliares por multifamiliares –, que proliferavam em uma época de acentuação dos controles urbanísticos formais (em um período onde o papel regulatório estatal tornou-se forte e bastante marcado), mas, ao mesmo tempo, abrigavam uma população subserviente às demandas por mão de obra para viabilizar a acumulação de capital pela indústria, o comércio e a burguesia em geral. Além do mais, apesar das favelas serem consideradas “chagas” da cidade no discurso formal, eram vistas também como fonte de votos populares (pelo grande contingente populacional que abrigam), não sendo interessante aos governantes baterem de frente (ABREU, 1987:95).

Os anos 50 são também marcados por uma inflação<sup>11</sup> que, além de provocar uma redução dos trabalhadores operários, promoveu também uma “urbanização em saltos”, já que a valorização crescente do solo urbano afetou a expansão física da metrópole intensificando a ocupação de terrenos em municípios periféricos, porém com a estratégia dos loteadores de “guardarem” as terras mais próximas da mancha urbana como reserva de valor para apenas num momento futuro venderem-os, já por um preço mais elevado. Sem uma política que desestimulasse a retenção de terrenos pelos proprietários, com uma distância cada vez maior entre os locais de emprego e os novos loteamentos, com uma diminuição da oferta de novas habitações, uma grande crise habitacional generalizou-se, afetando principalmente a população mais pobre e multiplicando a população das favelas e também uma retomada das casas de cômodo. Os discursos populistas fracassavam e, ao mesmo tempo, dependiam dos votos populares (*op cit.*, p.115 e segs.).

Já no início da década seguinte, a forte concentração de renda gerada reforça sua dimensão espacial, com uma separação cada vez maior das classes sociais sobre o espaço que era, no entanto, “ofuscada pelo aparecimento das favelas preenchendo a área mais nobre da cidade” (*op cit.*, p.118) – inclusive porque o movimento migratório continuou intenso durante

---

<sup>10</sup> Paralelamente a essa descentralização de favelas, ocupando outros espaços da cidade, acreditamos que tenha havido também um movimento de aumento de uma demanda por outras áreas faveladas mais centrais, por exemplo, no Morro da Providência (além do Morro de São Carlos, do Catumbi e de Santa Teresa), devido ao desmonte do Morro de Santo Antônio, entre os anos de 1952 e 1955, de acordo com CAMPOS (2007:74).

<sup>11</sup> Obviamente em proporções menores em comparação à forte inflação experimentada na década de 80 e início da década de 90 no país, mas que (de acordo com ABREU, 1987) foi ocasionada por uma conjunção de fatores, que incluem a transferência de capital da República para Brasília, cuja prosperidade aparente impôs o peso de um aumento na importação de bens de capital, associada a uma queda acentuada nos preços do café – o que criou um déficit permanente nas trocas cambiais do país. Isso gerou uma emissão constante de papel moeda sem o lastro necessário, o que conduziu a uma aceleração rápida do processo inflacionário no país que, por sua vez, reduziu em muito o salário real do trabalhador.

a década anterior. Adota-se, então, por parte das camadas dominantes, um discurso mais autoritário e repressivo, marcando um projeto de remoções de favelas mais incisivo.

Foi criado um plano que pouco diferia do Plano Agache, guardando também a pretensão de “remodelar’ a cidade a partir de uma série de obras que afetariam (como afetaram) principalmente as populações mais pobres” (ABREU, 1987:95). Assim, o Plano Doxiadis propôs a criação do Elevado da Perimetral, que possibilitaria uma ligação da Zona Portuária com as demais partes da cidade e até com outros municípios, mas, na verdade, acaba por isolar a Zona Portuária, e não integrá-la ao tecido urbano, à medida que sua localização sob o viaduto faz com que ela fique em parte apagada e ofuscada por essa geometria espacial. De acordo com SOARES e MOREIRA (2007), a Perimetral “obstruiu a visibilidade dos bairros portuários”. Essa avenida é um dos fatores que hoje desqualificam aquele recorte espacial e é objeto, inclusive, de ser extinto de parte do cenário carioca (como através da derrubada de alguns de seus trechos, já iniciada e em curso). Na década de 60 houve também um processo de decadência das instalações portuárias em função da “conteneirização” do transporte marítimo e da implantação do sistema de esteiras rolantes (*roll-on/roll-off*), tornando obsoletos os velhos cais em linha, com ou sem *piers* (SIRKIS, 2004), e demandando estruturas portuárias imensas e livres de obstáculos (SINERGIA ESTUDOS E PROJETOS, 2013) – o que o Cais da Gamboa, com suas instalações cobertas, já não podia atender. Tal fato, somado à inauguração do Porto de Sepetiba<sup>12</sup> em 1982 – também sob administração da Cia. Docas do Rio de Janeiro, a mesma responsável pelo Porto do Rio –, que fez com que houvesse uma transferência da saída de cargas pesadas do Porto do Rio de Janeiro para lá, inclusive pela dificuldade de transporte (pelos congestionamentos nos acessos ao porto e a impossibilidade de se manter a exportação dos minérios por via ferroviária nessa área central da cidade do Rio de Janeiro, devido ao trânsito rodoviário – segundo o corpo técnico das Docas), induziu a um “deslocamento e transferência de atividades industriais e a expansão dos terminais portuários em direção à ponta do Caju, em busca de espaços descobertos para movimentação deste novo sistema portuário” (MELLO, 2003:44).

---

<sup>12</sup> Localizado na costa norte da baía de Sepetiba, no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, ao sul e a leste da Ilha da Madeira, tem uma área de influência que coincide em parte com a hinterlândia do Rio de Janeiro, abrangendo os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e o sudoeste de Goiás. Hoje é conhecido como Porto de Itaguaí, sendo o segundo maior porto em movimentação de cargas por navegação de longo curso e considerado um dos grandes centros de exportação de minério de ferro do Brasil, devido à proximidade do polo siderúrgico do sul do Rio de Janeiro, bem como pela disponibilidade e integração do porto com os modos ferroviário e rodoviário. (Fontes: <http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/itaguai.pdf> e [http://www.cnt.org.br/pesquisamaritima/files/Porto\\_Itaguai\\_PCNTTM\\_2012.pdf](http://www.cnt.org.br/pesquisamaritima/files/Porto_Itaguai_PCNTTM_2012.pdf))

Os famosos armazéns da Rodrigues Alves, com raras exceções, encontram-se hoje intactos e preservados como patrimônio urbano. Já não pesam sobre eles as mesmas necessidades do passado, tantas e tão dramáticas foram as mudanças do nosso sistema de transporte de cargas e na economia brasileira que fizeram surgir novos portos ao longo da costa marítima do país.

(RABHA & PINHEIRO, 2004:78)

Foi instituído o primeiro zoneamento legal na cidade do Rio de Janeiro tal como ela é hoje, por meio do Decreto Municipal N° 322/1976. Devido à recente mudança estatutária de Estado da Guanabara para capital do recém unificado Estado do Rio de Janeiro em 1975. Sua delimitação de zonas ainda prevalece na maior parte da cidade.

Na década de 80, foi lançado o projeto SAGAS, que traz as iniciais dos bairros da Zona Portuária por ele abrangidos – Saúde, Gamboa e Santo Cristo – e que tinha por finalidade a preservação de seu uso residencial e de seu patrimônio arquitetônico e cultural. Em 14 de janeiro de 1988 foram instituídos como APA (Área de Preservação Ambiental) os logradouros dos bairros supracitados e do Centro, de acordo com o Decreto 7.351. Bens culturais móveis e imóveis foram inventariados, edificações históricas e pinturas de bares foram tombados, regras imobiliárias tornaram-se diferenciadas para aquelas áreas, sugerindo ali a necessidade de manutenção de tradições e padrões (SOARES & MOREIRA, 2007; INSTITUTO PÓLIS, 2009).

No mesmo contexto, após o início do processo de gradual abertura política, foram retomadas as discussões em torno da reforma urbana – que já havia aparecido nos anos 50, no que tange, sobretudo, à escassez de moradias, mas que ficou inibido com o golpe militar de 1964. Com a “redemocratização” e a aprovação de uma nova Constituição Federal, em 1988, dois artigos (182 e 183), contidos no capítulo sobre política urbana, fixaram as diretrizes para a criação de Planos Diretores Municipais, obrigatórios para cidades com mais de vinte mil habitantes, faz menção à necessidade de cumprimento da função social por parte de toda propriedade urbana e prevê mecanismos de contenção da especulação imobiliária para imóveis e terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados, incluindo tributos e instrumentos de regularização fundiária que, se aplicados, poderiam contribuir bastante para um cenário de avanços progressistas, sobretudo, quando falamos de uma área como a Zona Portuária, repleta de terrenos abandonados e vazios há anos, como veremos mais à frente. Tal capítulo da Carta Magna, no entanto, só será regulamentado em 2001, quando da aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257), possuindo, “ao lado de algumas virtudes, várias lacunas, contradições e ambivalências” (SOUZA, 2009b). Os problemas advêm do próprio papel que o Estado vai assumir a partir dos anos 80 e, com maior força, na década de

1990, com o declínio da sua faceta regulatória clássica para uma abertura cada vez maior ao poder do capital privado. É nesse contexto que é elaborado o Plano Diretor Decenal da Cidade, instituído pela Lei Complementar nº 16, de 04/06/1992, com a finalidade de tornar-se “instrumento básico da política urbana do Município do Rio de Janeiro, estabelecendo normas e procedimentos para a realização desta política, fixando diretrizes, prevendo instrumentos e definindo políticas setoriais, a fim de alcançar o pleno atendimento das funções sociais da cidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2008). Entre os “Elementos Estruturadores” da API, a Zona Portuária encontrava-se nas “Áreas com ações para reabilitação e renovação” (juntamente de São Cristóvão e do Teleporto), de acordo com o texto que fornecia subsídios para revisão do Plano Decenal (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2006). No entanto, tal Plano Diretor ficou quase totalmente sem ser regulamentado, ignorado pelo prefeito César Maia<sup>13</sup> à época, e anos depois também por Luiz Paulo Conde<sup>14</sup>, sem, sequer, ser revisto – tempo em que um planejamento urbano a longo prazo jamais foi pensado, com um esvaziamento das discussões políticas a respeito da cidade, “sobreposto por programas e projetos de resultados imediatistas” (CORREIA, 2006).

Nesse meio tempo, em 1993 César Maia firmou acordo com a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN) para a promoção do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (cujo texto foi aprovado em 1994), cuja construção deu-se por meio de 46 empresas e associações empresariais que instauraram um consórcio e garantiram recursos para a contratação, sobretudo, de uma empresa de consultoria catalã, com profissionais que assumiriam a Direção Executiva do Plano (VAINER, 2000a) – a cidade pensada e planejada de fora. Ressaltamos aqui que o êxito relativo e o marketing propiciado pelas Olimpíadas de 92 de Barcelona foi vendido e comprado pelo Rio de Janeiro (exaltado por criar o primeiro Plano Estratégico do Hemisfério Sul), que passou a cobiçar seu *modus operandi*, que, como veremos no Capítulo 2, vai reverberar com muita força no estilo adotado por aqueles que irão encabeçar a “revitalização” da área central carioca, incluindo sua Zona Portuária, perpassando por suas diversas fases. De todo esse esforço surgiu a primeira candidatura do Rio à sede olímpica para 2004.

O texto que faz a avaliação final do Plano Decenal de 1992 foi bastante tardio em comparação ao prazo de dez anos desde a sua promulgação, e aponta, como uma das diretrizes reavaliadas e atualizadas ao longo das Audiências Públicas realizadas sob coordenação do Secretário Municipal de Urbanismo (à época, Alfredo Sirkis), para a “Macrozona de

---

<sup>13</sup> Cujas primeira gestão como Prefeito do Rio de Janeiro deu-se entre 1993 e 1996.

<sup>14</sup> Cujas gestão como Prefeito do Rio de Janeiro deu-se entre 1997 e 2000.

Ocupação Incentivada”<sup>15</sup> (Figura 6) da AP 1 a promoção da “revitalização” urbana da Zona Portuária e dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (ou seja, já restringindo mais a área de abrangência geográfica anteriormente proposta), mediante:

Renovação urbana, com investimentos em infraestrutura e produção de moradia; Requalificação dos espaços públicos, ampliação das áreas verdes e da arborização; Recuperação de imóveis com importância histórica, arquitetônica ou estética, do patrimônio arquitetônico e do patrimônio cultural; Estímulo à implantação de hotéis, lojas, escritórios, centros culturais e entretenimento; Melhoria das condições de acesso rodoviário ao bairro do Caju.

(PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2008)

No mesmo documento, foram estabelecidas estratégias de desenvolvimento a partir da leitura de aspectos relevantes para a definição de linhas estruturadoras e eixos de ação “para a gestão físico-ambiental do Município”. Entre elas, destacamos as seguintes estratégias: - Controle do adensamento das áreas consolidadas e estímulo à ocupação das áreas infraestruturadas e subutilizadas e - Requalificação e revitalização das áreas consideradas degradadas. Sem, contudo, definir o que se prevê como “requalificação” e “revitalização”, nem o que se entende por “áreas degradadas”.

A *fase Sirkis* foi marcada, além da criação do Programa de Revitalização da Área Portuária (cuja concepção estendeu-se de 2001 a 2003), por duas grandes propostas de parcerias público-privadas (PPPs), pelo projeto da Cidade do Samba e da Vila Olímpica da Gamboa, pela elaboração do projeto Museu do Rio na Praça Mauá, por grandes remoções de moradias (classificadas como “pactuadas”, de acordo com sua biografia<sup>16</sup>) e também pela representação que fez do Prefeito César Maia em conferências internacionais (em Seul, Istambul, Atenas, Paris e Berlim). É válido ressaltar que esse tempo em que ficou à frente da SMU, de 2001 a 2006, foi um período em que também assumiu a presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) – cuja origem remonta a 1979 com a instituição da Fundação RioPlan, transformada em 1999 em Empresa Municipal de Informática e Planejamento (IplanRio), quando, a partir de tal desmembramento, o IPP assumiu as atividades de planejamento urbano, produção cartográfica e de estatísticas do Rio de Janeiro

<sup>15</sup> Macrozona de Ocupação Incentivada: onde o adensamento populacional, a intensidade construtiva e o incremento das atividades econômicas e equipamentos de grande porte serão estimulados, preferencialmente nas áreas com maior disponibilidade ou potencial de implantação de infraestrutura.

<sup>16</sup> Na biografia de Alfredo Sirkis destaca-se a criação de uma Gerência de Operações Especiais (GOE) e a realização (pela primeira vez na história da SMU) de “demolições administrativas e outras ações de repressão à agressões urbanísticas de variado tipo”, incluindo “a remoção pactuada de edificações irregulares” no Recreio dos Bandeiras, na Baixada de Jacarepaguá, na zonas Sul, Oeste e Norte (Disponível em: [http://www.sirkis.com.br/pop\\_biografia\\_00.htm](http://www.sirkis.com.br/pop_biografia_00.htm)).

até o ano de 2009, quando o gerenciamento do espaço urbano do Rio passa à responsabilidade da SMU e o IPP passa a se especializar em projetos de desenvolvimento econômico.<sup>17</sup>

A título de contextualização, abrimos um parêntese para lembrar que esse foi um tempo em que se preparava o terreno para a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-americanos 2007, durante a segunda gestão César Maia (entre 2001 e 2008, com dois mandatos sequenciais). Com as remoções ligadas ao *espírito* do megaevento, justificadas pela necessidade imperiosa de se abrir espaços para a construção dos equipamentos esportivos, pretendia-se também *limpar* a cidade para a recepção de atletas e turistas de todas as partes do mundo. O legado deixado, como sabemos, inclui gastos públicos superfaturados (com acréscimo de quase 1.000% em relação ao orçamento inicial, realizado no período da pré-candidatura do Rio à sede), uma grande transferência das instalações esportivas edificadas para a iniciativa privada (como, por exemplo, da atual HSBC Arena, antes Arena Olímpica do Rio), além da “[...] concentração privada do solo urbano, a elevação dos preços imobiliários e a diminuição dos espaços de moradia popular. É preciso destacar ainda uma ausência significativa: a inexistência de qualquer legado na mobilidade urbana” (COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012).

Voltando ao Porto, Sirkis interessou-se pelo tema em 1992, no auge da realização dos Jogos Olímpicos de Barcelona, ostentando suas novas instalações portuárias aos turistas. Representando a cidade do Rio, a convite da Prefeitura, participou de um seminário em Veneza, quando se encantou com a intervenção no porto de Roterdã, na Holanda, devido ao seu “caráter inclusivo” (GRUNOW, 2010). Praticamente dez anos depois, em dezembro de 2001, o projeto em elaboração no IPP foi tema da grande exposição denominada “Porto do Rio”, realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que reuniu, ainda oito propostas<sup>18</sup>. Dois anos depois, entraram em cena a Fundação Guggenheim<sup>19</sup> – com a proposta de criação de uma filial/franquia do museu nova-iorquino no espaço do Píer Mauá – e o arquiteto francês Jean Nouvel – contratado pela Prefeitura, sem a realização de um concurso

---

<sup>17</sup> Informações disponíveis em: <http://ipprio.rio.rj.gov.br/o-instituto-2/historia/>

<sup>18</sup> “Eram oito as propostas, assinadas por Índio da Costa e Eduardo Villar (recuperação dos armazéns e construção de edifício para cultura e lazer no píer), Jorge Mario Jáuregui (o “não lugar” entre a praça Mauá e o bairro da Saúde), Ronaldo Brilhante (urbanismo incluyente), Ronaldo Saraiva (um “choque arquitetônico” no píer, incluindo a estufa de mata atlântica), Secretaria Municipal de Habitação (restauração com vistas à criação de novas moradias), Clarissa Moreira (recuperação e conversão das instalações existentes e diversificação do sistema de locomoção através de ruas e passarelas), Demetre Anastassakis, Cláudia Mello e Antônio Carlos da Cruz (empreendimento Saúde, recuperação para a moradia de baixa renda) e Gladys Brasil (o píer transformado em ilha, intervenção impactante).” (GRUNOW, 2010)

<sup>19</sup> Fundação criada em 1937 e mantenedora de uma série de instituições culturais de grande porte, como museus internacionais, entre os quais o Museu Solomon R. Guggenheim, localizado em Nova Iorque, entre outros, em Veneza, Bilbao (Espanha), Berlim e Las Vegas. (Fonte: [http://museuguggenheim2009.blogspot.com.br/2009/11/guggenheim-no-rio-de-janeiro\\_2916.html](http://museuguggenheim2009.blogspot.com.br/2009/11/guggenheim-no-rio-de-janeiro_2916.html)).

público para isso (para revolta dos demais arquitetos que expuseram suas propostas anteriormente) – para dar cabo ao projeto, exacerbando a “condição museu-shopping-parque temático” (NOBRE, 2009), alçando ao protagonismo o projeto do porto. Em meio a muitas críticas e protestos em torno das negociações às escuras, da previsão de gastos de R\$ 1 bilhão para a construção e manutenção do museu, artistas, vereadores e integrantes do Sindicato dos Trabalhadores do Rio distribuíam panfletos defendendo a conversão do valor que seria gasto com o *Guggenheim* Rio para a construção de 6.000 escolas, 7.000 creches e 4.000 postos de saúde, além da injeção de recursos nos museus já existentes, e não em projetos estrangeiros que viam um enorme potencial de mercado no Rio de Janeiro<sup>20</sup>.

**Figura 3:** Proposta de Macrozoneamento por Áreas de Planejamento



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Contudo, nesse tempo os olhares dos grandes empresários da construção civil no Rio de Janeiro – para quem se precisa *vender as ideias* de abertura de uma nova frente de atuação na cidade – estavam focados na Barra da Tijuca, em crescente explosão imobiliária. E nessa fase Sirkis, um último sopro voltado para a Zona Portuária deu-se em meados de 2004, por

<sup>20</sup> Informações disponíveis em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u69579.shtml>

meio de uma seleção de projeto para tratar paisagística e ambientalmente o viaduto da Perimetral, da Praça Mauá até a Rua Barão de Tefé – cujo projeto da equipe vencedora custaria hoje algo em torno de R\$ 20 milhões.

Dando um pequeno salto temporal, em 2009 inicia-se a *era Paes*, que após sua experiência enquanto subprefeito da Barra da Tijuca, do Recreio dos Bandeirantes e de Jacarepaguá, assume a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro<sup>21</sup>. Logo no décimo mês de seu primeiro ano de mandato houve o anúncio, por parte do Comitê Olímpico Internacional (COI), de que o Rio de Janeiro seria sede dos Jogos de 2016 – quando o projeto de “revitalizar” a Zona Portuária estava novamente em voga, lançado sob o Título “Porto Maravilha”, onde agregou ao plano desenvolvido pelo IPP:

[...] [U]ma nova **base legal** de uso e ocupação do solo, **mecanismos** urbanísticos e financeiros de uma operação urbana consorciada, **incentivos** fiscais e tributários para a construção civil e para o **empresariado** do comércio, serviços, hotelaria, habitação e entretenimento, assim como parcerias para a recuperação do **patrimônio** histórico e cultural, entre outras.

(GRUNOW, 2010. Grifo do autor)

Ao economista Felipe Góes – que assumiu a presidência do IPP e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, acumulando os cargos com a chefia da assessoria para Assuntos Econômicos – foi delegada a tarefa de atrair investimentos por meio de uma visão estratégica e de identificar os potenciais econômicos da cidade, nas palavras de Paes, tendo a missão de promover a “revitalização” da Zona Portuária e, para isso, atuando como um *vendedor do Rio* – sim, vendedor, daqueles que precisa criar atrativos e estratégias de marketing a fim de comercializar nada menos que o próprio espaço urbano, visto como mercadoria.

Ele vai atuar como uma espécie de vendedor do Rio. Terá um papel importante na visão estratégica da cidade, atraindo novos investimentos, além de gerenciar grandes projetos. Na revitalização da área portuária, Góes terá a função fundamental de juntar as partes interessadas e desenvolver a modelagem econômica do que se pretende fazer no porto”, disse Paes. “No IPP, Felipe Góes vai gerir importantes indicadores econômicos do desenvolvimento da cidade que serão de grande ajuda na elaboração do

---

<sup>21</sup> Quatro dias depois das eleições de 2008, o então eleito prefeito Paes convidou Sirkis à Fundação Getúlio Vargas, onde mantinha seu escritório de transição, para pedir-lhe para apresentar o programa Porto do Rio (de acordo com notícia publicada em 02/07/2012 no blog de Alfredo Sirkis, disponível no sítio [www.sirkis.com.br](http://www.sirkis.com.br)).

orçamento do município e no estabelecimento de metas a serem atingidas pelo governo.<sup>22</sup>

Paes lançou o Plano Estratégico 2009 - 2012, sob o título “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo”, onde se diz sobre a necessidade de estabelecimento de um *projeto de futuro* para nortear uma lógica de “pensar no longo prazo para agir no curto prazo”. Anunciado como “o primeiro plano estratégico da Prefeitura”, negligencia o Plano Estratégico levado a cabo em 1993 e 1994. Nas diretrizes de infraestrutura urbana era utilizado o termo “requalificação da área central da cidade” e “revitalização da área portuária e de bairros adjacentes, com o aproveitamento do potencial imobiliário e consequente estímulo à geração de empregos”. Dentre as metas de infraestrutura urbana estavam incluídas a construção de 50 mil novas unidades de habitação de interesse social na cidade, através de parcerias com o setor privado e outras esferas de governo, a redução em pelo menos 3,5% as áreas ocupadas por favelas na cidade (de 2008 a 2012) e a conclusão da fase 1 do projeto Porto Maravilha (que incluía a “abertura da Pinacoteca, a reforma do Pier Mauá, a recuperação de armazéns nas docas, a revitalização do bairro da Saúde, a garagem subterrânea da Praça Mauá e a construção de um novo acesso viário ao porto” [PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009c]).

Foi então criada a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio, delimitada pela Lei Complementar nº 101, de 23/11/2009<sup>23</sup>, que também institui a Operação Urbana Consorciada (OUC) da mesma “região” (de acordo com o texto legal), compreendendo um conjunto de “intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental” (Art. 1), incluindo na área de referência parte das Regiões Administrativas I, II, III e VII. Prevê a reestruturação urbana da AEIU por meio da “ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público”, visando a “**melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores**, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região” (Art. 2º, grifos originais). O problema é que instrumentos como esse das “Operações Urbanas”, por exemplo, têm sido

---

<sup>22</sup> A notícia, quando da eleição de Paes em 2008 para o seu primeiro mandato, pode ser encontrada em <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0..OI3361063-EI11874.00-Rio+Goes+sera+assessorchefe+de+Assuntos+Economicos.html>

<sup>23</sup> Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/bff0b82192929c2303256bc30052cb1c/b39b005f9fdbe3d8032577220075c7d5?OpenDocument>

capturados pelos interesses vinculados à promoção de “revitalizações”, dentro do espírito do “neoliberalismo urbano”, objetivando, na prática, a criação de novas frentes de investimento para o capital privado e a geração de novos espaços residenciais para a classe média, em detrimento da população mais pobre (SOUZA, 2009b).

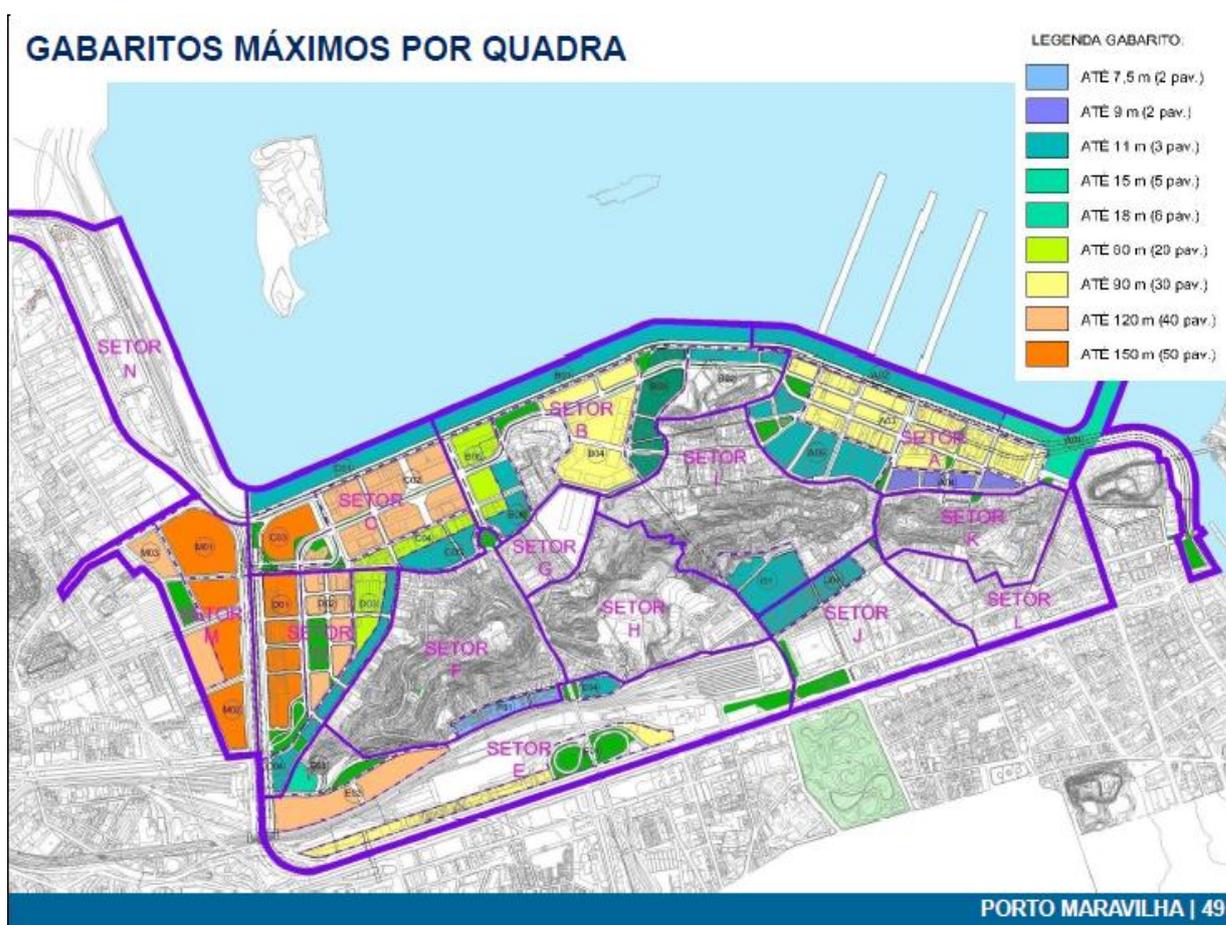
A Lei Complementar nº111/2011 instituiu o atual Plano Diretor do Rio de Janeiro, sob a vigência do atual prefeito Eduardo Paes. Por meio dele, foi implementado o instrumento de aumento de Índice de Aproveitamento do Terreno (IAT)<sup>24</sup>, que estabelece a alteração dos limites de construção por outorga onerosa em determinadas áreas do território, instrumento já previsto pelo Estatuto da Cidade. De acordo com a PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2011), “o Plano Diretor faz menção a algumas leis específicas anteriores, que têm assim seus índices de IAT mantidos”, como é o caso da AEIU do Porto. No entanto, garante-se o direito de construir acima do IAT por meio da compra de potencial adicional de construção oferecido pelo Poder Executivo em leilões público, promovendo, assim, uma flexibilização da legislação anterior. E a definição de coeficientes máximos de aproveitamento do terreno tem como referência a capacidade da infraestrutura, a acessibilidade a equipamentos e serviços, a proteção ambiental e cultural e os vetores de crescimento da Cidade (Art. 80). Para se ter certeza de que nossa área de estudo é alvo (prioritário, inclusive) de tal mecanismo, vê-se, no Art.33, que a ocupação urbana do Município deverá ser orientada pelos “Vetores de Crescimento da Cidade”, entre os quais a Zona Portuária aparece no III Vetor, que presume a “ocupação de vazios urbanos nas Macrozonas de Ocupação Incentivada”. Dessa forma, a aquisição do direito de construir poderá ser convertida em Certificados de Potencial Adicional de Construção (vulgarmente conhecidos por sua sigla: CEPACs) em uma área como a Zona Portuária, definida em uma Operação Urbana e como uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) – onde, também, o Poder Executivo pode autorizar a outorga onerosa do direito de alteração de uso. A contrapartida financeira é calculada com base no valor do metro quadrado relativo ao tipo de uso original e no valor decorrente da expectativa de valorização do empreendimento em decorrência da transformação proposta pelo interessado, sendo calculado com base no mercado imobiliário vigente no município (Art. 82).

---

<sup>24</sup> “O Índice de Aproveitamento do Terreno é um número que, multiplicado pela área do lote, indica a quantidade máxima de metros quadrados que podem ser construídos em um lote, somando-se as áreas de todos os pavimentos.” (Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2007/12/taxa-de-ocupacao-e-coeficiente-de-aproveitamento/>). Em síntese, e para efeitos práticos da Lei Complementar, o IAT é a relação entre a área edificável permitida e a área do terreno.

Na OUC Região Portuária, em 2009, também houve a aprovação da alteração dos gabaritos máximos por meio de um zoneamento (Figura 4). Em algumas áreas (setores A e B), por exemplo, a ampliação foi de 18m para 90m, e outras (setores C, D, E e M) há a previsão dos gabaritos mais elevados (com gabaritos de 90m, 120m e 150m), sob a justificativa de serem áreas que não interferem na paisagem dos morros arredores (nessas franjas há a manutenção de gabaritos mais baixos, de até 15m para os setores A e B, e de 15m e 60m para os demais supracitados) e “onde se pode alcançar uma maior escala na renovação urbana, que virá a ser referência para o resto da cidade” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010b). Podemos verificar de forma mais visualmente concreta por meio da Figura 5 que, materialmente, os gabaritos mais elevados podem chegar à construção de até 50 andares (ou pavimentos), o que marcará um contraste fortíssimo com os usos e formas espaciais ali cristalizados e verificados hoje.

**Figura 4:** Gabaritos máximos permitidos na OUC Porto Maravilha



Fonte: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2010b)

**Figura 5:** Novos gabaritos (em andares) permitidos na OUC Porto Maravilha



Fonte: [fernandonogueiracosta.wordpress.com](http://fernandonogueiracosta.wordpress.com)

Assim, a “revitalização” (nome extremamente ideológico, que traz a ideia do imperativo do *novo*, que traria *vida* ao que estava *morto*, deteriorado – desconsiderando toda a agência dos sujeitos sociais e históricos ali enraizados, como veremos mais a frente) da Zona Portuária e de parte do Centro do Rio, discutida há muitos anos, mas agora com o cronograma acelerado pelos projetos olímpicos e também facilitada pelo entrosamento entre as esferas municipal, estadual e federal e com a iniciativa privada, tem sido olhada pelo viés economicista e culturalista (com a criação de tantos novos museus, por exemplo), sob uma perspectiva parcial e não integradora da realidade social. A criação de “espaços de arte, cultura, entretenimento, educação e habitação” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009a) é uma tentativa de homogeneizar os usos do solo urbano naquela área por meio da remoção de atividades que não condizem com os projetos de cidade que são pretendidos – porque vida existe, mas o que interessa são “vidas” com poder de compra, que integrem a demanda solvável da sociedade (SOUZA, RAMOS e MOREIRA, 2009).

As operações realizadas pela Secretaria de Ordem Pública (SOP), por meio do “Choque de Ordem” e do “Choque de Legalidade”, são o exemplo mais cabal disso. Implementados desde o início da *fase Paes*, clamava-se pelo “fim da desordem urbana”, que seria “o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral”, contribuindo, por sua vez, para o banimento “[d]as pessoas e [d]os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009b). Tais discursos oficiais vendem facilmente para a “população”, sobretudo para a classe média, a ideia de que é possível e necessário “limpar” a

cidade, começando por sua área central – praticamente como uma reedição da Reforma Passos mais de 100 anos depois – no estilo de uma *nova limpeza étnica* (com forte conteúdo racista, por meio de uma política repressiva que pretendia purgar da paisagem urbana os trabalhadores ambulantes, os moradores de rua, as moradias irregulares (das favelas e das ocupações de sem-teto, conforme Figura 6) etc. Uma busca por expelir os pobres urbanos<sup>25</sup> e a informalidade, sobretudo através de operações realizadas na área central da cidade, preparando-a e reservando-a para as finalidades pretendidas com a “revitalização”.

Sob o nome fascistófilo de ‘Choque de Ordem’, [...] entre as ações que visariam a garantir a tão sonhada ‘ordem’ se contam a erradicação do comércio informal e, mais amplamente, a expulsão dos usos informais (isto é, legalmente irregulares ou ainda não “regularizados”) do Centro da cidade e de seu entorno, notadamente da Zona Portuária. Eliminar a favela do Morro da Providência (a mais antiga do Rio, localizada na Zona Portuária), seria um objetivo desejável para a burguesia da “Cidade Maravilhosa” (e, mais importante ainda, seria poder remover todas as favelas, em especial as da Zona Sul); mas, como diferentemente da malograda onda de remoções de favelas dos anos 60 e 70, não há, na atual conjuntura, nem recursos nem viabilidade política para isso, a abordagem torna-se mais pragmática: “pacificar” as favelas (que é a atual linguagem disciplinar oficial) e – aí sim –, no caso das ocupações de sem-teto, impedir novas e “regularizar” ou, sempre que possível, preferivelmente erradicar as existentes. Desde o início de sua gestão, Eduardo Paes já ordenou mais de 40 despejos em toda a cidade [...].

(SOUZA, RAMOS e MOREIRA, 2009)

A própria instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência, na própria Zona Portuária, segundo RODRIGUES (2013), contando com uma elevada “densidade policial” – uma média de cerca de 16,8 policiais por 1.000 habitantes, enquanto a média no estado do Rio de Janeiro é de 2,36 policiais por 1.000 habitantes, ou seja, quase 8 vezes maior que a proporção estadual – deslocando destacamentos da polícia para ocupar permanentemente a primeira favela carioca com o objetivo de exercer o poder sobre esse espaço (conforme veremos no Capítulo 3), somada à implantação de uma Unidade

---

<sup>25</sup> SOUZA (2008) e RAMOS (2012) constatarem que as condições de vida e trabalho da maioria dos trabalhadores em um país semiperiférico sempre foram precárias, e que, nos últimos anos (com a reestruturação produtiva, “acumulação flexível”, terceirização, desregulamentação parcial do Direito do Trabalho), nos marcos do estágio atual da globalização e da hegemonia de economias políticas neoliberais, os trabalhadores pobres do setor formal são maciçamente atirados no mundo geralmente pior da informalidade. De modo que “[a]quilo que já era precário, em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desamparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma frequente deterioração do modesto padrão de consumo.” (SOUZA, 2008: 131-132). Feita tal consideração, ressaltamos que não problematizaremos aqui a condição de *hiperprecarização* dos pobres urbanos, que constituem o “heterogêneo universo dos trabalhadores informais e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços extremamente desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas” (*op cit.*).

de Ordem Pública (UOP) denominada “Porto Maravilha”, contribui para o reforço de tais discursos e a consolidação de tais expectativas, onde, de forma extremamente autoritária, promovem-se algumas “correções disciplinares” preparadas pelo Prefeito.

No entanto, observando a cidade enquanto objeto em um constante jogo de distintos interesses, desencadeadores de conflitos urbanos, encontramos nessa disputa pelo espaço focos de tensão e de novas proposições no cenário das lutas (implícitas e explícitas) urbanas.

**Figura 6:** Quadro-síntese do número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção, por comunidade – Cidade do Rio de Janeiro (2011)<sup>26</sup>

| Comunidade                      | Tempo da ocupação | Número de famílias removidas | Número de famílias ameaçadas | Total de famílias | Justificativa  |
|---------------------------------|-------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------|--|
| Ocupação Machado de Assis       | Sem informação    | *                            | 150                          | 150               | Projeto Porto Maravilha - revitalização da zona portuária          |
| Ocupação Flor do Asfalto        | 2006              | *                            | 30                           | 30                | Projeto Porto Maravilha - revitalização da zona portuária          |
| Rua do Livramento e adjacências | Sem informação    | *                            | 400                          | 400               | Projeto Porto Maravilha - revitalização da zona portuária          |
| Ocupação Boa Vista              | 1998              | 35                           | *                            | 35                | Projeto Porto Maravilha - revitalização da zona portuária          |
| Morro da Providência            | 1987              | *                            | 835                          | 835               | (1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco |

Adaptado de: Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas (2012)

\*\*\*

O objetivo até aqui foi mostrar o espaço não enquanto um recorte estático através do tempo, mas como “aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir” (MASSEY, 2008:95). Os elementos que o compõem estão impregnados de temporalidade, permitindo-nos compreendê-los a partir da multiplicidade de trajetórias, e, assim, de vozes. Para tanto,

<sup>26</sup> Os dados foram levantados em 2011, porém, depois disso, já aconteceram muitas remoções no Morro da Providência, além da total remoção da Ocupação Flor do Asfalto. Não obtivemos dados sobre a Ocupação Machado de Assis.

enxergar a construção relacional do espaço torna-se fundamental, e a elaboração de um projeto cujos marcos serão (e estão sendo) sentidos tanto sobre o espaço quanto no tempo implica em afetar direta e indiretamente, e em graus distintos, diferentes agentes envolvidos nas ruas, nos bairros, na cidade e em outras escalas atingidas por meio de suas repercussões – ou para onde se pretende projetar seus efeitos. É nesse sentido que buscaremos os delineamentos dos capítulos a seguir.

## CAPÍTULO 2 – Do Porto para a cidade...



**Figura 7:** Imagem de postal do Porto do Rio em 2002 (Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br>).

O remeter a um olhar do Porto para a cidade (tal qual a imagem acima, da Figura 7) nos proporciona uma leitura extrínseca, para além dos limites não apenas da Zona Portuária em si, mas também da própria *urbe* carioca. Uma percepção que vem de fora, que se espera de fora, que se pretende e que se concretiza, muitas vezes, para fora, a despeito dos valores e perspectivas internas – e aí falamos em diferentes escalas e níveis mesmo. Discursos que mobilizam exemplos de outras cidades ao redor do mundo que empreenderam projetos de “revitalização” em suas áreas centrais e portos e que também sediaram megaeventos esportivos e teriam uma larga experiência de aprendizado ao oferecerem um modelo de planejamento de seus espaços e de gestão dos mesmos. Teriam um *modo de fazer* já prescrito, didaticamente ensinável com vistas à exportação.

A partir desses modelos, que seguem tendências mundiais e não estão descolados da contextualização dos processos de transformação do mundo capitalista, foram prescritas quase que como *fórmulas* ou *receitas de bolo* um jeito de se organizar a sociedade sobre o espaço geográfico, um meio de *ordená-lo* e de fazê-lo tornar-se mais rentável e lucrativo, tornando-o mais *atrativo* para se obter novos olhares e, conseqüentemente, novos e vultuosos investimentos – que, por sua vez, poderiam fazer, novamente, *o bolo* econômico *crescer*. Só basta questionarmos em quantas fatias ele será repartido e quem dele desfrutará e irá saboreá-lo...

### 2.1 “Eu quero ser você amanhã!”: Uma Barcelona em terras tupiniquins

O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) promoveu, em março de 2010, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e com o PROURB/FAU-UFRJ, o 1º Seminário “A

Olimpíada e a Cidade – Conexão Rio-Barcelona” (Figura 8). O evento contou com a presença de autoridades governamentais locais e internacionais, além de uma série de empresários e empreendedores privados. Em outubro do mesmo ano, a cidade recebeu o evento Conexão Rio-Londres, e em junho de 2012 ocorreu a 2ª edição do evento Conexão Rio-Barcelona, ambos promovidos pela Prefeitura do Rio com a finalidade de manter uma série de troca de experiências sobre as cidades-sede dos Jogos Olímpicos<sup>27</sup>. Na abertura deste último, Paes apresentou o ex-prefeito da capital catalã, Pasqual Maragall, que comandou a transformação urbanística de Barcelona para os Jogos de 1992, da seguinte forma: “- Sabe aquela velha máxima do ‘eu quero ser você amanhã’? Eu quero ser esse cara!” (de acordo com a fonte, com tapinhas nas costas e tudo).

**Figura 8:** Slogan do Seminário “A Olimpíada e a Cidade – Conexão Rio-Barcelona”



O projeto de “revitalização” da Zona Portuária do Rio traz, portanto, um rastro de precursores dentro do que poderíamos definir como um *estilo catalão*, permeado na atual *fase Paes* sob o título do Porto Maravilha, mas também perpassado por diferentes tempos e valorizado por muitos dos planejadores e gestores atuantes no Rio de Janeiro. Para compreendê-lo melhor, faz-se *mister* estabelecermos uma contextualização a fim de visualizarmos as tendências seguidas em diversas partes do mundo no que tange ao planejamento e à gestão urbana, já que experiências de “revitalização” urbana têm sido materializadas em diversas cidades, tanto de países ditos “centrais” quanto de “(semi)periféricos”, como o Brasil.

Para entendermos o pano de fundo que justifica a implementação de tais processos, temos que ir mais a fundo nas transformações do cenário mundial, a fim de compreendermos *o que e quem* está por trás dessas novas configurações impostas ao espaço urbano. Assim, o contexto da reestruturação do capitalismo é fruto de uma mudança não apenas na esfera produtiva (relacionada aos processos econômicos de produção de bens materiais), mas também na própria mentalidade que passou a nortear as relações de trabalho, as formas de

<sup>27</sup> Fonte:

[http://www.tourisnews.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1108&Itemid=104&lang=en](http://www.tourisnews.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1108&Itemid=104&lang=en)

controle e difusão de tecnologias e as relações de poder – que, por sua vez, “estão sempre implicadas em práticas temporais e espaciais” (HARVEY, 1989:206). De acordo com SOUZA (2009b), frente ao colapso do modelo de acumulação fordista e do financiamento público (este resultante da própria crise dos Estados nacionais, não mais sustentadores de um modelo de bem-estar social), e de uma mudança de paradigma tecnológico, houve uma reorientação da política urbana a partir da segunda metade dos anos 70. HARVEY (1989:105) aponta que “a relação entre o desenvolvimento capitalista e o Estado tem de ser vista como mutuamente determinante, e não unidirecional”, de tal modo que “o poder estatal não pode ser mais nem menos estável do que permite a economia política da modernidade”. Assim, a alternativa neoliberal encontrada foi a delegação da gestão de espaços e de políticas urbanas ao capital, atraindo-o por meio de incentivos fiscais e de regras mais flexíveis para viabilizar empreendimentos através de contratos de parceria com empresas privadas.

Nos anos 80 e 90 começaram então a emergir programas de “renovação”, “requalificação” e “revitalização” urbana, pautados na melhoria de infraestrutura e de serviços de apoio às atividades econômicas localizadas em áreas específicas da cidade. Segundo COMPANS (2004), a escala do planejamento mudou, passando a circunscrever-se às áreas centrais ou antigas zonas portuárias, visando garantir uma rentabilidade segundo critérios de funcionalidade e eficiência às atividades econômicas. A valorização promovida nas áreas centrais das metrópoles cria, então, as condições ideais para que o capital possa ser reinvestido, rendendo aos seus investidores altas taxas de lucro. Passou-se, então, a atender a novas demandas, restritas apenas a partes específicas da cidade, mas que, no fundo, relegam as próprias demandas sociais constituídas nessas escalas microlocais, em detrimento das necessidades impostas no contexto macro, com vistas ao aumento das transações e da intensidade dos fluxos econômicos, comerciais e financeiros.

A partir de então, tem sido crescente a exportação, sobretudo a países (semi)periféricos, de modelos de projetos e de intervenções urbanas realizados em cidades europeias, como Barcelona e Londres, e norte-americanas, como São Francisco, que, apesar de serem abordados como “casos de sucesso”, segundo leituras críticas vieram a falir e falhar muito antes de darem certo. Buenos Aires, por exemplo, é uma das cidades que sofreu esse processo de “revitalização” no Puerto Madero. Tais modelos são inspiradores do projeto de “revitalização” da Zona Portuária carioca (conforme podemos ver na Figura 9, em matéria de um jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, onde “especialistas anteveem um novo Puerto Madero” aqui), de interesse dos grandes proprietários de imóveis corporativos no Centro da cidade e de grupos de comerciantes, e sobre onde os olhares de fora da cidade em

direção ao porto têm depositado expectativas altíssimas. Inclusive ressaltando a possibilidade de tornar espaços “feios” em alvos de interesse da classe média alta.

**Figura 9:** Matéria sobre previsão de um novo Puerto Madero na Zona Portuária carioca



Fonte: Extraído do jornal O Globo em matéria publicada em 10/07/2009

Mas o que escondem esses projetos com vista modernizante? A ideologia hegemônica capitalista de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico presume que prosperidade e bem-estar sejam induzidos a uma minoria já detentora de alto poder aquisitivo, que, não por coincidência, constitui a mesma elite composta tanto por gestores quanto por agências multilaterais, que se prolonga nas plataformas de tomadas de decisão. E assim nascem concepções de planejamento e gestão urbana dotadas de estratégias competitivas no intuito de inserir as cidades nos circuitos espaciais da economia globalizada,

como no caso do Rio de Janeiro (COMPANS, 2005:17), carregando em si a intencionalidade dos agentes neles diretamente envolvidos.

Seguindo diretrizes de modelos estrangeiros, como o de Barcelona, cujo esforço de cooperação com uma cidade do mundo (semi)periférico reproduz o aspecto colonialista dessa relação já fortemente consolidada, há uma justificativa passivamente aceita a partir de um certo “caráter humanitário” e de “solidariedade” para a abertura de novas perspectivas mercadológicas aos capitais europeus, por meio da transferência de tecnologias que promoveriam uma desejada inserção competitiva da cidade, fazendo desta um “espaço de ganhos para os detentores do poder de investir” (ACSELRAD, 2005)<sup>28</sup>. Essa aparente “generosidade” embutida na filosofia de que “eles ensinam e nós aprendemos” camufla a ilusão de que poderíamos reproduzir, sem ressalvas e independente das particularidades locais, esse mesmo processo de reestruturação econômica e urbanística ocorrida em cidades do dito “Primeiro Mundo”, como Barcelona. Vale ressaltar que essa cooperação, estabelecida desde o início da década de 90 por meio da realização de seminários temáticos (como o “Rio–Barcelona: estratégias urbanas”, realizado já em 1993) e da contratação de uma consultoria catalã, é a mesma até hoje estabelecida para as negociações do “Porto Maravilha”, apresentando-se como uma parceria que deu certo na perspectiva da redenção da cidade às lógicas especulativas do mercado imobiliário e de atração de investimentos privados.

Há, portanto, essa difusão da experiência administrativa catalã sendo muito bem aceita e não problematizada, obtendo a finalidade desejada pelos catalães em torno da adoção de um forte marketing institucional, apresentando apenas seus êxitos e as grandes oportunidades de estabelecimento de negócios. A “venda” de seu pacote, o modelo do empreendedorismo urbano, insere a cidade do Rio na busca pela adaptação de suas formas institucionais locais (e também das suas formas físicas) aos objetivos da inserção competitiva, “ao referenciar a proposição de uma agenda de intervenções físicas e modificações na estrutura legal e administrativa a tendências mercadológicas observadas na dinâmica da economia global” (COMPANS, 2005:23).

Uma matéria do jornal O Globo (Figura 10), cujo título “Lições de Londres para o Rio olímpico”, assinado por Isabela Bastos, já anunciava a importação da experiência inglesa com os Jogos Olímpicos de 2012 como algo a ser aproveitado pelo Rio de Janeiro, abordava

---

<sup>28</sup> ACSELRAD, Henri (2005) refere-se à “Apresentação” que o autor faz do livro de Rose COMPANS, denominado “Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática”, conforme consta nas referências bibliográficas ao final do projeto.

os planos do governo para o bairro de *Stratford* (de mais de 2 milhões de metros quadrados) na cidade europeia: recuperação de uma antiga área industrial degradada e criação de um “bairro-modelo”, com moradias, bares, escritórios, áreas de lazer, bosques, creches, escolas e hospitais. A semelhança quanto às pretensões do Rio de utilizar o megaevento esportivo como álibi para a “revitalização” por meio do Porto Maravilha é muito nítida.

**Figura 10:** Anúncio de realização do Seminário “Conexão Rio-Londres”

## Lições de Londres para o Rio olímpico

Experiência de ingleses com os Jogos de 2012 será discutida em seminário

Fonte: Título de matéria publicada no jornal O Globo em 14/10/2010

Assim, um denominado “urbanismo *just in time*” (ACSELRAD, 2005) – como se o “momento exato” da produção de novos espaços urbanos, com a venda *a priori* de uma imagem de cidade para uma posterior colheita das benesses (totalmente seletivas em sua apropriação, diga-se de passagem) que a mesma pode fornecer, fosse agora – confere, através do planejamento estratégico, legitimidade ao atendimento de prioridades estabelecidas (sem seguir as demandas de fato locais a partir daqueles sujeitos que vivem e constituem a cidade em si), promovendo uma gestão privada dos negócios públicos, comandada pela lógica do mercado imobiliário. De acordo com JACQUES (2004), o planejamento estratégico constitui-se, em linhas gerais, no modelo de gestão da cidade do Rio de Janeiro, vigente há duas décadas, de matrizes empresariais, tecnocráticas e neo-assistencialistas, que, ao vender uma imagem *espetacular* do município, coloca a cidade como um mero cenário e o cidadão, como um simples figurante. Podemos citar alguns trechos que representam bem tais colocações:

[...] [U]ma das características desse tipo de planejamento é o otimismo: não mencionar os problemas e, se for impossível ignorá-los, destacar-lhes o lado positivo, já que constituem sempre oportunidades para mudar o jogo. Insistir nos “problemas” ou em suas causas é atitude “catastrofista” [...].

(MARICATO, 1997:123)

A cidade como ator político implica em trégua às diferenças. [...] [S]etores [são] excluídos do processo, incapazes de abrir espaço na grandiosa operação de *marketing*, promovida pela parceria entre o setor público e o privado [...]

(MARICATO, 1997:124)

Nesse contexto, uma série de projetos de intervenções urbanas tem sido anunciada como resultado de uma integração oportuna e bem ajustada entre as esferas municipal, estadual e federal do governo e de diversas parcerias público-privadas (*public-private partnerships* – à semelhança dos *Business Improvement Districts* estadunidenses), onde, segundo HARVEY (1996), há a criação de um “clima favorável aos negócios”, significando que o setor público arca com os riscos e o privado fica com os lucros. No processo de produção do espaço urbano carioca, o projeto de “revitalização” da Zona Portuária e do Centro do Rio de Janeiro (discutido já há muitos anos, mas somente agora viabilizado pelas “operações urbanas consorciadas”) – intitulado “Projeto Porto Maravilha” – já vem se materializando através de ações que visam promover, primeiramente, uma “gentrificação”<sup>29</sup> de certas áreas, com uma mudança abrupta do seu conteúdo social, para possibilitar investimentos na criação de novos espaços urbanos. Assim como a estratificação social sempre orientou e justificou intervenções urbanas que “levaram à expulsão de segmentos populares e minorias étnicas das áreas centrais e sua apropriação por grupos de maior poder aquisitivo, incorporadores imobiliários, bancos e empresas transnacionais” (COMPANS, 2004:27), as ações acima pontuadas são subservientes ao capital especulativo, em detrimento da população de baixa renda que ocupa as áreas-alvo de intervenção, e geram um alavancamento do processo de acumulação pela valorização imobiliária, pretendendo criar, através de um *city marketing*, uma “vitrine mundial” no Rio de Janeiro – fato que não pode ser desvinculado do clima eufórico trazido pelos futuros megaeventos esportivos que a cidade sediará (Jogos Olímpicos no Rio em 2016 e Copa do Mundo no Brasil em 2014), cujas comissões esportivas internacionais comandam, inclusive, o gerenciamento do cronograma de obras.

Assim, como podemos perceber através dessas frentes de atuação, na escala local, o capital imobiliário mantém ociosos os imóveis que possui em zonas desvalorizadas, cumprindo uma função clara: servir de reserva de valor, de tal modo que a valorização esperada nas áreas centrais das metrópoles – como, por exemplo, a carioca – crie as condições ideais para que o capital possa ser reinvestido, rendendo aos seus investidores altas taxas de lucro. Por isso SMITH (1996) afirma que o processo de “gentrificação” não representa, prioritariamente, o retorno das pessoas aos centros metropolitanos, e sim o retorno do capital.

---

<sup>29</sup> Compartilhando da crítica de SOUZA (2011d), “‘gentrificação’ é um horrível termo técnico, aportuguesamento canhestro do inglês ‘gentrification’, ou nobilitação, enobrecimento. Na literatura especializada, trata-se do processo, menos ou mais violento, menos ou mais gradual, de substituição da população pobre por atividades econômicas de alto *status* (*shopping centers*, prédios de escritórios, etc.) e residências para as camadas mais privilegiadas”. Por isso utilizaremos o termo sempre entre aspas.

ARANTES (2000:15) aborda esse movimento de volta à cidade como desencadeado pelo “reencontro glamouroso entre Cultura (urbana ou não) e Capital”. COMPANS (2004) ao analisar experiências internacionais, como a de Londres e Barcelona, também afirma que além de não adensar o centro, reduzir os percursos e ampliar as superfícies plantadas, a população ainda diminuiu devido à dispersão suburbana estimulada, sobretudo, pela elevação do preço da moradia (o que chamamos de “expulsão branca”). Em outras palavras, ao invés de uma revitalização das áreas centrais metropolitanas, há, na verdade, uma revitalização do lucro do capital imobiliário. Portanto, é de se questionar a projeção do Porto Maravilha de “crescimento de moradores na área de 20 mil para 100 mil (aproximadamente 30 mil casas)” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009), a menos que se problematize **que tipo de moradores espera-se** que ocupem a Zona Portuária. Outra questão-problema é pensar em **para quem é destinada essa “revitalização”**.

Seguindo os exemplos externos, sobre o próprio exemplo de Puerto Madero MARCOLINI e TABAK (2013) explicitaram que ele acabou “sendo só para ricos”, sem levar a cabo um projeto que previsse a mescla de residências e edifícios comerciais voltados ao atendimento de diferentes estratos sociais, sem privilegiar espaços múltiplos, tanto no que se refere ao uso quanto ao público que a eles teriam acesso. Dessa forma, acabou-se por tornar o bairro uma atração turística, que hoje concentra hotéis, bares e restaurantes de luxo. Conseguiu revitalizar o lucro, portanto, por meio do ingresso de novos investimentos. Mas deixou de lado políticas públicas que garantissem a permanência e a fixação da população já residente no local. Prova disso é a declaração de REGO (2010), em uma obra patrocinada pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo IPP que traz “seis casos de sucesso de revitalização portuária”<sup>30</sup> onde, em meio a muitas belíssimas imagens de paisagens (todas vazias de gente – onde as pessoas apenas aparecem quando há referências a algum símbolo da “novidade” ou ponto turístico), fala-se de um programa de habitação “para oferecer um formato alternativo aos padrões locais”, substituindo o modelo residencial unifamiliar por apartamentos com serviços, que poderiam evitar “os processos de esvaziamento naturais aos grandes centros que abrigam atividades hegemônicas”, mas justamente explorando ao máximo o solo urbano em unidades verticalizadas e elitizadas. A autora menciona ainda que existem organizações cidadãs que lutam contra o Puerto Madero, alegando que, “em vez de um projeto para democratizar o espaço, realizou-se uma grande operação imobiliária com venda de terras

---

<sup>30</sup> Sendo os casos trabalhados: Baltimore, nos Estados Unidos; Barcelona, na Espanha; Cidade do Cabo, na África do Sul; Buenos Aires, na Argentina; Roterdã, na Holanda; Hong Kong, Região Administrativa Especial da China; e o próprio Rio de Janeiro.

públicas para construção de *lofts*, edifícios residenciais com vista exclusiva, restaurantes, caros, torres de escritórios e hotéis”.

Os “sucessos” e exemplos, no entanto, têm os seus revezes... Na mesma coletânea citada acima, DIAS (2010), a respeito do Rio de Janeiro e do Porto Maravilha, diz que a aplicação dos recursos públicos e das PPPs à Zona Portuária carioca “garantirá à cidade uma nova face”, e que “os tempos do amanhã se aproximam rapidamente e, ao que parece, vêm pelo mar”. E os problemas, também serão importados nesse desejo por “ver a cidade mais próxima do mar” (e de tudo o que ele traz de fora)? Ou não se questiona **a quem fica o saldo das intervenções?**

## 2.2 “Venham para cá!”

Com o fito de atrair os investimentos e a atenção de fora para dentro da Zona Portuária, uma série de medidas são criadas para “chamar” empresários e empreendedores imobiliários para o local, por meio da divulgação de vantagens locacionais oferecidas por meio de agentes sociais vinculados ao aparelho estatal. A Lei 5.125/2009, por exemplo, concede os seguintes incentivos fiscais para os que investirem área englobada pelo Porto Maravilha: Isenção de IPTU por 10 anos para novas construções que obtenham o “Habite-se” no prazo de até 36 meses; Isenção de ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) para as transações imobiliárias que obtenham o “habite-se” no prazo de até 36 meses; Isenção de ISS para atividades de construção civil pelo prazo de 36 meses; Redução da alíquota de ISS de 5% para 2% para atividades de Hotelaria, Educação e Entretenimento; Remissão de dívidas de IPTU para imóveis de interesse histórico, cultural ou ecológico, desde que restaurados no prazo de até 36 meses.

Rapidamente, determinações foram feitas na tentativa de reduzir a burocratização a respeito dos entraves para a legalização de terrenos na Zona Portuária, ainda no governo do presidente Lula, com o objetivo de priorizar a compra dos mesmos pela Prefeitura do Rio (conforme Figura 11). A ideia do governo municipal era apostar nos investimentos a reboque dos Jogos Olímpicos como uma forma de dar uma “cara nova” à Zona Portuária e, depois da compra, oferecer tais terrenos à iniciativa privada por meio de leilões públicos – (mais uma) oferta de bandeja servindo aos investidores e à especulação imobiliária, o que pode trazer prejuízos à população local ali residente.

**Figura 11:** Atenção do Governo Federal aos imóveis no Porto do Rio

## Presidente: prioridade para imóveis no Porto

De 20 a 30 terrenos da União na área deverão ser vendidos para o município até o fim do ano

Fonte: Matéria publicada no Jornal O Globo em 14/10/2010

A chegada de investimentos por meio de edificações e projetos amparados pelos benefícios garantidos tem feito da Zona Portuária um canteiro de obras na perspectiva de uma “mudança da paisagem do Porto” – por meio de prédios corporativos, salas comerciais, lojas, hotéis e *shoppings centers* e com torres espelhadas (como é o caso do Complexo Comercial Porto Atlântico, mostrado na Figura 12), elevado gabarito e um contraste muito forte com o que há de “velho” no local, as cristalizações de construções, ruas, símbolos e marcas do Rio antigo.

**Figura 12:** Anúncio de “mudança da paisagem” da Zona Portuária com o Complexo Comercial Porto Atlântico



Fonte: Extraído da Folha da Rua Larga (novembro – dezembro de 2012)

A fronteira imobiliária vê também uma grande oportunidade de negócios por meio desse convite de “Venham para cá!” realizado por meio do Porto Maravilha no filão do mercado habitacional. O Centro e a Zona Portuária – com uma localização altamente privilegiada em termos de acessibilidade dentro de uma metrópole que torna as distâncias

muito maiores em função dos tempos de deslocamento de casa para o trabalho, absurdos por conta dos constantes e sempre presentes engarrafamentos – que passa a ser cobiçado por outras classes sociais como possibilidade de moradia, por meio dos novos condomínios residenciais fechados e adaptados ao que se segue nos padrões internacionais contemporâneos, como podemos observar na Figura 13.

**Figura 13:** Matéria sobre a atração do uso habitacional para o Centro



**‘Centro passa a ser uma zona atraente para a habitação’**

**DEPOIMENTO**

**VICENTE GIFFONI**  
da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetos

▶ Está acontecendo um processo de revitalização do Centro. Com o Porto Maravilha, o bairro passa a ser uma zona atraente para a habitação. O perfil que está buscando imóveis nessa região é mais jovem: são solteiros, casais e famílias que estão começando. Eles têm uma demanda por um imóvel mais contemporâneo, mais descomplicado, com soluções em que se privilegia o bem-estar, com menos compartimentos e mais integração entre os espaços. O conforto visual, como no caso dos lofts, deverá ser privilegiado. Você muda as configurações habitacionais (como tamanho de apartamentos e distribuição de cômodos) para se adequar a essa tendência internacional, que está se consolidando no Brasil. Principalmente em regiões novas, como o Porto Maravilha.

Fonte: Extraído do jornal Extra, em matéria publicada em 06/01/2013

As novas edificações da Zona Portuária deverão, contudo, se enquadrar nos parâmetros urbanísticos e ambientais previstos, quais sejam: Parâmetros específicos de afastamento e recuo; Uso de aquecimento solar; Uso de materiais com certificação ambiental; Economias de consumo de água e reaproveitamento de águas pluviais e servidas; Uso de telhados verdes e/ou reflexivos do aquecimento solar; Economia e/ou geração local de energias limpas; Maximização da ventilação e iluminação natural; Facilitação de acesso e uso de bicicletas. O cumprimento dessas exigências soa, inclusive, como um reforço das

estratégias de marketing e venda de novos espaços construídos, como veremos na análise discursiva do subcapítulo 3.2.

A promoção de eventos voltados a um público com alto poder aquisitivo, além de programações em meio às datas-chave, durante a realização de outros eventos de grande porte, é outra prova de um esforço para a atração de olhares e investimentos do Porto para a cidade, e, sobretudo, para o grande projeto de uma “nova cidade” partindo daquela escala microlocal. Festas de luxo de *réveillon* (como o *Reveillon Chiq*, que ocorreu na virada de 2012 para 2013, com ingressos sendo vendidos por um valor a partir de R\$ 310); o projeto do coletivo *Wunderkummer*, que traz artistas da Dinamarca, chamado de *Drive In Rio*, que fez parte da programação oficial da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, ocorrido em junho de 2012); Festival do Rio de Cinema; o evento de moda *Fashion Rio*; Festival Internacional de Danças Urbanas, denominado Rio H2K (ocorrido do final de maio ao início de junho de 2013)... Estes e outros eventos já sediados no Armazém 6, denominado de “Armazém da Utopia”, no Cais do Porto, demonstram uma intenção de torná-lo palco de espetáculos, alvo da indústria do entretenimento, que englobam a fomentação da diversão e a preocupação com a atração de novas pessoas para aquela área da cidade, para deleitarem-se em uma perspectiva de espectadoras, alimentando o consumo do espaço, concordando com a afirmação de ARANTES (2000) de que “[...] há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias” – (re)afirmando a “relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital”.

### **2.3 Os produtores do espaço da Zona Portuária carioca**

Antes de adentrarmos nos discursos propriamente ditos, objetos de nossa análise dos próximos dois capítulos (3 e 4), cabem alguns esclarecimentos sobre o que entendemos a respeito dos produtores do espaço urbano e suas ações. A começar pela não problematização e aprofundamento de uma abordagem sociológica que diferenciasse os termos “sujeitos”, “agentes” – que aqui, por uma opção nossa, serão tratados como sinônimos daqueles envolvidos na produção e modelação do espaço urbano, havendo, portanto, uma alternância entre eles de forma a tornar o texto menos repetitivo. Apenas excluímos o termo “atores”, pois acreditamos já adentrar por um outro campo, onde teríamos que respaldar a agência em um “palco urbano”, preche de encenações.

Feitas tais ressalvas, considerando o espaço não como uma entidade apenas objetiva, mas cuja objetividade é lida (inter)subjetivamente e cuja materialidade é dotada de significações específicas para cada sujeito – que são também compartilhadas por vários sujeitos –, ao pensarmos em um espaço intraurbano como a Zona Portuária do Rio de Janeiro, que vem sendo alvo dessas intensas intervenções em prol de um projeto de “revitalização”, é necessário refletirmos sobre quem são os agentes promotores dessas alterações, desde a montante, quando são planejados os objetivos, as metas e as ações a serem empreendidas, até a juzante, onde são sentidos os efeitos de tudo o que é realizado anteriormente ao longo de todo o percurso e trajetória de negociações que irão viabilizar as medidas a serem adotadas.

As práticas cotidianas dos sujeitos são descritas por HARVEY (1989:195) a partir da consideração de que são eles “agentes movidos por um propósito engajados em projetos que absorvem tempo através do movimento no espaço”. Segundo CORRÊA (2011:43), são “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” que produzem o espaço, refletindo necessidades e possibilidades sociais.

Considerando que **práticas espaciais** são “práticas sociais densas de espacialidade” e que as mesmas podem servir “tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (...), quanto à (...) autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente” (SOUZA, 2009a), percebemos que o confronto entre ações heterônomas e ações autônomas polariza as esferas de influência e de apropriação do espaço urbano de acordo com interesses distintos vinculados aos diferentes grupos sociais que atuam na produção da cidade (CORRÊA, 2005).

Quando falamos sobre práticas espaciais, estas, no geral, podem ser entendidas como as práticas sociais que se dão, tanto de forma direta quanto indireta, sobre o espaço. Realizadas pelos diversos agentes de produção do espaço urbano, atuam modelando o mesmo não só materialmente (gerando “rugosidades” [SANTOS, 2008:140]), como também simbolicamente (através dos preconceitos, símbolos e signos inscritos no espaço), conforme aponta SOUZA (2006b:112).

Quem produz um dado espaço e o que nele se produz, além das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço, podem ser aspectos cruciais para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo. De acordo com SOUZA (2009a:60), “as razões e motivações para se conquistar ou defender um

território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico [...]”, no entanto, a apropriação de espaços dá-se pela delimitação de um campo de forças que se exercem a partir de relações de poder – podendo este estar vinculado não apenas à restrição, à dominação e ao autoritarismo, como também relacionado à autonomia e a práticas emancipatórias (SOUZA, 1995).

Diversas dimensões das relações sociais são importantes para entendermos os processos de territorialização em curso na Zona Portuária do Rio de Janeiro, que podem ser identificadas à medida que se luta, de um lado, pela permanência nessa Área Central, não apenas por uma questão estrita da moradia, da demanda por habitação em uma área provida de infraestrutura e que oferece acessibilidade (mas que tem tudo a ver, também, com a necessidade de manutenção de histórias, de laços culturais e da própria vizinhança), e, de outro, por novos controles sobre a mesma espacialidade, definidos pelos novos conceitos de cidade que se tentam impor (uma cidade vendável, consumível por um padrão de pessoas que podem pagar por ela e que querem ter acesso a uma vitrine com um status *superior* ao que hoje se apresenta como parte intrínseca àquela área). Para além das questões culturais e econômicas, o caráter político (impossível de ser desvinculado dos anteriores) é o que nos chama atenção e desperta o interesse por desvendar o que está por detrás do aparente. As assimetrias nas relações de poder são traduzidas em formas de dominação e em conflitos. Conflitos de interesse, conflitos de perspectivas, de imaginários, de propostas e de meios e fins de apropriação daquele espaço. O maior ou menor grau desses conflitos pode ser medido através dos discursos produzidos por diferentes agentes envolvidos nesse processo de assimilação de um espaço como seu ou como destinado a atividades específicas que incluem ou excluem quem faz parte diretamente da constituição da Zona Portuária como ela é, através de vínculos e laços historicamente traçados e consolidados, e das imagens de lugar que se pretendem vincular a ela.

Propõem-se alterações no substrato espacial material com a construção de novas formas espaciais (por exemplo, através da reorganização até mesmo do subsolo, com a implantação de toda uma estrutura de rede de fibra óptica, além da alteração de vias e submersão de traçados e de acessos, e o levantamento de centros culturais) e a destruição de diversas antigas (viadutos, ruas, edificações, casas que supostamente estão em situação de “risco”, ocupações de sem-teto que “ferem” um status jurídico etc.), estimulando que o suporte de referência física mude e proporcione outros tipos de práticas espaciais, restringindo a realização das anteriores. Não que essas alterações físicas tenham a ver com a constituição de territórios, mas elas afetam e influenciam a composição de suas fronteiras e limites, à

medida que se precisa “abrir mais espaço” para tais empreendimentos, o que ocorre, muitas vezes, superpondo-se aos espaços já consumados e gerando a impositiva saída de pessoas – afetando, invariavelmente, a própria composição de forças que se exercem ali pela projeção espacial das relações de poder (SOUZA, 2009). Territórios esses que nascem “na discussão sobre o domínio/controlado político do espaço e se desdobra(m) em íntima vinculação com elementos geográficos como fronteiras e redes” (HAESBAERT, 1997:32), e se definem também enquanto espaços de referência identitária, apropriados simbolicamente.

Entendemos a agência modeladora do espaço urbano não apenas redutível ao seu sentido material, à produção de formas sobre o substrato espacial. Muito além de uma “massa de modelar”, usada pela capacidade humana por meio das técnicas e tecnologias de transformar algo visível, abordaremos uma visão mais abrangente, incorporando também o plano do simbólico. De acordo com SOUZA e TEIXEIRA (2009, grifos do autor):

Os ‘agentes modeladores’, ao produzirem espaço, não modelam apenas formas visíveis e palpáveis, diretamente. Os agentes sociais, ao protagonizarem processos e práticas de significação e ressignificação espacial (isto é, atribuição de significados aos espaços, às práticas e aos processos e produção de símbolos), também ‘modelam’ **imagens espaciais**, assim interferindo (ou buscando interferir) na maneira como a sua **identidade (espacial)** é construída e apreendida por outros agentes sociais.

O pressuposto de que práticas de territorialização são exercidas com vistas a um controle espacial traz inerente também essa dimensão do imaterial. Acreditamos que tentativas de promover uma desterritorialização de determinados grupos sociais fortemente consolidados naquela área e uma nova territorialização a partir de outros grupos, de mais alto poder aquisitivo, como veremos, podem traduzir-se também em uma forma de “deslugarização”, por meio de estratégias de desenraizamento traumático (por parte de uma relação de poder coercitiva), de um lado, ou de reforço de identidades como forma de resistência, de outro. Não se pode conceber um megaempreendimento como o projeto de “revitalização” trazendo custos negativos a uma parcela tão grande da população residente nessa área. O espaço vivido e percebido por e entre seus moradores, é dotado de valor e simbolismos a partir das experiências e impressões (TUAN, 1983), e essa dimensão (inter)subjetiva – densa de histórias e marcos compartilhados pelos moradores (de morros e favelas, de ocupações de sem-teto e do próprio “asfalto”), onde suas percepções estão relacionadas à produção de identidades sócio-espaciais *do* e *com* o lugar vivido (RELPH, 1976:45) –, precisa ser levada em conta.

Veremos adiante, então, como se dão essas negociações e as diferentes perspectivas sobre a Zona Portuária, o que se pretende a ela e as transformações em curso, por meio de uma divisão de vozes, que podem se orquestrar muito bem, mesmo produzindo sons estridentes aos ouvidos de alguns, ou podem destoar dos “naipes” definidos por outrem, mas ter um profundo sentido através das músicas cantadas em discursos de contestação, de enfretamento e de resistências.

## **2.4 Os caminhos em meio às pedras...**

É preciso fazer, ainda, algumas considerações, já que “na minha vida de retinas tão fatigadas” encontramos “uma pedra no meio do caminho”, seguindo as palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade. Na verdade, não apenas uma, mas muitas, que nos conduziram a um processo profundo de reflexão em meio à estrada que seguimos.

A começar pela mudança de perspectiva necessária ao prosseguimento da pesquisa, à medida que, inicialmente, pretendíamos o levantamento de dados primários por meio de trabalhos de campo para a realização de entrevistas previamente agendadas com agentes sociais que representassem algumas instituições e organizações e que pudesse responder pela CDURP, pela Secretaria Municipal de Habitação, pela Secretaria de Patrimônio da União, pela Concessionária Porto Novo, pelo Museu de Arte do Rio (MAR), pelas associações de moradores do Morro da Providência, do Morro da Conceição, dos bairros da Gamboa, da Saúde, do Santo Cristo e do Caju, pela ocupação do movimento dos sem-teto Zumbi dos Palmares (que sofreu despejo) e do Quilombo das Guerreiras, pelos dos futuros reassentados do Projeto Quilombo da Gamboa (podendo, estes últimos, coincidir ou não com os atuais moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras) e pelo Bloco Vizinha Faladeira. Outros agentes importantes envolvidos no processo de “revitalização” da Zona Portuária – que fomos descobrindo ao longo da pesquisa – também eram desejáveis de estabelecermos conversas, como o Fórum Comunitário do Porto, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio, o Comitê Olímpico Brasileiro, o SEBRAE, a Incubadora Afro-Brasileira, as incorporadoras imobiliárias responsáveis pelos novos empreendimentos a serem construídos (ou em via de construção), os donos de bares e restaurantes localizados na Zona Portuária. Uma perspectiva extremamente ambiciosa e trabalhosa, dado que a interlocução com todos esses (e talvez muitos outros aqui não identificados) obrigatoriamente deveria perpassar pelo estabelecimento de uma rede de contatos de facilitação, que pudessem viabilizar o acesso uns

a outros contatos, logrando, assim, o êxito desejado. Importante fator condicionante para isso seria contar com as habilidades comunicativas da pesquisadora em questão e com a boa receptividade da pesquisa quando da apresentação de seus objetivos e da solicitação de agendamento de uma entrevista.

A falta de retorno aos pedidos enviados por e-mail foi um grande fator que contribuiu negativamente para o insucesso da expectativa inicial. Mesmo diante de algumas insistências, da intermediação de terceiros, em alguns casos foi simplesmente impossível estabelecer uma conversa. Quando contatamos por telefone, diziam que o melhor meio seria através do envio de uma correspondência eletrônica. Procedimento feito, o vazio no retorno era eminente. Diante de tantas faltas de retorno, e também das dificuldades de estar presente em reuniões de Conselhos Comunitários, fóruns e outras atividades acontecidas na Zona Portuária – onde poderíamos estar face a face com importantes interlocutores e, assim, quem sabe, facilitar a pesquisa –, pois na maioria das vezes tomávamos conhecimento muito em cima da hora e as atividades aconteciam em horário comercial, no meio da semana, foi sendo desencadeado um cansaço e desânimo. As soluções encontradas para contornar estes obstáculos foram as seguintes:

a) Levantar dados primários por meio das entrevistas que conseguíssemos realizar, por meio da definição de uma amostragem não probabilística, através da facilidade de acesso (caso “bola de neve” [KIDDER, 1987]). Dentro desse grupo, realizamos tanto entrevistas semiestruturadas quanto entrevistas focalizadas e não estruturadas. Existiam questões abertas e questões fechadas (ver Roteiros de Entrevista – Anexos 3 e 4). Entrevistas foram realizadas com o Diretor de Desenvolvimento Social e Econômico da CDURP, com ativista da ocupação Quilombo das Guerreiras, com representante da Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição, com gerente de um negócio alimentício (restaurante) e com monitora da Concessionária Porto Novo que faz a visita guiada no Meu Porto Maravilha (os roteiros de entrevista encontram-se nos Anexos 1 e 2). Foram traçados os objetivos principais de cada questão dos roteiros de entrevista. Elas variaram de cerca de quinze minutos a sessenta minutos.

b) Levantar e analisar dados secundários, por meio de projetos e planos oficiais, relatórios de atividade das organizações e instituições, publicações correntes e periódicas, reportagens de jornais e revistas, encartes publicitários, entrevistas publicadas por terceiros, entre outros, além de livros e material acadêmico (artigos, dissertações e teses), disponibilizados em meio digital ou em meio impresso.

Outro grande entrave da pesquisa: analisar um fenômeno que está em curso, que está em movimento, em execução, no fervilhar das ideias, das parcerias, das negociações, dos conflitos... Quando nos propusemos a trabalhar a temática da “revitalização” em uma Zona Portuária que vem sofrendo intensas transformações na atualidade, sobretudo devido à futura realização de megaeventos esportivos sediados na cidade do Rio de Janeiro nos anos vindouros, entendemos que as colocações que seriam feitas a partir das escolhas e das análises que faríamos a todo tempo estariam em mutação. A possibilidade de variação dos discursos, o que em um primeiro momento parecia uma conquista social, as reuniões preliminares com diálogos com a população local, as promessas e as expectativas, as tentativas de cooptação, as farsas, os entraves para a concretização de alguns projetos, enquanto outros deslanchavam... Tudo isso fazia com que as diferentes percepções que analisávamos pudessem ser parciais, passageiras... A grande necessidade de acompanhar o dia a dia das obras, das alterações de textos legais em benefício de um grupo, dos muitos eventos relacionados ao tema que foram realizados, das diferentes vozes e opiniões, dos vultuosos investimentos feitos aqui e ali por parte de diferentes agentes, assim como a possibilidade real de não se ter acesso a tudo o que se desejava (e, sobretudo, ao âmago das questões que precisavam ser descobertas e desveladas) porque alguns dados simplesmente não poderiam ser conhecidos do público em geral – tudo isso fez com que nossas inferências também fossem limitadas, que o escopo de nossa pesquisa assumisse o risco e a graça da incompletude, do deixar sempre algo por dizer.

Mais uma observação que é digna de nota: a respeito da forma de organização dos dados trabalhados e das informações a seguir, desejava-se, inicialmente, dividir cada grupo de agentes sociais envolvidos na produção do espaço englobado pelo Porto Maravilha. Primeiro, vislumbramos uma separação entre os agentes que apresentam discursos favoráveis e aqueles que apresentam discursos desfavoráveis ao Projeto. Porém, estes se entrecruzam, perpassam um pelo outro. Como veremos mais adiante, existem críticas ferrenhas ao processo, à maneira como ele tem sido implementado – autoritária, abusiva, discriminatória e segregacionista, fazendo distinção entre aqueles que teriam direito à palavra (porque possuem capital suficiente para investir e fechar negócios altamente lucrativos, conseguindo até mesmo mobilizar a flexibilização de legislações para o atendimento aos seus interesses privados) e aqueles a quem é negado o direito à voz, tanto a ouvirem quanto a serem ouvidos (sujeitos hiperprecarizados e, mais uma vez, excluídos de participarem, de se integrarem e de serem considerados dentro da Zona Portuária) – mas, apesar de tais discordâncias, reconhecem a necessidade de melhorias e de uma maior atenção do poder público naquela área. Desse modo, preferimos pensar em outra forma de abordagem.

Outra possibilidade era a divisão entre os discursos oficiais e os discursos não oficiais. Como existem agentes que mesmo não estando no grupo oficialmente responsável pela implementação do Projeto têm um protagonismo de saltar aos olhos e um discurso de apoio quase irrestrito às suas pretensões, seria imprecisa a explanação que faríamos, à medida que eles próprios se confundem com os órgãos diretamente envolvidos.

Outra tentativa, reiterando o profundo diálogo interno e reflexão a que esse trabalho levou para ser estruturado, foi a de particularizar cada um dos principais agentes envolvidos na produção do espaço em questão, seguindo a tipologia criada por CORRÊA (1989), mas problematizando-a de diversas formas. Tal escolha se daria para que fosse possível compreender as estratégias discursivas e o léxico espacial adotado por cada grupo. Porém, sempre mesclando com intervenções que ratificam ou refutam aquelas expressões e com nossos apontamentos. No entanto, verificamos a grande dificuldade que seria darmos a mesma atenção a cada uma das divisões que o autor faz – o que teria demandado um tempo de trabalho e de maturação da pesquisa muito maior do que o previsto, para que fosse viável apresentarmos algo com a qualidade desejada. Mais um descarte, portanto.

Por fim, o caminho encontrado em meio às pedras, foi dividirmos a abordagem entre, de um lado, os discursos em suas diferentes manifestações, que convergem e apontam para uma mesma direção no tom escolhido, destacando as principais temáticas abordadas pelos seus enunciadores, e, por outro lado, os discursos que divergem destes, que destoam em um mar de consonâncias. Privilegiamos os principais agentes sociais identificados aos quais conseguimos obter acesso ou de quem lemos ou ouvimos discursos que orbitavam em torno do universo vocabular da “revitalização” que está sendo implementada por meio do projeto Porto Maravilha sobre a Zona Portuária e a área central da cidade do Rio de Janeiro. Escolhemos também não abordarmos uma visão monolítica, dos discursos monumentais que têm uma grande dimensão sozinhos, mas sim uma visão dialógica, conversada, composta por vozes que se alternam ou respondem. É isso que veremos no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – Da cidade para o Porto...: Visões a partir de discursos consonantes**

Ao mudarmos a perspectiva, passando agora para um olhar da cidade para o Porto (não o porto em si, com suas formas e funções, mas a Zona Portuária), vemos como que um caleidoscópio discursivo, que remete às diferentes percepções e sentidos que distintos ângulos de visão podem proporcionar, apresentando cores, contrastes, brilhos, formas e sensações diferentes – como o que a imagem abaixo nos revela.

**Figura 14:** Porto do Rio visto do Mosteiro de São Bento



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Junho/2013)

A foto da Figura 14 foi tirada do Mosteiro de São Bento no anoitecer de um sábado de inverno (por isso a menor quantidade de carros em fluxo na Perimetral) após a inauguração de um dos símbolos do Porto Maravilha (o MAR) e em no meio das obras do Museu do Amanhã, mostrando, ainda, instalações portuárias, guindastes. A cidade vista do alto, discurso que tantas vezes será mobilizado, em uma perspectiva de distanciamento, de contemplação, afastada do âmago das relações sociais, da problemática urbana. Compreenderemos melhor estas discussões ao final do Capítulo 4, que complementa este.

Variadas combinações, muitas vezes com sensações agradáveis a quem olhe os reflexos e admire suas sincronias, mas que também podem suscitar desconfortos, insatisfações e críticas por parte dos fragmentos heterogêneos que compõem a Zona Portuária, por meio de tentativas de moldagem que se pretendem e tentam ser impostas. Portanto, mesmo por meio de uma observação que venha de dentro, intrínseca à cidade, podem ser formadas imagens mais superficiais, na esteira daquilo que irá agradar a quem vê de fora, e poderá mesmo servir de fator locacional para angariar mais investimentos e recursos. No entanto, nem tão aprazíveis assim são as formas e os efeitos do que está sendo implementado para os sujeitos

sociais historicamente envolvidos na construção daquele espaço, produzindo discursos *do* lugar e *no* lugar onde (con)vivem, trabalham e produzem cultura há anos.

Assim, no presente capítulo e no próximo (Capítulo 4) analisaremos esses diferentes agentes produtores do espaço da Zona Portuária, presentes no tempo atual, envolvidos e afetados direta e indiretamente pelo projeto Porto Maravilha e com elaborações discursivas que nos permitirão enxergar a diversidade de expectativas e intencionalidades, os diálogos (ou a ausência deles), os encontros e os desencontros, as consonâncias e as dissonâncias. Em suma, como os sujeitos vão se relacionar, onde vai haver tensão, fissura...

Nossa perspectiva (sim, também colocamos nossas projeções e olhares sobre o que vem acontecendo) parte de uma análise não passiva, mas que vê as relações sociais e as práticas discursivas como instrumentos de poder, que podem colaborar para uma emancipação do ser ou para a contínua subordinação latente e imanente à sociedade que vivemos. Daremos especial atenção, portanto, aos conflitos estabelecidos nos supostos consensos – simulacros fantasiosos criados, que representam uma aparência sem realidade, espectros daquilo que almejam incutir sobre o espaço urbano alguns dos seus agentes produtores. Estes, no entanto, tendo uma estrutura de poder por detrás, não resistem a um bom debate intelectual, cujas “vozes” serão captadas por meio das palavras. Trataremos do valor da produção de discursos (e textos, inclusive por meio de imagens capturadas nas ruas), que, por sua vez, atuarão na reconfiguração de um espaço, dando outra conformação a ele.

Começaremos com as vozes consonantes, ou seja, aquelas que soam conjuntamente, podendo até rimar pela combinação de seus ruídos articulados e os acordos entre os agentes sociais que as reverberam e, assim, contribuem para a construção e modelação do espaço urbano. Temos uma consonância que envolve o Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grandes empresários e grupos industriais locais e corporações transnacionais, obtendo também o suporte de um aparelho midiático tendencioso (onde podemos perceber claramente que os jornais, por exemplo, tornam-se um grande braço do poder público ou de interesses empresarialistas na construção de consensos), amparado por algum (ou alguns) do(s) agentes anteriormente expostos. Não trabalharemos cada um deles com profundidade, mas selecionamos alguns dos que consideramos representativos, conforme veremos a seguir.

O Estado desempenha múltiplas funções por meio de uma condensação de forças e assume diversos papéis em relação à produção do espaço, à medida que não se constitui como uma instância de poder separada da sociedade e pairando sobre ela, muito menos neutra. Converte, portanto, diferentes interesses que se enfrentam, desencadeando uma série de conflitos. Embora sua margem de ação tenha encolhido com o advento do neoliberalismo e o

aumento do poder de difusão e atuação das transnacionais sobre outros territórios nacionais que não os de seu país de origem, intensificado pelo estágio mais avançado que hoje vivemos da globalização, o Estado não perdeu importância. Atuando ainda, segundo CORRÊA (1989), enquanto grande consumidor do espaço urbano e de localizações específicas, detentor de muitas propriedades fundiárias, grande industrial, promotor imobiliário e também o principal agente definidor dos marcos regulatórios (e da flexibilização de legislações), tem, contudo, uma predisposição cada vez maior para atender às expectativas e pressões do capital privado.

Ainda que exerça ações planejadoras, sejam elas mais ou menos conformes aos interesses empresariais (tendo aí a diferença, conforme lembra SOUZA [2006:173], entre planejamento regulatório clássico e “empreendedorismo urbano”), aqui não consideraremos uma perspectiva “estadocêntrica”, que vê no aparelho de Estado a única forma de se planejar a cidade. Por isso mesmo, em meio aos discursos proferidos por governantes e agentes ligados à esfera de atuação pública, vamos semeando algumas questões que merecem ser considerados a respeito da produção de uma espacialidade heterônoma na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Eduardo Paes (identificado como “EP”), em entrevista à revista Carta Capital<sup>31</sup> (identificada como “CC”), refutou as críticas a respeito do aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e espaciais devido às operações (quase cirúrgicas) que a cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo para adaptar-se aos megaeventos esportivos que sediará que, segundo a reportagem, transformaram-na em um canteiro de obras. Seleccionamos alguns trechos da entrevista para análise de um discurso pró-“revitalização” e que busca legitimar a atenção voltada para a Zona Portuária carioca, além das intervenções de caráter conservador, que visa atrair investimentos privados para garantir as obras e, conseqüentemente, a ampliação da lucratividade do capital (grifos nossos):

**CC:** O primeiro projeto olímpico da cidade, Rio 2004, tinha outro eixo. As competições ocorreriam na Ilha do Fundão, e os projetos de mobilidade poderiam ajudar a destravar o trânsito da zona norte, que concentra dois terços dos deslocamentos da cidade, inclusive dos trabalhadores que moram na Baixada Fluminense ou em São Gonçalo e Niterói. Por que mudou o eixo?

**EP:** Vamos lá. O Rio de Janeiro não precisa de mais estádio. Isso temos até demais. O Parque Olímpico, na verdade, é quase uma ficção. A estrutura será completamente desmontada após as Olimpíadas. O fato de estar numa região valorizada permitiu que os estádios fossem construídos com dinheiro privado. **De que outra maneira poderia atrair os investidores para uma**

---

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/752/voltamos-ao-centro-afirma-eduardo-paes-4078.html> (Acesso em 11/06/2013)

**Parceria Público Privada (PPP)? Mas as instalações esportivas são, na minha opinião, a coisa menos importante. O que vale numa Olimpíada é investir em transporte e revitalizar áreas degradadas.**

O título da entrevista (“De volta ao Centro”, afirma Paes) e o próprio tema da capa da revista Carta Capital em que ela está contida (“O Rio esquecido – A vasta porção da metrópole à margem dos investimentos da Copa e das Olimpíadas”), reforçam a ideia de que, historicamente, os governos optaram por privilegiar determinados espaços geográficos – a Zona Sul carioca – deixando de lado o subúrbio. O discurso de integração de uma “cidade partida” e de retomar o olhar ao Centro – e compreendendo a Zona Portuária como inerente a ele –, denominado como uma área degradada, ou seja, carente de investimentos que recuperem “o brilho da mais bela capital brasileira” (como diz na reportagem). Como em toda a sequência de utilização do adjetivo “degradado” para definir a área em questão, conforme veremos não apenas nas palavras do prefeito, mas em praticamente todos os discursos pasteurizados dos agentes oficiais que encabeçaram o projeto Porto Maravilha, o termo não é nunca bem definido. De acordo com o dicionário Houaiss<sup>32</sup>, temos os seguintes significados para o termo: “que sofreu degradação. 1. Destituído de graus, títulos, funções etc.; 2. Rebaixado em sua condição moral; corrompido, degenerado; 3. (Derivação: por extensão de sentido) que sofreu deterioração; danificado, estragado; [...]”.

CC: Outra crítica diz respeito ao desenvolvimento da Barra da Tijuca como uma nova centralidade da capital.

EP: **Nosso foco é a zona portuária. O Rio de Janeiro sempre fugiu dos seus problemas indo para o oeste. O centro está degradado? Vamos para Copacabana. Não dá mais, seguimos para Ipanema, depois para o Leblon. Aí inventam a Barra da Tijuca, e pela primeira vez na história, tem um governo disposto a voltar ao centro, a revitalizar uma área de 5 milhões de metros quadrados.**

O ex-diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor da UFRJ, João Sicsú, afirma na mesma reportagem da Carta Capital que o governo deixou a iniciativa privada expandir a fronteira imobiliária. No mesmo texto da revista, Orlando Santos Júnior, da UFRJ, pondera que o governo não reservou espaço para a construção de moradias para a população de baixa renda, pois o foco é nos negócios – o que tende a agravar ainda mais a concentração de empregos no centro. Se há um controle para o adensamento das áreas mais

<sup>32</sup> Fonte de acesso ao Dicionário Houaiss: <http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>

nobres da cidade, os bairros mais periféricos vão sendo preenchidos à reboque da valorização dos imóveis naquelas áreas e em seu entorno, do deslocamento forçado em nome do discurso do “risco”, de obras que demandem reestruturações de áreas ligadas aos eventos que a cidade sediará e, ainda, de um “empurrar” das classes mais baixas para empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, à título de “compensação”, concentradas em áreas onde os terrenos são justamente mais baratos: em Santa Cruz, Campo Grande, Bangu...

**CC:** A população da cidade cresce menos de 0,8% ao ano, mas a zona oeste não para de crescer, enquanto bairros da zona norte, da zona sul estão encolhendo...

**EP:** A zona sul não cresce porque há uma restrição urbanística tremenda. Esses mesmos arquitetos e urbanistas que criticam a expansão da zona oeste são os que não querem nenhum tipo de adensamento na zona sul. Sabe aquela festa que eu estou dentro, mas não quero que ninguém mais entre? **Nos últimos 30 anos, a única fronteira de negócios imobiliários tem sido a Barra da Tijuca. É a expansão da classe média. Estamos tentando reverter essa lógica. O primeiro passo é a revitalização da zona portuária.**

**CC:** Mas os programas de habitação popular também estão concentrados na Zona Oeste, que não para de crescer.

**EP:** Assinei um decreto um ano atrás para impedir novos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida na região. De fato, o custo da terra na zona oeste é muito mais barato. Mas optamos por definir áreas próximas dos trens ou BRTs e começamos a comprar terrenos para esta finalidade. O grande exemplo é o Bairro Carioca, em Triagem. Está em frente ao metrô, perto do Maracanã, próximo do centro. São mais de duas mil unidades.

Aqui o prefeito fala sobre o Bairro Carioca, em Triagem, que visa abrigar “moradores de áreas de risco e vítimas das grandes chuvas”<sup>33</sup>. No entanto, não menciona que uma parte das famílias para lá realocadas foi removida da Favela do Metrô, localizada às margens da Avenida Radial Oeste, no entorno do Maracanã, com os quais seus moradores também possuem vínculos de anos de trabalho nas oficinas mecânicas automotivas ali localizadas, sobre as quais não se chegou a nenhuma solução para atender aos trabalhadores pobres dali.

Na continuidade, segue puxando o foco para o Porto Maravilha, como “a menina dos olhos” do seu governo, repetindo o termo “nova fronteira” para expressar a expansão imobiliária, que vai à procura de novas áreas a serem valorizadas, podendo ser, portanto, incorporadas como frentes pioneiras de avanço de investimentos e de chegada de novos conteúdos sociais e econômicos sobre aquele espaço.

---

<sup>33</sup> De acordo com o portal oficial do projeto da Prefeitura: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/bairro-carioca/>

**CC:** Há também uma valorização imobiliária muito forte, mesmo dentro das favelas mais próximas do centro ou na zona sul, o que leva a um processo de expulsão dos mais pobres para a periferia.

**EP:** Mas não há nenhuma instalação olímpica ali. A zona sul é um caso à parte, não é um processo tão recente assim. Há uma forte restrição urbanística. Multiplicaram-se as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs). Está tudo tombado. Não posso liberar mais um único prédio no Leblon. Haveria um *impeachment*. Aí os preços dispararam, sobretudo com a pacificação das favelas antes controladas pelo tráfico. **A saída é encontrar novas fronteiras, por isso criamos o Porto Maravilha.**

**CC:** Mas e a população de baixa renda que sofre pressão imobiliária mesmo dentro da favela?

**EP:** A vida como ela é, não é mesmo? Sobe o Chapéu Mangueira, olha a vista do Vidigal. Os estrangeiros adoram, ainda mais agora que está tudo pacificado. Se o cara mais pobre quer vender seu barraco, o que eu faço? Amarro o sujeito lá?

**CC:** Não é possível criar áreas de interesse social, habitação popular dentro das próprias comunidades?

**EP:** Essas áreas já existem. Mas o que eu faço? Derrubo a casa dele e faço um prédio? O Brasil ainda é uma economia de livre mercado. Não posso proibir as pessoas de negociarem. Aí chega um bacana e oferece 500 mil reais **para um pobre coitado** vender sua casa, eu vou dizer o quê? “Não vende, não. Você é obrigado a continuar morando num barraco”.

**CC:** É um valor exagerado, não?

**EP:** Mas existe esse tipo de coisa. Todas as casas que dão de frente para o Parque Madureira não valem 50 mil reais cada. Hoje, custam 500 mil. Se os sujeitos querem vender...

**CC:** Mas aí o trabalhador passa a morar em áreas mais afastadas, o que compromete ainda mais o trânsito.

**EP:** Sem dúvida. **Mas abrimos uma nova fronteira imobiliária no Centro.** Quando a TransCarioca ficar pronta, haverá na zona norte um corredor de transporte de alta capacidade. Isso valoriza bairros como Jacarepaguá, Campinho, Madureira, Vicente de Carvalho, Olaria, Penha. Abre-se uma nova fronteira por ali também.

**CC:** As famílias removidas para obras da Copa e Olimpíadas receberam propostas de moradia nas áreas mais periféricas...

**EP:** **Primeiro, é uma grande mentira que essas famílias estão sendo removidas por causa dos eventos esportivos. Você realmente acha que algum cartola da CBF ou do Comitê Olímpico vai andar de BRT? Os atletas vão para as competições em ônibus coletivo? São obras para a população carioca.**

**CC:** Mas que estão na matriz de responsabilidades do governo para sediar a Copa e as Olimpíadas...

**EP:** Tudo bem, mas **isso é uma grande desculpa para investir em infraestrutura na cidade.** Além disso, a maior parte das remoções são desapropriações formais, em áreas de classe média, classe média baixa. As remoções em favelas, normalmente, ocorrem em áreas de risco. A gente oferece aluguel social de 400 reais, indenizações ou uma unidade do Minha Casa, Minha Vida. É verdade, boa parte dos apartamentos fica na zona oeste. Mas a pessoa pode optar. Dizem que o valor do aluguel é baixo, mas eu tenho 9 mil famílias inscritas no programa. Se ele não concorda com o valor da indenização, pode recorrer à Justiça. Aliás, as indenizações que oferecemos estão superfaturadas, mas como é

**por uma boa causa ninguém reclama.** Hoje, a prefeitura do Rio tem o maior nível de investimentos do Brasil. Em valor absoluto, só perde para o governo federal e o Estado de São Paulo.

Sabemos que nem sempre é uma “escolha” de fato, mas sim a urgência da necessidade, que só quem a vivencia pode expressar o quanto ela pressiona e o quanto, muitas vezes, se prefere ter muito pouco a não se ter nada (ou perder tudo). Além disso, desconhecemos o “superfaturamento” das indenizações pagas, já que por meio da presente pesquisa o que verificamos foi justamente que o valor não consegue suprir o equivalente para a compra de outra residência, por mais precária que seja, mantendo a população na área central da cidade. Basta pensarmos no que é possível ser feito com R\$ 400 mensais – valor ínfimo e impossível de comportar um aluguel na metrópole carioca. Inclusive porque, como veremos mais adiante, a especulação imobiliária vem elevando os preços mesmo dentro de favelas e ao redor das áreas que vêm recebendo maior atenção e investimentos.

Interessante que o Prefeito, entrevistado pela Mídia Ninja (mídia que se propõe alternativa e independente<sup>34</sup>, que teve um papel relevante na divulgação de imagens e informações e na transmissão ao vivo direto das manifestações e dos atos que ocuparam as ruas do Rio de Janeiro em junho, julho e agosto de 2013<sup>35</sup>) – onde afirmou que “não há nenhum reassentamento na cidade ligado à Copa e às Olimpíadas” –, demonstrou que seu discurso é constantemente repetido. Ao ouvi-la, a sensação era de que simplesmente se adotou um padrão de respostas, citando exatamente os mesmos exemplos, seguindo a mesma explanação e as mesmas estratégias de retórica. Como disse uma moradora do Morro da Conceição<sup>36</sup>, a impressão é de que há, de fato, um treinamento para se responder às perguntas levantadas. A contradição é outra marca de seu discurso, quando ele critica que “o problema é que agora é tudo por causa da Copa e Olimpíadas”<sup>37</sup> parece esquecer de falas passadas, como quando disse que “[e]sse negócio de Olimpíada é sensacional. Eu posso usar como desculpa pra tudo. Então tudo que eu vou fazer, vou dizer que é pra Olimpíada. Uma coisa que não tem nada a ver, mas eu uso”<sup>38</sup>.

---

<sup>34</sup> A despeito das críticas apontadas pelo Passa Palavra em <http://passapalavra.info/2013/08/82548> e em <http://passapalavra.info/2013/08/82709>.

<sup>35</sup> Até o fechamento da presente pesquisa, em agosto de 2013, as manifestações e os protestos, continuaram ocorrendo, ainda que em proporções distintas das iniciais.

<sup>36</sup> Em entrevista concedida à autora em maio de 2013.

<sup>37</sup> Eduardo Paes, em entrevista à Mídia Ninja, em 19/07/2013.

<sup>38</sup> Eduardo Paes, em entrevista à TV Folha, publicada em 26/10/2012 (conforme lembrado pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas em sua página do *Facebook*). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jtcwnOLq5mA>

Em resposta à entrevista acima, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio postou um pequeno texto em uma rede social criticando as contradições do discurso do prefeito. A leitura a respeito da cidade, a capacidade de enxergar nas entrelinhas o que se é dito demonstram a perspicácia na avaliação dos discursos oficiais, depois de produzirem dossiês a respeito do legado que será deixado pelos megaeventos esportivos à cidade.

A coerência no discurso é zero. Quando perguntado sobre as remoções causadas pelo BRT e o reassentamento das famílias em áreas muito longínquas, o prefeito Eduardo Paes afirma que BRT não tem nada a ver com Copa e Olimpíadas. Mas, na mesma entrevista, afirma que o Parque Olímpico é quase uma ficção, já que será desmontado após os jogos, e que o que vale nas Olimpíadas é o investimento em transporte. Quando é para "mostrar serviço", destaca que o grande legado dos megaeventos são a urbanização das favelas e as obras de transporte. Quando recebe denúncias de remoções por causa das obras, diz que isso não tem nada a ver com Copa e Olimpíadas. Cômico, né?<sup>39</sup>

Para perguntas específicas, os discursos falados nunca eram objetivos e precisos, mas sempre longos, dando voltas e, em geral, não contemplando as questões tal qual elas eram feitas. O uso de rodeios e subterfúgios para não se chegar à finalidade do que se pretendia saber e ouvir são, portanto, a maneira encontrada para se exaltar os próprios feitos políticos, reforçando as mesmas representações sócio-espaciais pretendidas como marca de um governo. A “arte de tergiversar”<sup>40</sup>, de se esquivar, é uma constante nos discursos oficiais da Prefeitura – não apenas do Prefeito em si, mas de todo o seu corpo técnico e dos parceiros no Porto Maravilha. Conforme atestamos no depoimento a seguir:

Entrevistadora: E quem vinha conversar com vocês? [A respeito das obras, por ocasião das reuniões marcadas com Associações de Moradores]

Entrevistada: Ah, vinha bastante gente... Era representante da CDURP, do Porto Novo, vinha [gente] da época do Consórcio Saúde Gamboa, gente da Prefeitura... Vinha toda a corja! A corja vinha! Ih... Bonita! Vinha[m] umas 15, 20 pessoas deles... Todos ensaiados! Eles tinham as mesmas palavras... Incrível! Você podia perguntar pra um aqui, mandar outro perguntar lá, a mesma pergunta, que a resposta era igualzinha! Parecia que já vinham... Sabe?

Entrevistadora: Com script?

Entrevistada: É! Era assim! Sempre foi assim!

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/posts/530197300373656> (Acesso em 11/06/2013).

<sup>40</sup> De acordo com os Ninjas, a entrevista com Paes teve “De um lado, um profissional da política, debates e entrevistas. Particularmente hábil e bem treinado na conveniente arte de tergiversar. Do outro, uma rede de jornalismo independente que está organicamente, em fluxo, buscando sua estrutura editorial.” (Publicado em 20/07/2013 em <https://www.facebook.com/midiaNINJA>)

(Entrevista realizada na sede da Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição [AMAMCO] com sua Diretora-Presidente [que ocupa o cargo desde 2001], em junho de 2013)

Ainda em nome dos megaeventos esportivos, uma coalizão de forças tem se firmado em prol do tempo atual extremamente “oportuno” e atraente, já que os olhos do mundo estarão voltados para o Rio de Janeiro e seus principais símbolos. Por meio de um discurso de abertura de novas possibilidades, com a chegada de investimentos externos sobressalentes, forja-se um imaginário de que esse é o “grande momento” para uma virada e a superação de vários entraves experimentados pelos cariocas.

Desde o momento em que foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a grande imprensa, políticos e diversos analistas têm ressaltado as oportunidades provenientes da ampliação dos investimentos na cidade, destacando as possibilidades de enfrentamento dos grandes problemas, como o da mobilidade urbana e o da recuperação de espaços degradados para a habitação, comércio e turismo, caso da área central. Nesse contexto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desenvolve e anuncia o projeto da Cidade Olímpica, com o objetivo de acabar com a cidade partida, integrar, levar dignidade à população.

(COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2013)

O próprio Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), gestora da Prefeitura na OUC Porto Maravilha (instituída pela Lei Complementar nº 102) e responsável pela articulação entre os demais órgãos públicos e privados, demonstra a relação entre as obras da “revitalização” e o cronograma dos Jogos Olímpicos.

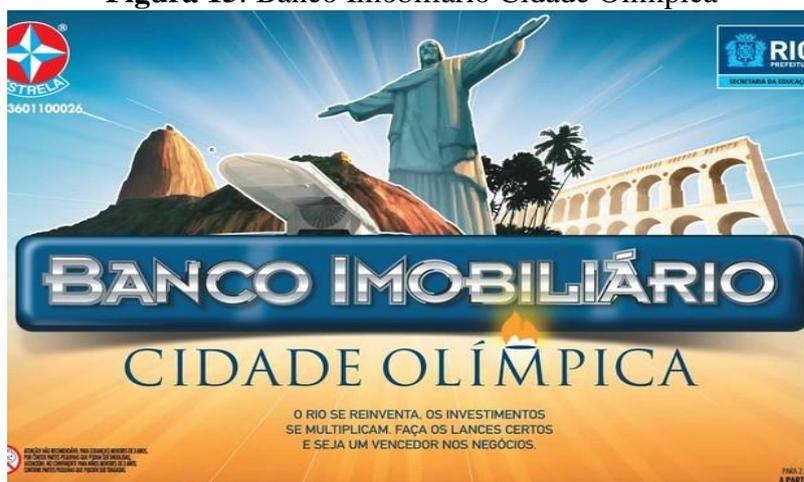
Nós temos alguns prazos de compromisso. Nós temos o prazo que é até 2016, então, é o prazo de obras. Toda a infraestrutura urbana da região, ela... que é a demolição da Perimetral, a construção dos túneis, do Binário, do VLT, novas vias, calçadas, é, rede de águas subterrâneas, rede de esgotos... Tudo isso nós temos que, é, isso tem que ‘tá’ pronto até 2016, tá.<sup>41</sup>

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria de Educação, em parceria com a empresa Estrela, lançou o jogo de tabuleiro “Banco Imobiliário Cidade Olímpica” (Figura 15), que fora distribuído nas escolas públicas municipais – recebido sob muitas críticas devido ao alto grau de recursos investidos em algo que não é prioritário, em detrimento do atendimento das (muitas) reais demandas escolares, e também pelo tom de propaganda política eleitoral,

<sup>41</sup> Em entrevista concedida a autora, realizada em 15/01/2013 na sede da CDURP.

exaltando os feitos da atual gestão municipal e estadual. Além do que é propagandeado na caixa do jogo sob a frase “O Rio se reinventa, os investimentos se multiplicam. Faça os lances certos e seja um vencedor nos negócios”, que coloca a cidade como uma bancada de negócios, o Porto Maravilha – um dos projetos vendidos no jogo – aparece como o terceiro maior valor presente no tabuleiro, com um preço de “\$ 320.000”, atrás apenas do Corcovado (“\$ 400.000”) e do Pão de Açúcar (“\$ 350.000”) – símbolos clássicos da cidade.

**Figura 15:** Banco Imobiliário Cidade Olímpica



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/>

O jogo traz espaços já inaugurados, e outros em construção, apresenta pérolas como “Seu imóvel foi valorizado com a pacificação da comunidade vizinha. Receba \$ 75.000”, ressaltando o processo de mercantilização da cidade como algo essencialmente positivo, além de trazer de forma didática e pedagógica aquilo que se pretendia ser aprendido por crianças e adolescentes carentes e muito distantes de tal realidade empreendedora. Agora, de fato, se a expectativa é a criação de um negócio altamente rentável por meio de uma perspectiva mercadofila, além de alimentar o setor da construção civil e de abastecer de expectativas elevadas o setor imobiliário, o espaço urbano já tem sido fortemente vendido, comercializado e valorizado. E, como tal, é alvo da especulação imobiliária. Fato que podemos comprovar por meio do trecho de uma reportagem veiculada pelo jornal O Globo em 01/06/2012:

**De patinho feio do mercado imobiliário do Rio, onde quase ninguém cogitava construir há dez anos, a Zona Portuária começou a dar sinais de transformação. A busca por imóveis na área vem impulsionando os valores do metro quadrado construído, numa variação de 140% a 500% em uma década, dependendo da região. Segundo corretores, em alguns trechos, como as imediações da Praça Mauá e do Morro da Conceição, o metro quadrado comercial em prédios novos já alcançou o patamar de R\$ 14**

mil. Há dez anos, o mesmo metro quadrado valia R\$ 3,5 mil, um reajuste de 300% no período.

Os valores já são maiores do que os praticados na Barra da Tijuca e em Copacabana, onde o metro quadrado comercial em prédios novos fica entre R\$12 mil e R\$ 13,5 mil respectivamente. Nesse trecho do porto, cujos limites geográficos se confundem com o Centro do Rio, o valor do metro quadrado em edifícios antigos, para *retrofit*, também teve variação substancial: de R\$ 1 mil para até R\$ 4,75 mil, um aumento de 375% na década.

O estudo de preços foi feito pela Sérgio Castro Imóveis, que mudou sua sede para a Rua Sacadura Cabral, a reboque da expectativa de renovação da região. Os números são parecidos, com pequenas variações, às estimativas feitas para a região pelo presidente da Patrimóvel, Rubem Vasconcellos. **Na fonte de toda a renovação, dizem os especialistas, estão não apenas o projeto Porto Maravilha, mas também o crescimento dos setores de petróleo e gás e telecomunicações no Rio e o aumento da sensação de segurança na cidade, trazida pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).**

— Na Rua do Acre e outras próximas, já há pelo menos cinco prédios sendo construídos. A retomada do interesse das empresas no Rio, a transformação da cidade em polo de telecomunicações e petróleo e a sensação de segurança pesaram muito — diz Cláudio Castro, da Sérgio Castro Imóveis.

Já na região das avenidas Venezuela e Barão de Tefé, e a Rua Sacadura Cabral, onde as obras do Porto Maravilha já estão mais adiantadas, os prédios antigos da área foram os que tiveram a maior variação percentual, nas contas dos corretores. Enquanto há dez anos o metro quadrado comercial em prédios antigos valia cerca de R\$ 500, hoje ele tem variado até R\$ 3 mil. O metro quadrado em prédios novos já estaria sendo negociado por até R\$ 11 mil. **A área vem sendo chamada de “quase futuro”, por ser o ponto da Zona Portuária onde as obras de revitalização estão praticamente prontas.** Somente a Sérgio Castro Imóveis já vendeu, em quatro anos, 133 sobrados na Sacadura Cabral e adjacências.

— Vendo a obra, o investidor acredita mais para aplicar o dinheiro. A Barão de Tefé tem sido considerada a menina dos olhos do mercado porque tem potencial de virar uma nova Avenida Nilo Peçanha, hoje considerada pelos investidores a melhor rua do Centro, onde o metro quadrado custa até R\$ 19 mil. Na Sacadura Cabral, a aposta é por um futuro de comércio de rua, uma vez que o casario ali é histórico e o gabarito é de três andares — completa Claudio Castro.

**No entorno do Morro da Providência e toda a região aos fundos da Central do Brasil, considerada a parcela da Zona Portuária em piores condições urbanísticas e sociais, o metro quadrado em prédios novos subiu de R\$ 500 há dez anos para cerca de R\$ 1,2 mil (140% de aumento). Já o metro quadrado em prédios novos estaria valendo até R\$ 6 mil.**

Na região da Gamboa, do Santo Cristo e do entorno do Morro do Pinto, que inclui ruas como a do Livramento, da Gamboa e Equador, o metro quadrado em prédios novos estaria avaliado em até R\$ 10 mil. Já nos imóveis antigos para *retrofit* estariam orçados em R\$ 1,5 a R\$ 2,5 mil. Há dez anos, o metro quadrado em edifícios antigos nessa região não valia mais que R\$ 500, segundo corretores.

O presidente da Patrimóvel, Rubem Vasconcellos faz contudo uma ressalva sobre os valores do metro quadrado da Zona Portuária. Segundo ele, esses preços deverão se consolidar quando a venda dos chamados Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) engrenarem. As Cepacs são

títulos imobiliários lançados pela prefeitura no mercado no ano passado. Para construir na Zona Portuária dentro dos gabaritos da legislação urbanística do Porto, que prevê construções de até 50 andares, dependendo da região, incorporadores terão que comprar Cepacs. Segundo Rubem Vasconcellos, muitos investidores ainda não compraram os certificados, aguardando uma diminuição do preço de terrenos e imóveis na região do Porto, que estaria superestimado pelos proprietários.

— O preço de um empreendimento leva em conta o terreno, a construção, o custo financeiro da obra e quanto a construtora quer ganhar. No porto, essa conta inclui as Cepacs. Mas **os proprietários dos terrenos, incentivados pela revitalização, estão subindo de preço os lotes.** Os terrenos, que mordiam 15% do custo total da obra, estão mordendo cerca de 30%. Os investidores estão segurando o ímpeto de compra das Cepacs. Então os prédios novos ainda não tem preço certo. São estimativas. — explica.

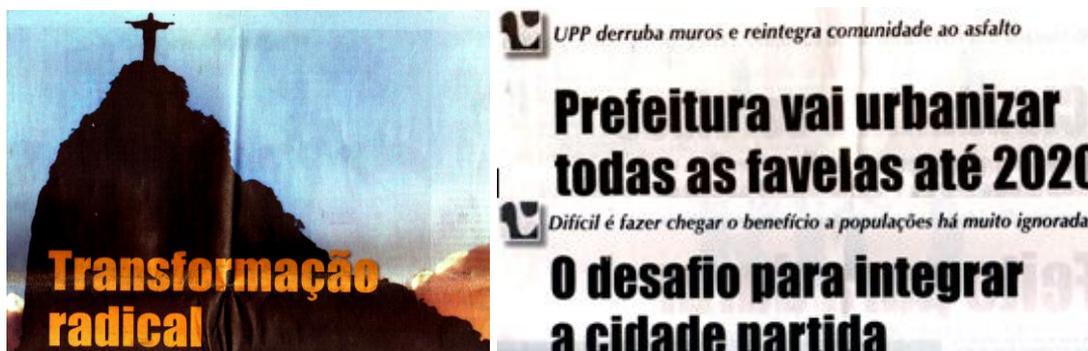
Ainda de acordo com Rubem Vasconcellos, **se todas as estimativas se concretizarem, acredita-se que os empreendimentos no Porto Maravilha comecem a ser comercializados com valores semelhantes ao da Barra da Tijuca, onde o metro quadrado comercial varia de R\$ 9,5 a R\$ 12 mil dependendo do ponto no bairro.**

— **A revitalização do porto é uma grande expectativa** que acreditamos que essa realidade irá se concretizar dentro dos próximos dez anos. Não será um movimento imediato de crescimento, mas gradual.

(BASTOS, 2012. Grifo nosso)

Além dessa valorização do solo urbano ser vista como algo extremamente positivo, pois significa que uma atenção está se voltando para o Centro e a Zona Portuária, existe uma série de projeções feitas para aquela área e em torno das mudanças que o Porto Maravilha pode trazer. Alguns recortes de jornais que circulam nas ruas do Rio ajudam a visualizarmos as expectativas postas sobre esse momento pré-Copa e Olimpíadas, fortemente atrelado também ao discurso em prol da “revitalização” da Área Central da cidade. Conforme vemos na Figura 16 enfatizam-se termos como “transformação radical”, a “reintegração de comunidades ao asfalto” em uma “cidade partida”, que trará “benefícios”, cujo cuidado e atenção precisam se dar em fazê-los alcançar “populações há muito ignoradas”. Na Figura 17 vemos a exaltação de uma “corrente de desenvolvimento” chegando ao Rio de Janeiro, gerando novos empregos, demandando a adaptação de antigos empreendedores a esse tempo de expansão econômica e mesmo a chegada de novos empreendedores. E na Figura 18 vemos, de forma mais clara e objetiva, as expectativas da Prefeitura do Rio postas sobre a Zona Portuária, com a chegada de 10 mil novas moradias, ainda que o capital privado detido nas mãos de empresários olhem para esse vetor imobiliário com cautela – o que demanda ainda mais esforços do poder público para o convencimento de que investimentos são não somente possíveis como também garantidores de um excelente retorno, para essa área que será a nova “vedete” da cidade.

**Figura 16:** Capa e interior de matéria especial sobre a Transformação Radical do Rio de Janeiro



Fonte: Recortes do jornal Extra (Publicado em 18/12/2011)

**Figura 17:** Matéria sobre “Corrente de desenvolvimento” que o Rio vivenciará



Fonte: Recorte do jornal O Dia (Publicado em 26/09/2010)

**Figura 18:** Matéria sobre expectativa de novas moradias na Zona Portuária



Fonte: Recorte do jornal O Globo (Publicado em 10/07/2009)

Dentre as atribuições da CDURP constam a prestação de contas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a participação na aprovação de empreendimentos imobiliários em grupo técnico da SMU, além da responsabilidade de disponibilizar parte dos terrenos em sua área para o mercado e de ser fomentadora do “desenvolvimento econômico e social” (segundo dados do portal eletrônico oficial do Porto Maravilha). Seu representante falou sobre as repercussões do projeto para além da escala nacional, alçando o Porto Maravilha a uma

visibilidade internacional tão desejada por meio da aproximação dos modelos externos de “revitalização” de áreas centrais e zonas portuárias – atraindo não apenas os olhares, como também reforçando o papel turístico da cidade do Rio e atraindo investimentos vultuosos por meio da compra de terrenos na Zona Portuária, da concessão de serviços, da criação de grandes empreendimentos etc.

[...] **[E]ssa semana saiu no *New York Times*, saiu colocando o Rio como o principal ponto de visita do mundo, e cita o Porto Maravilha nesta reportagem. Então a gente acha que isso melhora muito a cidade, né?** E eu vou citar uma frase dita aqui pelo Nizan Guanais<sup>42</sup>, no lançamento de um prédio que nós fomos, que ele diz o seguinte: “O projeto Porto Maravilha é um projeto à prova de cunhado”. Aí nós ficamos querendo entender o que é um projeto à prova de cunhado. Ele falou o seguinte, que “o cunhado é aquele cara que vai na sua casa no domingo a tarde pra dizer que o que você vai fazer durante a semana vai dar errado”. Entendeu? Então ele é à prova de cunhado, porque **ele não tem como dar errado. E não está dando errado até hoje.** Então ele está sendo à prova de cunhado, até o momento. E é muito importante pro Rio essa revitalização. [...] **Só pra você ter uma noção, a quantidade de investidores, arquitetos, escritórios de arquitetura do mundo que vêm aqui nos procurar pra conhecer o projeto, pra conhecer, ou pra investir, ou pra ir visitar a área querendo entender a área é impressionante. Vêm do mundo inteiro!** Vem dos Estados Unidos, vem da Europa, vem da Ásia, vem dos Emirados Árabes... Muita gente! Tanto é que tem os investimentos que estão acontecendo na região de empresas brasileiras investindo e de empresas estrangeiras investindo. Então isso é uma mostra clara da repercussão que este projeto está tendo no mundo. Nós já fomos convidados, em alguns já fomos e em outros não pudemos ir, a fazer a apresentação do Porto Maravilha em várias partes do mundo – em Barcelona, em Amsterdã, no Chile, na Argentina e em outras partes aí que fomos convidados. Em uns a gente foi, em Hong Kong... **Então tem essa repercussão que é uma repercussão muito interessante.** (Entrevista com Rogério Riscado, realizada em 15/01/2013 na sede da CDURP. Grifo nosso)

Tal discurso, que demonstra um grande deslumbramento, reforça também uma visão contemplativa, realizada por uma perspectiva do alto, de sobrevoo, distante da realidade. A construção de um teleférico – que é alvo de duras críticas e de muitos impasses, como veremos mais adiante – viabiliza e estimula esse olhar. Longe de ser um meio de transporte para melhorar a vida dos moradores do Morro da Providência, é um instrumento que cumpre, antes de qualquer coisa e acima de tudo, uma finalidade turística – esta tão desejável e tão marcada dos discursos oficiais, como podemos ver na placa instalada no entorno da Rodoviária Novo Rio por meio da Figura 19.

<sup>42</sup> Nizan Guanais é um importante publicitário baiano, um dos maiores entusiastas do projeto Porto Maravilha.

Teleférico tem um papel de mobilidade para o Morro da Providência, mas tem um papel de valorizar aquela área, que é a primeira favela do Rio. Vai melhorar a vida de quem mora no alto do morro, mas ali tem também uma função turística. [...] Eu acho que o Morro da Providência mereça isso!<sup>43</sup>

**Figura 19:** Placa do Porto Maravilha embaixo da Perimetral, na altura da Rodoviária Novo Rio



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Abril/2012)

O anúncio de que o Morro da Providência seria a segunda favela “pacificada”<sup>44</sup> a receber o projeto “Rio Top Tour: o Rio de Janeiro sob um novo ponto de vista” (Figura 20) – desenvolvido pela Secretaria Estadual de Turismo, Esportes e Lazer e reunindo vários setores governamentais, com o apoio do Ministério do Turismo e parcerias com a Investe Rio (agência de fomento do governo estadual) na aquisição de linhas de crédito para comerciantes e o SEBRAE, na identificação de atividades econômicas e capacitação profissional, além de contar com o apoio logístico da Prefeitura do Rio para a coleta de lixo, contenção de encostas e emissão de alvarás para os moradores que desejarem participar do programa<sup>45</sup> –, um ponto de vista panorâmico, visto do topo, onde os discursos oficiais celebram “o direito de ir e vir” que antes das UPPs era impossibilitado naquele espaço, demonstrando uma atenção e interesse claros à acessibilidade de turistas, de estrangeiros.

<sup>43</sup> Entrevista de Eduardo Paes à Mídia Ninja transmitida ao vivo na noite do dia 19/07/2013 pelo link: [http://twitcasting.tv/pos\\_tv](http://twitcasting.tv/pos_tv)

<sup>44</sup> A primeira foi a do Morro Santa Marta, localizada na Zona Sul da cidade, em agosto de 2010. A previsão era de que até o final daquele ano acontecesse também na Providência, porém não encontramos dados que falassem da concretização do projeto *Rio Top Tour* ali.

<sup>45</sup> De acordo com informações disponíveis em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1089271> (Acesso em julho de 2013)

**Figura 20:** Logotipo do projeto Rio Top Tour



O Rio de Janeiro sob um novo ponto de vista.

Fonte: [www.cargocollective.com](http://www.cargocollective.com)

A organização espacial sendo moldada a partir do que é apontado de fora e para fora, desconsiderando as reais demandas e necessidades, a partir do que diz a própria comunidade, faz com que questionemos o discurso de “melhorar a vida das pessoas”, à medida que, para isso, deveria haver um processo contínuo de diálogo e escuta, onde as prioridades de intervenções fossem definidas por quem vive ali, e não determinadas por relações de poder heterônomas. A respeito das transformações materiais sobre o espaço, a resposta que recebemos ao questionarmos que tipo de mudanças elas poderiam trazer para a população local especificamente, foi nos dito o seguinte:

Pra população local as mudanças ‘é’ que nós vamos ter **uma região muito melhor de se morar, muito melhor de se habitar, com novos espaços culturais, com novas ruas, calçadas largas, uma melhoria sem igual na infraestrutura urbana de redes subterrâneas, de energia, melhoria na rede de esgoto, melhoria na distribuição de águas, um novo sistema de “telecom”... Nós vamos ter 12% da região com área verde, tá certo?! Então tudo isso traz melhoria na qualidade de vida da população. Então ela tem que entender isso, e tá entendendo.** Tanto é que a gente tem reuniões frequentes com a comunidade e atende as demandas que eles pedem, e eles estão vendo hoje. Porque antes a população tinha sempre um pé atrás, né. “Mas será que vai acontecer? Mas será que vai ocorrer? Mas será que essas obras vão acontecer, as melhorias?”. A própria população que mora na região está vendo que as melhorias estão acontecendo. Então é perceptível. Não é mais irmos na reunião e dizer “nós vamos fazer”. É ir na reunião e dizer “nós fizemos”. Tem problemas? Vamos corrigir os problemas que estão tendo, pra ter cada vez mais melhorias.

(Entrevista concedida à autora por Rogério Riscado, realizada em 15/01/2013 na sede da CDURP.)

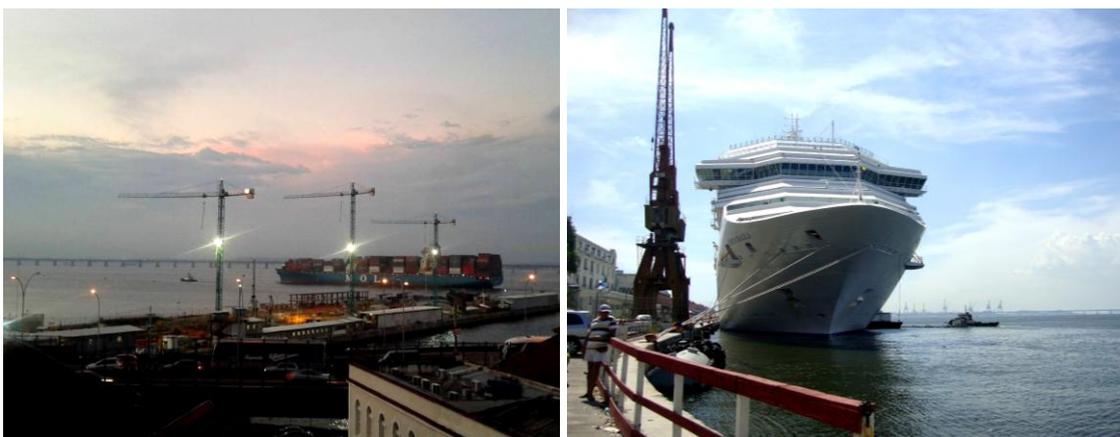
“Então ela [a população local] **tem que entender** isso” (grifo nosso) foi a frase utilizada para demarcar a necessidade de uma abertura da mente dos sujeitos para que as mudanças sejam apreendidas como construções visando os benefícios de fato locais. Fala-se<sup>46</sup>,

<sup>46</sup> Em entrevista concedida à autora por Rogério Riscado, realizada em 15/01/2013 na sede da CDURP.

por exemplo, que “**também é necessário que a população comece a mudar a mentalidade** em relação às modificações que estão acontecendo”, “**que ela comece a se preocupar também em manter** o que está sendo feito porque é uma obra que vai beneficiar diretamente essa população, que mora e passa” (grifos nossos) pela Zona Portuária. Mudanças desejáveis para que a população seja enquadrada nos padrões esperados para o local e reproduza os atos determinados pelos agentes oficiais por meio de discursos que incluem comportamentos verbais que expressam desejos de sua parte e exigências a serem cumpridas pelas outras partes para que tudo funcione em conformidade com o que os interventores esperam, como se os agentes que modelam e se inserem naquele espaço pudessem ser determinados por desejos ou ordens de outrem e não tivessem a capacidade própria de decidirem por conta própria o que consideram como necessário em seu agir e pensar sobre a Zona Portuária.

O espaço também é apresentando nos discursos oficiais como “completamente abandonado”, sendo “requalificado por completo, sem nenhum prejuízo, porque não afeta, por exemplo, a operação do porto” – como se toda a dinâmica existente fosse restrita à chegada e saída de embarcações de mercadorias em contêineres ou de pessoas em Transatlânticos (Figura 21). Fato esse que desconsidera a dinâmica local e popular preexistente, reforçando uma visão direcionada ao porto, mas que subtrai da paisagem urbana os espaços interiores das ruas e dos morros.

**Figura 21:** Movimentação no Porto por carga de contêineres e Transatlântico



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Março/2013 e Fevereiro/2012)

Em um contexto de intensas e profundas transformações do espaço urbano carioca, veiculadas por uma série de articulações e projeções de cenários desejáveis à lucratividade do capital e a uma imagem de vitrine mundial pretendida à cidade do Rio de Janeiro, há uma parcela da população que não tem sido considerada enquanto importante em políticas de

governo. Quem chegava à Praça Mauá até o final de outubro, descendo pelo Elevado da Perimetral, na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, deparava-se com uma grande placa embaixo do viaduto com os seguintes dizeres a respeito das obras do processo de “revitalização”, incluídas no Projeto Porto Maravilha, pelo qual a área tem passado: “Os transtornos passam e os benefícios ficam. Agradecemos a compreensão.” (Figura 22) – assinada pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Consórcio Saúde Gamboa, formado pelas empresas privadas Odebrecht Infraestrutura, OAS e EIT Carioca Engenharia. Caminhando um pouco mais, uma grande fachada cerca já há algum tempo a entrada do porto com a inscrição: “Revitalização do Porto. Uma nova **cidade** está **nascendo**.” (grifos reais [Figura 23]) – também contendo o selo da Prefeitura do Rio, em associação com a Companhia Docas do Rio/Autoridade Portuária, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal (com a frase “País rico é país sem pobreza”), além de conter o logotipo do “Porto Maravilha” e do “Rio 2016”, simbolizando a importância da realização das Olimpíadas para a cidade.

A “revitalização urbana”, portanto, tem sido a palavra de ordem para “solucionar” o problema de espaços tornados obsoletos<sup>47</sup> e residuais, que tiveram uma dinâmica sócio-espacial em décadas passadas – sobretudo nas áreas centrais das cidades –, justificando as parcerias público-privadas para angariar os recursos necessários para os grandes projetos (como grandes museus, centros de convenções, grandes hotéis etc), para investir em atividades ligadas ao turismo e, portanto, que têm a ver com a imagem projetada da cidade tanto nacional quanto internacionalmente (SOUZA & TEIXEIRA, 2009).

**Figura 22:** Placa embaixo do Elevado da Perimetral, no trecho que será demolido



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Fevereiro/2012)

<sup>47</sup> A obsolescência urbana, tendo a ver com uma transformação brutal do poder aquisitivo da população residente e do conteúdo de classe de um determinado espaço (SOUZA, 1988), não caracteriza, contudo a Zona Portuária como um todo, já que boa parte dela foi, desde o início de sua ocupação e dos aterros, espaço de moradia popular, vinculado às práticas portuárias, raízes da cultura popular e do nascimento de escolas de samba, como é o caso dos bairros da Gamboa, de Santo Cristo e do Morro da Providência, por exemplo.

**Figura 23:** Fachada que cerca a entrada do Porto do Rio, no Píer Mauá



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Fevereiro/2012)

Se não bastasse o fato de que, em quase todos os processos de ‘revitalização urbana’ levados a cabo ao redor do mundo, as vantagens acabam por se concentrar nas mãos de poucos, deixando à margem, geralmente, os pobres urbanos, os espaços cobiçados para fins de ‘revitalização’ não se encontram, de maneira nenhuma ‘mortos’ (desocupados, abandonados), posto que são habitados por uma parcela desses mesmos pobres urbanos. Quando estes não são vítimas diretas de remoções. É muito frequente a dita ‘expulsão branca’ dessa população das áreas ‘revitalizadas’, tendo em vista a sua decorrente valorização.

(SOUZA & TEIXEIRA, 2009)

Ao analisarmos esses processos, instigou-nos o interesse por verificar os trâmites relativos aos proprietários de terras dentro do perímetro do Porto Maravilha, com a finalidade de compreendermos como será esse “beneficiamento” da Zona Portuária, que tipos de novos usos do solo urbano são esperados para o local, quem os implementará e será, de fato, responsável por uma nova territorialização. Interessa-nos, sobretudo, considerar os usos destinados à população já residente, qual a destinação será dada aos muitos imóveis há anos servindo às moscas – se, mais uma vez, à finalidade especulativa e lucrativa ao grande capital ou se pode favorecer uma distribuição mais justa, considerando as demandas de baixa renda e problemas como o déficit habitacional, já que as vozes oficiais propagandeiam um discurso de “cuidado com as pessoas” (conforme verificado na Figura 24, cuja foto foi tirada do painel multitoques da sala de exposição Meu Porto Maravilha, que conta com monitores da Concessionária Porto Novo para apresentarem todo o projeto oficial e seus desdobramentos aos visitantes – sendo incluído, inclusive, como uma extensão da visita ao MAR, por meio de guias que direcionam o deslocamento).

**Figura 24:** Propaganda da HIS no painel multitoques do Meu Porto Maravilha



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

Em março de 2010, a superintendente da Secretaria de Patrimônio da União do Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ), Marina Esteves, apresentou um novo organograma para a instituição (adaptado ao decreto 7.063 de 10/01/2010, da SPU), modificado com a proximidade da Copa das Confederações (ocorrida em junho de 2013), da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, período esse em que o Rio passará por uma série de transformações, acarretando grande demanda de serviços da instituição. Tal fato fez com que novas funções e setores fossem estabelecidos, com vistas a “agilizar os processos e facilitar a vida do cidadão”, aumentando para 163 o número de servidores lotados. Na ocasião, o projeto Porto Maravilha fora citado como exemplo, já que, segundo Marina, na Zona Portuária da cidade 60% dos imóveis pertencem à União – o que exigiria grande quantidade de regularizações fundiárias e outros serviços. Ela lembrou que na área vivem cerca de 25 mil pessoas, “muitas delas moradores de rua ou invasores de terrenos, prédios e casas em péssimas condições de habitação”, e que “com a construção de prédios residenciais, hotéis e

escritórios previstos no projeto, a população da zona portuária deve ultrapassar os 100 mil habitantes”<sup>48</sup>.

Tanto no Relatório de Gestão do exercício 2010, divulgado em 31/03/2011, quanto no Relatório de Gestão do exercício 2011, divulgado em 31/03/2012<sup>49</sup>, a SPU/RJ ratifica seu compromisso na Zona Portuária da cidade, vinculando sua atuação, sempre sequencialmente, ao Porto Maravilha e aos megaeventos esportivos que a cidade sediará:

[...] [O] desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro associado ao início das ações referentes aos grandes eventos a serem realizados no município do Rio de Janeiro, tais como o Projeto de Revitalização do Porto do Rio de Janeiro, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, vem exigindo da SPU/RJ um atuação muito mais presente e expedita frente a demandas geradas por este novo cenário fluminense.<sup>50</sup>

Podemos ressaltar em 2011 como ações de gestão que contribuíram para que a SPU/RJ cumprisse em 2011 seu papel institucional na implementação da Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União a SPU/RJ: [...] • expressiva atuação referente aos grandes eventos a serem realizados no município do Rio de Janeiro, tais como o Projeto de Revitalização do Porto do Rio de Janeiro, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016.<sup>51</sup>

Alegando insuficiência no corpo de servidores, em especial no que tange ao corpo técnico necessário, apontam-se “inúmeras dificuldades” no atendimento das demandas. Para tentar contorná-las, conseguiram captar técnicos oriundos de vários órgãos da administração federal, ainda que de forma incipiente, e com o entrave de, ao trabalhar com um tema extremamente específico e cuidadoso – patrimônios da União –, ter-se que demandar um intervalo de tempo expressivo para capacitação com vistas à atuação. Outro problema, não declarado pela SPU, mas reconhecido por membros da sociedade civil e de movimentos sociais diretamente envolvidos na Zona Portuária, a venda de imóveis da União por interesses do projeto Porto Maravilha, é a falta de diálogo, de esclarecimento, de consideração e de envolvimento real com os moradores locais de baixa renda, afetados pelo processo de “revitalização”, ameaçados de despejo, notificados de “reintegrações de posse” e, na maioria das vezes, sem um horizonte que contemple suas reais necessidades e que considere a

<sup>48</sup> Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=5959&cat=69&sec=9>

<sup>49</sup> Não encontramos disponível o Relatório de Gestão do exercício 2012, que deveria ter sido promulgado em 31/03/2013.

<sup>50</sup> Disponível em:

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo\\_contas/SPU\\_regionais/SPU-RJ/2010/SPU\\_RJ2010\\_Relatorio\\_de\\_Gestao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo_contas/SPU_regionais/SPU-RJ/2010/SPU_RJ2010_Relatorio_de_Gestao.pdf)

<sup>51</sup> Disponível em:

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo\\_contas/SPU\\_regionais/SPU-RJ/2011/SPU\\_RJ2011\\_Relatorio%20de%20Gestao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo_contas/SPU_regionais/SPU-RJ/2011/SPU_RJ2011_Relatorio%20de%20Gestao.pdf)

legitimidade de sua permanência nos espaços por eles reestruturados, refuncionalizados e, de fato, revitalizados. Ao que o Relatório de Gestão de 2010 indica, as 8 reuniões sobre o Porto Maravilha foram realizadas a portas fechadas com a CDURP com a troca de informações urbanísticas e imobiliárias, “oferecendo interessantes subsídios para ambos os órgãos”, sendo tratados “assuntos pertinentes à identificação de áreas para provisão habitacional e tratamento da área atingida pelo[(a) Via do] Binário [do Porto]” e que estava em processo de cessão à Fundação Bento Rubião para provisão habitacional.

Utilizando a delimitação da área do Porto Maravilha, a SPU/RJ identificou em 2010 aproximadamente 2.000 (dois mil) imóveis “que apresentam relação fundiária com a União dentro das modalidades estabelecidas pela Legislação Federal”. Apontou o levantamento, primeiramente, enquanto resposta às “demandas da Prefeitura do Rio para execução das grandes obras”, mas também com o “propósito de identificar áreas para o desenvolvimento de projetos de regularização fundiária e/ou provisão habitacional”. No entanto, a partir do levantamento no Sistema Patrimonial da SPU, mais de 1.000 (mil) imóveis foram excluídos porque, “por suas características morfológicas não poderiam ser aproveitados para a estruturação de projetos de moradias sociais”. Dos imóveis restantes, indicaram 160 em situação de débito (ocupações e aforamentos), que foram identificados, confeccionados relatórios contendo análises jurídicas dos processos, vistorias e outras informações, como a legislação urbana local. Desses, 159 receberam notificações administrativas com início do processo de cancelamento do título e reintegração de posse. À época, tramitavam apenas dois processos de cessão de imóvel para Habitação de Interesse Social (HIS), “tendo como cessionário[s] a Fundação Bento Rubião e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, possibilitando a construção de prédios que beneficiaram[rão] 200 famílias aproximadamente”. Tratam-se dos endereços Rua da Gamboa 357 e Rua da Gamboa 385<sup>52</sup> (Figuras 25 e 26), não exclusivos, enquadrados para uso “Residencial Multifamiliar” e, até o fechamento da presente pesquisa (julho de 2013), não licitados. De acordo com a fonte de um representante da Central de Movimentos Populares (CMP), que está diretamente envolvido com as tramitações do processo, o Projeto Quilombo da Gamboa não foi sequer para a Caixa Econômica Federal – financiadora do “Minha Casa, Minha Vida – Entidades”, programa no qual hoje se encaixa. Existe, sim, uma Declaração de Anuência, assinada em dezembro de 2012, onde a SPU, por meio da Superintendência de patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, reconhece que a

---

<sup>52</sup> Embora esse segundo endereço não se encontre em sequência aos demais endereços envolvidos no Projeto Quilombo da Gamboa (a saber: Rua da Gamboa nº 357/359, nº 361/363, nº 365/367 e nº 345) e também não o tenhamos localizado em trabalho de campo.

Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião será a responsável por desenvolver projetos, licenciamentos e demais procedimentos para obtenção de financiamento da CAIXA para a viabilização do empreendimento. O Contrato de Cessão, que coloca a Fundação Bento Rubião como outorgante cedente e a União Nacional de Moradia Popular (UNMP) e a Central de Movimento Popular (CMP) como intervenientes, sob regime de concessão de direito real de uso gratuita, contudo, ainda não foi assinado. O fato seria consumado em Brasília em junho de 2013, porém, devido a alguns ajustes na Minuta, teve que ir para o jurídico aprovar (o que, até então, não havia se concretizado).

**Figura 25:** Fachada do Projeto Quilombo da Gamboa e da A.R.E.S. Vizinha Faladeira



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Abril/2013)

**Figura 26:** Muros do terreno do Projeto Quilombo da Gamboa



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Abril/2013)

Consideramos relevante essa breve descrição do desenrolar burocrático para fazermos uma observação importante. Se houve inicialmente uma *aparente* tendência mais progressista no aparato estatal, que permitiu a abertura de uma brecha na luta *com* o Estado (*apesar* dele e

*contra* ele, como veremos mais à frente), ela já foi completamente abortada. Os entraves para a obtenção de recursos conquistados por meio da luta popular para a realização de obras (como foi o caso da Ocupação Chiquinha Gonzaga, localizada no Centro da cidade) com um projeto de arquitetura aprovado pelo ministério das Cidades para que obras de melhoria da sua infraestrutura fossem realizadas, cujas verbas depois de anos ainda não se materializaram) e para a realocação de moradores de ocupações de sem-teto para um terreno dentro da própria Zona Portuária e dos limites do Porto Maravilha são prova disso. A respeito desse último exemplo, vale a pena a transcrição da fala de uma moradora e ativista da ocupação Quilombo das Guerreiras por meio de uma entrevista dada para essa pesquisa, que nos dá uma visibilidade desse processo:

Tipo assim, eles dificultam de todas as maneiras que o projeto saia do papel pra que a gente desista e não esteja lá quando for inaugurado o Binário [do Porto]. Então num momento a gente sente uma coisa, depois num outro momento a gente já sente... tá entendendo? A gente sente um vento bater a favor numa hora, daqui a pouco a gente já sente um vento batendo contra... E é assim que a gente vai vivendo.<sup>53</sup>

No Relatório de Gestão de 2011, a SPU/RJ declarou que, observando a área do Porto Maravilha e partindo da relação de imóveis identificados no ano anterior, “foi possível destinar imóveis para habitação provisional de baixa renda, assim como liberar terrenos destinados a grandes obras, oferecendo locais de reassentamento em quatro áreas em bairros próximos a área portuária”. No entanto, no Dossiê divulgado em 2012 pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas Rio de Janeiro, há uma denúncia à política de transferência de terras públicas da União, do Estado do RJ e do Município do Rio de Janeiro para o setor privado por meio das Operações Urbanas Consorciadas e das parcerias público-privadas (PPPs):

A chamada revitalização da área portuária - Projeto Porto Maravilha - está recheada de exemplos de desvio da prioridade estabelecida em lei do uso prioritário de terrenos de propriedade do Poder Público para habitação de interesse social (Art. 4 IIc da lei 11.124 de 16 de junho de 2005 que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

(COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2012)

Em abril de 2012, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) oficializou a transferência de terreno na Zona Portuária do Rio de Janeiro, depois de dois anos

---

<sup>53</sup> Entrevista realizada em maio de 2013 na Ocupação Quilombo das Guerreiras.

de negociações da SPU com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de uma área de 116.125,00 m<sup>2</sup> foi assinado, segundo a notícia, no “palco de grandes transformações até 2016”:

**“Contribuir para a revitalização do Centro do Rio de Janeiro. É a SPU cumprindo o seu papel”**, ressaltou a Secretária do Patrimônio da União, Paula Maria Motta Lara. O Prefeito Eduardo Paes destacou a importância da obra. “Estamos com vontade de fazer acontecer. **O Porto Maravilha está devolvendo ao Rio um tesouro histórico e, ao mesmo tempo, com grande potencial habitacional, cultural e econômico**”. [...] “Participar dessa virada no cenário do Rio de Janeiro é um sonho antigo, além da aposta de poder contribuir”, destacou a superintendente Marina Esteves.<sup>54</sup>

Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, explica o porquê de ser tão difícil a viabilização de terrenos e imóveis públicos para moradia social, declarando que existem muitas áreas públicas no país que poderiam ser convertidas para utilização voltada à habitação de interesse social, porém tiveram outro destino. Sobre o projeto Porto Maravilha, ela dá o exemplo de que enormes terrenos públicos darão lugar a torres clone das *Trump Towers*; enquanto isso, os movimentos sociais lutam há anos para que um imóvel público abandonado e sem cumprir sua função social seja liberado para habitação social.

O fato é que a máquina do governo brasileiro é montada para não permitir o cumprimento da função socioambiental da propriedade, inclusive quando se trata de patrimônio público. Essa questão não diz respeito apenas ao INSS, mas também a terrenos da RFFSA, do patrimônio da União, entre outros. Apesar de serem reconhecidas áreas privilegiadas para a construção de habitação de interesse social – já que é difícil encontrar terreno privado bem localizado para esse fim –, as dificuldades para tornar isso realidade são de fato enormes. Isso porque a legislação que rege o patrimônio público está construída para que estes apresentem a maior rentabilidade econômica possível – sob pena de os responsáveis por sua gestão serem acusados de lesar o patrimônio. Assim, as regras foram montadas para que o patrimônio público não possa ser utilizado em funções pouco rentáveis ou lucrativas, como é o caso de habitação de interesse social.

(ROLNIK, 2013a)

Em 2010, o estado do RJ tinha acabado de herdar vários imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA, citada acima), o que deveria facilitar a conversão de terrenos em usos mais dignos, não só para a capital, como também em outros 91 municípios do estado. Sobre imóveis do INSS, uma matéria publicada no jornal O Globo em 10/03/13 (que veio a

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=8248&cat=69&sec=9>

inspirar a publicação do texto acima referido de Rolnik) atestou a existência de 3.396 imóveis, entre terrenos e prédios, vazios ou alugados, inutilizados pelo instituto.

No ritmo de venda que vem sendo adotado pelo INSS, serão necessários 42 anos para zerar o estoque de imóveis espalhados pelo país que não estão sendo usados pelo instituto. [...] O Rio de Janeiro é o estado com maior número desses imóveis — reflexo dos tempos em que era a capital federal. Só na cidade do Rio, segundo a Superintendência Regional do INSS, são 154. Até o fim deste ano, o instituto pretende alienar a maioria dessas áreas por meio de vendas diretas a órgãos públicos ou por leilões. [...] A regional fluminense informou que **está adotando ações para retomar imóveis invadidos e regularizar a situação de todos**, para leiloá-los. A legislação atual impede a alienação de áreas irregulares. **Em abril deste ano, o INSS prevê a divulgação de edital de alienação de um prédio no Centro do Rio**. O INSS pretende vender todos esses imóveis no país, mesmo os alugados. Além de reduzir despesas com vigilância e conservação, a medida ajudaria a reduzir o déficit da Previdência Social. Todo o dinheiro arrecadado com a venda desses imóveis vai para o pagamento dos benefícios previdenciários.<sup>55</sup>

Em acordo firmado em abril de 2010 entre a Prefeitura do Rio e a SPU, visando a facilitação na destinação de áreas públicas para a construção de casas populares e a retirada de moradores de áreas consideradas como em situação de risco, as instituições estabeleceram um intercâmbio cadastral dos imóveis públicos. Na ocasião, Marina Esteves destacou que a parceria beneficiaria não apenas os moradores enquadrados em tais circunstâncias, como também a “revitalização de importantes regiões da capital”, referindo-se, claramente, às intervenções na Zona Portuária:

Nós vamos trabalhar juntos, por exemplo, pela revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, que é importantíssima para a cidade, portanto é importantíssimo para o cidadão carioca; nós vamos trabalhar na agilização e no apoio aos eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas; nós vamos trabalhar na identificação de imóveis ou de áreas que possam fazer parte do programa de provisão de habitação por interesse social; quer dizer, na verdade quando o governo federal e o governo municipal trabalham juntos pela cidade, trabalham pelo cidadão.<sup>56</sup>

No Relatório de Gestão de 2011 do órgão, foi declarado que, observando a delimitação do Porto Maravilha e valendo-se da relação dos imóveis identificados no ano anterior, “foi possível destinar imóveis para habitação provisional de baixa renda, assim como liberar

<sup>55</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/inss-tem-3396-areas-sem-utilidade-maioria-em-estado-de-abandono-7800569#ixzz2ZYDWTmjR>

<sup>56</sup> Reportagem de Priscila Leite, disponível em: [http://www.agenciadoradio.com.br/noticia.php?codigo\\_noticia=MPLA100173](http://www.agenciadoradio.com.br/noticia.php?codigo_noticia=MPLA100173)

terrenos destinados a grandes obras, oferecendo locais de reassentamento em quatro áreas em bairros próximos a área portuária<sup>57</sup>. A superintendente da SPU/RJ destacou a existência de um histórico em comum dos imóveis públicos no Rio de Janeiro, fato que poderia, ao menos na teoria, facilitar essa destinação voltada a atender as demandas e cobrir as deficiências no que se refere à questão habitacional:

Nós temos uma longa história de imóveis públicos de patrimônio da União, porque aqui já foi capital federal, já foi um estado, que era o Estado da Guanabara; então, quando você vai trazendo esta história toda, uma atrás da outra, uma depois da outra, você vai vendo que existem várias situações comuns, ou seja, que antes era da União e depois passou para o município, que o município tem interesse na ampliação e melhoria da cidade, que são áreas da União e etc.<sup>58</sup>

Em entrevista com o Diretor de Desenvolvimento Social e Econômico da CDURP (Rogério Riscado), quando questionado sobre a concretização do uso de imóveis para habitação de interesse social no Porto Maravilha, mencionou-se a existência de parcerias entre essa Companhia e a SPU (com quem se trata de imóvel por imóvel, especificamente) e com a SMH (esta, por sua vez, tem parceria com a CAIXA). Efetiva-se tais parcerias por meio de convênios, sobre os quais não se soube explicar como funcionam. Apenas explicou-se que para a CDURP desapropriar um terreno da área, ela não pode fazer diretamente, mas, para isso, precisou estabelecer um convênio com a SMH. Assim, retira-se a família (é mencionado, portanto, o caso em que a desapropriação ocorre em um imóvel que não estava vazio – porém o processo de comunicação com as famílias, o diálogo para se chegar a soluções que contemplassem as demandas dessas famílias, não foram mencionados) e paga-se o aluguel social a ela “pra depois ela voltar pra cá”. Também não se esclareceu como e para onde as famílias seriam realocadas. Pedimos para ter acesso aos projetos e aos mapas com a delimitação das áreas destinadas para habitação de interesse social, porém a negativa deu-se sob a alegação de que eles estavam (à época da entrevista, em janeiro de 2013) em fase de fechamento. Sobre os procedimentos, explicaram da seguinte forma:

[...] Como é que nós estamos fazendo? A gente pegou algumas áreas que eram áreas, tipo da Unilever, que é uma área da região, nós pagamos o projeto, pagamos a desapropriação e a Secretaria de Habitação, tratou do

---

<sup>57</sup> Disponível em:

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo\\_contas/SPU\\_regionais/SPU-RJ/2011/SPU\\_RJ2011\\_Relatorio%20de%20Gestao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo_contas/SPU_regionais/SPU-RJ/2011/SPU_RJ2011_Relatorio%20de%20Gestao.pdf)

<sup>58</sup> Reportagem de Priscila Leite, disponível em:

[http://www.agenciadoradio.com.br/noticia.php?codigo\\_noticia=MPLA100173](http://www.agenciadoradio.com.br/noticia.php?codigo_noticia=MPLA100173)

projeto de arquitetura das casas... E a SMH vai agora fazer com que esse projeto vire um projeto Minha Casa, Minha Vida. Mas pra isso nós tivemos que desapropriar um imóvel em acordo com a Unilever e pagar o projeto. E estamos fazendo isso em vários outros imóveis da região. Porque com isso você tem pessoas que estavam na região, tiveram que sair, pra ficar na região. Pessoas que estão no aluguel social, pra voltar pra região. Porque como ali é uma microcidade, vamos dizer assim... Micro, com 100 mil pessoas não é micro, né. Mas não adianta você dizer que só pode ter classe média, só pode ter pobre ou só pode ter rico. Você tem que ter o que tem na cidade. Então a gente trabalha com isso. Além disso, nós estamos desenvolvendo com a SPU, em terrenos da União que estejam meio que sem uso – pra não dizer abandonados – que a gente possa transformar estes terrenos em áreas para habitação. Então também é uma forma de você trazer essas melhorias pra região, entendeu? Então em conjunto, estamos já fazendo isso. É um terreno que está já bastante adiantado. Você vai, daqui a um mês poder ir lá. Projeto de HIS da Silvino Montenegro e da Unilever. Tem também o Quilombo da Gamboa, então esses projetos estão andando e a gente vai, até esse período ter como... [...] A gente ajuda na cessão do terreno... Em cada caso a gente atua de uma forma. Mas é uma forma de manter essas pessoas na região. [...] Hoje a gente já gasta muito dinheiro com a desapropriação desses terrenos pra essas construções, que é dinheiro próprio da origem dos CEPACs. A maioria terreno privado que a gente desapropria pra fazer HIS.<sup>59</sup>

Na sequência, falou-se na entrevista que o foco seria atender aos moradores de baixa renda cadastrados na “região” que foram removidos (mas o termo “remoção” não é citado):

[...] Primeiramente será pras famílias cadastradas na região, que tem, por exemplo, famílias que tiveram que sair porque ia ser rua, tem famílias que tiveram que sair porque vão ser terrenos públicos que estavam invadidos e estão no aluguel social, tem famílias que moram em condições horríveis, igual lá tem a SMH na Pedra Lisa, na Providência. [...] Então o que acontece, essas famílias, primeiramente elas são as beneficiadas. Se atendidas essas famílias, se tiver condição de vir outras famílias do aproveitamento desses terrenos, sem problemas pra nós.

**Para qual faixa de renda?**

Olha, esse que a gente tá fazendo, você me pegou agora, eu acho que é pra faixa de renda, eu acho que de 0 a 3 [salários mínimos], que é um pessoal que tá ali na região morando em áreas completamente degradadas, entendeu? [...].<sup>60</sup>

No entanto, apesar do discurso ser de inclusão, o que vemos na prática é a inoperância e falta de vontade governamental em voltar-se para a sociedade em sua ponta mais precarizada, os agentes sociais historicamente excluídos e constantemente marginalizados. Enquanto isso é ligeira a atuação para beneficiar proprietários privados que darão origem a megaempreendimentos que só farão lucrar a ponta diametralmente oposta, aqueles grandes

<sup>59</sup> Entrevista com Rogério Riscado, Diretor de Desenvolvimento Social e Econômico da CDURP, realizada na sala de reuniões da mesma, em 15/01/2013.

<sup>60</sup> Idem.

grupos empresariais e os grandes incorporadores imobiliários. Prova disso, foi a assinatura, em março do presente ano, por parte da SPU/RJ com a construtora Arrakis Empreendimentos Imobiliários, de contrato de aforamento de um terreno que pertencia à Cia. Docas, acrescido de marinha de mais de 16 mil m<sup>2</sup>, localizado à Rua Equador, no bairro de Santo Cristo. A construção, sob responsabilidade da Odebrecht, de um grande empreendimento imobiliário integrado ao projeto Porto Maravilha, ficará pronta para os Jogos Olímpicos de 2016. Em notícia divulgada em março de 2013, a Equipe de comunicação da SPU/RJ emitiu pronunciamentos a partir da negociação:

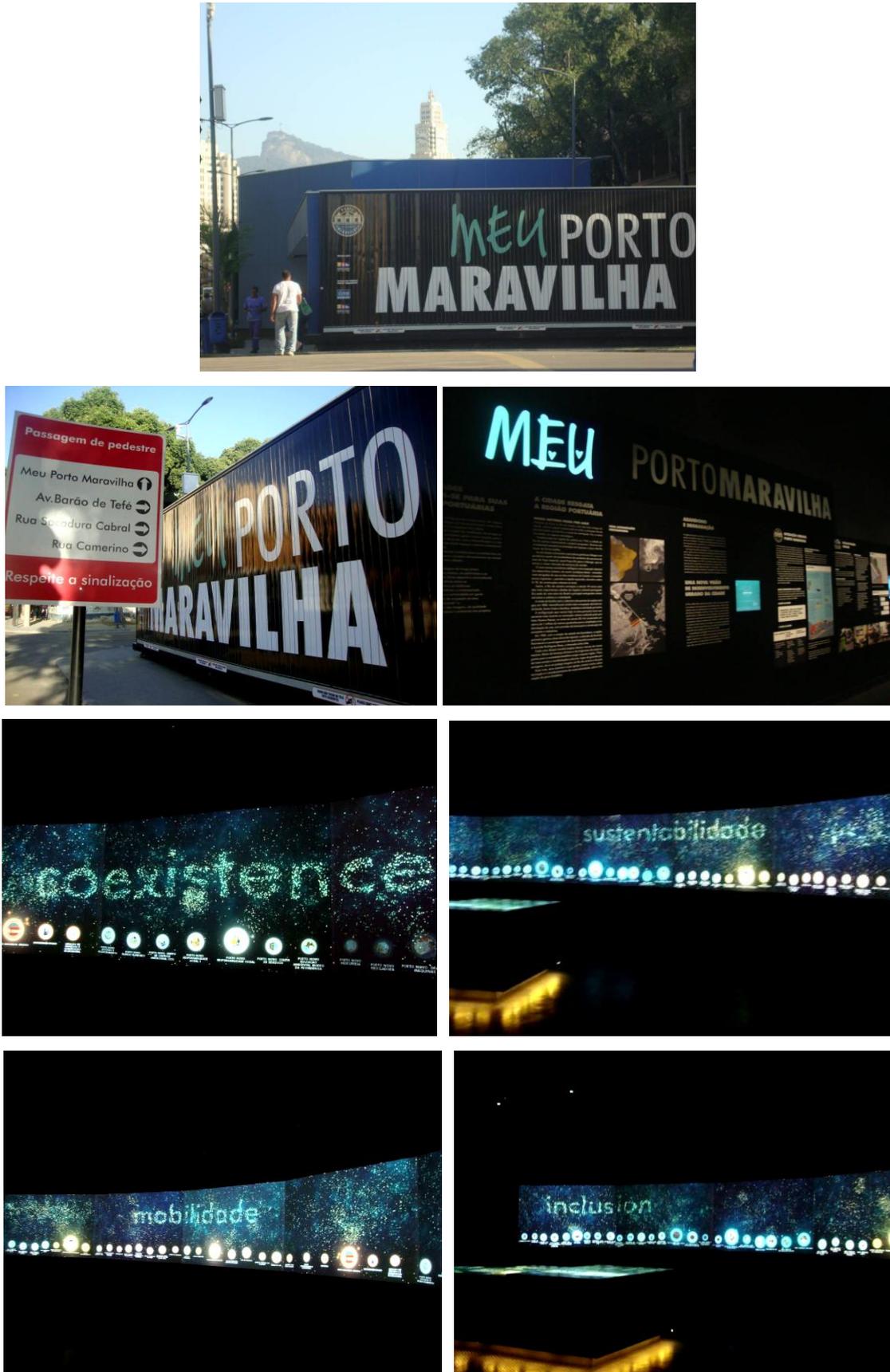
Segundo o diretor de incorporação da Odebrecht, Rogério Carvalho de Oliveira, empresa que ficará responsável pela construção, "o empreendimento é um ganho para a cidade e vai atender parte da demanda olímpica, com o lançamento de dois hotéis, um prédio com salas comerciais e um *mall* de lojas que irá interligar toda a área". Segundo Rogério, esse é o primeiro projeto a ser implantado na região e dará um grande impulso para o desenvolvimento da zona portuária. "Esse aforamento nos permite agora fazer esse lançamento", concluiu. Pela SPU/RJ, o contrato foi assinado pelo Superintendente Substituto, Antônio Carlos Ferreira da Costa. Ele lembrou que, além do pagamento de foro para a União, o terreno que estava subutilizado, dará uma nova vida à região. A previsão de entrega das obras está prevista para o primeiro semestre de 2016.<sup>61</sup>

Voltando ao uso do termo “inclusão” – que tem sido utilizado pelas vozes consonantes e pelos discursos oficiais relativos ao projeto como uma forma de abrangência ampla do projeto oficial de “revitalização” –, ele tem sido veiculado fortemente junto de outras palavras-chave que soam bem e trazem um tom de legitimidade e enquadramento aos parâmetros que são valorizados nos projetos atuais, como, por exemplo, “sustentabilidade”, “cidadania”, “cultura” e “mobilidade” – palavras ligadas a um desenvolvimento. Podemos verificá-las como em meio a um céu estrelado na sala de exposições criada pela Concessionária Porto Novo e chamada de “Meu Porto Maravilha” (Figura 27), com alto grau de tecnologia e inovação incorporadas através de telas interativas e multitoques, por meio de mapas, pequenos textos informativos, infográficos, fotos e vídeos – mais uma criação voltada ao abastecimento do mercado turístico, além de trazer uma proposta “informativa”, que na verdade é de divulgação das obras e do projeto.

---

<sup>61</sup> Divulgada em 01/03/2013 em: <http://patrimoniode todos.gov.br/pastanoticia.2009-07-02.8239097967/spu-rj-assina-contrato-para-revitalizacao-do-porto-maravilha>

**Figura 27:** Sala de exposições “Meu Porto Maravilha”



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

Localizada na Praça Jornal do Commercio (na Av. Barão de Tefé s/nº de esquina com a Rua Sacadura Cabral, no bairro da Saúde, e ao lado do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz – símbolos da densidade de histórica e dos marcos do passado carioca –, com indicações por meio de novas placas colocadas no local, a sala foi inaugurada em 1º de julho de 2012, mesmo dia em que o Rio de Janeiro foi a primeira cidade do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana pela UNESCO, quando Pedro Guimarães (Secretário Municipal de Turismo) disse que “a cidade é um orgulho para seu povo e uma paixão para todo turista que a visita recebe, de forma merecida, o reconhecimento oficial de seu carinhoso apelido de Cidade Maravilhosa” e Eduardo Paes declarou:

Cariocas têm razão de sobra para comemorar. Com esse título, o mundo declarou o que nós já sabíamos. Estou muito feliz em inaugurar essa exposição justamente hoje. Esse é um espaço para que as pessoas conheçam o Porto Maravilha e entendam mais a revitalização dos 5 mil m<sup>2</sup>. O Centro da nossa cidade tem muita história, mas estava muito deteriorado. Esse projeto vai mudar isso, preservando a história cultural do Rio.

O espaço de 283 m<sup>2</sup> fica na Av. Barão de Tefé s/n, de esquina com a Av. Venezuela. A visita conta com monitores para explicação da exposição e tem por objetivo, de acordo com a fala de um deles, prestar alguns esclarecimentos sobre o que é a Zona Portuária, considerando seu passado, presente e futuro e a principal questão é falar do projeto Porto Maravilha, porque e como ele está sendo implementado. É válido ressaltar que a exposição ao utilizar-se do pronome possessivo “meu” à frente do título que dá nome ao projeto (“Porto Maravilha”), ainda valendo-se de corações no entorno da escrita, cria uma ideia de pertencimento ou de algo que diz respeito à pessoa que fala ou, no caso, faz a leitura do seu nome. Tal pronome é usado também (Dicionário Michaellis) como “expressão de afeto, significando *caro, querido*” – demonstrando, portanto, querer criar um clima afável e agradável, que soe como pessoal, familiar, próximo ou mesmo íntimo, dando uma sensação de apropriação, um vínculo de pertencimento ou a tentativa de forjar uma identidade de forma que esta seja internalizada por quem por ali passa. Inclusive foram criados cartões postais (Figura 28) com imagens projetivas do que se tornará o espaço de acordo com o projeto oficial de “revitalização”, trazendo o nome da sala de exposição “Meu Porto Maravilha” veiculado ao lado dos símbolos enfatizados pela Prefeitura, CDURP e Porto Novo (o Túnel da Saúde, a Via Binário do Porto, o Museu do Amanhã e a Av. Rodrigues Alves sem o Viaduto da Perimetral). Os mesmos

estão disponíveis em uma estante que conta com vários folhetos e boletins informativos a respeito das obras, perspectivas e impactos positivos sobre a Zona Portuária.

O que será colocado entre aspas a seguir é extraído da fala da monitora que fez o “tour” pelo referido espaço<sup>62</sup>. Trazendo uma abordagem histórica, tenta-se justificar o porquê de a referida área ter chegado aos dias atuais “no ponto em que ela está, assim tão degradada, tão abandonada e tão vazia, pouco ocupada. Porque a Região Portuária atualmente no Rio tem um IDH muito baixo, um dos piores IDHs da cidade<sup>63</sup>, e ela é muito pouco ocupada<sup>64</sup>, só 28 mil habitantes numa área de 5 milhões de m<sup>2</sup>”. A justificativa para isso é que a área veio ao longo do tempo sofrendo de uma evasão de pessoas. O século XX é apresentado como muito “sofrido” para a “região”, porque no início do século com a Reforma Pereira Passos a Zona Portuária também teve grandes mudanças, como o aterro, fazendo com que a área ganhasse quase 1 milhão de m<sup>2</sup>. Nessa área foram construídos grandes galpões e armazéns, apostando muito no caráter portuário da cidade e também em um modelo, que ficou obsoleto com o aparecimento dos *contêineres* em meados do século XX. Ressalta que isso aconteceu em várias cidades do mundo e que a questão de reformar a zona portuária não é exclusiva do Rio de Janeiro. Menciona o fato da expansão da cidade para a zona oeste e a existência de “uma área enorme, mal aproveitada, no coração da cidade – que é perto do Centro, que é perto dos aeroportos, que é perto da zona sul, que é ‘superturística’, que é perto do Maracanã”. A ideia, portanto, para um melhor aproveitamento da área seria “trazer mais pessoas, sejam pessoas para trabalhar, pessoas para morar, pra visitar ou pra investir na região”. No entanto, como o projeto fica a cargo da Prefeitura, mas é baseado em uma PPP (Parceria Público-Privada) com a empresa Porto Novo, “[...] na verdade, o projeto acaba tendo um caráter tão... empresarial! Assim, às vezes, eu acho. Porque a Porto Novo tem um papel muito importante”, de acordo com a monitora.

---

<sup>62</sup> Realizado em 09/05/2013.

<sup>63</sup> Lembrando que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é calculado considerando a renda familiar per capita (soma dos rendimentos dividido pelo número de habitantes); a expectativa de vida dos moradores (esperança de vida ao nascer) e a taxa de alfabetização de maiores de 15 anos (número médio de anos de estudos da população local). O índice varia de 0 a 1, sendo considerado baixo na faixa entre 0 e 0,5, médio na faixa entre 0,51 e 0,8 e alto a partir de 0,81. Com base nas informações do Relatório do Desenvolvimento Humano 2000 (IPEA, 2000), ainda que o município do Rio de Janeiro ocupe a 2ª posição no critério do IDH estadual (correspondendo a 0,842, atrás apenas de Niterói, cuja taxa é de 0,886 – conforme Tabela 1 do Anexo 3), nossa área de estudo é uma das de menor IDH dentre as Regiões Administrativas do Rio de Janeiro (correspondendo a 0,775 na RA Portuária, que ocupa o 24º lugar no ranking municipal das trinta e três RAs; e a 0,894 na RA Centro, ocupando a 7ª posição). O mesmo estudo aponta, ainda, que a longevidade na área (71 anos) marca fortes contrastes ao destacar a RA Centro com a maior (76,12 anos – valor que se aproxima de algumas RA’s da Zona Sul carioca – e que sofreu o maior avanço no período entre 1991 e 2000, com a elevação da longevidade em +5,6 anos), enquanto a RA Portuária é a mais baixa (69,59 anos – abaixo da própria média da cidade, medida em 70,26 anos).

<sup>64</sup> Conforme Tabelas 2 e 3 do Anexo 3.

**Figura 28:** Cartões-postais distribuídos pelo “Meu Porto Maravilha”



Fonte: Material impresso distribuído pela concessionária Porto Novo

Para aprofundarmos tais questões relativas ao caráter empresarial e de estímulo ao adensamento populacional local é de fundamental importância visualizarmos a ação de promotores imobiliários que, segundo CORRÊA (1989), realizam, parcial ou totalmente, as operações de: - Incorporação (operação chave, onde realizam a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, isto é, em imóvel. A eles cabe a definição sobre: a localização, o tamanho das unidades, o tipo de unidade, a qualidade do prédio a ser construído, além das decisões sobre quem vai construí-lo, a propaganda e a venda ou negociação das unidades); - Financiamento (onde, a partir da formação de recursos monetários provenientes das pessoas físicas ou jurídicas, verificam o investimento para realização da compra do terreno e da construção do imóvel); - Realização de estudo técnico (por parte de economistas, arquitetos e engenheiros, onde se tem por objetivo verificar a viabilidade técnica da obra dentro dos parâmetros seguidos anteriormente pelo incorporador e à luz do código de obra); - Construção (onde atuam na produção física do imóvel, por meio de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo; são responsáveis pela contratação de mão de obra para execução da força de trabalho) e - Comercialização (quando

entram em ação os corretores, planejadores de vendas e os profissionais da propaganda e do marketing, responsáveis pela transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucros).

Optamos por não destrinchar cada operação, que pode ser realizada por grupos especializados ou podem estar concentradas nas mãos de um mesmo grupo. Mas selecionamos alguns exemplos de grandes empreendimentos imobiliários em processo de construção vertical, tanto para atender ao uso residencial, quanto para uso comercial e de negócios, localizados no perímetro do Porto Maravilha. A partir do caso do Porto Vida, analisaremos as estratégias discursivas utilizadas por seus promotores imobiliários como tática de atração de investidores e moradores, ressaltando os aspectos espaciais presentes e que contribuem para a venda da nova imagem pretendida à Zona Portuária do Rio de Janeiro. Para tal finalidade, utilizamo-nos dos panfletos e *folders* impressos e digitais, das informações contidas em portais eletrônicos de promotores imobiliários e de reportagens de jornais, além de trabalhos acadêmicos que nos serviram de exemplo de análise (como é o caso de AGUIAR, 2011 – cujo método de análise de encartes publicitários de condomínios exclusivos na Região Metropolitana de Porto Alegre nos serviu de base para construir a exposição a seguir).

O desejo de mudança e de alegria pulsam no ar do Rio de Janeiro. E a transformação mais visível aos olhos do carioca, e também do mundo, é a revitalização da área portuária, agora chamada de Porto Maravilha. Um projeto grandioso que resgata a identidade do Centro da cidade e volta a integrá-lo às pessoas, aos espaços e ao futuro. E é aqui que vai nascer um lugar diferente para morar, conectado, inteligente. Porto Vida, o 1º residencial do Porto Maravilha. O seu lugar no coração do Rio.<sup>65</sup>

Condomínio de luxo a ser lançado, carregando em seu endereço o título do projeto oficial de “revitalização” – exaltado no texto acima – como nome do bairro (localizado à Rua General Luiz Mendes de Moraes, 65 – Porto Maravilha – RJ), como algo que lhe proporciona uma valoração positiva pelo potencial integrador de uma cidade partida em cujo Centro, segundo o discurso enunciado, havia-se perdido a identidade, além das pessoas e da projeção para o futuro. Ao se dizer que um lugar diferente para morar vai nascer, localizado no coração do Rio de Janeiro, o próprio substantivo ‘vida’ dá nome ao empreendimento no Porto – o simbolismo da morte de um espaço que “precisava” do *upgrade* de um grande projeto, que espera e prevê o retorno dos lucros para uma área supostamente apática e sem vida –, tem-se a

---

<sup>65</sup> Texto disponível no portal oficial do empreendimento: <http://www.portovidaservidor.com.br/>

clara intencionalidade de desprover a agência de importantes sujeitos sociais cristalizados historicamente na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Em notícia publicada no portal oficial do Porto Maravilha em maio desse ano<sup>66</sup>, anunciou-se que a pré-venda das unidades habitacionais seria realizada a partir de em junho, porém a incorporadora já anunciara preços a partir de R\$ 420.000,00 (para apartamentos de dois quartos)<sup>67</sup>. O residencial possuirá 1.333 apartamentos (857 terão dois quartos e 473, três, cujo tamanho das unidades variará de 69 a 90 m<sup>2</sup>) e somente em 2017 as unidades serão entregues aos proprietários, já que o empreendimento está sendo integrado ao complexo do Porto Olímpico e servirá de hospedagem para árbitros e jornalistas da Mídia Não Credenciada durante os Jogos Olímpicos de 2016 (antes planejada para o Bairro Carioca Olímpico, que seria construído na Barra da Tijuca e teria 7 mil quartos)<sup>68</sup> – fruto de um acordo do poder público municipal com o setor privado, por meio do fornecimento de benefício por parte da Prefeitura para que construtoras erguessem por conta própria prédios para receber jornalistas.

Com instalação inicialmente planejada para a Zona Oeste da cidade, as vilas de Mídia Não Credenciada e de Árbitros **foram para a Região Portuária por iniciativa do prefeito Eduardo Paes, para impulsionar a revitalização. O projeto muda perfil da área**, que passará a combinar prédios comerciais e residenciais e novos serviços para a população. Projeções indicam salto dos 32 mil habitantes nos 5 milhões de metros quadrados da área (nos bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão) para 100 mil em 2020 - 10 anos desde o início do Porto Maravilha, em 2010.

(O GLOBO, 03/06/2012, Grifo nosso)

Explicita-se, portanto, toda a estratégia de realocização dos equipamentos urbanos (com forte influência da atuação do Comitê Olímpico Internacional) para viabilizar o projeto olímpico para o espaço dentro da cidade que é alvo das mais intensas transformações,

<sup>66</sup> Publicada em 24/05/2013 e disponível em: <http://portomaravilha.com.br/>

<sup>67</sup> Uma observação relevante é o fato de que, um ano antes, Jorge Arraes (que hoje ocupa o cargo de Subsecretário de Projetos Estratégicos e Concessões de Serviços Públicos e Parcerias Público-Privadas da CDURP), anunciou que pelo metro quadrado seria cobrado um valor a partir de R\$ 5.000 – o que faria com que o preço das unidades variasse de R\$ 345 mil a R\$ 450 mil, bastante abaixo dos preços anunciados este ano, o que prova que já houve uma absurda valorização da Zona Portuária, incentivando a especulação imobiliária. (De acordo com informações disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/porto-tera-maior-predio-residencial-do-rio-5110899#ixzz2Zh4xhD1i> - Publicado e acessado em 03/06/2012.)

<sup>68</sup> Lembramos que, inicialmente, o projeto de construção da Vila de Mídia e da Vila de Árbitros estava incluso no projeto de construção do “Bairro Carioca”, planejada em um grande terreno localizado na Zona Oeste carioca, que receberá a maior parte das competições olímpicas. Porém, chegou-se à constatação de que, em um terreno argiloso e com custo de até R\$ 100 milhões para a preparação de sua estrutura, “a obra seria muito cara e de pouco legado para a cidade” – quem sabe, mais um “elefante branco”, tal qual a Vila do Pan (por ocasião dos Jogos Pan-Americanos de 2007), acusada de ter sido edificada em um solo inapropriado, o que trouxe problemas posteriormente, além de a demanda ter sido bem abaixo do esperado, o que gera, até os dias atuais, muitas unidades vazias.

deixando clara a expectativa de uma mudança de perfil da área, não apenas com a elevação da quantidade de habitantes, mas também da qualidade desses novos moradores e dos novos negócios empreendidos no local, puxados pela “revitalização”. Além disso, os ideais de inovação e pomposidade, a começar pelo gigantismo das dimensões dos prédios (como também o edifício “A Noite”, na Praça Mauá, já teve seus tempos áureos<sup>69</sup>, como o primeiro arranha-céu da América Latina, levantado em 1911 como símbolo da modernidade da então capital brasileira e um dos mais representativos exemplares da *art decó*, com 102 metros equivalentes a um edifício atual de 30 andares – hoje está em grande declínio, com obras intermináveis, já há um bom tempo amparado por andaimes, madeiras e coberto por tela de proteção), são elementos discursivos que buscam particularizar o empreendimento na escala da cidade do Rio, conforme atestamos abaixo:

O conjunto de sete prédios que será construído na Zona Portuária para abrigar as vilas de mídia e de árbitros das Olimpíadas do Rio, em 2016, terá **o maior edifício residencial da cidade, com 40 andares**. Os prédios — de alturas variadas, o menor deles com 12 pavimentos — começarão a ser erguidos em janeiro de 2013, dentro do projeto Porto Olímpico, no terreno conhecido como Praia Formosa, nos arredores da Rodoviária Novo Rio. (...) Cada prédio do conjunto contará com cinco pavimentos de garagem. O maior dos edifícios terá, portanto, 35 andares de apartamentos, e sua altura vai superar a das torres do condomínio Athaydeville, na Barra da Tijuca. Para se ter uma ideia do tamanho do empreendimento, a torre do RioSul, em Botafogo, o maior arranha-céu do Rio, tem 44 pavimentos, já incluindo os cinco pisos do shopping.<sup>70</sup>

O próprio interesse da Prefeitura em potencializar a Zona Portuária carioca, onde atua como incorporadora imobiliária no sentido de influenciar na localização geográfica do imóvel, no tamanho das unidades e na qualidade dos prédios (CORRÊA, 1989) – inclusive porque a fonte do principal mercado para a compra dos imóveis vem do próprio órgão municipal – tem sido apoiado pelo COI, que aprovou de imediato as novas decisões, estabelecendo suas determinações e critérios. Traz-se o termo “legado” para registrar o que será deixado para a cidade com a realização dos Jogos Olímpicos, mas sempre de maneira extremamente pontual, seletiva e restrita, não abarcando benefícios para a ampla maioria dos cidadãos cariocas.

<sup>69</sup> Foi, de acordo com VIRGÍLIO (2013), sede da Rádio Nacional, da Agência Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

<sup>70</sup> Publicado e acessado em 03/06/2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/porto-tera-maior-predio-residencial-do-rio-5110899#ixzz2Zh4xhDli>

O projeto foi anunciado em março [de 2012], durante uma visita da comissão de inspeção do COI, e sofreu algumas mudanças. Na ocasião, a prefeitura informou que seriam 1.800 apartamentos divididos em 16 prédios. As unidades seriam menores, variando de 55 a 70 metros quadrados. De acordo com Sérgio Lopes, o projeto Porto Olímpico foi enxugado para aumentar a metragem dos apartamentos. Pela previsão original, os quartos teriam, em média, sete metros quadrados. Na nova versão do projeto, passarão a ter entre nove a dez metros quadrados. As alterações foram influenciadas por uma pesquisa na carteira imobiliária do Previ-Rio. Segundo o estudo, os apartamentos que estavam sendo projetados não atendiam ao perfil que costuma ser procurado pelos servidores.

— **As mudanças foram frutos da discussão do que queremos deixar de legado para a cidade.** Temos que imaginar que esse será o primeiro grande projeto residencial do porto. Além de sua importância nas Olimpíadas, **o conjunto de prédios será um produto com potencial de ditar regras numa região que queremos revitalizar.** Os quartos eram muito pequenos. As novas plantas já foram aprovadas pelo COI — explicou Lopes.

Terreno deverá abrigar outros empreendimentos

**A Cdurp informou que o posicionamento dos prédios também mudou.** Na versão de março, ficariam mais próximos da Praça Marechal Hermes, onde fica o Terminal Rodoviário Padre Henrique Otte, perto da Rodoviária Novo Rio. Agora, os edifícios serão erguidos nos fundos do terreno da Praia Formosa, mais próximos da Rua General Luiz Mendes de Moraes. **Essa alteração foi pedida pelo COI para garantir o perímetro de segurança das instalações.**

Os prédios olímpicos serão os primeiros do terreno da Praia Formosa. De acordo com a Cdurp, a área tem potencial construtivo para mais edifícios — sua ocupação total poderá somar R\$ 6 bilhões em obras imobiliárias. O terreno foi adquirido pelo consórcio Solace<sup>71</sup> à Caixa Econômica Federal, que administra o fundo imobiliário dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), títulos criados pela prefeitura do Rio no ano passado.<sup>72</sup> (Grifo nosso)

O “Porto Vida” apresenta-se, portanto, como o primeiro residencial do local, tendo como público-alvo servidores públicos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, com a promessa de condições especiais, preços e facilidades de financiamento exclusivos (Figura 29). No próprio cadastro para interessados pede-se a Secretaria em que se trabalha e o número de matrícula. Há possibilidade de cadastro para interessados que também não se enquadrem no perfil acima, porém, sem as mesmas condições especiais de aquisição de imóvel.

De acordo com Jorge Arraes para viabilizar a compra das unidades pelos servidores, o Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio (Previ-Rio) deverá lançar, em agosto, uma linha especial de cartas de crédito. A previsão é que o fundo de pensão aplique cerca de R\$ 500 milhões em empréstimos. [...]

- Será uma obra por modalidade de administração. Os servidores comprarão os apartamentos com as cartas de crédito. O Previ-Rio não financiará a construtora. Teremos um decreto específico detalhando todas as condições.

<sup>71</sup> O Consórcio Solace é formado pela REX (braço imobiliário do empresário Eike Batista), Odebrecht, Carioca e OAS, voltado para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários nos terrenos públicos.

<sup>72</sup> Publicado e acessado em 03/06/2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/porto-tera-maior-predio-residencial-do-rio-5110899#ixzz2Zh4xhDli>

Nossa expectativa é de uma venda muito rápida, pois muitos servidores vêm buscando informações sobre a obra – disse Sérgio Lopes, diretor de Administração e Finanças da Cdurp.<sup>73</sup>

**Figura 29:** Folder do Porto Vida Servidor

The image shows a promotional flyer for 'Porto Vida Servidor' in the 'Porto Maravilha' area. The main headline reads 'SERVIDOR, SUA GRANDE CHANCE CHEGOU!' followed by 'CONHEÇA O 1º RESIDENCIAL DO PORTO MARAVILHA'. A central graphic features a ribbon forming a globe with the text 'Que Maravilha!'. Below this, a call to action says 'CLIQUE AQUI E CADASTRE-SE AGORA MESMO!'. The flyer is divided into four benefit boxes: 'EXCLUSIVIDADE' (exclusive prices and conditions for city employees), 'MOBILIDADE' (proximity to BRT, roads, and bike lanes), 'TECNOLOGIA E BELEZA' (modern, intelligent, and sustainable project), and 'MODERNIZAÇÃO' (discover why you should live in Porto Maravilha). At the bottom, logos for 'Cidade Olímpica', 'Rio Prefeitura Previ-Rio', and 'Porto 2016' are displayed.

Fonte: [www.portovidaservidor.com.br](http://www.portovidaservidor.com.br)

O conceito do ‘ecologicamente correto’ faz parte da estratégia discursiva de causar uma sensação positiva de alinhamento ao discurso de uma economia verde (proposto pelos próprios agentes estatais, direcionadores das perspectivas de que a cidade seja inserida em padrões que minimizem os danos ambientais e que impuseram exigências que todos os empreendimentos a serem erguidos no Porto Maravilha devem se empenhar para cumprir para a obtenção da certificação de sustentabilidade LEED<sup>74</sup>).

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações. “O processo de certificação analisa todo o **ciclo de vida do empreendimento**, da concepção ao descarte de resíduos, avaliando, por exemplo: o uso de materiais reciclados ou de demolição; a incorporação de eficiências energéticas; os sistemas de reaproveitamento de água; a estrutura de coleta seletiva de lixo; se o terreno já pertence a uma área consolidada e bem servida por transporte público.” (Fonte: <http://www.sustentabilidaderesultados.com.br/leed-sustentabilidade-na-construcao-civil/>)

O Porto Vida é um exemplo de inovação tecnológica em prol da sustentabilidade. Da construção ao dia a dia dos moradores, tudo está sendo pensado para uma maior eficiência energética e economia de recursos naturais. Exemplos não faltam:

No sistema construtivo:

- Utilização de materiais ecologicamente corretos
- Elaborado gerenciamento de resíduos
- Mínimo desperdício de recursos e materiais

Na arquitetura:

- Escalonamento e disposição das torres para mais ventilação e insolação
- Criação de vãos e varandas que respeitam a direção dos ventos
- Criação de áreas maiores de lazer
- Lazer em dois níveis para melhor iluminação das garagens
- Telhados verdes para um mais resfriamento
- Captação de águas pluviais para manutenção de jardins e áreas comuns
- Uso de concreto com maior eficiência térmica
- Cores claras, menos absorventes à luz e ao calor

Na infraestrutura:

- Previsão para sistema de refrigeração mais econômico tipo *split*
- Adoção de medidores de água individuais para menor desperdício
- Elevadores inteligentes para um custo menor no condomínio

No conceito:

- Segue a tendência mundial de sustentabilidade urbana e social
- **Fortalece o retorno de moradores para o Centro da cidade**
- Favorece o uso de meios de transporte ecologicamente corretos
- **Incentiva a requalificação do comércio e de moradias no entorno.**<sup>75</sup>

Destacamos na referência acima o reforço à ideia de um retorno ao Centro da cidade, que precisa ser reocupado com a chegada de novos moradores, e da necessidade de uma requalificação comercial e habitacional. Requalificação que é posta no sentido da concessão de uma nova qualificação ao local, mais positiva em relação ao status anterior, os às vocações consolidadas ali na área central historicamente. Impõe-se como ímpeto a mudança de qualidade, uma nova apreciação, um enobrecimento daquele espaço e de suas atividades, cujo discurso é consoante com as vozes oficiais – algumas delas inclusive preferindo denominar a “revitalização” como “requalificação”<sup>76</sup>.

<sup>75</sup> Fonte: [www.portovidaservidor.com.br](http://www.portovidaservidor.com.br)

<sup>76</sup> Rogério Riscado, em entrevista concedida em 15/01/2013 na sede da CDURP à autora, ao ser perguntado sobre o que entende por “revitalização urbana” disse que “[...] a revitalização, ela pode ser revitalização ou requalificação. **A gente prefere usar mais a palavra requalificação porque é uma área que dentro da cidade, que, vamos botar assim, dentro do tecido urbano da cidade, em que ela está abandonada, em que ela está completamente desvinculada e fora das atividades que a cidade necessita de trabalho, de moradia, de uma residência digna, de mobilidade urbana, onde as pessoas possam transitar com tranquilidade...** Então revitalizar ou requalificar essa área significa dar uma nova vida pra ela. Ela não está completamente morta, mas ela não cumpre a função que deveria cumprir... é... e que o Poder Público precisa fazer com que ela cumpra, que é principalmente dar uma vida digna pra população da cidade, e principalmente quem vive nessa região. Então requalificar essa área significa, é... refazer toda a infraestrutura urbana, é o papel que a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto cumpre, mas, além de fazer as melhorias do ponto de vista da urbanização – que é água, esgoto, varrição, novas ruas, novas calçadas, mobilidade urbana que melhore o trânsito, o acesso das pessoas à região - , é também buscar uma melhoria da qualidade de vida das pessoas. Então

Sob os slogans “Tranquilidade, lazer, esportes, conforto”, “Inteligência, tecnologia e eficiência para um bem comum: O respeito pelo meio ambiente, pela cidade e pelas pessoas”, “Um lindo apartamento à altura do novo momento do Porto e da sua vida”, “Para você viver com design, conforto, estilo e uma bela vista do Rio de Janeiro”, os discursos enfatizam a possibilidade de uma vida agradável, tranquila e com conforto, proporcionada por conceitos modernos e avançados de toda uma estrutura planejada garantidora de um bem-estar proporcionado por um ambiente que preza por boas relações sociais e por vínculos de valorização ao meio ambiente – elementos que remetem a uma fuga do stress cotidiano tipicamente metropolitano. Evocam-se, também, os aspectos relativos ao tempo vindouro da Zona Portuária, onde o empreendimento é estrategicamente localizado a fim de conceder uma visão privilegiada da cidade, voltada para o Porto – o novo Porto, diga-se de passagem.

As próprias “Inéditas varandas *Sky Lounge*”<sup>77</sup>, para todos aproveitarem os mais belos ângulos da cidade” seriam garantidoras de uma perspectiva mais valorizada – o que se comprova também a partir de “[...] sua altura e suas linhas arrojadas [...]” (fazendo uma referência ao gabarito dos prédios como algo único e inovador) e de seus “espaços comuns que privilegiam o contato entre as pessoas e com os diversos horizontes da capital” – de acordo com informações no sítio eletrônico do empreendimento imobiliário<sup>78</sup>. As imagens da Figura 30 aparecem como demonstrativas do que será construído nessas varandas suspensas de uso comum, com olhar voltado para o espaço público e o mundo externo – algo diferente do que se costuma encontrar em encartes publicitários e propagandas de condomínios exclusivos, que sempre valorizam justamente o uso privado de seus equipamentos e um olhar restrito apenas para os ambientes internos (bastante valorizado também, como veremos adiante). No entanto, as fotomontagens com vistas atuais do entorno revelam pessoas isoladas e sem se comunicarem entre si, sem estabelecerem trocas (com exceção do casal). O branqueamento do conteúdo social também é explícito nas imagens abaixo, onde poucas pessoas aparecem, todas apresentando uma cor de pele clara – o que pode nos remeter a uma exclusão racial historicamente enraizada também marcante nessa “revitalização” de cima para baixo.

---

requalificar significa esse conjunto de tarefas que a gente tem pra que a região fique uma região melhor de se trabalhar, melhor de se morar e melhor de se passear.”

<sup>77</sup> Varandas suspensas.

<sup>78</sup> Fonte: [www.portovidaservidor.com.br](http://www.portovidaservidor.com.br)

**Figura 30:** Varandas suspensas de uso comum do Residencial Porto Vida



Fonte: [www.portovidaservidor.com.br](http://www.portovidaservidor.com.br)

Outra característica é a produção de espaços voltados para seus interiores e a estratégia discursiva de marketing de valorizar as diversas facilidades e opções de entretenimento (como: piscina, quadras de esportes, salões de jogos para diferentes idades, espaço *fitness*, churrasqueira, espaço *lounge*, espaço *gourmet*, salão de festas, brinquedoteca, *home office*, entre outros – valorizando um vocabulário repleto de estrangeirismos) e a reserva de espaços dentro do condomínio até para lojas comerciais, para a presença de usos não residenciais (“[...] que em breve poderão ser ocupadas por padarias, farmácias e salões de beleza [...]”<sup>79</sup>) – o que é um marco do escapismo e do fenômeno de autossegregação protagonizado pelas elites urbanas, que buscam resolver toda a sua vida dentro de condomínios fechados, sem precisarem circular pela cidade, nem se exporem ao violento mundo externo. Todos esses fatores assemelham-se ao que veio acontecendo na Barra da Tijuca (SOUZA, 2005).

Sobre a questão da segurança, apenas faz-se menção ao que está sendo implementado pelo Porto Maravilha. São citados os “sistemas de segurança com câmeras de alta definição e vigilância 24 horas” dos espaços públicos evocando-se como “um novo jeito de olhar e se relacionar com o meio urbano”. Contudo, tal discurso soa contraditório, à medida que a instalação de câmeras de vigilância (Figura 31) em um espaço supostamente público (já que está sendo cada vez mais privatizado, não apenas pela compra de terrenos e a execução de obras por grandes empresários, mas inclusive também pela própria atuação do consórcio Porto Novo cumprindo responsabilidades outrora públicas) – falando sobre todo o entorno do condomínio Porto Novo – traz a pretensão de tornar a Zona Portuária carioca como a área

<sup>79</sup> Informação disponível na página oficial do empreendimento imobiliário em uma rede social. Disponível em: <https://www.facebook.com/portovidaresidencial>

mais vigiada da cidade. Trazendo a ideia da necessidade da “ordem” (ao que, supostamente, estaria “desordenado”), através da luz, da claridade, da limpeza, podemos dizer que, novamente, tal qual fora na época da Reforma Passos, fazer com que vejam tudo é algo altamente cogitado – à medida que, quem o realiza, tudo controla e tudo pode, como o dispositivo do panóptico de Bentham.

**Figura 31:** Zona Portuária vigiada 24h – 50 câmeras vão ajudar no controle do trânsito e na segurança local



Fonte: Matéria publicada pelo Jornal Meia Hora em 03/01/2012 (Disponível em: [http://portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl\\_03\\_01\\_1.pdf](http://portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl_03_01_1.pdf))

Além disso, a própria instalação estratégica de uma Unidade de Ordem Pública (UOP) denominada “Porto Maravilha”, para garantir a cobertura local da área abrangida pelo projeto também 24 horas por dia, 7 dias por semana, reforça o ímpeto pelo fornecimento de segurança e a soma de esforços entre diferentes agentes sociais. Essa foi a oitava UOP implementada no Rio de Janeiro (as demais se localizam, em sua maioria, em bairros da Zona Sul<sup>80</sup>, no Catete – que abrange Glória e Flamengo –, Copacabana, Ipanema e Leblon, além de no Centro, na Tijuca e no Méier), inaugurada em 26 de dezembro de 2012, mas a primeira na cidade a equipar suas viaturas com *tablets*, permitindo um sistema de registro de deslocamento realizado por GPS para a localização, possibilitando o aumento do controle sobre o trabalho

<sup>80</sup> Que, longe de ser a parte da cidade mais carente em termos de segurança pública, é, no entanto, a que tem a maior visibilidade por deter o solo urbano (em termos de metro quadrado) mais valorizado e caro do Rio de Janeiro. Tal fato demonstra que as prioridades geográficas, portanto, são deslocadas em função da garantia das condições de tranquilidade aos bairros da Zona Sul da cidade, em detrimento das áreas que mais demandam atenção, mas que possuem muito menos status. Em resumo, há um compromisso maior em atender às classes de maior poder aquisitivo, aumentando o fosso sócio-espacial em comparação com os mais pobres (e os bairros que ocupam).

operação, além de utilizarem também rádios transmissores e *palmtops* (computadores de mão) acoplados a mini-impressoras com o fito de registrar e transmitir as irregularidades instantaneamente a uma central de controle da Guarda Municipal. Ainda que sua área de atuação não preveja todo o perímetro do Porto Maravilha, sua presença marcante atrás da Cidade do Samba e muito próxima à estação de teleférico que dá acesso ao Morro da Providência, por exemplo (além de outras relações espaciais, como veremos mais adiante), ela é um ponto de apoio e de referência para a “melhoria do bairro” e para torná-lo mais “organizado, limpo e seguro” (Figura 32).

Outra estratégia desenvolvida pelos promotores imobiliários para a comercialização é a produção de croquis, denominados como “imagem meramente ilustrativa”, sem escalas, com a alteração de distâncias geográficas<sup>81</sup> e a exaltação de elementos valorizadores das proximidades do local (Figura 33). Compreendendo as imagens visuais também enquanto discursos, percebemos através do croqui do empreendimento Porto Vida (Figura 34), sob o título “Tudo gira em torno do Centro. E agora você vai poder morar lá.”, elementos discursivos associados à venda de uma acessibilidade urbana vinculada a importantes vias de transporte (Av. Rodrigues Alves, Av. Rio Branco, Av. Presidente Vargas, Av. Rodrigues Alves – fechando o perímetro do Porto Maravilha –, além do Túnel Rebouças e do Túnel Santa Bárbara e da Av. Brasil, Ponte Rio Niterói e Linha Vermelha), à proximidade de pontos de chegada e de partida intraurbano (como no caso da Rodoviária Novo Rio) e para além do Rio de Janeiro (como no caso do Aeroporto Santos Dumont e Aeroporto do Galeão, seguindo pela Linha Vermelha) e à proximidade de diversos pontos turísticos e equipamentos culturais (Aterro do Flamengo, Pão de Açúcar, Copacabana – representando a praia enquanto amenidade –, Lagoa Rodrigo de Freitas, Corcovado, Maracanã, Sambódromo, Theatro Municipal e Lapa). A proximidade da sede da Prefeitura do Rio, localizada no croqui, é um quesito importante, já que o condomínio está sendo planejado privilegiando funcionários que trabalhem na sede do poder municipal. A distância entre casa-trabalho, avaliada em “6 minutos” pelos promotores imobiliários é, portanto, um fator de grande atração e comodidade. As vias propostas pelo Porto Maravilha também são apresentadas como facilitadoras de deslocamentos.

---

<sup>81</sup> Apresentando a proximidade a diferentes locais por meio da posição geográfica do empreendimento imobiliário onde se ressalta o tempo de deslocamento aos principais pontos da cidade, sempre muito inferior do que o que realmente se leva para acessar tais locais – como que se partindo de um espaço com grande fluidez, sem engarrafamentos e sinais fechados, algo totalmente incomum no dia a dia)

**Figura 32:** Panfleto da UOP – Porto Maravilha



**UNIDADE DE ORDEM PÚBLICA**

A Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop) e da Guarda Municipal, implanta a Unidade de Ordem Pública (UOP) Porto Maravilha. Confira o que a região ganha com este projeto:

**ESTA É A ÁREA DE ATUAÇÃO DA UOP-PORTO MARAVILHA**

Guardas municipais da UOP atuam em um perímetro de mais de 1 milhão de metros quadrados que abrange as avenidas Presidente Vargas, Venezuela, Rodrigues Alves e as ruas Sacadura Cabral, Leandro Martins, Teófilo Otoni, entre outras áreas do bairro.





**267 guardas municipais**

GMs com nove viaturas e cinco motos, equipados com rádios transmissores e computadores de mão para registrar e transmitir irregularidades para central de controle.



**Patrulhamento 24h**

Assim como já ocorre nas outras UOPs da cidade, uma equipe de guardas cuidará sempre da mesma área, sem rotatividade de agentes.



**Irregularidades combatidas**

Estacionamento irregular, excesso de mesas e cadeiras nas calçadas, ambulantes sem licença, entre outras ações que venham a ferir o Código de Posturas e a Legislação do Município.

A Prefeitura do Rio está trabalhando para melhorar o seu bairro, deixando-o mais organizado, limpo e seguro. Colabore e participe. Qualquer irregularidade ou sugestão, ligue para a Central de Teleatendimento **1746**.





Não jogue este folheto em vias públicas.



Fonte: Folheto impresso distribuído pela Prefeitura do Rio

**Figura 33:** Distâncias do Porto Vida

- Futura estação do BRT – 450m
- Rodoviária Novo Rio – 2min
- Ponte Rio-Niterói – 4min
- Prefeitura do Rio – 6min
- Sambódromo – 6min
- Maracanã – 7min
- Túnel Santa Bárbara – 7min
- Aterro do Flamengo – 10min
- Teatro Municipal – 10min
- Túnel Rebouças – 10min
- Lapa – 10min
- Lagoa Rodrigo de Freitas – 11min
- Aeroporto do Galeão – 12min
- Aeroporto Santos Dumont – 12min
- Pão de Açúcar – 12min
- Copacabana – 15min
- Corcovado – 25min

Fonte: <http://portovidaservidor.com.br>

Uma localização privilegiada, estratégica, que proporciona percursos curtos e deslocamentos rápidos a diversas regiões e pontos de interesse, como a praia, os aeroportos, o Maracanã e o restante da cidade. Estão em curso a construção das avenidas Binário do Porto, e Via Expressa, assim como a escavação de túneis e a implantação do VLT na porta do Porto Vida Residencial. É mais velocidade e conectividade com a cidade para quem morar aqui.

(Fonte: <http://www.portovidaservidor.com.br/tudo-gira-em-torno-do-centro-porto-maravilha.php>)

Interessante notar que os morros da área central são completamente retirados de cena – porque remetem às favelas, o que, certamente, desvalorizaria a área frente ao mercado pretendido. Apresenta-se, portanto, um Centro e uma Zona Portuária completamente planos, com grandes vazios humanos, bastantes áreas verdes, diversas edificações verticalizadas e uma suposta ausência de conflitos, de problemas sócio-espaciais e de diferenças de conteúdo – um espaço teoricamente “perfeito” para a família, de acordo com os conceitos advindos do status social extremamente elevado que se quer atingir para compor os novos moradores locais.

**Figura 34:** Croqui ilustrativo de localização sem escala do Porto Vida



Fonte: <http://www.portovidaservidor.com.br/tudo-gira-em-torno-do-centro-porto-maravilha.php>

Outra característica importante é a construção do discurso da “comodidade” pela localização em um bairro onde – não apenas pela localização próxima a importantes vias e pontos da cidade ligados ao lazer – não se precisaria perder tempo no trânsito, já que o Porto

Maravilha está atraindo “toda sorte de empreendedores, como lojas de ruas<sup>82</sup>, serviços e opções gastronômicas”<sup>83</sup>, além de “se tornar um dos polos de edifícios comerciais mais importantes da cidade”. Para o entorno do Residencial, portanto, prevê-se *shopping center* e uma série de serviços que, interessantemente, são descritos com as imagens abaixo (Figura 35), que reiteram o alto status que se pretende à Zona Portuária por meio das sacolas seguradas – um estímulo à sociedade do consumo – e à taça sobre a mesa, representando a cobrança por serviços mais caros, com um acesso exclusivo a poucos.

**Figura 35:** Consumo de luxo na propaganda do Residencial Porto Vida



Fonte: [www.portovidaservidor.com.br](http://www.portovidaservidor.com.br)

O Porto Vida Residencial foi, até o momento de fechamento dessa pesquisa, o único projeto residencial confirmado para a área de abrangência do Porto Maravilha, tendo uma procura de cerca de 7.500 pessoas, segundo matéria publicada no jornal O Globo<sup>84</sup>. Para que ele fosse possível, a atuação do Estado, nos múltiplos papéis que exerce, foi imprescindível por meio de uma articulação da Prefeitura. Segundo fala do prefeito Eduardo Paes:

- O único (lançamento) residencial é por ativismo estatal. A Vila de Mídia, que eu estou financiando. Queria estabelecer uma cota de 40% residencial e 60% comercial, só que, na época, eu desvalorizaria os Cepacs (Certificados de Potencial Adicional de Construção, que financiam operações urbanas no Porto e são vendidos a quem quiser construir dentro do novo gabarito da região) se fizesse isso. **Como eu queria vender aquele negócio, segurei, mas agora chegou o momento dessa discussão.** Precisamos ter gente morando, para não correr o risco de virar o que virou o Centro. Esse é o meu medo no Porto.

(MARCOLINI & TABAK, 2013)<sup>85</sup>

<sup>82</sup> Se bem que, em uma área onde o potencial construtivo tem se tornado extremamente valorizado, possibilitando o aumento do gabarito dos edifícios a serem construídos por meio da compra dos CEPACs, não soa coerente, possível e desejável a presença de “lojas de rua”...

<sup>83</sup> Disponível em: <http://portovidaservidor.com.br>

<sup>84</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/falta-de-predios-residenciais-gera-preocupacao-na-zona-portuaria-9006959>

<sup>85</sup> Idem.

Como os CEPACs são mais baratos se forem para prédios comerciais<sup>86</sup>, incentiva-se esse tipo de uso para os terrenos da Zona Portuária, remetendo seu discurso a uma incoerência com o planejamento urbano (e a arquitetura contemporânea) anunciada em discursos anteriores, onde se pretende “um retorno ao Centro”, uma reocupação dessa área central e uma multiplicidade de usos. Se o objetivo final é “vender aquele negócio” – ‘coisificando’ um espaço enquanto mercadoria, que deveria ser considerado primeiramente pelo seu valor de uso, e não pelo valor de troca, o valor que o mercado quer pagar por ele e fazer o que bem entender –, e, por sua vez, a Caixa acredite que os lucros sejam muito maiores com prédios corporativos, aponta-se uma nova tendência de reprodução de um quadro onde há muito mais gente trabalhando do que habitando a Zona Portuária, e pessoas muito mais restritas, já que um empreendimento como o Porto Vida é pensado para a demanda solvável da sociedade e tem promovido um deslocamento forçado de moradores locais para outras áreas da cidade, conforme veremos mais a frente. Fato agravado pela tendência de homogeneização do tipo de moradores e também de trabalhadores, excluindo a parcela mais pobre da população do acesso tanto de condomínios fechados quanto às torres espelhadas de elevado gabarito.

Em julho de 2013 foram anunciados outros três projetos residenciais, porém todos estão nas mãos da Caixa Econômica Federal, já que dependem do seu aval para serem confirmados ou não. Um deles, o que tem mais possibilidade de ser aprovado, prevendo o investimento de cerca de R\$ 3,5 bilhões em uma área de 100.000 m<sup>2</sup> no Porto Maravilha por parte do Grupo Porto Cidade, que é formado pela *Westfield*, (empresa responsável pelos principais projetos das Olimpíadas de Londres), a *Related* (que desenvolve o maior complexo multiuso dos Estados Unidos) e a BNCORP, (empresa do Grupo Bueno Netto). Pretendendo a construção de um megacomplexo com *shopping center* (o Porto Cidade Shopping, que contará com cerca de 60 restaurantes e lanchonetes, 16 salas de cinema e 400 lojas, incluindo marcas internacionais inéditas no Brasil), torres corporativas de alto padrão, hotéis e empreendimento residencial, afirma-se que vise turistas, “boa porcentagem dos apartamentos das torres hoteleiras será realocada para residência fixa” (ao todo, a área contará com *flat* residencial contendo 468 suítes hoteleiras, 534 apartamentos para locação e 104 *Branded Residences*, que seriam apartamentos com serviço hoteleiro), de acordo com informações disponibilizadas pelo jornal O Globo em 24/07/2013<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> De acordo com informações prestadas em entrevista com uma monitora do Meu Porto Maravilha, realizada em maio de 2013.

<sup>87</sup> Fonte: VIEIRA (2013).

O discurso das oportunidades criadas para a atração de novos negócios por parte de grandes corporações, inclusive internacionais, viabilizado pela infraestrutura de transportes, mas, sobretudo, pela peculiaridade de tornar a área economicamente rentável pelo efeito de proximidade com outros empreendimentos que estão se estabelecendo devido às transformações do Porto Maravilha, um “vetor de crescimento da cidade”. Tal discurso ecoa também por meio das oportunidades de criação de novos postos de trabalho (tanto por demanda das obras para sua construção, quanto, posteriormente, com a abertura de vagas de emprego):

[...] - **Procurávamos oportunidades no Rio e o Porto Maravilha se encaixou pois, além de ser uma extensão do Centro da cidade, está sendo beneficiado pela infraestrutura nova.** O complexo ficará na convergência de todos os modais, incluindo o VLT. É uma região que antes não era viável porque não era efetivamente integrada - afirma Daniel Citron, presidente da Related Brasil. [...]

- Quando se fala em Rio, **o Porto Maravilha é um vetor natural de crescimento da cidade tanto se pensarmos no mercado corporativo quanto nas possibilidades residenciais** - ressalta Ricardo Antoneli, presidente da BNCorp. [...]

Segundo o Grupo Porto Cidade, todo o complexo vai atender as exigências dos mais altos padrões de programas de certificações ambientais.

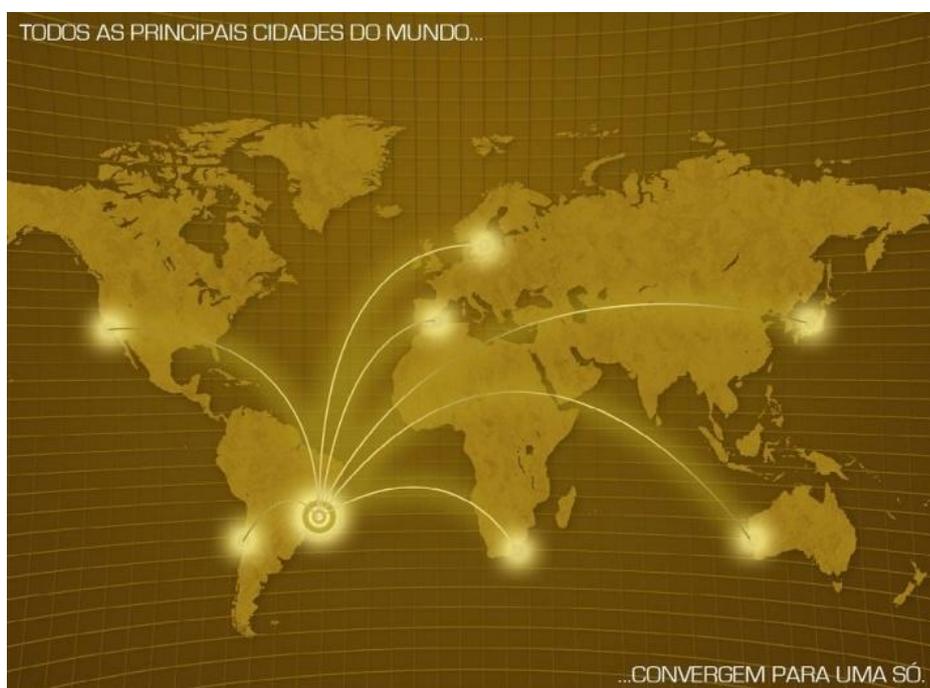
- A grande preocupação do grupo foi **criar vida fora do horário comercial, trazer movimento à noite para tirar a cara de cidade fantasma fora do horário comercial e nos finais de semana. Queremos criar destino, tornar o Porto Maravilha um bairro de circulação** - reitera André [de Marchi, responsável pela *holding* de investimento da Bueno Netto]. (VIEIRA, 2013)

O público-alvo desse megaempreendimento, como é típico de enclaves fortificados, é extremamente restrito e privado. Promove-se, portanto, justamente a criação de “espaços de prestígio” por meio do cultivo de um “relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação”, de acordo com CALDEIRA (2000:259). Ainda conforme a autora, “eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças sociais”. A necessidade de atender ao estrato social composto pelas elites é tal que a “revitalização” da Zona Portuária intensificará um padrão de segregação já existente e muito marcado pela cidade. Sobretudo porque não há uma preocupação em reservar e viabilizar uma parte dos terrenos (muitos deles públicos, como vimos anteriormente) para um uso que atenda às camadas mais baixas da população. Para promotores imobiliários não é interessante nem rentável construir habitações a essa demanda não solvável da população, com uso de materiais

de construção mais baratos, o que reduz a margem de lucro de todos os envolvidos. Como o Estado também não intervém a favor, a ação desses agentes sociais reforça a autosegregação e tende a ampliar o grau de separação de diferentes grupos sociais na cidade (CORRÊA, 1989) – desempenhando, assim, um papel proeminente na (re)produção da “cidade-prisão”, formando cidadãos muito diferentes daqueles socializados em espaços “onde as formas espaciais, os territórios e as imagens espaciais e símbolos inscritos na paisagem traduzam a liberdade e estimulem a solidariedade”, conforme atesta SOUZA (2006:263).

A própria marca de um ambiente cujo domínio será de executivos e engravatados reitera tal fato e o perfil que se espera de pessoas que circularão na Zona Portuária, já que ela, dentro da cidade do Rio de Janeiro, tem se tornado o grande “centro de convergência” do mundo, como podemos ver no anúncio de outro grande empreendimento a ser lançado no local, esse pela Concal, carregando o status de ser o primeiro empreendimento a ser entregue no “Novo Centro do Rio” e atendendo à “excepcional demanda de novos escritórios na região” sob o nome de *Alfa Corporate* (Figura 36).

**Figura 36:** Propaganda do Alfa Corporate





Fonte: <http://www.alfacorporate.net/>

O resultado é uma ampliação da incorporação imobiliária para as áreas no entorno do Porto Maravilha, para bairros vizinhos que não estão englobados diretamente no projeto, mas cujas repercussões já estão afetando-os. Como é o caso desse empreendimento *Alfa Corporate*, que se localiza em São Cristóvão e no mesmo bairro, aproveitando-se da “expansão corporativa”, do crescimento econômico e da ampliação dos negócios, que aumentarão a mudança de perfil de pessoas com interesses em morar e investir no local, já há um aumento do preço do solo urbano, além de novos lançamentos serem previstos a reboque da “revitalização” – como o *Neo Life Residencial* (Figura 37), da Odebrecht, que participa diretamente das obras e da Concessionária Porto Novo no perímetro do projeto oficial de intervenções sobre a Zona Portuária mas avança com suas incorporações imobiliárias para além dele.

A linguagem veiculada, sempre carregada de adjetivos e substantivos que evoquem as altas expectativas de movimentos positivos que o Porto Maravilha poderá trazer, tem, portanto, sempre uma soma de agentes sociais por trás, que se entrosam e falam juntos, ecoam as mesmas vozes, ressoam os mesmos tons e sons, as mesmas palavras carregadas de intenções similares, tais quais as abordadas nesse tópico.

**Figura 37:** Folder de propaganda do Neo Life Residencial



The image is a promotional flyer for Neo Life Residencial. It features a yellow header with the logo 'NEO life RESIDENCIAL' and the slogan 'UM NOVO MOMENTO EM SUA VIDA'. The main body is dark blue with white and yellow text. On the right, there is a photograph of a modern apartment building at night with palm trees in the foreground. A white banner with red text is overlaid on the photo.

**NEO life**  
RESIDENCIAL

**UM NOVO MOMENTO EM  
SUA VIDA**

**LANÇAMENTO EM  
SÃO CRISTOVÃO**  
Rua General Bruce, 55  
**ÁREA DO PORTO  
MARAVILHA**  
**2 e 3 QUARTOS  
COM SUÍTE**

**2 QUARTOS A PARTIR DE  
R\$ 350 MIL  
ATO DE R\$ 25 mil  
MENSAIS R\$ 1,5 mil**

**EXCELENTE PARA INVESTIR  
E MELHOR AINDA PARA MORAR**

Fonte: <http://www.cyrela.com.br/rj/imovel/residencial/rio-de-janeiro/sao-cristovao/apartamento/neo-life-residencial#infoLocalizacao>

## CAPÍTULO 4: Da cidade para o Porto...: Visões a partir de discursos dissonantes



**Figura 38:** Porto visto da Casa Amarela, no Morro da Providência

Foto: Amanda Cavaliere Lima (Setembro/2009)

A foto da Figura 38 foi tirada do Morro da Providência, do topo da Casa Amarela, mostrando varais com roupas penduradas e uma grande variedade de construções, materiais e estilos, durante o calor das discussões sobre as repressões sofridas desde o início da Era Paes e do seu Choque de Ordem. Partindo das autoconstruções, dos agentes subalternos, das práticas dissidentes e insurgentes, das ambições coletivas, pretendemos com o presente capítulo dar continuidade à análise implementada no capítulo anterior, mas partindo, portanto, de visões distintas nesse caleidoscópio discursivo. Remeteremos aqui outros olhares sobre os mesmos processos e sobre outros que são originados a partir dessa “revitalização”, mas que são também camuflados pelos que agem em consonância e tentam criar aquele simulacro homogeneizante e consensual.

Assim, entendemos as *vozes dissonantes* como aquelas que destoam dos discursos hegemônicos, cujas palavras e ações causam impressão desagradável aos ouvidos e aos olhos do senso comum, podendo gerar a sensação de falta de harmonia aos padrões estipulados, mas cuja discordância produz tensões acerca da produção do espaço que podem ser extremamente ricas do ponto de vista dos contrastes e diferentes percepções que compõem a sociedade e as formas de se pensar, planejar e conceber a cidade e o direito a ela. Tais vozes dissonantes dos discursos oficiais são proferidas pelos agentes que compõem o grupo dos excluídos, dos deixados à margem e muitas vezes desconsiderados nos processos e nas perspectivas de presente e futuro que se impõem sobre a Zona Portuária por meio de seu projeto de “revitalização”.

Poderíamos definir tal grupo como aquele que não se encaixa nas demais ações anteriormente trabalhadas, a quem é negado o acesso a bens e serviços socialmente (CORRÊA, 1989). No entanto, sua exclusão impõe-lhes também uma condição de subalternidade. De acordo com SPIVAK (2010), seriam “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Os pobres compõem a maior parcela da população nas cidades brasileiras e são a maioria também dos que fazem parte da Zona Portuária e, ainda enquanto tal, são continuamente segregados. Muitas vezes possuem, contudo, uma leitura espacial capaz nos trazer percepções sobre os processos tangíveis naquela área – além de uma compreensão mais ampliada a respeito da discussão do projeto de cidade empreendido e de questões em nível nacional e internacional – extremamente ricas. Moradores de favelas, de casas de cômodo, de quitinetes, de ocupações de sem-teto, trabalhadores de bares, restaurantes, cabeleireiros, lojas de rua, camelôs... Uma composição diversificada de hiperprecarizados, tal qual a variedade de discursos, desde os que estão mais alheios às transformações, aos mais engajados em lutas populares: suas respostas específicas têm vinculação com as numerosas imagens e atitudes adquiridas em seu meio ambiente próximo, no curso da vida diária (TUAN, 1980).

Por isso, começamos a apresentar os diferentes discursos no que diz respeito às maneiras de perceberem o espaço portuário e seus projetos “de baixo para cima”, partindo dos grupos excluídos sócio-espacialmente que, na maioria das vezes, vão contra o processo de “revitalização” empreendido pelos discursos oficiais sobre o Porto Maravilha. Importante frisar que selecionamos alguns desses contradiscursos, à medida que muitas são as vozes, muitas são as caras, as cores, os sons, as imagens... Muitos ressoando com eco em meio a um vazio de escutas, mas todas com uma importância singular, merecedora de ser ouvida, percebida, entendida, apreendida e considerada não apenas enquanto relicário da memória cultural do Rio de Janeiro, mas enquanto importantes agentes na contínua produção do espaço da Zona Portuária.

Assim, como a área alvo das intervenções que temos estudado é possuidora de fortes raízes da cultura popular e considerada como o berço de escolas de samba, como é o caso da presença de barracões da Unidos da Tijuca e da Estácio de Sá (Figura 39), e do nascimento do partido alto, escolhemos “a pioneira do samba”, a escola de samba Vizinha Faladeira. De acordo com os próprios discursos oficiais a respeito desse símbolo representativo da Zona Portuária do Rio:

Samba e carnaval são marcas históricas da cidade. E foi na Região Portuária que o ritmo teve seu berço, embalado pelo batuque trazido pelos navios dos escravos que aportavam pela região. **Com fortes raízes da cultura negra, foi ali, nos domínios do Morro da Conceição, que os primeiros ranchos de carnaval se formaram e onde começaram as rodas de samba e choro. Passado quase um século, a tradição do carnaval e do samba ainda ocupa a área, mantendo vivo o espírito de festa que nunca saiu dali. E a “culpa” é, principalmente, da Vizinha Faladeira.** Criada em 1932, foi uma das primeiras escolas de samba e pioneira em levar para os desfiles elementos que perduram até hoje no carnaval, como a figura do carnavalesco, além de ser lembrada pelo requinte das fantasias. A quadra fica no Santo Cristo, próxima à Rodoviária. “- A Vizinha Faladeira é um marco da história do carnaval do Rio. Em 1939, a escola venceu com um enredo sobre a Branca de Neve, mas foi desclassificada com a justificativa de tratar de temas estrangeiros. Cinquenta anos depois, um grupo de pessoas decidiu recuperar esta história, e, em 2004, chegamos a ser campeões do Grupo B”, conta um dos diretores da escola, Jorge Luiz Lopez, o Duingue. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010)

**Figura 38:** Barracão da GRES Estácio de Sá, no antigo Barracão da Unidos da Tijuca na Av. Venezuela 202, no bairro da Saúde



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

A título de esclarecimento do valor da Agremiação Recreativista Escola de Samba Vizinha Faladeira (A.R.E.S. Vizinha Faladeira), algumas considerações. Fundada na década de 20 e registrada em dezembro de 1932, cujo nome de batismo deu-se como ironia a duas moradoras mais conhecidas de “faladeiras” sobre a vida alheia, no bairro de Santo Cristo, tendo profundo relacionamento e vínculo com a Zona Portuária. Denominada como “a precursora da irreverência no carnaval carioca” (MARQUES, 2011), inaugurou a ala de damas, a ala infantil, foi classificada em posições de destaque em seus primeiros anos de

desfile<sup>88</sup>, chegando até a conquistar o título de campeã, porém sofreu uma brutal interrupção de suas atividades devido à sua desclassificação pelos jurados em 1939. Ainda assim, em 1940 voltaram a desfilar, preparando surpresas com o levantamento de faixas por trás do palanque dos julgadores, com discursos contestatórios e de revolta, “caracterizando-se assim, o primeiro e mais importante protesto em desfiles de Escolas de Samba até os dias de hoje” (CANTALICE, 2013). Apenas quase 50 anos depois veio a se reestruturar, contando com um grupo de sambistas da comunidade do Santo Cristo, alguns do Morro do Pinto, outros da Providência, e os integrantes em 1988 eram trabalhadores portuários, moradores locais, vindos de quatro blocos da Zona Portuária (além de pessoas da Zona Sul que descobriram a Escola): “Eles que digam”, “Independentes do Morro do Pinto”, “Fala, meu louro” e “Coração das Meninas”, resgatando a tradição do desfile de blocos, que estava enfraquecida (MARQUES, 2011). Segundo o autor, para a reestruturação da escola, Valdir Paim foi nome chave, que recorda (grifo nosso):

- Eu fazia faculdade de Geografia e História. Um dos trabalhos foi **sobre o bairro da Gamboa, e todo mundo que eu entrevistava falava da Vizinha Faladeira**. Na pesquisa, iam aparecendo documentos que estimularam a gente a reerguer a escola. Mas isso **tudo sem ter quadra, bateria, nada. Foi um trabalho árduo, que envolveu muita gente**. Conseguimos juntar gente dos quatro blocos e foi uma luta, porque não tínhamos dinheiro.

[...]

- A gente precisava de um lugar para ensaiar, então conseguimos a Escola Municipal Benjamin Constant [localizada no bairro do Santo Cristo, na Praça Marechal Hermes s/nº] para usar aos sábados. Começávamos a montar na sexta à noite e tínhamos que desmontar no domingo de manhã, porque já tinha aula na segunda. Em troca disso, nós prestávamos serviços para as crianças – recorda Paulinho [Carioca], que dava aulas de voz e música [...].

(*op cit*)

Desaparelhada, sem espaço físico próprio e sem recursos, a Vizinha Faladeira foi se recolocando, mas nunca mais com o mesmo prestígio dos anos 30. Ainda assim, é um importante patrimônio cultural da Zona Portuária. “A sereia disse que na memória da Zona Portuária a Vizinha Faladeira faz parte dessa história” foi o título do enredo escolhido para 2009, que contava a história do local e do Cais do Porto desde a chegada dos escravos até a Cidade do Samba, englobando os bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, de acordo com ALMEIDA (2008), mas que acabou sendo substituído depois por outro, “A luz da vida jamais

---

<sup>88</sup> No Anexo 4 pode-se verificar uma lista com os resultados conquistados no Carnaval carioca pela Vizinha Faladeira.

se extinguirá”. Outras letras importantes resgatam a força e o passado da área, além do protagonismo do Morro da Providência, conforme se pode verificar na Figura 40:

**Figura 40:** Sambas-enredo da Vizinha Faladeira

|  |   |
|--|---|
| <p>Enredo de 1991: <i>Eu sou o samba</i><br/> <b>Compositores:</b> Neném, Pintado e Paco<br/> A história conta<br/> Nos guetos e senzalas eu surgi<br/> Fui escravo fui guerreiro<br/> No Quilombo dos Palmares<br/> Eu sou partidário de Zumbi (eu sou)<br/> Eu sou o samba<br/> Que Donga “pelo telefone” cantou<br/> Eu sou o samba<br/> Sou alegria<br/> Sou amor<br/> Eu sou o samba velho amigo da Vizinha<br/> Hoje aqui sou seu enredo (<i>bis</i>)<br/> Eu sou dela e ela é minha (paixão)<br/> <b>Na velha Saúde</b><br/> <b>Propriamente na Pedra do Sal</b><br/> <b>Conhecendo outras culturas</b><br/> <b>Ali ganhei postura</b><br/> Na radiofonia nacional<br/> Livre das perseguições<br/> Usei “fraque e gravatinha”<br/> Nos cassinos e salões (social)<br/> Tia Ciata, João da Baiana<br/> Pixinguinha, Ismael e Sinhô<br/> Mas foi com Ary Barroso<br/> E a Pequena Notável<br/> Que eu ganhei fama no exterior<br/> Trazei vossos pandeiros, trazei<br/> Pra vir sambar (<i>bis</i>)<br/> Com as escolas de samba outra vez</p> | <p>Enredo de 1998: <i>Cem anos de existência: tome Providência</i><br/> <b>Compositores:</b> Regina Lira, Ivone Lira e Juruna da Mangueira<br/> Favela<br/> Pedaço do mundo colorido<br/> Sua história tem sentido<br/> Berço de bambas e canções<br/> Favela<br/> Você pode contemplar (contemplar)<br/> Como é lindo o visual<br/> Do alto do morro<br/> O meu Rio Tropical<br/> E a pioneira faz seu carnaval<br/> Cem anos de existência<br/> Providência vem cantar<br/> E tocar na consciência<br/> Da política<br/> A arte descobriu os seus valores<br/> Favela dos meus amores<br/> Cultura popular<br/> Ate na telinha brilhou<br/> Foi cenário e virou texto<br/> Que a revista figurou<br/> De bem com a vida<br/> A Vizinha vem mostrar<br/> Belas arquiteturas, orgulho do lugar<br/> Descendo o morro<br/> E beleza e essência<br/> E a força de um povo<br/> Tomem Providências</p> |
|--|---|

Mas, saindo do passado e voltando ao presente, a OUC da Região do Porto do Rio fez um estudo do quadro existente de equipamentos urbanos e comunitários locais, com foco em educação, saúde e lazer, com a finalidade de avaliar futuramente as transformações em função de sua implantação, por ocasião do Porto Maravilha. No levantamento<sup>89</sup> localizou-se a Agremiação Recreativa Vizinha Faladeira com um endereço no bairro de Santo Cristo, na Rua

<sup>89</sup> Uma observação importante é que, apesar de encontrarmos dados a respeito dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, o bairro do Caju não consta no levantamento, ainda que faça parte da área prevista para a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCPRJ). Além dos bairros mencionados como totalmente inseridos na Zona Portuária, outras partes de bairros concernentes na área abrangida pela OUC são abordados, quais sejam: parte do Centro, de São Cristóvão e da Cidade Nova.

Oroestes, 13, cujo mantenedor seria de ordem particular (outros mantenedores são da ordem municipal, estadual, federal, ONGs e concessões). No documento de Estudo de Impacto de Vizinhança (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010b) ressalta-se a presença da Vizinha pela sua importância histórica. No entanto, apesar do peso de sua tradição, a escola tem visto a “revitalização” do Porto Maravilha como uma pedra no meio do seu caminho, como mostra a Figura 41, quando a escola recebeu ordem de despejo, cujo conteúdo obrigava-a a abandonar o barracão em 72 horas.

Nesta segunda-feira, às 15h, a direção da escola de samba Vizinha Faladeira se reunirá com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Projeto Porto Maravilha para conversar sobre o destino da agremiação e de 30 famílias que moram numa área invadida na Praça Marechal Hermes, no Santo Cristo. Eles receberam uma ordem de despejo na última quinta-feira, dando um prazo de 72 horas para que o terreno fosse desocupado. Pela manhã, oficiais de Justiça e equipes da Polícia Militar foram ao local. Algumas escolas de samba que têm barracões na área já retiraram parte de seu material. Todos terão um prazo entre 30 e 60 dias para cadastramento e para se organizarem para deixar o local.

- Não conseguiremos resolver a situação em apenas 72 horas. O patrimônio é gigantesco. **Quando se tira um espaço desse de uma escola com a tradição da nossa, acaba-se com parte da identidade cultural do país** – disse o diretor social da Vizinha Faladeira Robson Fortuna, conhecido como Russo da Providência.

Segundo ele, a agremiação tem projetos sociais que beneficiam cerca de 500 crianças. A desocupação do terreno da Praça Marechal Hermes faz parte do Projeto Porto Olímpico e visa a construção, no local, de uma vila para árbitros e para a imprensa.

(BARRETO FILHO, 2011)<sup>90</sup>

Muito além de apenas um patrimônio material, o simbólico é muito forte. O discurso dos vínculos que remete à identidade cultural com um lugar construído e pautado em uma série de significações que remetem ao papel do samba, dos movimentos de contestação da escola, de seu papel enquanto precursora de uma série de inovações... Tudo isso é mobilizado no imaginário daqueles agentes sociais responsáveis pela construção do espaço do negro na cidade antes escravocrata.

**O local seria devolvido para a União e é mais uma área pertencente ao projeto de revitalização da Zona Portuária.** A direção da escola agiu rápido e, de acordo com o presidente da escola, Hércules Barbosa, mais conhecido como Ney, a Vizinha está embasada juridicamente.

Ney explica que a questão é antiga e revela que a agremiação do Santo Cristo já ganhou a ação.

<sup>90</sup> Notícia publicada em 27/06/2011.

- Já vencemos em primeira instância esse processo. Eles estão querendo tomar todos os terrenos que eram da União, mas não é assim. Já falei com o meu advogado e ele está tomando as providências necessárias. **Eles acharam que nós não iríamos saber lidar com a situação, mas viram que temos todos os documentos certinhos.** Até os policiais militares que estiveram lá ficaram do nosso lado. **Antes de nos despejarem eles deveriam arrumar um outro lugar pra gente** - afirmou Ney.

(COUTINHO, 2011. Grifo nosso)<sup>91</sup>

**Figura 41:** Ordem de despejo dada à Vizinha Faladeira



Foto: Guilherme Pinto/ Extra – Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/diretor-da-vizinha-faladeira-diz-que-nao-ha-como-desocupar-barracao-no-santo-cristo-em-72-horas-2118933.html#ixzz2aHddxjCM>

Assim, a concepção do projeto Porto Maravilha por parte da Vizinha Faladeira se dá por meio de um olhar de exclusão, claramente demonstrado nos discursos acima, em que se declara a falta de preocupação e de um olhar atencioso por parte dos governantes, como se quisessem fazer novas demarcações – o Porto Olímpico – por cima de um traçado já escrito, e em alto relevo, realizado por muitas mãos. Passa-se também a ideia de que os subalternos seriam desconhecedores dos instrumentos e mecanismos jurídicos cabíveis à resistência, como se esse tal domínio fosse restrito a uma camada restrita de agentes sociais, colocando-os sob uma situação tutelada.

Sem que o poder público apresentasse um horizonte e nenhuma proposta de reassentamento frente à ordem de despejo, ainda havia outra preocupação exposta no discurso da Vizinha Faladeira por parte de seus representantes: a presença de moradores abrigados nos barracões da escola – um espaço que servia a múltiplas finalidades, combinando uso para fins culturais e de lazer com o uso residencial, ainda que de forma precária e atendendo a um grande número de pessoas –, reunindo famílias de baixa renda que não teriam outra solução que contemplasse sua falta de condições materiais.

<sup>91</sup> Notícia publicada em 27/06/2011.

[...] Ele [o diretor da escola] lembrou que **o Carandiru, que abriga vários barracões de escolas dos grupos de acesso, também passa pelo mesmo problema.** Ney também citou as **famílias que vivem no local** e pediu respeito à Vizinha Faladeira.

**- Os governantes deveriam ter mais respeito conosco. Somos a primeira escola de samba do Brasil, um bem cultural, patrimônio do Rio de Janeiro. Além disso, tem a situação das famílias que vivem no Carandiru. Lá dentro vive uma média de 30 famílias. Essas pessoas vão morar aonde? Os carros das escolas que estão lá dentro vão pra onde?** Se colocarmos tudo na rua o Rio de Janeiro vai parar. Até a Renascer, que é uma escola do Grupo Especial está passando por esse problema – disse, afirmando que o fato de a Vizinha estar fora dos olhos da grande mídia não influencia na questão do despejo.

O dirigente fez questão de agradecer o **apoio dos desfilantes da agremiação, que montaram um verdadeiro mutirão na entrada da quadra para impedir a entrada dos procuradores.** Ney disse que Arlete Alves, presidente do conselho deliberativo da escola ficou no local, enquanto ele buscava ajuda jurídica.

No início da tarde, a situação já era mais calma no local. Ney revelou que os advogados da escola já entraram em contato com os advogados da União e devem achar uma solução para o impasse.

(COUTINHO, 2011. Grifo nosso)<sup>92</sup>

Apesar da assertividade de que conseguiria resolver o impasse, a Vizinha Faladeira foi removida sem que se chegasse a um consenso a respeito de um novo espaço certo para a execução de suas atividades. Uma medida provisória foi tomada: sua realocação temporária para o espaço conquistado para reassentar famílias de sem-teto – assunto que será nosso objeto de estudo alguns parágrafos à frente.

A Escola de Samba Vizinha Faladeira, fundada em 1932, **perdeu sua sede e quadra no bairro do Santo Cristo devido ao processo da chamada Revitalização da Zona Portuária. A quadra foi temporariamente remanejada para um terreno na Gamboa destinado a um projeto de habitação popular.** A Escola fez história trazendo inúmeras mudanças na forma e no conteúdo dos desfiles de carnaval, por exemplo, foi a primeira a ter uma Porta Bandeira negra, lugar antes exclusivo de mulheres brancas. Segundo informações da CDURP, **a desocupação do terreno faz parte do Projeto Porto Olímpico, que construirá no local uma vila para árbitros e para a imprensa.**

(COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS, 2013. Grifo nosso)

Caricato pensar nos símbolos destruídos e nas novas construções: o que os olhos deixam de enxergar e o que dá espaço, literalmente, ao que se pretende e ao que promoveria um “cartão de visita” mais atraente àqueles que se deseja atrair para a Zona Portuária

<sup>92</sup> Notícia publicada em 27/06/2011.

“revitalizada”. A leitura espacial do que seja esse projeto é muito distinta do que é apreciado pelos discursos oficiais, pois se de fato o que uma escola de samba faz é dar vida, promover movimento:

– **O bairro tem sofrido uma valorização muito grande, que reanimou o fluxo de cultura na região. Mas a escola ainda não foi beneficiada com isso**, ao contrário do que vem acontecendo com blocos tradicionais, como o Fala Meu Louro<sup>93</sup>. **Não temos feito súplica alguma ao poder público. Andamos com as próprias pernas**, com o nome da escola debaixo do braço, para tentar reerguê-la – diz Thiago Lepletier, vice-presidente da tricolor [Vizinha Faladeira]. – Hoje, a grande maioria dos diretores da escola são jovens, com idade próxima aos 30 anos. **O que nos une é a bandeira da Vizinha. Todos somos apaixonados!** – continua ele, de apenas 27 anos.  
(GALDO, 2013<sup>94</sup>)

Interessa-nos o discurso de valorização daquele símbolo, não apenas a bandeira, mas tudo o que ela representa, e também do discurso que tende a uma autonomia, quando se diz que a escola, feita por aqueles que a constroem diária e historicamente, caminha por conta própria, decide suas próprias questões e não há uma barganha ou uma venda dos seus padrões e da sua imagem para a obtenção de apoios – muitas vezes controversos, diga-se de passagem. A falta de recursos e de investimentos em comparação com outros financiamentos é a marca de um descaso latente:

Por motivos óbvios, o abismo do desfile que prepara a azul, vermelha e branca em relação às agremiações do Grupo Especial é enorme. Numa escola do primeiro grupo, os gastos podem chegar a R\$ 15 milhões, para uma apresentação com até oito alegorias e mais de 4 mil componentes. O contingente da Vizinha, de 480 integrantes, caberia em apenas quatro ou cinco alas do Acadêmicos do Salgueiro ou da Unidos da Tijuca. A verba de subvenção que a tricolor recebeu foi de apenas cerca de R\$ 40 mil (o que não seria suficiente para vestir uma única ala de luxo numa no Especial), apesar de a escola ter um carnaval orçado em cerca de R\$ 100 mil. E a agremiação se apresentará com apenas uma alegoria (o número máximo permitido na Série D!) e dois tripés.

(*op cit*)

<sup>93</sup> Segundo matéria publicada no jornal O Globo em 09/08/2012 por MOURA, VAITSMANN & RODRIGUES (2012) bloco Fala Meu Louro, apesar de também ter sido ameaçado de perder seu galpão (localizado Pa Rua Waldemar de Dutra, no Santo Cristo, entre os morros da Providência e do Pinto) para que o espaço desse lugar a um depósito de viaturas inutilizadas da Guarda Municipal, conquistou o direito de permanecer no local – após mobilização de integrantes e simpatizantes da agremiação. No entanto, as dívidas que possui em IPTU e taxa de água e esgoto, avaliadas em cerca de R\$ 10 mil foram renegociadas mas não obtiveram uma fonte de financiamento fixa para isso. Enquanto esse baixo valor vem tentando ser zerado, os novos megaempreendimentos obtém isenções fiscais...

<sup>94</sup> Matéria publicada em 01/02/2013 pelo Jornal O Globo.

O custo foi pago mais uma vez pela Vizinha, que enfrentou outra situação dramática: o rebaixamento da escola de samba à condição de bloco – o que acontece com as últimas colocadas do Grupo D.

Uma punhalada nas costas. Foi assim que a direção de uma das mais tradicionais escolas de samba do Rio de Janeiro, a Vizinha Faladeira, encarou o resultado da apuração do Grupo D, na quinta-feira passada, que rebaixou a agremiação ao posto de bloco de Carnaval. Indignados, os diretores enviaram um ofício à Riotur solicitando revisão da decisão, com relatório apontando diversos erros no julgamento. “- Saímos do desfile aclamados como campeões e quando vimos, estávamos rebaixados, numa apuração em que todas as escolas tiveram, por exemplo, nota 10 em sambanredo”, criticou o presidente da escola sediada no Santo Cristo, Jorge Alexandre, o Quinzinho. No relatório, há fotos e vídeos de irregularidades [de outras escolas]. [...] A confusão é de tal ordem que até o diretor de Carnaval da Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio, o Chokito, pediu demissão após a apuração: “- É muita bagunça. Não dá para compactuar com isso. A Vizinha Faladeira tem razão de reclamar.”.

(O DIA, 2013)<sup>95</sup>

“Aquele que fora a maior, a mais rica e a mais irreverente e revolucionária escola de samba” da década de 30 (de acordo com o portal Sambario<sup>96</sup>) viu-se, portanto, desterritorializada. Não queremos aqui sobrevalorizar a dimensão temporal, “desgeografizando” o território (COSTA, 2010:81), à medida que a “apropriação” e o controle do seu espaço por meio da presença física foi retirada, alterando de forma permanente os limites de ação da Vizinha Faladeira, fato que culminou com a sua redução ao status de bloco carnavalesco.

A escola de samba Vizinha Faladeira **precisou sair de seu antigo espaço, antes localizado próximo à rodoviária, para dar lugar ao novo terminal de ônibus. Hoje a escola se encontra temporariamente em um galpão que faz parte dos terrenos destinados à construção das mais de 100 moradias para famílias de baixa renda do Projeto Quilombo da Gamboa [Figura 25], ainda sem que a escola tenha destino fixo para onde ir após o empréstimo do galpão.** Outra referência de atividade cultural ameaçada pelas obras é a escola de samba Unidos da Tijuca, localizada na Av. Francisco Bicalho. O terreno receberá o complexo empresarial “*Trump Towers* Rio de Janeiro”, megaempreendimento da gigante imobiliária e bilionária estadunidense Organizações *Trump*. **Nesse caso, a Prefeitura do Rio já declarou estar negociando com a escola de samba para solucionar a situação o quanto antes.**

(COLETIVO PELA MORADIA, 2013. Grifo nosso)

<sup>95</sup> Matéria publicada em 21/02/2013.

<sup>96</sup> Disponível em: <http://www.sambariocarnaval.com/index.php?sambando=vizinha>

Vemos, assim, que as negociações ocorrem de forma diferenciada, que os discursos são seletivamente estabelecidos de acordo com quem se está lidando – no caso da Vizinha Faladeira, sem muitos diálogos, sem a proposição de soluções, nem tempo para se pensar, muito diferente do caso da Unidos da Tijuca, escola que tem muito mais visibilidade e repercussão na mídia. Vemos também que as obras do Porto Maravilha incluem a saída de parte das atividades culturais intimamente ligadas à Zona Portuária, para dar lugar a outras atividades não populares, como é o caso do complexo empresarial *Trump Towers* – que prevê prédios corporativos.

Para citar outro exemplo, demonstrando também a diversidade da composição socioeconômica dos que se envolvem nas atividades locais e frequentavam a Zona Portuária antes do Porto Maravilha, mencionamos o bloco Escravos da Mauá (Figura 42). Formado em 1993 por iniciativa de um grupo de amigos, quase todos funcionários do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), a partir dos encontros de trabalhadores de empresas sediadas no Centro, de amigos, moradores, curiosos, arquitetos, historiadores, músicos, pesquisadores, ente outros, as reuniões iniciais (até 1997) aconteciam de novembro a dezembro, mas que com o tempo começaram a ser estendidas para fora do período pré-carnavalesco, organizando atividades mensais, que aconteciam sempre na última sexta-feira de cada mês e, depois, ainda em outras datas de cada mês por meio de avisos das rodas de samba apenas pelos seus boletins e correio eletrônico, tamanha a proporção e a atração de pessoas que começaram a frequentar, mas cuja decisão tinha por objetivo dar conta da sua demanda, sem fazer crescer – assumindo um “complexo de Peter Pan”, de acordo com a Autoentrevista por eles mesmos realizada<sup>97</sup>.

O discurso oficial exaltava a existência dos Escravos da Mauá, sua importância pela herança no local em que se realiza (no Largo de São Francisco da Prainha – Figura 43), onde estão escritos capítulos da história de ocupação da Zona Portuária, cujo porto, conforme letra do samba do bloco carnavalesco do ano de 2010, “vive na cultura popular” e cujo carnaval “não vai ter fim”.

---

<sup>97</sup> Disponível em: [http://www.escravosdamaua.com.br/q\\_somos.htm](http://www.escravosdamaua.com.br/q_somos.htm)

**Figura 42:** Placa do bloco Escravos da Mauá no Largo de São Francisco da Prainha (esq.)

**Figura 43:** Roda de samba dos Escravos da Mauá no Largo de São Francisco da Prainha (dir.)



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013) e [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br)

#### ESCRAVOS DA MAUÁ CELEBRA A MAIORIDADE

Do Largo de São Francisco da Prainha, ao lado de uma das portas de entrada da cidade, o samba do bloco Escravos da Mauá completa este ano sua maioria lembrando a própria trajetória e a **rica herança ao seu redor**. Desde 1993, quando foi criado por funcionários do Instituto de Tecnologia, **esse é o compromisso do bloco: cantar sambas que falem da história da região**. Seguindo essa linha, e sem deixar de lado a preocupação com que suas rodas de samba causassem o mínimo de transtorno para os moradores das cercanias, o desfile do Escravos levou 20 mil pessoas às ruas em 2008 no entorno da Avenida Rio Branco. “Foi muito emocionante”, lembra Eliane Costa, uma das fundadoras do bloco. **Este ano, o “Samba da Maioridade” vestiu as ruas do Centro de azul e amarelo com os versos que carregam um desejo dos sambistas e de quem quer ver a região ocupar um lugar ainda mais destacado na história: “Vem navegar/ O Porto vive na cultura popular/ E o carnaval/ Não vai ter fim/ Que o samba vem de muito longe...”**

(PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010a)

A Prefeitura do Rio utiliza-se da justificativa de valorização cultural como um meio de fazer da área central, sobretudo da Zona Portuária com o Porto Maravilha, um espaço que não tenha “vida” (para usar o termo do discurso oficial) somente de dia, em horário comercial, quando do funcionamento de serviços, comércio, escritórios etc. (ainda que crie subsídios para tantos novos empreendimentos que reproduzem os já predominantes da área central, relativos aos negócios). Apresenta a “revitalização” como o meio eficaz para que haja pessoas transitando e interagindo com aquele espaço, como podemos ver abaixo:

[...] [M]as a gente quer que o Porto Maravilha não seja uma área em que **6 horas da tarde, todo mundo que trabalha vá embora e fica um vazio ali, um abandono**. Por isso há preocupação, a partir, principalmente, já era uma política, mas a partir principalmente dessas reuniões, é que **é necessário**

**que exista na região investimento em cultura.** É necessário que exista na região investimento em locais em que as pessoas possam visitar, em que as pessoas possam se divertir, em que as pessoas possam levar suas famílias, seus amigos, ok?! É a verdadeira revitalização. É a verdadeira requalificação. Senão é só um conjunto de prédios que você vai fazer, que as pessoas vão chegar de manhã, entrar, trabalhar, sai na hora do almoço, almoça, chega de tarde e volta. **Não é isso que a gente quer pra região portuária.** E isso nas reuniões foi bastante interessante, tá. Alertar cada vez mais para isso. **As tradições de carnaval, as tradições culturais da região... Isso é muito importante manter.**

(Entrevista com Rogério Riscado, Diretor de Desenvolvimento Social e Econômico da CDURP, realizada em 15/01/2013. Grifo nosso.)

No entanto, como o discurso é descolado da prática, o principal objeto cultural já inaugurado na área – o MAR – tem seu horário de funcionamento até às 17 horas! Fato que não contribui nem um pouco para o aumento da densidade de pessoas circulando e interagindo no local, já que restringe-se apenas ao horário comercial. Além disso, uma das críticas de moradores locais quando perguntamos sobre de que forma o Porto Maravilha afeta suas vidas, apresentou justamente a perda de espaços antes de lazer, a restrição de determinados acessos que eram alvo dos encontros na rua, em espaços públicos, onde a espontaneidade era latente. Por exemplo, como observamos no discurso abaixo:

[...] É... Com algumas áreas que nós tínhamos de lazer e hoje não temos, eu vou te dar como exemplo: o Largo da Prainha que é um local histórico, nós ali tínhamos há anos um bloco, né, que eram os Escravos da Mauá, nós não vamos mais poder tê-los, foi proibido, porque eles fizeram uma praça, botaram umas pedrinhas, então não vai mais poder haver evento.

(Entrevista com Diretora-Presidente da AMAMCO, realizada em maio de 2013)

No Largo da Prainha encontramos afixada na parede externa de um bar a cópia de uma notícia de jornal (Figura 44), anunciando a perda de apoio logístico da Prefeitura para os encontros do Escravos da Mauá.

Enquanto isso, o advento do “novo” e o imperativo de engrandecimento do Porto Maravilha por parte dos discursos oficiais resultaram, no entanto, na criação de um novo bloco por parte de pessoas que estão diretamente ou indiretamente ligadas ao projeto, o “Maravilhas do Porto” (nome emblemático para reverenciar o projeto de “revitalização”).

[...] É que nós também temos um bloco, **criamos um bloco na região**, depois vou te dar um convite do bloco. Teve lançamento do bloco no sábado. **O nosso bloco ensina a sambar e ensina a batucar**, entendeu? Então as mulheres vão pra lá, tem uma menina que ensina direitinho as meninas a sambar. Porque tem gente que tem vontade mas não sabe, vai pra quadra mas

não sabe. E ela tem uma paciência de Jó, eu fico olhando... E tem um pessoal que ensina os instrumentos.

(Entrevista com Rogério Riscado, Diretor de Desenvolvimento Social e Econômico da CDURP, realizada em 15/01/2013)

**Figura 44:** Recorte de jornal sobre a perda de apoio logístico do bloco Escravos da Mauá

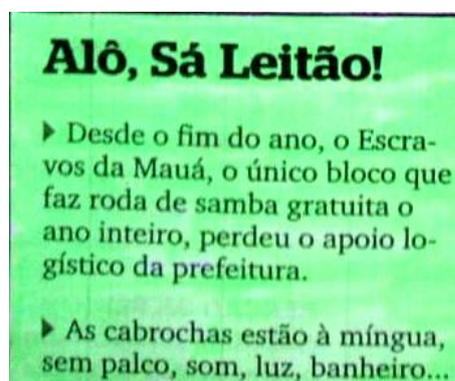


Foto: Tirada de um recorte de jornal afixado na parede. (Amanda Cavaliere Lima, Maio/2013)

Há que se pensar se a necessidade de se “ensinar a sambar e a batucar” não contradiz os próprios ditos de que o samba tenha nascido ali, assim como os batuques (Figura 45), tão marcados e marcantes no local. Porém, não problematizaremos a questão de uma possível reprodução do que entendemos por uma colonialidade do saber, que é também uma colonialidade do poder, das relações de poder que vão se impor entre os envolvidos. No entanto, não aprofundaremos tal discussão de forma pontual, e sim mais amplamente na Conclusão. Mas o discurso dos executivos e trabalhadores envolvidos no processo de transformação da Zona Portuária é de criarem um aprofundamento de “laços com os moradores, trabalhadores e tradicionais blocos carnavalescos da área” (de acordo com a página oficial do bloco na rede social Facebook).

O próprio discurso veiculado pela letra do bloco Maravilhas do Porto, fundado em 1º de julho de 2012, quando da conclusão das obras da Fase 1 do Porto Maravilha, e inaugurado no presente ano, traz versos que se confrontam com a percepção local, com uma intencionalidade muito clara de reforçar no imaginário popular daqueles que entoarão seu samba as afirmativas e os chavões que se desejam ser ressoados, inclusive ressaltando os jargões deliberados como slogans da Prefeitura do Rio de Janeiro (“Somos um Rio”):

### **Samba 2013**

Abram alas / **Somos um Rio** de paz / Tem cultura / Na beira do cais Maravilha

Que maravilha de Porto / Maravilhoso lugar / Estou ancorado na proa Santo Cristo, Gamboa / Saúde, Praça Mauá

**Revitalizar / A nossa região / Zona Portuária / Área de exportação**  
 O cais do Valongo / Recebendo a embarcação  
 Cidade Maravilhosa / A Deusa do Amor / O santuário / Que Deus  
 abençoou

(Letra: Mestre Birinha)

**Figura 45:** Arte de rua nas proximidades da Pedra do Sul (Autor: Anonimundo)



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

A superficialidade dos versos encomendados acima (ainda que partam das mãos de um importante compositor), entretanto, contrasta fortemente com o grito dos grupos excluídos, de onde ecoam outras vozes e versos, ainda que em meio a tentativas de silenciamento, vindos da dor de quem sente na pele, no dia a dia, os gargalos dessa “revitalização”, como os destacados abaixo, sob o título de Manhattan Brasileira, de autoria de Fabio Prestes em forma de rap (DIP, 2012. Grifo nosso):

Ninguém aqui respeita o que eu posso sentir  
**A dor não tem voz, nos obrigam a partir**  
 E se você tem coração então pense um momento  
 Com seu filho no colo cai tijolo e cimento  
 Fecharam os olhos para a área existente  
**A cultura local sendo expulsa do presente**  
 Isso aqui não é comédia, é muita tristeza  
**A história soterrada por muitas empresas**  
 Olha a sujeira que está acontecendo  
**A Manhattan Brasileira do seu bolso crescendo**  
**Sendo ótimo lugar para especulação**  
**Com grandes eventos atraindo a multidão**  
 Esse é o Rio de Janeiro com mais de um exemplo  
**A Zona Portuária, a locação do momento**  
**Passa o Pereira Passos, passa o Paes**  
**No Porto Maravilha é remoção demais**  
**Escrevem nas casas SMH**

**A tinta nazista que vai te marcar**  
**Dizem que vão fazer o seu cadastro**  
**Dias depois derrubam seu barraco**  
**Espera um instante, ali vem o meu valor**  
**Trouxeram a grana com muito amor**  
**Um cheque social de 400 reais**  
 O que fazer com isso, Eduardo Paes?  
**O aluguel aqui não para de aumentar**  
**O povo brasileiro não tem pra onde morar**  
**Grandes construções em paralisia**  
 E o mosquito da dengue com direito a moradia  
 Vejam só a tamanha calamidade  
**O balcão de negócios que virou essa cidade**  
 Copa, Olimpíadas, filmagens de Hollywood  
 Sem dinheiro pro bombeiro, pra educação e pra saúde  
 Tem bueiro estourando, cuidado ao caminhar  
 O salto em distância começou a funcionar  
 O jogo já existe e é fétido o valor  
 A natureza do Rio revela a sua dor  
 Leva bem rápido feito sua ganância  
 Olha o que a água tem deixado debaixo da lembrança!  
**E a avalanche continua com o falso progresso**  
**Quando pensa em destruir eu construo meus versos**

(Letra: Fábio Prestes)

A música acima, segundo seu compositor, foi resultado de pesquisa, de relatos dos moradores e também do que sente, vê e busca: em suas palavras, “são sentimentos, percepções, indignação e justiça”, “por estar próximo a todas essas remoções e despejos que vêm acontecendo” (SILVA, 2012). Um discurso denunciativo dos reveses da “revitalização”, propagandeadora de uma ideologia do progresso, fazendo da cidade uma plataforma de negócios e um canteiro de obras para novas construções, enquanto sua população é expropriada de suas moradias, marcadas com o símbolo da destruição com as siglas “SMH” (Secretaria Municipal de Habitação) e números, cujos tratores passam por cima de suas histórias, recebe ofertas como de liquidação para o pagamento de indenizações irrisórias ou alugueis sociais vergonhosos, que não solucionam a dor da partida forçada, além de ver subindo o preço dos alugueis e o valor de sua cultura sendo depreciado. Tudo isso em uma cidade com governantes que têm recebido de braços abertos jogos esportivos, eventos de grande porte, a indústria cinematográfica internacional etc., mas que prescinde, para isso, de uma situação de assimetria de poder em relação aos de dentro.

Para verificarmos outras práticas discursivas que emanem essa densidade de sentidos e significados para a população local diretamente envolvida na Zona Portuária por questões de moradia, trabalho, laços familiares e práticas culturais, recordamos que em 2009, por ocasião da criação do Choque de Ordem (conforme mencionado no Capítulo 1) logo no início do

mandato do Prefeito Eduardo Paes, que ameaçava coibir todo tipo de ação contrária ao que era considerado como *aceitável* dentro dos padrões da *ordem*, foi formado o Fórum Contra o Choque de Ordem – composto por moradores e moradoras de ocupações do movimento dos sem-teto do Centro do Rio de Janeiro e da Zona Portuária, por moradores e moradoras de favelas de outras partes da cidade, vendedores ambulantes e ativistas de diversas outras áreas de atuação. Estes se reuniram de janeiro a meados de setembro de 2009 em diferentes espaços da cidade, mas, sobretudo, na área central, para pensar em alternativas de resistência e enfrentamento, além de propostas populares contra as políticas públicas consideradas como “autoritárias e fascistas” que vinham sendo implantadas na cidade – já uma tentativa de *limpeza* social de atividades consideradas como irregulares e que deveriam ser enquadradas para o ordenamento urbano. Reproduzimos a frente de um panfleto produzido pelo Fórum Contra o Choque de Ordem (Figura 46) e destacamos partes de um texto publico à época, no que tange à “revitalização”:

Nós, do “Fórum Contra o Choque de Ordem”, viemos através desta reivindicar uma posição da prefeitura sobre os absurdos feitos com a população de baixa renda descritos no texto abaixo:

É explícita e gritante a falta de políticas públicas em todas as esferas de governo que atendam minimamente às famílias afetadas pelo déficit habitacional. O alarde desproporcional criado em torno dos últimos programas habitacionais do Governo Federal, em conjunto com toda sorte de debates e discussões sobre a **“revitalização” das áreas centrais de grandes cidades brasileiras (leia-se: a revalorização imobiliária – especialmente operacionalizada por meio de investimentos públicos em infraestrutura, marketing, “segurança” e limpeza social – de áreas até então mantidas como reservas de valor pelo capital imobiliário)**, desconsidera completamente o fato de cerca de 90% da população que sofre com o déficit habitacional brasileiro possuir uma faixa de renda que não é contemplada por qualquer política pública (**entre 0 e 3 salários mínimos**). **70% da população do Centro do Rio de Janeiro, por sua vez, se encontra nesta faixa de renda (se elas não serão beneficiadas pelas políticas públicas, para onde serão empurradas quando a dita “revitalização” revalorizar a área?)**. Reticamente, vários são os órgãos públicos das três esferas de governo que dizem se preocupar em destinar seus imóveis vagos e ociosos para moradia de interesse social. Como exemplos emblemáticos temos o próprio INSS e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cada um destinando de um a dois de suas centenas de imóveis para moradia popular (atingindo conjuntamente, se muito, pouco mais de 200 famílias). **A Secretaria do Patrimônio da União, com incontáveis imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (dentre outros tantos), tem até o momento se comprometido a encaminhar os imóveis localizados no centro do Rio de Janeiro para a iniciativa privada, ao invés de destinar para moradias de interesse social. Da mesma maneira os imóveis da Prefeitura e do estado (ociosos ou devedores) também têm servido de moradia para diversos outros tipos de animais (à exceção dos humanos), contribuindo para a constante dissolução das construções pelas**

**intempéries – enquanto crianças, idosos, mulheres e homens são obrigados a disputarem metros quadrados de calçadas e marquises.**

É fundamental afirmar que não se trata da necessidade de discussões meramente técnicas ou de alternativas para contornar as limitações burocráticas, orçamentárias ou econômicas da instituição estatal. O debate gira em torno da explicitação das vontades políticas envolvidas e concretizadas na definição das prioridades. **Quantas unidades familiares poderiam ser erguidas, reformadas ou regularizadas com a cifra de 3 bilhões de reais previstas somente para uma das etapas da “revitalização” da zona portuária do Rio? Os imóveis ociosos deveriam servir de moradia à população que não tem tal direito constitucional garantido, ou de fonte de lucro para a iniciativa privada de grande porte (pois não serão pequenos comerciantes locais a construir grandes casas noturnas, hotéis e condomínios)?** Ou, por outro lado, deveriam servir como fonte de arrecadações para a penumbra dos cofres públicos (por meio de impostos com valores obscuros – dos quais não raro, os empreendedores são isentos sob a égide de “estímulos fiscais” dados pelo Estado – que, quando realmente são recolhidos, via de regra dificilmente são reinvestidos em melhorias efetivamente públicas)?

Notadamente na cidade do Rio de Janeiro, ao passo que nenhuma política pública atinge a maior parte da população que necessita de moradia e de melhorias em suas condições de vida, muitas são as políticas e ações dos órgãos administrativos (municipais, estaduais e federais) que atingem diretamente a população de baixa renda no que se refere à sua repressão: **“Choque de Ordem” contra trabalhadores informais, guardadores de carros e moradores de rua; muros cercando favelas da Zona Sul da cidade; “Unidades Pacificadoras” de “policimento comunitário”; proibição de atividades culturais; retomada das remoções de favelas; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, programa federal com obras como remoção de favelas, “urbanização” de áreas periféricas que muitas vezes levam à remoção de moradias “irregulares”, etc; armamento da Guarda Municipal com “tasers”, balas de borracha e spray de pimenta; crescente investimento em equipamentos de repressão como helicópteros e “caveirões”; entre outros.** Se lindas pombas brancas, marcantes balões vermelhos, estáticas cruces nas areias, assépticas passeatas à beira-mar ou ordeiros abraços à Lagoa Rodrigo de Freitas (há tempos abandonada, degradada, poluída) alardeiam a deterioração da qualidade de vida de **uma classe média que vê sua cidade “suja”, “feia” e “perigosa”,** por onde andarão essas vozes quando são justamente as bocas tidas por eles como “sujas, feias e perigosas” a suplicar aos prantos por condições mínimas de vida?

[...]

**EXIGIMOS:**

- **Uma política de habitação popular que atenda as necessidades da população e nos locais de construção próximos aos espaços com infraestrutura instalada e com oportunidade de trabalho, saúde, lazer e de estudo.**
- Geração de emprego que garanta a melhoria da qualidade de vida da população.
- Regularização do comércio informal e fim dos roubos (apelidados de “apreensão”) cometidos pela Guarda Municipal.
- O assentamento dos camelôs que trabalham na Central e na Presidente Vargas e que estão sendo expulsos e ameaçados pela Guarda Municipal.

- O cumprimento da lei 10.257 que assegura a gestão democrática da cidade, incluindo a participação na elaboração do Plano Diretor e das diretrizes orçamentárias.
  - A regulamentação e utilização de instrumentos da política urbana previstos no capítulo II do Estatuto da Cidade, tais como o IPTU progressivo no tempo sobre imóveis que não cumprem função social e a consequente desapropriação com pagamento em títulos, caso o proprietário mantenha o imóvel ou terreno ocioso.
  - Exigimos que cessem imediatamente os despejos de ocupações de sem-teto e que os prédios ou terrenos ocupados sejam regularizados e transformados em moradia para atender a população com uma faixa de renda de 0 à 3 salários mínimos, pois esta representa 90% do déficit habitacional brasileiro.
  - Exigimos que pare imediatamente a repressão violenta e desumana contra os moradores de rua, como o confisco ilegal de seus pertences, a utilização de creolina nas calçadas e a proibição da distribuição de quentinhas.
  - **Exigimos que a reestruturação da zona portuária seja feita com a participação da população que habita esta área e não somente do capital privado, que pretende expulsar a população pobre e residente da área. Exigimos, portanto, que seja assegurada a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, provendo a regularização da sua moradia e o maior acesso aos serviços e equipamentos urbanos (como escolas, universidades, creches e hospitais).**
  - Exigimos que o programa “Minha casa, Minha vida” inclua as camadas que recebem de 0-3 salários mínimos.
- (FÓRUM CONTRA O CHOQUE DE ORDEM, 2009)

Alguns atos e protestos foram marcados como forma de denúncia dos abusos cometidos, com a realização de mutirões para a elaboração de faixas e cartazes por ativistas sociais e apoiadores das causas defendidas (Figura 47). Interessa-nos atentar para a tentativa de desconstrução do termo “Porto Maravilha” (que tinha acabado de ser anunciado, com grande vanglória por parte do poder municipal, que conquistara o apoio e parceria das esferas estadual e federal), como *não popular*, seguido do sentido que os excluídos desse projeto de “revitalização” dão a ele: “Prédio abandonado é pra OCUPAR!”. Além de um questionamento sobre “O que é ordem? Famílias na rua??! Roubo de mercadoria??!”, reconstruindo as significações a partir dos despejos de ocupações (como foi o caso da Guerreiros do 510, localizada na Rua Gomes Freire, e, posteriormente, da ocupação do prédio desativado do INSS na Praça da Cruz Vermelha, na Av. Mem de Sá – para citar dois exemplos ocorridos na área central da cidade) e do confisco dos produtos vendidos no mercado informal pelos camelôs e ambulantes, além da arbitrariedade em nome da *limpeza* de jogar água sanitária nas calçadas para expulsar moradores de rua. Sobre este último fato, recordamos da marchinha criada pelo “Bloco de Ordem”, no seio das contestações em vigência à época, que dizia em seu refrão: “Choque, choque, choque, choque de ordem / Omo na lagoa / e mangue com Bom

Ar<sup>o</sup> – remetendo à criatividade enquanto marca popular, que era cantarolada nos locais de protesto.

**Figura 46:** Panfleto de convocação do Grande Ato pelo Fórum Contra o Choque de Ordem (2009)

**CAMELÔ**

A gente tá correndo da Guarda Municipal! Até as rádios, TVs e jornais estão contra a gente. A gente perde mercadoria para eles e ainda tem que pagar propina. Até nossas mercadorias **com nota** eles tomam!

**Mobilização JÁ!**

Somos trabalhadores e não caso de polícia. Polícia para quem precisa de polícia!

**Grande Ato!!!**  
18 / 8 (terça-feira) 10hs Prefeitura

Fórum Contra o Choque de Ordem

Identifique já quem está a seu lado.

**FORA CHOQUE DE ORDEM!**

Chegou a hora de incendiar essa cidade! Povão, a hora é essa!

**Grande Ato Contra o CHOQUE DE ORDEM**

Desde que Eduardo Paes (PMDB) assumiu a prefeitura do Rio, ele tem realizado ações para expulsar toda a população pobre (de maioria negra) das áreas nobres para a periferia da cidade:

- As mercadorias dos camelôs têm sido confiscadas e os trabalhadores não conseguem pegá-las de volta; **isso é ROUBO!**
- As ruas do Centro e da Zona Sul têm sido lavadas com creolina, para afastar os moradores de rua; **isso é DESUMANO!**
- A polícia tem despejado diversas ocupações de sem-teto, colocando na rua famílias inteiras de trabalhadores e trabalhadoras que não têm pra onde ir; **isso é um ABSURDO!**
- Sem contar as campanhas que o prefeito tem feito contra a distribuição de quentinhas e pedindo que a população não compre mercadorias em camelôs.

Fonte: Material impresso pelo Fórum Contra o Choque de Ordem

**Figura 47:** Produção de faixas e cartazes junto ao Fórum Contra o Choque de Ordem para Ato (2009)



Fotos: Extraídas de RAMOS (2012)

Compreendendo o adjetivo *popular* pela sua etimologia, que vem do latim *populáris*, “1. Relativo ou pertencente ao povo, à gente comum; 2. Feito pelas pessoas simples, sem muita instrução; 3. Relativo às pessoas como um todo [...]; 4. Encarado com aprovação ou afeto pelo público em geral; 5. Aprovado ou querido por uma ou mais pessoas; famoso; 6. Que prevalece junto ao grande público, às massas menos instruídas; 7. Dirigido às massas consumidoras; 8. Adaptado ao nível cultural ou ao gosto das massas; 9. Ao alcance dos não

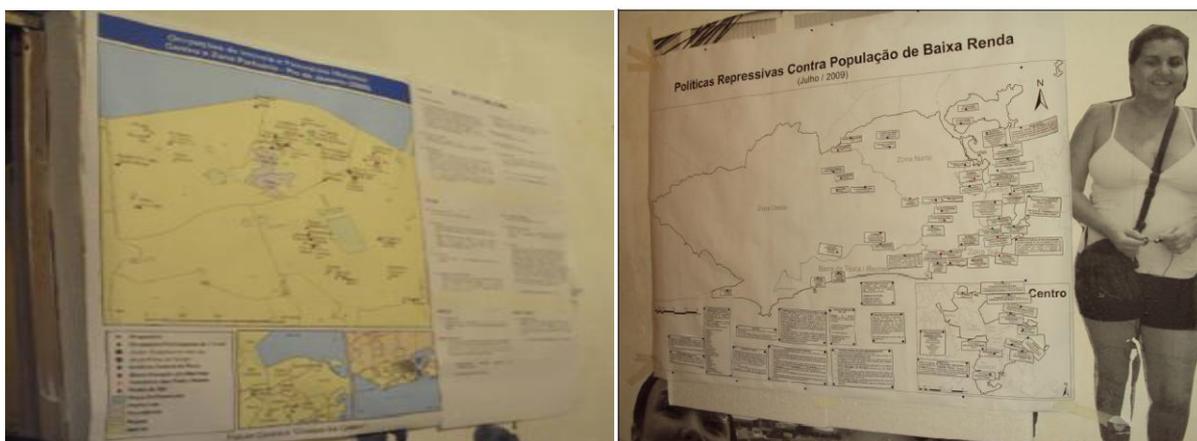
ricos; barato [...]”, de acordo com o Dicionário Houaiss, podemos tirar algumas conclusões. O fato de que esse “Porto Maravilha”, tal qual tem sido emblematicamente formulado e implementado, de forma não transparente, traz uma sensação de que é para “gente incomum” (contrapondo o primeiro significado de acordo com o Houaiss), “diferenciada” – ou seja, para aqueles que não compõem o grupo dos já deixados à margem na sociedade, pois estes são o grande público que, muito mais do que se colocar na plateia, deseja também construir esse “espetáculo”, feito para poucos.

Partindo desse pressuposto, conforme relata RAMOS (2012), houve também “a construção coletiva de um *Projeto Popular de Refuncionalização do Centro e Zona Portuária*, como forma de resistência e questionamento, por parte das classes populares”, cujo objetivo era “colocar em pauta a legítima participação popular nos processos de decisão e implementação de transformações para a região do Centro, Zona Portuária e outras áreas da cidade”. Assim, muito além das críticas, medidas propositivas também foram adotadas para se pensar em outros caminhos possíveis, que atendessem à população de baixa renda, “justamente aquela que está mais exposta aos “contratempos” do poder público, moradores de favelas, ocupações de sem-teto, camelôs e ambulantes”, contribuindo para o alcance de uma participação efetiva e de uma inserção de forma não passiva e resiliente nesses tipos de políticas. Tal projeto foi elaborado dentro do Fórum Contra o Choque de Ordem e contou com a participação dos geógrafos integrantes do NuPeD, de integrantes de organizações do movimento dos sem-teto e de outras organizações de movimentos populares, por exemplo a Rede Contra Violência e o Movimento do Trabalhadores Desempregados Pela Base (MTD). Ressaltamos a própria linguagem cartográfica enquanto instrumento de construção de uma análise de conjuntura capaz de embasar a construção do projeto alternativo ao Porto Maravilha, como o material que foi produzido e apresentado na Casa Amarela (no Morro da Providência) como parte das atividades do Fórum, tendo por meio do diálogo outros parâmetros do que talvez não estivesse muito claro na explicitação ou que pudesse ser incorporado (Figura 48).

Outra acepção sobre o que é *ordem* também é formada por esses grupos, com base nas vivências cotidianas das classes populares. Em uma das reuniões do Fórum (realizada em 11/02/2009 na ocupação ainda de pé dos Guerreiros do 510) foi falado por um dos participantes que “o que é ordem para a burguesia é desordem para nós”. Desconstruindo o sentido ideológico que concede o tom de algo bem arrumado, de um arranjo adequado, conveniente ou harmonioso, há que se problematizar sob os parâmetros de quem esses sentidos são formados. Como R.D.P. (2009) retratou, a “desordem” que realmente precisaria

ser enquadrada seria o desemprego, o despejo e o assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro, sendo também constantemente criminalizados, assim como seus espaços ocupados, o que gera uma legitimação da manutenção da pobreza. O próprio uso da designação “invasão” (ou “invasores” para identificar os agentes que praticam a ação de adentrar em um terreno ou prédio que estava há tempos vazio, sem nenhuma utilização, e darem alguma finalidade a ele, em primeira instância de moradia) pelo discurso hegemônico e a justificativa dos grupos excluídos se contrapõem a ele identificando sua ação como uma “ocupação” é uma forma de *subversão* dessa tal *ordem vigente* ou *pretendida*, “ordem” esta que costuma beneficiar, no processo de negociação, a quem contribui para deixar os imóveis parados, à serviço da especulação imobiliária e criminalizadora de ações à revelia desta, como podemos observar em um título de notícia veiculado por um jornal de grande circulação (Figura 49).

**Figura 48:** Material produzido pelo NuPeD para análise de conjuntura e elaboração do Projeto Popular de Refuncionalização da Zona Portuária (2009)



Fonte: Fotos extraídas de RAMOS (2012)

**Figura 49:** Reportagem d’O Globo sobre “invasão” de prédio abandonado do INSS por sem-teto

#### INVASÃO

### **Grupo de sem-teto invade prédio desativado do INSS no Centro do Rio**

Publicada em 22/06/2009 às 12h49m

Tais Mendes e Waleska Borges - O Globo e Bom Dia Rio

Fonte: Matéria extraída do Globo Online (22/06/2009)

Esse ato de *subverter*, entendido enquanto um ato de “revolver-se de baixo para cima”, gerado a partir de uma “revolta, insubordinação contra [...] as regras aceitas pela maioria” e

que promove uma “transformação ou destruição da ordem estabelecida” (Dicionário Houaiss), ganha eco por meio de outros olhares, que se apropriam e dão outro sentido àqueles espaços, de fato degradados e abandonados. Podemos-se encontrar essas vozes dissonantes por meio de discursos questionadores, que foram divulgados por meio de vídeos e documentários. Um caso é o “Atrás da Porta”, que registra experiências de arrombar prédios e criar novos espaços de moradia, expondo também uma série de despejos forçados pelo Estado e como se dão os casos de violações ao direito à moradia e as remoções forçadas de ocupações de sem-teto na Área Central do Rio de Janeiro, entendidos como o início de uma das maiores intervenções na cidade, em nome do projeto de “revitalização”, questionado pelos próprios moradores de várias ocupações (abordando as ocupações Manuel Congo, Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Flor do Asfalto e Casarão Azul, entre outras).

Não faz sentido ter 1 milhão de pessoas dormindo na calçada da Presidente Vargas e ter 1 milhão de prédios abandonados por aí... Isso pra mim é se defender, cara! O cara tá na rua, sujeito a seja lá o que for, entendeu?... Sujeito a *playboy* tacando fogo, igual tacaram fogo no índio lá, a *playboy* passar e bicar, e fazer seja lá o que for... **O cara tá se defendendo, tá se resguardando, tá arrumando um teto pra cabeça dele. E aí é taxado de invasor...** “Não, você tá fazendo uma coisa errada!”. Você tá invadindo um prédio que tá abandonado há não sei lá quantos mil anos, que provavelmente foi o seu tataravô que construiu. Mas isso não te dá o direito de chegar ali na porta dele, mesmo que ele esteja vazio e não cumprindo função social nenhuma!

(Depoimento de Arcanjo, ex-morador da Ocupação Zumbi dos Palmares, para o documentário Atrás da Porta)

Uma intervenção foi realizada na Zona Portuária do Rio afixando cartazes nas portas de imóveis vazios e de antigas ocupações de sem-teto que foram despejadas no final de março de 2013. O objetivo da ação promovida pelo Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN) ganhou repercussão do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio, que divulgou as imagens com dizeres a respeito de que a “função social não é para servir ao capital” e que “imóvel vazio tem que ser pra habitação popular” (Figura 50). As reivindicações são pelo cumprimento da função social da propriedade e a bandeira da reforma urbana é levantada.

Como diz o provérbio, considerando-se que o ataque é a melhor estratégia de defesa, propõe-se um ataque à propriedade privada, ao símbolo da “mercadofilia” mais ajustado aos interesses do (grande) capital, que é restrita a apenas alguns. Se isso choca tanto a classe média, os grandes empresários e especuladores, por meio de uma sinfonia bem orquestrada pela grande mídia conservadora, que julga os atos como uma forma de esperteza de

“aproveitadores”, o olhar dos oprimidos apresenta outra perspectiva, vista de perto, por dentro... De acordo com o próprio diretor do documentário "Atrás da Porta", Vladimir Seixas, "o que mais chocou foi a forma da execução dos despejos. Não houve qualquer proposta de alternativa para aqueles moradores". A ausência de diálogo, do apontamento de soluções possíveis, ainda que paliativas e muito menos de medidas que poderiam promover mudanças estruturais para sanar os graves problemas enfrentados por essa camada da sociedade, são marcas contra as quais se quer lutar, contra as quais é necessário um mecanismo de defesa. O próprio termo *remoção* traz um sentido ideológico aos que são submetidos a tais atos de forma forçada, sem sua convicção nem desejo, ao serem afastados do caminho na esteira de uma “revitalização”. De acordo com fala de Jorge, um morador do que restou da Vila Recreio, “remoção é para lixo, gente não se remove, gente se reassenta”<sup>98</sup>.

**Figura 50:** Intervenção do MNLM em imóveis vazios da Zona Portuária



Foto: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio (31/05/2013)

Houve casos também de remoção gradual, onde paulatinamente as famílias foram saindo por negociarem individualmente com a Prefeitura, frente a uma fragmentação do seu coletivo, chegando à opção por aluguel social, indenização ou por entrarem no programa Minha Casa, Minha Vida, onde seriam realocados para o bairro de Cosmos, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Processo tal ocorrido com discordâncias, insatisfações, resistências e negligências, não atendendo a todos os moradores da forma adequada nem pagando um valor digno, que os tornasse capazes de se manterem e sobreviverem localizados na Área Central da cidade ou em sua proximidade – ponto crucial na luta de muitos dos sem-

<sup>98</sup> Publicado no blog da Ocupação Machado de Assis, em 27/06/2011. Disponível em: <http://ocupacaoma.blogspot.com.br>

teto. Na Figura 51 vemos a saída dos últimos moradores, ocorrida em fevereiro de 2011, e um dos últimos objetos encravados no local, símbolo das mãos acorrentadas que aprisionavam os escravos negros, cuja memória inspirou a própria toponímia da ocupação, que remete ao último dos líderes do maior quilombo do período colonial. Caracterizando, portanto, um local denso de significações e cuja permanência e localização no meio do “Porto Maravilha” seria sinônimo de uma grande vitória da luta popular, sobretudo se os moradores se mantivessem organizados em coletivo e pautassem suas reivindicações e ações por meio de uma estrutura horizontalizada e cooperativa, contrastando vigorosamente com o *nómos* instituído e imposto.

**Figura 51:** Saída dos últimos moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares e Objeto-símbolo da escravidão remetendo às origens dos sem-teto



Fotos: Matheus Grandi (Fevereiro/2011)

Ao contrário, a aceitação de ofertas descabidas de transferência, desmobilizou parte do grupo e hoje, ao passarmos pela Avenida Venezuela, onde se localizava a Ocupação Zumbi dos Palmares (OZP – localizada no bairro da Saúde, na Zona Portuária, muito próximo à Praça Mauá), encontramos suas portas vetadas de acesso. Saíram as pessoas, o prédio foi esvaziado, voltando à mesma estaca de antes da ocupação por famílias de sem-teto, e continua vazio e sem nenhuma utilização novamente, sendo degradado pelo tempo e pela ausência de uso, e sua frente foi coberta com um muro feito de concreto para impedir novas ocupações, como vemos na Figura 52. Vislumbrando as costas do prédio que pertence ao INSS, vemos funcionando um estacionamento em amplo terreno – um dos muitos estacionamentos, aliás, que têm funcionado em diversos terrenos da Zona Portuária (alguns provavelmente sem alvará de autorização, muitos dos quais em estruturas de imóveis antigos, onde automóveis são apertados um ao lado do outro, ou com adaptações materiais em reestruturações físicas,

oferecendo melhor infraestrutura). Além desse, exatamente ao lado do imóvel novamente sem cumprir sua função social, há outro terreno vazio (Figuras 53), além da presença de moradores de rua, um contraste e incoerência com tantos imóveis abandonados. As portas e janelas cobertas com concreto, aliás, são realidade em muitos outros imóveis vagos da Zona Portuária e da área Central da cidade, como podemos ver em outro exemplo, bem mais distante da OZP, na Rua Santo Cristo, no bairro de mesmo nome, onde houve outra intervenção artística do grupo Anonimundo (Figura 54).

**Figura 52:** Frente concretada e fundos do prédio da antiga Ocupação Zumbi dos Palmares



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

**Figura 53:** Lateral do prédio da Zumbi dos Palmares e arredores com morador de rua



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro inclusive elaborou dossiês denunciando as arbitrariedades realizadas em nome dos megaeventos esportivos que a cidade sediará, que, por detrás do fascínio que geram em alguns, trazem um gosto amargo pela sua suposta incontestabilidade aos que sentem na pele os efeitos das intervenções urbanas presumidamente necessárias. Criticam os discursos oficiais de exaltação da criação de uma

Cidade Olímpica, ao apontarem que as ações na direção desse projeto avançam “em sentido oposto ao da integração social e da promoção da dignidade humana”, causando impactos de grandes proporções que “envolvem diversos processos de exclusão social, com destaque para as remoções” (COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPIADAS, 2013), onde há a facilitação para uma série de flexibilizações às regras, normas e legislações, em contrapartida com as dificuldades impostas aos grupos socialmente já excluídos e deixados ainda mais à margem desse grande empreendimento urbano que se tornará (ou já tem se tornado) a própria cidade. De acordo com o diretor de “Atrás da Porta”:

A impressão que dá é que quando se fala em Copa e Olimpíadas tudo é permitido. Isso em nome de um legado para um bem maior. Mas olhem o caso do Jogos do Pan no Rio de Janeiro. O único legado foi uma rede de corrupção entre o poder público e empreiteiras que vem sendo recentemente noticiado. Os estádios do Pan não servirão para Copa. E os da Copa não servirão para as Olimpíadas.

(Vladimir SEIXAS, sobre o que viu e ouviu na convivência com famílias que vivem a realidade das remoções)<sup>99</sup>

**Figura 54:** Frente de imóvel vago coberta de concreto com intervenção artística (Anonimundo)



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Abril/2013)

No lançamento do primeiro dossiê “Megaeventos e Violações de Direito Humanos no Brasil” realizado concomitantemente nas 12 cidades-sede da Copa, os Comitês Populares da Copa fizeram, em dezembro de 2011, atos simbólicos de entrega do documento nas prefeituras. Assim, no Rio de Janeiro, em anexo ao dossiê “protocolaram” o que

<sup>99</sup> Fonte: <http://www.apublica.org/2012/05/doc-mostra-despejos-ocupacoes-rio/> (Acesso em 13/05/2013)

compreendem como o “legado” – entendido enquanto aquilo que é transmitido às gerações seguintes: sacos de entulhos de remoções feitas em comunidades pobres (Figura 55).

**Figura 55:** Ato simbólico de entregado dossiê “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”



Fotos: Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas (Dezembro/2011)

**Figura 56:** Resistências discursivas feitas em piche em frente à saída do Binário do Porto, na Rua Sacadura Cabral



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

No entanto, mais além das remoções em curso na cidade, há um questionamento mais profundo a respeito dos vultuosos gastos, da distribuição espacial dos recursos, investimentos e benefícios, destinados a um grupo muito restrito da sociedade. Sem atender ao que deveria ser considerado como prioritário em função da população e da escala local, em nome de agentes e escalas supralocais acentua-se a subordinação dos interesses públicos às expectativas e imposições das entidades privadas (das quais destacam-se o Comitê Olímpico Internacional e as grandes corporações), promovendo uma violação ao próprio direito à cidade. Em trabalho de campo encontramos algumas marcas que corroboram com discursos

denunciativos e manifestações de insatisfação popular quanto a esse projeto de Cidade Olímpica que tem sido implementado, como podemos ver na Figura 56 com as inscrições “TÁ CARO!” e “ANTICOPA!” acima do símbolo da Prefeitura do Rio e de imagens das obras e dos projetos, contidos em uma mureta que cerca a realização das obras de saída da Avenida Binário do Porto, na Rua Sacadura Cabral, na Zona Portuária do Rio.

Outra inscrição em um muro na Avenida Rodrigues Alves, entre a Gamboa e o Santo Cristo, de onde pode ser visto o Morro da Providência, coloca em questão o tratamento diferenciado dado a ricos e a pobres (Figura 57). Enquanto aos primeiros seria planejada e concedida a Copa do Mundo, aos pobres é destinada a UPP. Por meio de um discurso muito possivelmente de caráter denunciativo da ação de policiais “pacificadores” que exercem um domínio territorial com o uso de armas, cuja presença, dentro do imaginário da favela, é associada a um controle soberano sobre a vida dos favelados. Apontando-se uma crítica à UPP, vista como a nova “dona do morro”, nos mesmos moldes do tráfico anteriormente, conforme relata RODRIGUES (2013:187 e segs.) – que também chama atenção para as atribuições da UPP, cujas funções acabam por extrapolar o trabalho policial, adentrando na própria regulação da vida privada e coletiva das pessoas<sup>100</sup>, levantando a inquietação sobre

---

<sup>100</sup> RODRIGUES (2013:157 e segs.) relata que diversas atividades sociais, comuns ao dia a dia dos moradores, precisam passar pelo crivo da disciplina no Morro da Providência. Como exemplo, ele cita o seguinte: “O uso de espaços dentro do morro, bem como a realização de festas ou qualquer outro evento depende da autorização da UPP. Desde a “pacificação”, um dos espaços mais tradicionais da Providência – a sede do Nova Aurora Atlético Clube, só pode ser utilizada a partir de uma autorização por escrito da polícia. O clube de futebol, fundado por moradores da Providência, tem sua sede na antiga praça Américo Brum (destruída, como vimos, para a construção da estação do teleférico), e que era utilizada principalmente como espaço para reuniões da comunidade. A “disputa” do espaço anteriormente se dava principalmente entre os moradores e o próprio tráfico, que mantinha certa influência sobre os usos do local. É irônico que, com a UPP, os moradores tenham agora que disputar o espaço do Nova Aurora não mais com o tráfico, mas sim com o próprio Poder Público. Além do “Nova Aurora”, a UPP, depois de instalada, passou a regular a realização de eventos na favela. O procedimento padrão para alguém desejoso em utilizar algum espaço público do morro é escrever um ofício à UPP, discriminando que tipo de atividade será feita, bem como a hora de início e término. Dependendo da festa, o capitão pode simplesmente autorizar ou não a sua realização. Como exemplo, tomemos uma situação que aconteceu com o próprio autor na ocasião de uma festa organizada pelo GEP [Grupo de Educação Popular]. No final de novembro de 2012, o coletivo decidiu realizar uma festa em comemoração ao dia da “consciência negra” na Providência, em conjunto com as celebrações pelos 5 anos de atividades do grupo. Pela semana precedente ao evento ter sido bastante atarefada, o autor do presente trabalho, que ficou de levar o ofício até a sede da UPP, acabou não conseguindo entregar a tempo o pedido para a realização da festa. Mesmo com o problema, o grupo decidiu fazer a atividade e ver se seria possível “contornar” a situação através do diálogo com os policiais na hora, já que o GEP nunca tinha tido nenhum atrito com a UPP até então. No dia do evento, após a aparelhagem de som ter sido ligada, dois policiais da UPP abordaram o autor e um amigo, perguntando se nós tínhamos autorização para realizar a festa. Nós explicamos a situação, dissemos sobre o que se tratava o evento, e que as atividades se encerrariam até as 22 horas, em conformidade com o horário de silêncio, apesar de ser sábado. Após consultar os seus superiores pelo rádio, os policiais anotaram o nome do amigo que estava comigo como responsável pelo evento e disseram que a atividade poderia continuar. Após algumas horas, no início da noite, alguns coletivos de “Rap” convidados pelo GEP, oriundos de outras favelas da cidade, subiram ao palco para tocar músicas que versavam sobre diversos temas, entre eles violência e abuso policial. Ao decorrer dos shows, já na apresentação do segundo grupo, dois policiais da UPP se aproximaram do local e passaram a escutar mais atentamente o que estava sendo cantado, permanecendo próximo ao palco dali em diante. Na última

“[...] quando ela [a favela] será finalmente um território controlado pelos seus próprios moradores, ou seja, quando eles irão tomar a frente dos processos de tomada de decisão e gestão do espaço do seu local de moradia”.

**Figura 57:** “Copa para os ricos e UPP para os pobres” em muro da Av. Rodrigues Alves



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2012)

Sobre o próprio espaço da favela existe um discurso homogêneo<sup>101</sup>, avaliado como negativo por seus moradores por ser (re)produtor de estigmas<sup>102</sup> impostos sobre aqueles e sobre os espaços “desordenados”, ainda que haja uma coerência e organização internas, criminalizando-os. A visão burguesa de que “se está na favela é bandido, e bandido bom é bandido morto”<sup>103</sup>, geradora de violência, fez com que, em um debate a respeito do Choque de Ordem ocorrido no Cinema Odeon em 2009, uma moradora da ocupação Chiquinha Gonzaga (localizada na proximidade da Central do Brasil), dissesse que a proposta de “revitalização” tem por objetivo “fazer do Centro uma extensão da Zona Sul, local onde os pobres não têm

---

apresentação, o “rapper” que se apresentou começou a cantar não só “Rap” como também “Funk” – de conteúdo político extremamente contestatório, em especial quanto à ação violenta da polícia nas favelas. Imediatamente, os policiais se aproximaram do autor e de outros amigos e disseram que a música deveria parar imediatamente, pois ela “incitava alguns tipos de comportamentos inapropriados para uma relação extremamente frágil que se estabeleceu entre a polícia e a comunidade”. Após algumas considerações de ambos os lados, falamos aos policiais que a atividade estava já no seu fim (o que de fato era verdade, pois, não sei se propositalmente ou não, o “rapper” deixou as canções de crítica à polícia para o final) e a situação foi “contornada” sem maiores prejuízos tanto para o GEP quanto para as outras pessoas envolvidas no evento.”

<sup>101</sup> Sobre tal discurso homogêneo a respeito das favelas, SOUZA (2006:473) fala sobre uma “criminalização” apriorística dos favelados e das favelas, aumentando o fosso social-psicológico entre “morro” e “asfalto”, entre favela e “cidade formal”.

<sup>102</sup> Entendemos que “estigmatizar” seja “marcar com sinal infamante [de descrédito, como uma ação vergonhosa, torpe]; assinalar com cicatrizes ou manchas; censurar, verberar; acusar de ação infame” (Dicionário Michaelis).

<sup>103</sup> Visão essa crescente a partir da década de 80, devido ao fenômeno do controle territorial por grupos de traficantes de drogas ilícitas – que foi, por sua vez, cada vez mais esgarçando e fragmentando o tecido sociopolítico-espacial urbano (conforme SOUZA, 2002, 2005, 2006 e 2008, entre outros), promovendo um “fechamento” das favelas entre si e em relação ao asfalto, agravando a segregação sócio-espacial já existente.

acesso”, declarando que, para ela, “violência também é não ter lugar para morar, não ter onde trabalhar, não ter acesso à educação e à saúde”, já que “a defesa da propriedade privada é para apenas alguns”.

Agora, se as favelas que até a década de 70 não despertavam ainda tanto temor, pânico e histeria quanto a partir dos anos 80, mas sempre foram espaços evitados e desprezados, nesse momento outra perspectiva, de vislumbre, será implementada a partir da construção de um teleférico do Morro da Providência à Central do Brasil (cujo comércio vem sendo remodelado desde a ocorrência de um incêndio, acusado de ser criminoso, deflagrado a partir de uma suposta explosão de gás em uma padaria<sup>104</sup>) e à Cidade do Samba para ligar a favela ao asfalto (Figura 58) – com três estações localizadas em uma posição geográfica estratégica, sobretudo, para viabilizar sua “integração” à nova Zona Portuária. Não que tal perspectiva, que parte de uma “visão de sobrevoo”, bastante distanciada dos agentes locais, os *insiders*, vá ser modificada, já que aqueles que os contemplarão de um patamar superior, do alto, de fora – explorando o potencial turístico pretendido pelo Porto Maravilha, na esteira dos megaeventos esportivos a serem realizados na cidade e, por que não, os grandes eventos de porte internacional já realizados no Armazém da Utopia (Armazém 6) – o farão superficialmente, como um *tour*<sup>105</sup>, com câmeras fotográficas e filmadoras enfocando a vista panorâmica das belas paisagens do Rio de Janeiro, explorando no “passeio” o que é entendido como pitoresco e que tanto aguça a curiosidade daqueles que o veem sempre de fora, alimentados pelo que também se ouve falar para além da escala (micro)local, registrando o “estranho”, o “diferente”.

---

<sup>104</sup> RODRIGUES (2013) aponta a curiosa “coincidência” de o incêndio ter ocorrido na mesma tarde (do dia 26/04/2010) de inauguração da UPP na Providência, além dos desdobramentos serem, no mínimo curiosos: contando com uma demora de duas horas para a chegada dos bombeiros ao local, chegada esta sem a água necessária para conter o fogo, seguido do anúncio de erguimento de um novo Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, localizado ao lado do antigo “camelódromo”, cuja pretensão pelo prefeito era de ser também “revitalizado”, mas, na prática foi deslocado para uma área de menor visibilidade e menor trânsito de pessoas, em um prédio na entrada do túnel que dá acesso à Zona Portuária pela Central do Brasil, que não comporta a todos os antigos trabalhadores pela falta de “espaço” e também por excluir aqueles que não teriam condições financeiras para arcar com a regularização do comércio – imposta pela Prefeitura para a continuidade de suas atividades. O local anterior, emblematicamente, agora tem sido utilizado como área de construção de uma das estações do teleférico da Morro da Providência.

<sup>105</sup> É importante ressaltar que essa exploração turística de favelas não será inaugurada a partir do teleférico da Providência, mas já é uma prática sendo realizada a partir do teleférico do Complexo do Alemão e, sobretudo, realizada por empresas como a Indiana *Jungle Tour* (sim, uma empresa cujo nome traz a ideia de um turismo aventureiro, selvagem[!]), por exemplo na Rocinha, de forma altamente capitalizada, com um adentrar pelas ruas da favela feito em cima de *jeeps* abertos com saídas diárias, ou com vans de turismo com ar condicionado junto à empresa Rio Máxima Turismo Receptivo, com a cobrança de um preço em torno de R\$100 por cerca de 3 horas e meia de passeio. (Fontes: <http://www.indianajungle.com.br/> e <http://www.riomaximo.tur.br/rio-de-janeiro/favela-tour-na-rocinha/> - Acesso em julho de 2013)

As remoções, a retirada de pobres, a (reedição da) “higienização” das favelas e a própria instalação de uma UPP<sup>106</sup>, que apresenta um discurso disciplinar, podem ser vistas como uma forma de *preparação do terreno* em questão na dinâmica das profundas transformações urbanas em curso no Rio de Janeiro, e, mais especificamente, da Zona Portuária, para o que virá nos próximos anos, onde todas as ações podem ser entendidas na esteira da criação de condições necessárias, desejáveis e, portanto, favoráveis à “revitalização”, amoldada aos discursos oficiais. No entanto, esses não são os únicos meios de desrespeito e atropelamento que vêm sofrendo aqueles que são diretamente afetados pelas obras e que têm fortes vínculos afetivos com aquele *lugar*<sup>107</sup>, por habitarem-no historicamente e estabelecerem seus marcos históricos e laços familiares ali naqueles bairros<sup>108</sup>, acreditando que possuem o direito de não apenas participarem de reuniões e discussões, mas também de terem acesso às informações reais e de influenciarem na tomada de decisões a respeito das intervenções que já têm transformado a dinâmica e o próprio conteúdo de seu espaço de moradia, trabalho e lazer.

O anteriormente mencionado Dossiê (COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2013) denuncia também o processo de “desrespeito sistemático à legislação urbana e aos direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao direito ao trabalho, afora o desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados às prioridades da população”, prioridades estas que deveriam ser definidas pela própria população atingida, através de um processo de escuta efetivo, garantidor do direito à cidade. Ao contrário, não apenas os alvos são definidos externamente, de cima para baixo, como também são formulados em função do atendimento aos interesses de agentes específicos, que não os subalternos, privilegiando grandes grupos econômicos, com custos privados muitas vezes sendo arcados com capitais públicos ou com flexibilizações de textos legais para beneficiá-los, substituindo restrições por exceções às regras antes estabelecidas.

---

<sup>106</sup> Na realidade, não apenas a UPP Morro da Providência, mas também a UPP Caju, inaugurada em 12/04/2013 atendendo ao complexo de doze comunidades do Caju, também localizado na Zona Portuária do Rio – ainda que seja tão negligenciado pelo projeto Porto Maravilha e muitas vezes esquecido pelos discursos oficiais. A propósito da UPP Caju, diz-se que “se trata do primeiro passo para o processo de retomada dos territórios localizados estrategicamente na porta de entrada do Rio, cercados pelo Aeroporto Internacional Galeão/Tom Jobim, Baía de Guanabara e vias expressas como Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela” (Fonte: [www.upprj.com](http://www.upprj.com)) – discursos que reforçam o sentido do controle exercido para garantir a segurança desejada cercando as áreas de acesso para quem chega ao Rio de Janeiro, vindo de fora.

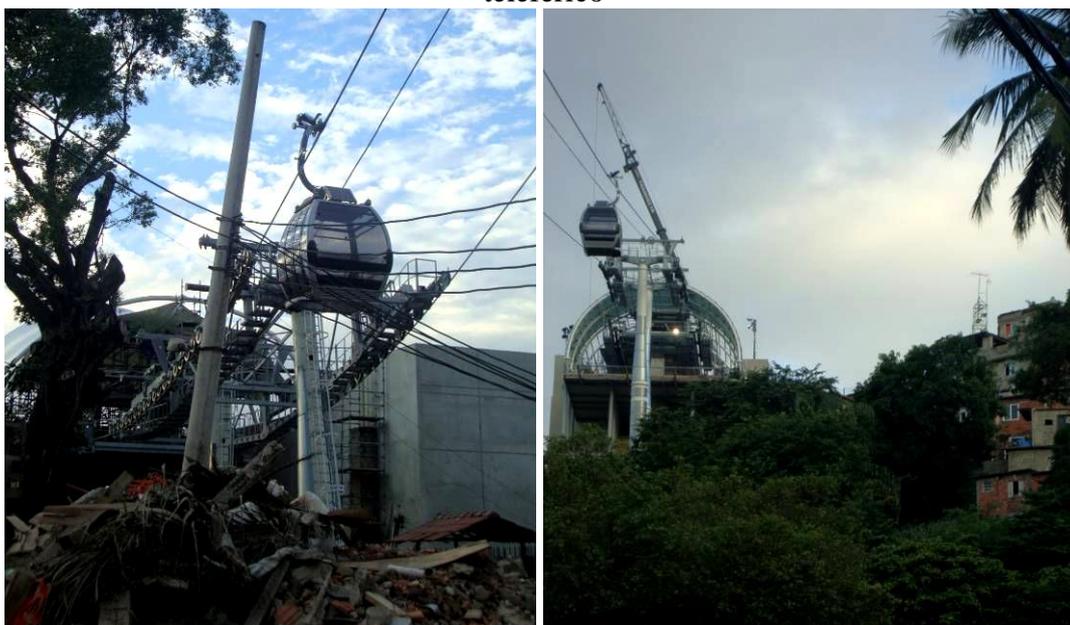
<sup>107</sup> Compreendemos o **lugar** enquanto espaço vivido e percebido por e entre seus moradores, dotado de valor e simbolismos a partir das experiências e impressões (TUAN, 1983). Essa dimensão (inter)subjetiva, densa de histórias e marcos compartilhados pelos agentes sociais neles envolvidos, onde suas percepções estão relacionadas à produção de identidades sócio-espaciais *do e com* o lugar vivido (RELPH, 1976:45).

<sup>108</sup> O **bairro** é aqui entendido não apenas como realidade objetiva para fins de planejamento, mas também enquanto espaço internalizado mentalmente pelos indivíduos de uma coletividade, que os têm como espaços vividos e sentidos (SOUZA, 1989).

[...] [N]ovos processos de elitização e mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, marcados pela negação das esferas públicas democráticas de tomada de decisões e por intervenções autoritárias, na perspectiva daquilo que tem sido chamado de cidade de exceção. Decretos, medidas provisórias, leis votadas ao largo do ordenamento jurídico e longe do olhar dos cidadãos, assim como um emaranhado de portarias e resoluções, constroem uma institucionalidade de exceção. Nesta imposição da norma a cada caso particular, violam-se abertamente os princípios da impessoalidade, universalidade e publicidade da lei e dos atos da administração pública. De fato, as intervenções em curso envolvem diversos processos nos quais os interesses privados têm sido beneficiados por isenções e favores, feitos em detrimento do interesse público, legitimados em nome das parcerias público-privadas.

(COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2013)

**Figura 58:** Estações da Cidade do Samba e da Providência vistas em meio aos entulhos das obras deixados em frente ao ICP (Instituto Central do Povo), em período de testes do teleférico



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Abril/2013)

Assim, com o passar dos tempos, a aceleração do cronograma de obras e intervenções por ocasião do Porto Maravilha e dos megaeventos sediados na cidade, a “revitalização urbana” tem sido apreendida por integrantes do movimento dos sem-teto e ativistas de bairro como uma “expressão-chave do pensamento e das práticas conservadoras sobre a cidade” por parte dos gestores estatais e empreendedores urbanos, instigando o posicionamento de grupos sociais excluídos e marginalizados frente a essa expressão e ao seu conteúdo, à medida que

teria por significado imediato inequívoco “**trazer novamente à vida aquilo que estava morto**” (SOUZA & TEIXEIRA, 2009, grifo do autor). Não há uma negação de que a Zona Portuária precise de investimentos para que mudanças sejam possibilitadas visando a população local e contribuam para a melhoria tanto do substrato espacial material, quanto da percepção sobre ele, inclusive para a redução dos estigmas sócio-espaciais historicamente reproduzidos sobre seus moradores e frequentadores, conforme verificamos na fala a seguir:

Eu achei que a revitalização urbana fosse um meio pra **melhorar como um todo, mas sempre visando o morador**. Nossa esperança era saneamento básico, o trânsito, as obras, paisagens... Mas tudo sempre em prol do morador da área. Isso era o nosso entendimento, né...

(Entrevista com Diretora-Presidente da AMAMCO, realizada em junho de 2013)

Há a percepção clara de que reestruturações e refuncionalizações de imóveis que estão há anos abandonados sejam promovidas com o fito de darem uma função social a tais propriedades, contribuindo, ainda, para a diminuição do déficit habitacional. Entretanto, um discurso de rejeição é muito forte quanto a *esse tipo* específico de “revitalização” que tem sido implementado (o que estamos sempre identificando entre aspas) – de cima para baixo, por meio de relações de poder verticalizadas, sem uma preocupação real com a arte da negociação, expulsando (mais uma vez) quem tem direito àquele espaço, “higienizando-o” socialmente com vistas a torná-lo “atraente” ao investimento do grande capital, às corporações financeiras, às empresas transnacionais, aos *outsiders*, à ação de promotores imobiliários e empurrando para longe quem tem precisa permanecer ali, conforme podemos observar nas duas falas abaixo:

Pra mim revitalização urbana hoje é exatamente isso: despejar pessoas de suas casas. Porque você pode revitalizar sem tirar as pessoas das casas delas, você pode melhorar as calçadas, você pode melhorar os esgotos, o saneamento, você pode melhorar... plantar árvores, você pode pintar as casas das pessoas, pintar as fachadas desse monte de prédio, reformar os prédios que tão aí caindo aos pedaços e botar as pessoas pra morar, pessoas de baixa renda pra pagar um pouquinho menos. **Revitalizar pra mim era trazer pessoas pro centro da cidade, povoar o centro da cidade, e não pegar elas, expulsar elas das casas delas, pra passar um bondinho em cima da casa delas... Isso é revitalização? Pra mim, não é. Pra mim a revitalização aqui é a desculpa que o governo tá tendo pra vender, pra aumentar o valor do metro quadrado aqui na zona portuária, entendeu?**

(Entrevista realizada com ativista e moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em maio de 2013)

**[O projeto de “revitalização”] [n]ão é um mau processo, sendo que, como moradora, eu não me sinto totalmente beneficiada. Não só eu, como a maioria dos moradores. Porque com essa revitalização veio a exploração imobiliária... Pra quem vive de aluguel aqui é um sufoco!**

(Entrevista com moradora com papel e cargo de liderança comunitária na AMAMCO, realizada em junho de 2013)

A conformação aos interesses e à visão de mundo dos grupos dominantes, e não aos interesses da população local, que tem muito a dizer, promove, portanto, essa “expulsão branca”. Por conta da valorização do espaço e da especulação imobiliária a ela inerente já há um sistema de desvínculos<sup>109</sup>, ou seja, que tenta desfazer, de forma impositiva, aquilo tudo que liga as pessoas àquele espaço, mais além dos laços físicos apenas, o que é invisível e que se transmite indivisivelmente: um deslocamento forçado de moradores locais para áreas mais distantes do Centro, como podemos ver através dos depoimentos abaixo:

**Já subiu muito o preço. Muitos moradores [...] tiveram que sair daqui. Moradores de 30, 40 anos, eu digo na área como um todo, da Zona Portuária – Saúde, Gamboa, Santo Cristo –, tiveram que sair daqui... Do local que eles são nascidos e vividos, e tiveram que ir embora porque a Prefeitura simplesmente falou assim: “Eu quero essa casa e pronto! Eu quero mesmo!”.** Então não teve aquilo: “Vamos tentar, vamos discutir, vamos ver o que é melhor para os dois lados!”. Não! Então, quer dizer, trouxe a parte de benefícios? Trouxe sim, é lógico. Mas muita coisa com essa obra aí que não acontecia antes hoje acontece. [...] Hoje você aqui no Morro da Conceição, você não aluga imóvel aqui de quarto e sala com menos de 1.200 reais. [...] Quarto e sala só, só um quartinho... [...] Com menos de mil você não aluga. Tem aqui no Jogo da Bola, uma casa que foi alugada aqui tem uns 2 meses, tem dois quartos, uma sala e um terraço, 1.800 reais. Esses são os valores. Minha casa hoje eu ainda pago 1.000, porque eu estou nessa casa já há cinco anos... [...] Moro de aluguel. Mas os valores aqui são esses, você não... Olha que quitinete nem tem aqui, né?! Um quarto só, menos de 1.000, 1.200, só maluco! Isso também... Muitos moradores aqui que, né... Acaba o contrato, sempre quer[em] ficar, mas o quê que acontece, os proprietários chamaram pra negócios, então muitos tiveram que ir embora, porque não tinham condições. Teve um morador do Jogo da Bola que ele pagava, os dois quatinhos dele e a sala, 700 reais, acabou o contrato foi chamado pra negociar por 1.400 reais, ele não pôde pagar, dobrou! Então isso tá afetando.

(Entrevista com Diretora-Presidente da AMAMCO, realizada em junho de 2013. Grifo nosso)

<sup>109</sup> Um sistema de desvínculos, numa acepção feita por Eduardo Galeano (2002), é também estabelecido “[...] para que os calados não se façam perguntas, para que os opinados não se transformem em opinadores. Para que não se juntem os solitários, nem a alma junte seus pedaços. O sistema divorcia a emoção do pensamento como divorcia a vida íntima da vida pública, o passado do presente. Se o passado não tem nada para dizer ao presente, a história pode permanecer adormecida, sem incomodar, no guarda-roupa onde o sistema guarda seus velhos disfarces. O sistema esvazia nossa memória, ou enche a nossa memória de lixo, e assim nos ensina a repetir a história em vez de fazê-la. As tragédias se repetem como farsas, anunciava a célebre profecia. Mas entre nós é pior: as tragédias se repetem como tragédias.”

O Morro da Conceição tem sofrido um movimento de atração de artistas plásticos para a montagem de seus ateliês e exposição de suas obras de arte. Tal fato não só gera um aumento da circulação de pessoas de fora e com alto poder aquisitivo no local, com um discurso apreciativo e uma visão contemplativa do espaço – quando a memória e o passado são valorizados como elementos de retomada da cultura popular – como também influencia na própria perda de uma privacidade dos moradores, quando o externo se torna invasivo, tornando aquele espaço mais vulnerável para os que lá vivem, que passam a mudar hábitos e costumes para se adaptarem aos novos fluxos e, ao mesmo tempo, se protegerem. Segundo fala de uma moradora, “[o] Morro da Conceição conseguia se manter tipo uma cidadezinha do interior, que todo mundo conhece todo mundo. E hoje em dia aqui a gente tem albergue, você sabe, a tua privacidade aqui foi invadida assim... **Não te pediram licença, foram entrando**”<sup>110</sup> (grifo nosso). Essa perspectiva de se “ver com os olhos de morador”, conforme dito na entrevista realizada na AMAMCO, ressalta a importância e a distinção daquilo que vem determinado pelos olhares de fora, distantes da realidade dos maiores afetados em sua dinâmica diária pelas obras e pelo projeto, além do próprio estímulo de passeios turísticos promovidos pelo MAR que incluem em seu roteiro o Morro da Conceição (por meio do projeto intitulado “O Morro e o MAR” – Figura 59), já padronizado com as “marcas” do Porto Maravilha, como podemos ver na lixeira azul (em uma cidade dominada pelas lixeiras de cor laranja, que representava o governo César Maia mas que permaneceram no governo atual, que, não por coincidência, escolheu a cor azul, representativa do governo Paes, para estabelecer uma identidade às transformações que a cidade vem sofrendo em seu mandato), que carrega os símbolos da Concessionária Porto Novo, da Prefeitura do Rio e da Comlurb – espalhadas ao longo do perímetro das intervenções da “revitalização”.

No entanto, voltando à questão da elevação dos preços dos imóveis, ela não é restrita ao Morro da Conceição (que não é concebido como uma favela), mas tem sido uma realidade concreta nos bairros sobre o asfalto e na mais emblemática favela, o Morro da Providência (Figura 60, vista a partir da Vila Olímpica da Gamboa):

[...] Afeta diretamente a minha vida, porque eles não vão poder morar ali, eu não vou poder morar ali. Hoje, há um ano atrás, não era caro eu ir morar no Morro da Providência. **Hoje com essa pseudo-revitalização eu não posso mais ir morar no Morro da Providência, porque hoje o aluguel lá tá caríssimo. Porque hoje quem tem uma casa lá já sabe que vai vir os turistas, que a cidade vai ficar diferente, que essa área aqui vai ficar**

---

<sup>110</sup> Entrevista realizada com Diretora-Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição [AMAMCO], realizada em junho de 2013.

**cara...** Então ela já tá cobrando por isso. Então isso mexe com a minha vida. Porque eu to andando, eu to procurando casa, e não acho. Por quê? Porque é muito caro! Então tá afetando a minha vida.

E isso aqui na Providência, na Zona Portuária até...

Até ali Manguinhos... Tá tudo caro! **Eu hoje, pra morar, pra pagar um aluguel que caiba no meu bolso, eu vou ter que ir pra São Gonçalo, do outro lado da ponte. Porque a mesma casa que eu vi em São Gonçalo por 400 reais, eu vi ela aqui por 1300 reais, em São Cristóvão.**

Mais de 3 vezes!

2 quartos, sala, cozinha e banheiro.

R\$ 1300 aqui em São Cristóvão?! E olha que é recente, a UPP aqui é recente, né?

É recente! **Eu tive lá semana passada, vendo uma casa, um apartamentinho, que 6 meses atrás ele custaria 750 reais, 1300 reais!** Com 20 reais de taxa de condomínio, com 60 reais de água e mais a luz que é conforme o que você usa. Então tudo isso tá mexendo com a vida da gente!

(Entrevista realizada com ativista e moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em maio de 2013)

A própria elevação do custo de vida e das formas de, tanto moradores quanto trabalhadores locais, se manterem ali é reconhecida por um olhar mais atento de quem é contratado para reproduzir os discursos oficiais, como é o caso do que foi dito em uma entrevista com uma monitora da Concessionária Porto Novo, quando da visita guiada pela sala de exposições “Meu Porto Maravilha”:

[...] [T]em algumas questões, que isso daqui vai ficar uma área muito valorizada, e **as pessoas que trabalham aqui, que têm seus próprios negócios aqui, como é que elas vão sobreviver?** Sabe, porque o custo de vida vai ficar muito mais caro, por mais que você seja dono do seu próprio imóvel, IPTU... Por exemplo, **você faz as unhas aqui, a unha custa aqui 10 reais, vamos supor, se isso daqui virar Barra da Tijuca vai custar 50 reais, então você não vai mais ter onde fazer as unhas, só que você é da Barra, e não quer fazer as unhas na birosca do salão de beleza que tem aqui, então ou o dono vai ter que fechar ou vai ter que arrumar dinheiro pra reformar seu próprio salão.** [...] Bem a questão da moradia e também pra manter o emprego, o negócio das pessoas. Isso é o que eu acho mais preocupante, porque pra isso não tem aluguel social, entendeu? Se a prefeitura te mandar sair daqui, você vai ter que sair e o governo vai te ressarcir de alguma forma, agora se o seu negócio vai a falência, problema é teu, sabe? Se sua birosca é nojenta e ninguém vai, problema é teu, ou você arruma dinheiro pra reformar essa birosca ou ela vai fechar. Eu acho que isso me preocupa bastante, sabe? [...] O processo de gentrificação aqui é muito claro, sabe? **Você vê por exemplo, que as biroscas vão fechar, e vão abrir Belmontes<sup>111</sup>, sabe? Vão abrir restaurantes de Ipanema, sabe?**

<sup>111</sup> O Boteco Belmonte, anunciado em seu portal oficial como “O Boteco dos botecos”, é uma rede de bares de referência gastronômica pelos seus petiscos e menus que trazem pratos típicos do Oriente Médio, citados no Guia Quatro Rodas, por exemplo. Suas filiais são concentradas em bairros da Zona Sul da cidade, como as localizadas em Ipanema, no Leblon, Jardim Botânico, Copacabana, Urca e Flamengo, além da Lapa.

[Entrevistadora:] Pequenos hotéis também vão ser substituídos por redes que têm maior capacidade e maior visibilidade...<sup>112</sup>

[...] Mas... É, ai... Eu não quero falar, eu não quero citar n[omes]... [risos, como que sem graça...]

(Entrevista com monitora do Meu Porto Maravilha, realizada em maio de 2013)

**Figura 59:** Subida do Morro da Conceição (Ladeira João Homem) com placa do projeto “O Morro e o MAR”



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Maio/2013)

Ainda que o silenciamento da continuidade de sua fala tenha algo a nos dizer, a respeito do que pode e o que não pode ser pronunciado, sobretudo em um território controlado pelos agentes oficiais da “revitalização” do Porto Maravilha, fica o marco também de um discurso permeado por preconceitos e depreciação dos pequenos negócios locais, denominados como “biroscas” (como podemos ver na Figura 61). Apesar disso, os exemplos explicitados na fala acima convergem para que façamos uma pequena observação, ao pensarmos na vazão de medidas como a Incubadora de Empreendimentos Populares (com apoio da Incubadora Afro Brasileira), que em parceria com o SEBRAE/RJ (que é, por sua vez, parceiro dos agentes oficiais, como pode ser visto embaixo da Figura 62, que apresenta os “apoios”) abriu cem vagas para a pré-incubação de empreendimentos nas áreas da indústria, comércio e serviços delimitados geograficamente na Zona Portuária. Com o oferecimento de cursos gratuitos para os selecionados, como uma proposta de qualificar os que se enquadrem nos pré-requisitos e sejam aprovados nas quatro etapas do processo seletivo

<sup>112</sup> Aqui fazíamos referência à chegada da rede Ibis, por exemplo, de porte e gabarito internacionais, e também da rede Novotel à Zona Portuária recentemente. Ambas são redes hoteleiras reconhecidas pela excelência e qualidade de seus serviços, especialistas no turismo corporativo, comportando uma estrutura que inclui centro de convenções, bares e restaurantes e próprios.

por meio de serviços de: - Infraestrutura (Escritório e sala de reuniões, centro de estudos, acesso à Internet, espaço para exposição de produtos e serviços, participação em feiras e eventos); - Formação (cursos em gestão de negócios); - Consultorias especializadas em Direito, plano de negócios, marketing, contabilidade, finanças, administração e crédito e - Assistência Técnica (visitas aos empreendimentos para apoiar a aplicação do plano de negócios). Serviços tais que nos levantam o questionamento do grau de *popular* que tais iniciativas apresentam – se é uma linguagem técnica demais, distante da cultura popular; se, ainda que as iniciativas sejam legítimas, oferecem de fato condições aos trabalhadores de pequenos negócios da Zona Portuária manterem-se de pé frente à avalanche de novos negócios de maior porte, considerando as possibilidades materiais de investimento dos trabalhadores locais.

**Figura 60:** Parte do Morro da Providência vista da Vila Olímpica da Gamboa



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Abril/2013)

Vemos, assim, uma tentativa de enquadramento (por meio do ensino de diretrizes que fixam as orientações a serem seguidas) e de “construção de uma imagem ‘asséptica’ e certinha da cidade [...], com o fito de atrair investimentos e turistas”, além de toda uma opinião pública, que está por trás do *marketing* urbano e da cidade enquanto uma mercadoria que traz o mesmo problema de qualquer outra *propaganda enganosa*, onde são exageradas as qualidades do *produto comercializado* e seus possíveis defeitos são escamoteados, conforme SOUZA (2002:302 e segs.), no estilo do que verificamos com a divulgação do Porto Vida Residencial, que superestima os benefícios vindouros, sem problematizar o entorno e o preexistente. No entanto, não estamos tratando de um produto ou de uma mercadoria que fique exposta em uma prateleira, mas sim da cidade enquanto um complexo sócio-espacial e,

mais especificamente, de uma realidade onde os sujeitos foram historicamente escanteados. O discurso crítico expõe uma comparação das expectativas postas sobre a Zona Portuária, que são comparadas com o padrão Barra da Tijuca, onde as próprias escolhas geográficas de onde cada novo equipamento ou construção vai se inserir não apenas desfavorecem, como também atropelam os espaços de resistência:

[...] Então, assim, tem um monte de prédio. Podiam derrubar todos os galpões da Zona Portuária e aumentar a rua pra lá. Mas não, eles aumentaram pra cá, pra tirar as pessoas da onde elas moravam. Por quê? Porque **eles querem botar prédios chiques, porque eles querem botar centros comerciais, porque eles querem fazer bairros onde eu mais tarde não vá poder andar, como hoje em dia eu tenho certeza que eu não posso ir pra Barra pra um *shopping center*.** Eles querem fazer aqui na zona portuária a mesma coisa que eles fizeram da Barra. Tem necessidade com tanta terra? Eu trabalho no Recreio e eu vejo a quantidade de terra que tem vazia! Não, mas eles querem tirar a Vila Autódromo do meio do caminho deles! Por que que eles não fazem uma revitalização dentro da Vila Autódromo? Por que que eles não fazem uma revitalização dentro do Morro da Providência? Porque **eles querem deixar o Morro da Providência caro, porque vão botar um bondinho lá em cima, entendeu? Porque eles vão cobrar pra que as pessoas vejam o Rio de Janeiro lá de cima. Então pra mim isso não é revitalização! Pra mim isso é expulsão das pessoas pobres!** Eles tão fazendo a mesma reforma que Pereira Passos fez no Rio de Janeiro, no Centro do Rio de Janeiro, onde as pessoas passaram décadas sem poder, pessoas de baixa renda, passaram décadas sem morar novamente no Centro do Rio de Janeiro, a não ser o Morro da Providência. Mas agora o que o Pereira Passos fez nos casarões eles querem fazer no Morro da Providência.

(Entrevista realizada com ativista e moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em maio de 2013)

**Figura 61:** Bar que seria classificado como “birosca”, localizado na Av. Rodrigues Alves, próximo à Rodoviária Novo Rio



Foto: Amanda Cavaliere Lima (Agosto/2013)

Ao perguntarmos sobre que tipo de mudanças, em termos de melhorias e prejuízos, essas transformações materiais sobre o espaço da Zona Portuária podem trazer, com o objetivo de levantarmos as percepções a respeito dos condicionamentos e influências da nova organização espacial na dinâmica, vemos que o projeto Porto Maravilha se revela em um grau de avaliação positivo apenas para quem é de fora do local, em termos de alocação em novas vagas de emprego, por exemplo, e também da *imagem* que se pretende passar para fora do perímetro do projeto e, sobretudo, para além da escala da cidade:

**[...] Então assim, cara, tudo o que eles tão fazendo não é pra resolver a vida do cidadão que vive no Rio de Janeiro, do morador do Rio. Tudo o que eles tão fazendo é pra que o Rio tenha outra imagem lá fora. Não é pra melhorar a nossa vida, enquanto moradores, pagadores de impostos do Rio, entendeu?** Mas sim pra que as pessoas lá fora tenham outra imagem do Rio.

(Entrevista realizada com ativista e moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em maio de 2013. Grifo nosso)

**[...] Então, às vezes a gente pergunta: “Até aonde isso tá bom? Será que isso não é obra apenas pra gringo ver, por causa agora da Copa, Olimpíadas? E quando isso acabar? Como é que nós vamos ficar?”.** Então não é sabe... Pra quem tá vindo de fora, po, mil maravilhas! Mas pra você que tá aqui no dia a dia... **[...] Então é muito bonito, pra quem tá de fora, tá batendo palma,** esse Museu... Maravilha! **Pro morador? Aonde?** Né, porque o morador ali tem dias certos ali de entrar, que é grátis... Tá bom. **Eles quando vieram pra cá fecharam as reuniões conosco dizendo que ia aproveitar muita mão de obra nossa, e hoje temos um trabalhador só trabalhando, porque será que todos que mandaram pro Rio, ninguém se enquadrava? Aí você vai no Museu e os funcionários de lá, sua maioria são de Espírito Santos, Minas Gerais, Vitória, porque a diretora tal que veio de Vitória trouxe a equipe dela e botou aqui.** Então, é o que eu to tentando dizer, pra quem tá de fora, vindo com os olhos da beleza, tá lindo, mas pra nós que estamos aqui, não é essa maravilha não.

(Entrevista realizada com Diretora-Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição [AMAMCO], realizada em junho de 2013. Grifo nosso)

A mesma moradora local que faz a crítica acima – moradora essa que não apenas habita a Zona Portuária há mais de 50 anos como também tem seus laços familiares e suas raízes vinculadas ali (com uma mãe de 78 anos nascida e criada ali, sua avó, já falecida, também) – aponta que investimentos que não gerem repercussão, que não ganhem uma visibilidade na mídia, não são realizados, cabendo às associações comunitárias se desdobrarem para promover atividades locais aos seus moradores, a duras penas, diga-se de

passagem. Sobre o referido museu (o MAR), enfatiza-se que é um objeto cultural não voltado a atender às expectativas locais – à medida que ninguém visitará as mesmas exposições diversas vezes, e as atividades promovidas, divulgadas por meio dos discursos oficiais com uma perspectiva de “integração” e “interação” com a população local, na realidade são para um público muito mais específico, de classe média, intelectuais e turistas, demarcando a elitização do espaço.

**Figura 62:** Anúncio da Incubadora de Empreendimentos Populares

Fonte: <http://blogportomaravilha.com/2013/05/03/negocios-fortes/#comments>

[...] É por eles não se importarem nada com os jovens e com as crianças... Aí quanto à associação, hoje nós temos 100 crianças no balé, já dividimos em 3 turminhas, essa agora que é de 5 aninhos, outra de 6 a 9 [anos], depois a de acima de 10 [anos] – tudo feito por nós. Eu tenho hoje [aula] de capoeira aqui pra criança, eu tenho *muay thai* pros adolescentes, eu tenho aeroboxe, eu tenho dança de salão pra terceira idade. Isso não é prioridade pra eles, prioridade pra eles é fazer uma obra pro gringo ver pro governo, porque eu custear um balé quem vai ver? Só os moradores daqui, né? **Não dá ibope, é mais fácil fazer aquele museu ali. No primeiro dia foi lá todo mundo, mas acabou.** Você não escuta mais ninguém falar: “Vamo[s] no museu?”. **No começo eu fui lá, né... Achei legal, tinha uma exposição de favelas, né?! Mas depois que eu vi, acabou, perdeu a graça, não se renova... Aí de vez em quando eles botam um debate... Pô, debate é pra intelectual, não é pro povão!** Sabe, é o que eu digo, essa obra beneficiou algumas coisa, tá, legal, mas o maior beneficiado mesmo foi a elite, só eles saíram batendo palma. O povão continua na mesma.

(Entrevista com moradora que exerce papel e cargo de liderança comunitária na AMAMCO, realizada em junho de 2013)

Donos e gerentes de restaurantes e bares locais – ainda que apontem o enfrentamento de sérios problemas com um planejamento mal feito, que não incluiu, por exemplo, as necessidades de descarga de mercadorias, sem a previsão de construção de estacionamentos para tal finalidade e a proibição expressa de caminhões, ainda que de pequeno porte, pararem nas proximidades dos estabelecimentos comerciais, sob a ameaça constante de multas, em um processo que se dá sem a possibilidade de diálogos e negociações, mas marcado por “abusos de poder” por parte de guardas municipais e policiais empenhados em manterem a “ordem” e de garantirem a segurança nos arredores do MAR, que chegam diariamente para se alimentarem ali gratuitamente – também afirmam essa mudança de conteúdo social no ir e vir da Zona Portuária “renovada”.

A única coisa é que tem o transtorno das entregas. [...] [D]everia ter sido planejado o estacionamento... Então se você perguntar pra qualquer comerciante, vão ter a mesma dificuldade... **Tem que ficar todo dia lá pedindo** [autorização aos guardas], [é] **uma humilhação**. Se deixar o caminhão eles multam, e ainda me ameaçaram de levar o caminhão. Eu falei: “Como assim? Se o caminhão tá todo ok, como é que você quer levar?”. E outra coisa, tem que ficar dando sempre encomenda pra eles, todos os dias. E quando você precisa deles... Quer dizer, pra dar comida tá aí... É complicado! E os telefones que eles dão pra gente, ninguém atende. Aí todo dia é um guarda municipal diferente. [...] Só por causa disso, mas o restante é tranquilo, **até trouxe um público diferente, entendeu?**

[Entrevistadora] Que público é esse, qual o caráter desse público?

**Um público melhor, né, do que o pessoal que mora aqui na área. E quem frequenta mais é o pessoal de segunda a sexta-feira, e no sábado são frequentadores do Museu, são turistas. Então pra gente, espero que tenha mudado mais ainda, porque deu uma melhorada.**

(Entrevista com gerente do Restaurante Maravilha do Porto, localizado em frente ao MAR, realizada em Maio de 2013. Grifo nosso.)

Ainda a respeito do MAR, o Coletivo Projetação realizou uma intervenção, onde os discursos davam-se no mesmo tom já verificado, criticando quem são os reais beneficiários das obras, dos projetos, das leis e das transformações que vêm sofrendo a Zona Portuária. Em visita do governador Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes ao museu no dia 15 de agosto de 2013, junto a representantes dos principais museus do mundo, manifestantes do lado de fora chamavam a atenção dos convidados denunciando a venda da cidade e as relações obscuras entre os governos municipal e estadual e empreiteiros, por meio de frases como “Rio de Janeiro *is on sale for big companies*” (Figura 63). A contrapartida foi a repressão por parte da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), com a truculência usual praticada todas as vezes que ocorrem mobilizações que colocam em evidência das contradições dos

discursos oficiais. O Coletivo realizou suas intervenções tanto no teto do museu quanto em uma das obras expostas – a que mostra a réplica de uma favela.

**Figura 63:** Intervenções do Coletivo Projetação no MAR



Fotos: Coletivo Projetação (15/08/2013)

Existe, portanto um questionamento latente a respeito de quem será beneficiado com todos os projetos, onde diversos agentes de fundamental importância são camuflados pelos discursos que referenciam o padrão de embelezamento, o plano paisagístico e o culto ao estético – que alimentam o imaginário triunfalista de quem quer construir uma “Cidade Olímpica”, tão propagandeada no entorno das obras presente na Zona Portuária. Cidade essa onde a todo custo tentam esconder os conflitos e dissensos que aparecem, como se estes não fossem inerentes à prática do fazer político. Podemos ver também na placa que apresenta o Rio de Janeiro como Cidade Olímpica e, logo em seguida, uma crítica em forma de pichação através do grafite com as palavras “Para quem?” (Figura 64). Não conseguimos uma boa imagem, mas a sequência da mesma placa localizada na Zona Portuária, sobre tapumes que isolavam as áreas das obras em frente a um trecho da Perimetral, trazia outra pergunta com o piche: “Para Eike (Batista)?”.

Fica não só a reflexão como também a certeza de uma não alienação aos processos empreendidos na cidade por parte das camadas pobres. E queremos ilustrar tal fato com algumas ações de movimentos sociais e organizações que os apoiam, que têm elaborado e realizado estratégias de territorialização para marcarem a ocupação do espaço conquistado pela luta popular que será destinado ao Projeto Quilombo da Gamboa, enquanto os entraves burocráticos dificultam e atrasam o início das obras. Por meio da promoção de eventos, como os referidos abaixo por meio dos cartazes de divulgação – Festa Junina, promovida pelo

Projeto Quilombo da Gamboa (Figura 65), e Copa Popular, organizado pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas – reforça-se os vínculos identitários por meio de uma festa da cultura popular (que foi construída coletivamente por meio do pedido para que os companheiros que chegassem ao local levassem um prato de doce ou salgado), e de um evento esportivo, que mobiliza crianças, adolescentes, jovens e adultos, valendo-se do mesmo nome dado ao evento em forma de espetáculo oficial organizado pela FIFA, buscando, por meio de tais estratégias, um reforço das conquistas da luta popular, a manutenção de atividades que movimentem o terreno, não deixando-o parado enquanto a burocracia atrasa ainda mais o início das obras e a destinação à moradia e também chamar a atenção para a importância do controle igualmente popular do referido espaço, mas um espaço que encontra-se aberto, com íntima proximidade e contato com a rua, convidativo ao público que apoia a permanência na área central da cidade de trabalhadores e trabalhadoras hiperprecarizados.

No próximo sábado, dia 15/6, as famílias e organizações que compõem o Projeto Quilombo da Gamboa realizarão sua festa junina! **Todas as pessoas que apoiam a luta por moradia na cidade estão convidadas a comemorar a grande vitória pela aquisição do espaço onde as famílias estão lutando para construir seus lares. Trata-se de uma situação especial e fruto de muita luta, pois é um dos pouquíssimos conjuntos de habitação de interesse social que pode ser construído no centro da cidade nessa época de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras da área da Zona Portuária.**

A festa começará a partir das 17:00 horas e será feita no próprio terreno (Rua da Gamboa, próximo ao número 353). Além do forró e das outras músicas típicas da época, terão brincadeiras com crianças e adultos e comidas juninas. **Venham apoiar a luta por moradia popular na área central!**

(PELA MORADIA, 2013. Grifo nosso)

A Copa Popular (Figura 66), promovida pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, em uma data extremamente simbólica para o Brasil, na abertura da Copa das Confederações 2013 (em 15/06/2013), trazia o anúncio de que “uma outra Copa estará acontecendo no Rio de Janeiro”. Por meio da construção de um símbolo próprio, através de um personagem negro do folclore brasileiro (o “Saci Pererê”), contrastando com o mascote oficial da Copa da FIFA (denominado de “Fuleco”, personagem que representa um tatu bola de olhos verdes) – símbolo também da forte capitalização do evento, que veste “camisas” de grandes marcas (como a Coca Cola), e cuja presença nos produtos com o selo oficial já custam fortunas, sendo vendidas por meio de transações online na loja oficial da FIFA, com uso de cartões de crédito na bandeira Visa, para citar alguns exemplos –, segue a proposta para a promoção do evento:

**Um campeonato que quer promover a integração das comunidades ameaçadas por esse projeto de cidade que exclui a população de baixa renda do Rio de Janeiro. Providência, Santa Marta, Salgueiro, Indiana, Muzema, Vila Autódromo, Vila Recreio II e muitas outras comunidades estarão presentes! [...] No dia vai ser lançado o saci como Mascote Popular da Copa! O saci é *copyleft*<sup>113</sup>, vai poder ser vendido nos mercados populares e pelos ambulantes. [...] Quilombo da Gamboa foi o nome escolhido pelos futuros moradores do conjunto que será construído na zona portuária, bem no centro da dita revitalização do Porto Maravilha, em frente à Cidade do Samba. Local conquistado com muita luta e mobilização e que será palco da Copa Popular!**

(FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2013)

**Figura 64:** Fachada que cercava uma área interdita para construção do Binário do Porto.



Foto: Arquivo Laboratório de Cartografias Insurgentes

Com uma localização extremamente estratégica (Figura 67), encravada no coração da Zona Portuária, em frente à Cidade do Samba, a alguns metros da UOP – Porto Maravilha e próxima à estação de teleférico que dá acesso ao Morro da Providência e à Vila Olímpica da Gamboa, no melhor estilo de “finçar bandeiras e ressignificar o espaço” (SOUZA & TEIXEIRA, 2009), o discurso das resistências vem se apropriando de usos legitimamente populares para darem o recado de que o projeto de construção dessa “Cidade Olímpica” – tão

<sup>113</sup> O “*copyleft*” aparece como uma subversão ao termo “*copyright*”, que atribui a exclusividade à autoria de criação de algo a alguém, ou a grandes empresas, instituições ou marcas – o que delimita a restrição de seu uso e reprodução, por meio de uma licença fechada, cujos direitos são todos reservados. Um exemplo é justamente a marca da FIFA, que mencionamos acima, que estabelece o “*todos os direitos reservados*” – o que impede a distribuição das suas obras. O *copyleft* prega justamente o contrário, a liberação do uso, permitindo a livre circulação de algo com vista ao favorecimento da sua expansão e propagação, de forma mais aberta e com a permissão de sua modificação.

propagandeado – não os representa, nem os inclui, além de ter custos extremamente altos, que não presumem “apenas” os elevados preços e os gastos exorbitantes para a reforma de estádios, por exemplo, mas também carregam um rastro de ausência de escutas e de convite a um envolvimento real, não cooptador, nem manipulador.

**Figura 65:** Convite da Festa Junina do Quilombo da Gamboa



Fonte: Blog do coletivo Pela Moradia

**Figura 66:** Slogan da Copa Popular Contra as Remoções e Jogo na Copa Popular Rio, com faixas “Não à remoção”

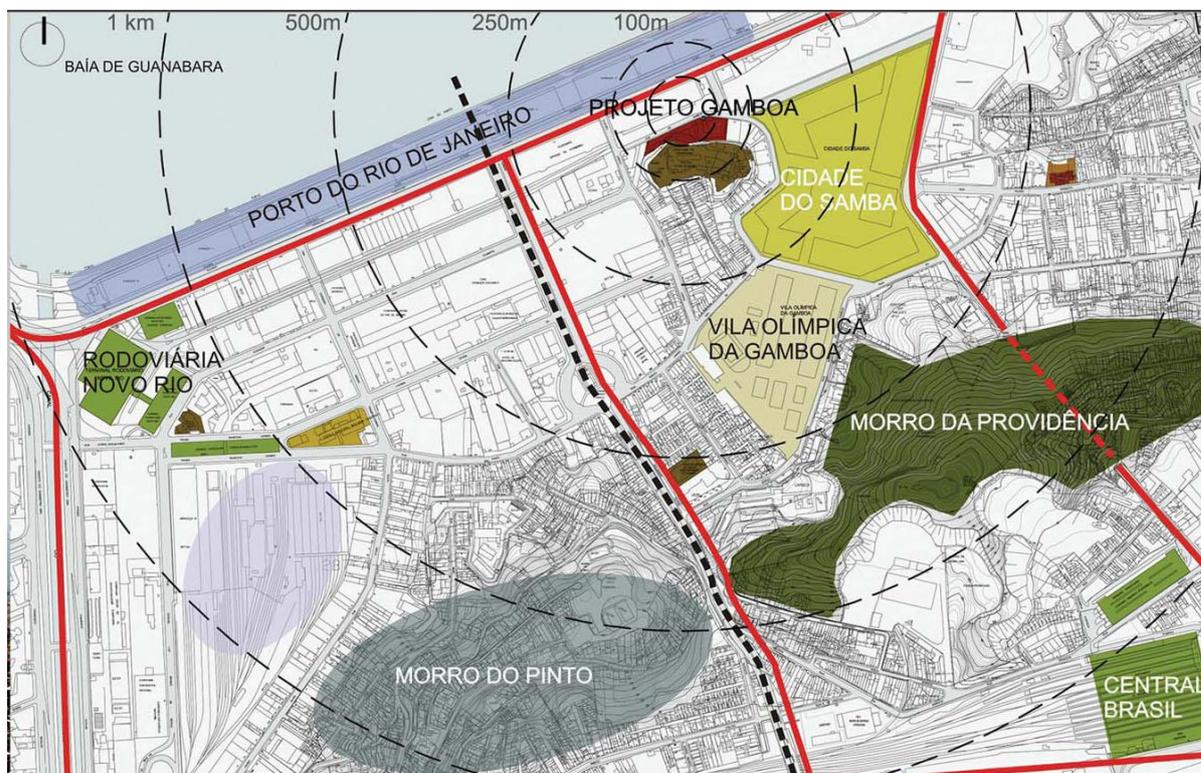


Fonte: Portal eletrônico do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas e [agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br)

Em função disso, gostaríamos de ressaltar alguns discursos que justamente são colocados na contramão dessas relações de poder (e de saber) que se dão de forma autoritária e restritiva à participação popular. Cabe inicialmente, no entanto, estabelecermos uma breve distinção quanto à natureza e a gênese entre alguns discursos dentro do próprio grupo dos excluídos, a respeito do seu grau de questionamento e suas implicações, que puderam ser

percebidas na prática da pesquisa empírica, partindo das reflexões contidas em SOUZA (2009c).

**Figura 67:** Mapa de localização do Projeto Quilombo da Gamboa



Fonte: Chiq da Silva Escritório de Arquitetura (2010), disponível em: <http://www.chiqdasilva.com/>

Por exemplo, tanto do ponto de vista do horizonte estratégico, quanto do ponto de vista programático, do ponto de vista do grau de ambição e do ponto de vista de dinâmica, os discursos de ativistas da Ocupação Quilombo das Guerreiras (OQG) apresentam uma distinção daqueles da Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição (AMAMCO). Essa distinção guarda, em sua essência, aquilo que entendemos ao diferenciar um movimento social, como classificaríamos a ocupação de sem-teto, de um ativismo de bairro, como concebemos a associação de moradores. Sem querermos desvalorizar agentes e práticas, cada qual com sua relevância, seu modo e suas escalas de ação, as ações coletivas da AMAMCO expressam-se por meio de uma organização mais verticalizada, pautada por meio de uma hierarquia e que, por melhores que sejam suas intenções, por mais ativa e atuante ela seja em prol do grupo de moradores que representa e por maior que seja seu vínculo e proximidade com a população envolvida no Morro da Conceição e na Saúde ou sua leitura crítica ao projeto de “revitalização” (questionando, inclusive, o que se denomina por “Zona Portuária” pelos discursos oficiais – que simplesmente excluem o Caju do alvo de

intervenções, ainda que o bairro legalmente seja parte da AP1), ela mantém uma estrutura que distingue dirigentes de dirigidos, partindo de um planejamento e gestão de seus espaços com uma visão “estadocêntrica”, por meio das expectativas que são postas sobre o aparelho estatal e as frustrações quanto à sua ausência ou incompetência (como foi relatado, por exemplo, por ocasião do Porto Maravilha, sobre a construção de uma rampa de acesso para cadeirantes, que poderiam ajudar uma moradora de 105 anos que vive no local, no entanto a rampa tem alguns centímetros inapropriados do chão, demandando a presença de alguém para ajudá-la nas subidas e descidas, ou sobre a promessa nunca concretizada de construção de uma quadra poliesportiva no Valongo, ou, ainda, por meio da colocação de postes novos, mais “modernos”, mas mal projetados, no meio das calçadas estreitas, e enormes em largura, onde também ficaram parafusos para fora e deixaram abertos buracos na pedreira, para onde mina água, que viraram foco de dengue).

Sem nos delongarmos em tais fatos, queremos colocar ênfase nas experiências particularmente ambiciosas da OQG (inclusive de onde sairão parte dos moradores que irão habitar o local do projeto Quilombo da Gamboa), visualizadas pelos seus próprios discursos, que corroboram uma outra visão de mundo, assim como outros vínculos com o espaço, outras formas de sociabilidade e, conseqüentemente, ações coletivas que se inclinam muito mais para a transformação das relações sociais e dos processos de produção do espaço. Inclusive, como vemos na Figura 68, atuam com um esforço para desmistificar palavras ditas a respeito da ocupação e dos sem-teto, carregadas de estigmas sócio-espaciais, como se eles quisessem “mordomias”, sem pagar pelo espaço que ocuparam e que pertence, no papel, a outros donos – “mordomia” essa que só pode vir de palavras de quem somente vê de longe, de uma realidade completamente extrínseca à vivência da OQG, já que quem olha de perto e de dentro enxerga um dia a dia de muitas lutas, submetido a cortes de energia elétrica e de fornecimento de água, além das muitas ameaças de despejo e dos enfrentamentos devido ao rolo compressor do projeto Porto Maravilha. Não apenas empenhadas em preencher os vazios deixados pelas omissões e ausências públicas governamentais, essencialmente *contra* o Estado (SOUZA, 2010b). As experiências descritas, a própria forma de apresentação da OQG, uma com uma estrutura horizontalizada, onde nenhum dos membros se intitula enquanto uma liderança, à medida que, segundo os próprios ativistas, eles se autorrepresentam, “[...] não existe representante, existe o “presentante”, que é aquele que está presente” (SANT’ANNA, 2012).

Além disso, longe de apenas criticarem os feitos e projeções, moradores locais apresentam discursos propositivos, entendida enquanto um movimento social emancipatório,

fundada sobre os princípios da liberdade, justiça e igualdade, e tendo um horizonte de pensamento e ação que se constitui no questionamento profundo da ordem sócio-espacial vigente e na luta por sua ultrapassagem, a OQG possui práticas insurgentes, no sentido de que não atuam servindo à coerção, à dominação e à imposição de cima para baixo e de fora para dentro, mas na direção oposta, buscando meios que cheguem à emancipação, à autodeterminação, ao autogoverno e à instituição livre do *nómos* pelo corpo de moradores – conforme explicitado em LIMA (2010).

**Figura 68:** Faixas na entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras



Fotos: Pela Moradia (Março/2013)

De acordo com entrevista apresentada na Revista Território Autônomo, Ângela Moraes – moradora e importante ativista da OQG – aponta que a busca pela satisfação das necessidades passa por um respeito ao grupo, ao coletivo de moradores, ao mesmo tempo em que também inclui as demandas pessoais, sem que nenhuma das duas venham ferir uma a outra, por meio de uma luta que extrapola a materialidade imediata (a necessidade de uma moradia digna), mas que ergue outras bandeiras, que contribui para a discussão de uma sociedade menos desigual, injusta, individualista e competitiva.

[...] **[T]odas as questões são resolvidas coletivamente, todas! Todas são passíveis de discussão em Coletivo.** Então se ela causa problema para o Coletivo, vamos tentar arrumar uma solução que a gente não perca aquele companheiro, mas também satisfaça o Coletivo para continuar com sua segurança e sua tranquilidade, **que não agrida nenhuma das duas partes.** [...] Eu acho que para o mundo é isso, é possível viver junto, é possível se organizar, é possível ser coletivo, não ter liderança, é possível tanta coisa que a sociedade desconhece. Isso é possível. Acho que essa é a grande ideia pela qual eu queria ver várias ocupações lutando. O Rio de Janeiro estaria diferente! Porque você acaba influenciando as pessoas. A Quilombo, ela é fatalmente marginalizada por muita gente que passa, mas muitos camelôs nossos trabalham aqui na calçada e quando o cara pede um refrigerante ele pergunta o que é isso aqui? **O camelô que mora aqui, ele não vai dizer que**

**é uma ocupação, ele vai dizer é a casa dele.** E você acaba tendo um contato, explicando porque se ocupa, porque vai, porque mora aqui, como é a organização e você vai difundindo isso para sociedade, que **é possível se organizar, que é possível resgatar algumas coisas, não só a moradia, mas uma preocupação mais plural com a saúde. Outras lutas que a gente procura estar ingressando: saúde, educação, outras lutas que também são nossas e a gente também participa e está junto. Mas eu acho que essa é a ideia, a ideia de podermos nos organizar coletivamente e que temos força.** Porque na história, todos os fracassos históricos foram em decorrência do povo achar que não tinha força, ou ser manipulado ou conseguir determinadas revoluções mas as lideranças se corromperam, as lideranças se venderam e talvez esse seja o nosso medo. Aquilo que a gente quer deixar para a sociedade do Rio de Janeiro é que é possível não ter liderança. A gente também não tem problema com a palavra liderança, temos problema com a palavra dirigente, porque liderança nós temos várias aqui dentro. Lideranças informais, tem uma pessoa que puxa uma liderança mais pra manifestação de rua, outra puxa uma liderança mais para educação. [...] **Acho que faz parte do crescimento do coletivo, identificar que ninguém manda aqui, não é uma pessoa só que manda. Isso é maravilhoso, perceber o quanto o coletivo cresce e eu queria uma sociedade assim, onde a gente pudesse se organizar coletivamente, descobrir que a gente não precisa competir com o outro. Porque a gente é estimulado a competir desde pequeno, mas o outro é nosso companheiro, pode ser nosso companheiro, deve ser nosso companheiro, que a gente deve crescer junto.**

E a gente tem percebido isso aqui na Quilombo e tem sido tão prazeroso! **Depois de estar aqui, os companheiros que foram trabalhar, descobrem um local pra trabalhar e avisam para o outro. Os companheiros estão fazendo universidade agora, enlouquecendo junto com os textos, com os trabalhos e isso é tão bacana!** Você descobrir que não precisa competir com o cara, não está competindo, você está crescendo junto, você está partilhando aquilo que você sabe e essa sociedade dentro do universo capitalista que estimula a gente a competir é uma sociedade que tem que ser destruída. Eu espero que um dia a gente possa estar discutindo isso e ganhando espaço para discutir essa coletividade, essa riqueza de trabalhar com a coletividade e com o coletivo para essa sociedade.

Esse outro horizonte de pensamento e ação, que marcam a condição distintiva de contestação de um movimento social das estruturas vigentes, permite que sejam contestadas também “as *ordens discursivas*, tornando-se, via de regra, polos de produção consciente de novos discursos”, de acordo com TEIXEIRA (2009), onde a OQG é um exemplo de que, ao ter como palco de sua ação a cidade do Rio de Janeiro e possuir como foco de referência identitária o seu espaço (o bairro do Santo Cristo, na Zona Portuária – localizado na área central da cidade), acaba por “atrelar fortemente a sua produção discursiva a essa espacialidade”. Demonstra também o quanto a organização espacial pode influenciar e contribuir para melhorias significativas das relações pessoais e de transformações para melhor, a caminho de um autêntico desenvolvimento sócio-espacial. Isso por meio de práticas

espaciais insurgentes, conforme SOUZA (2010b) estabelece a tipologia, e veremos a seguir: Por meio da refuncionalização (a concessão de novos usos por meio da adequação de formas espaciais já existentes: o prédio que antes funcionava como escritório da Cia. Docas e estava há anos abandonado e que serve hoje de moradia, contando com espaços de produção de alimentos – uma cozinha coletiva –, de estudo, como a biblioteca, de lazer, como os pátios interno e externo que servem para as brincadeiras e atividades culturais das crianças e adolescentes, além de abrigar as festas organizadas pela ocupação, etc.) e da reestruturação do espaço material (produção de formas espaciais novas, ainda que em escala diminuta, por meio da adaptação das estruturas do espaço para se tornar um espaço de moradia – por exemplo: colocando divisões entre apartamentos). Por meio de uma revitalização de espaços, e, desta vez, colocamos sem as aspas, diferindo daquela “revitalização” proposta e implementada pelos discursos oficiais e difundida por um planejamento urbano conservador (que incluem processos nos quais bairros pobres são submetidos a uma elitização e tornados úteis para propósitos capitalistas, como se antes esses espaços – como a Zona Portuária do Rio de Janeiro – estivessem presumidamente “mortos”, o que contrasta não só com as práticas insurgentes, mas também com práticas sociais cotidianas e comuns, realizadas por outros agentes sociais, como, por exemplo, a própria ocupação do espaço público das ruas por crianças de escolas públicas após o horário escolar, mas ainda uniformizadas, jogando futebol na rua ou andando de *skate*, demonstrando a vitalidade existente mesmo sem a concretização das promessas de quadras esportivas, como podemos ver na Figura 69). Já que nessa praticada por agentes sociais insurgentes (os sem-teto) passa-se a assumir o controle de espaços “abandonados” (prédios vazios, servindo à especulação imobiliária e aguardando a tão sonhada valorização, que está chegando ao local com o Porto Maravilha, por exemplo) com a finalidade de lhes dar alguma função social legítima, trazendo, de fato, novamente vida e movimento àquele espaço.

Por meio também da construção de circuitos econômicos alternativos (nem o circuito superior, nem o circuito inferior de Milton Santos, mas através da proposição de cooperativas populares de produção – de chinelos e de alimentos, por exemplo –, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas para sua implementação, incluindo a falta de recursos prévios para investimento, mas também a manutenção constante da produção sem equipamentos suficientes para tal finalidade). Por meio da territorialização em sentido estrito, que se dá com a “apropriação” e o controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física, onde há, 24 horas, por dia uma vigilância na entrada da ocupação, contribuindo, inclusive, para a redução da quantidade de assaltos em seu entorno. E por meio da ressignificação de “lugares”,

da “lugarização”, que seria o estabelecimento de novos significados às relações sociais e ao próprio lugar através da construção de imagens espaciais mais positivas<sup>114</sup>.

**Figura 69:** Crianças jogando bola na rua, em frente ao antigo Hotel Barão de Tefé, e andando de skate na Rua Santo Cristo



Fotos: Amanda Cavaliere Lima (Maio e Abril/213)

É o que podemos ver por meio da Figura 70, com cartazes afixados na entrada da OQG que dão outro sentido às palavras “Porto” e “maravilha”, cuja acepção tem a ver com o olhar de cada um, ressaltando que “A maravilha do Porto é a nossa moradia”, carregada de “histórias, nossas histórias, dias de luta e de dias de glória” (como diz uma canção do Charlie Brown Jr.). E também na Figura 71, que apresenta um cartaz de divulgação de evento em solidariedade à Ocupação, cujo título “Abraço na Ocupação Quilombo das Guerreiras” já remete ao vínculo de afetuosidade que é um marco na ressignificação daquele espaço de referência identitária, “Minha casa me abriga, Minha casa minha briga”, em um jogo de palavras com o programa “Minha Casa, Minha Vida”, delimitando o suor para manter-se de pé mesmo em meio aos materiais e equipamentos das obras do Porto Maravilha adentrando pelo seu terreno (Figura 72).

<sup>114</sup> Baseando-nos em SOUZA E TEIXEIRA (2009), concluímos em LIMA (2010) que “[...] ocorre também a transformação do olhar dos sem-teto sobre si e sobre o espaço ocupado, preenche de significado de uma construção efetivada coletivamente, de lutas e conquistas sociais, agora agradável e aprazível para a maioria dos seus moradores. Assim, o sentimento de pertencimento, a identificação com o lugar vivido, contribuem também para uma melhoria da qualidade de vida dos sem-teto.”

**Figura 70:** Cartazes afixados na entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras ressignificando o espaço por meio de palavras



Fotos: Pela Moradia (Março/2013)

**Figura 71:** Cartaz de divulgação do “Abraço na Ocupação Quilombo das Guerreiras”

**abraço** na  
**Ocupação Quilombo das Guerreiras**



**9/3 (sáb)**  
a partir das  
**15h**

Av. Francisco Bicalho, 49  
Próx. da Rodoviária  
Novo Rio

**PROGRAMAÇÃO**

**Shows:**

- < DJ Castro >  
(do B'Negão SoundSystem)
- < El Efecto >
- < Repper Fiel >
- < PH Lima >
- < Banda Corisco >

**Lançamento do curta**  
"Mulheres Guerreiras"

**Exposição de fotos**  
"Tudo isso é nosso"  
(fotos de Alvaro Riveros)

- >>> Caldos liberados
- >>> Venda de bebidas

**minha casa me abriga**

**minha casa minha briga**

Fonte: Material digital divulgado pela Ocupação Quilombo das Guerreiras (Março/2013)

**Figura 72:** Obras do Porto Maravilha interferindo na Ocupação Quilombo das Guerreiras



Fotos: Pela Moradia (Março/2013)

Conforme relatamos em LIMA (2010), por meio de uma avaliação desses “laboratórios” de conscientização e organização para uma reforma urbana (não simplesmente urbanística), há a construção de “espaços de esperança”, que se dão por meio do enfrentamento a um IPTU progressivo nunca aplicado àquele local, a uma redução da disparidade infraestrutural – à medida que uma parcela pobre da população apropria-se de uma área da cidade que é servida de infraestrutura física e social –, diminuindo, assim, as disparidades sócio-econômico-espaciais intraurbanas existentes e latentes na metrópole carioca, e, ainda, por mecanismos mais democráticos de planejamento e gestão da cidade – inseridos no seio de uma sociedade heterônoma –, experimentando a possibilidade de uma democracia radical e direta, pautada em princípios autogestionários onde quem ali vive controla e comanda coletivamente, por meio de normas estabelecidas e plenamente passíveis de revogação a qualquer momento, o próprio substrato espacial em que residem e que compartilham.

Um exemplo claro disso, que reforça a identidade sócio-espacial que precisa ser considerada nas intervenções sobre aquele espaço, as marcas imateriais e os vínculos que se estabelecem pelos agentes sociais que ali habitam, trabalham, estudam, vivem e participam também da produção do espaço urbano, fica registrado com a fala de uma moradora da OQG durante uma exposição no Seminário “Moradia é Central”, realizado no auditório da Caixa Econômica Federal no dia 16/06/2009. Sintetiza as mudanças sócio-espaciais fomentadas, em um misto de sentimentos, desejos e sonhos que são desenvolvidos junto ao lugar de moradia e ao próprio modo de viver coletivamente na ocupação, demarcam que as conquistas sociais não devem ser manipuláveis, com ofertas que contribuam para um reforço da separação de usos na cidade e, sobretudo, para uma acentuação da segregação sócio-espacial, empurrando

para longe uma parcela da população que está enraizada na Zona Portuária e que não quer ser continuamente excluída dos discursos e das práticas consonantes:

Quando ocupamos um prédio não é para barganhar, pra ganhar uma casinha depois em Sepetiba... Mas é para morar! [...] A gente não troca aquele espaço por nenhum, né Cris?! A gente tem o sonho de ficar ali. [...] A gente que vem restaurando, a gente que vem limpando... [...] É um espaço que a gente quer ficar [...] É nesse coletivo que a gente quer viver. [...] A gente entrou pra edificar um lugar de qualidade. [...] Eu acho que isso é dar função social. [...] A gente vai brigar pra ficar ali, porque vai ficar muito bom [com a revitalização]! [risos] [...].

Para finalizar esta seção, amarrando o que acabamos de expor, transcrevemos uma fala apresentada no filme *Atrás da Porta*, por um morador que foi um dos últimos a sair da ocupação Zumbi dos Palmares, em 2011 (grifo nosso), antes do fato ocorrer:

**Eu acho que quando a gente ocupa um pedaço de terra, ocupa um prédio que tá aí abandonado, que tá aí aguardando pra ser vendido pela especulação imobiliária... Eu acho que a gente tá simplesmente retomando o que é nosso! Porque até quem construiu tudo isso ou foi os meus ancestrais ou pessoas, pessoas é... que veio, talvez nem da minha raiz genealógica, mas veio da mesma minha classe social. E se for a minha classe social e a minha classe social tá aí passando fome, e não tem moradia, ela tem é que tomar que aquilo tudo é dela. O papel pode tá dizendo que não é dela, mas o papel aceita tudo. Eu quero saber quem é que construiu tudo isso, quem é que construiu todas essas casas, prédios...**

## CONCLUSÃO

[...] Perigo  
 De enrolar a língua  
 E complicar as palavras  
 E muitos poucos entenderem algo  
 E ninguém dizer nada  
 E nessa conversa de pessoas iniciadas  
 A maioria observa (im)pressionada  
 Meia dúzia que faz pose e dá risada  
 Conceituadores de m[...] e mais nada  
 Perigo  
 De estar sendo vendido/comprado  
 Por algum mega empresário  
 E ser considerado morto  
 Para se pedir muito investimento  
 E ser revitalizado  
 Como se já estivesse sepultado  
 Pela cidade  
 A piada parece maldade  
 E não tem graça  
 Perigo  
 Um plano de estado  
 Fascismo declarado [...]

(Malditos Marginais, livre de autoria –  
 livre de propriedade, pirataria libertária)

Planos e estratégias de uma meia dúzia que faz pose e dá risada, enquanto a maioria observa (im)pressionada, sendo considerada sepultada, precisando ser “revitalizada”... O jogo de palavras que fala sobre o muito que é dito sem que muitos não entendam nada, pelas eloquências e conversas fechadas – é o que o trecho acima diz, extraído de um folder feito com recortes de palavras e recebido de um (ex-)morador da Ocupação Flor do Asfalto em dezembro de 2011, em uma aula do Curso de Políticas Públicas Viver na Zona Portuária: História, Memórias e Conflitos Urbanos, realizado na sede do Instituto Central do Povo, na Gamboa. Marcando as contradições e os dilemas desse Porto Maravilha e percebendo os diferentes agentes nele envolvidos, com papéis e direitos desiguais, o discurso crítico chama-nos a atenção para uma série de processos que têm ocorrido, em uma última avaliação crítica.

Reiterando as expectativas do “neoliberalismo urbano”, há uma venda de espaços da cidade (espaços que deveriam manter-se públicos, e não serem privatizados) a megaempresários, a terceirização das funções do Estado (por meio de PPPs, onde parte do tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro está sendo privatizada, controlada pela Concessionária Porto Novo e cercada por empresas de capital particular) e a flexibilização de determinações em favor do capital especulativo. Os mesmos espaços, no entanto, mesmo que

sejam delegados à administração e ao exercício do poder de sua organização por parte de seletos agentes sociais, deveriam ter sua função cumprida e voltada aos interesses da ampla sociedade, sem que projetos e empreendimentos tornassem-se mais importantes, valorizados prioritariamente e definidos de fora, enquanto existem homens e mulheres concretos, dignos de atenção, escuta, consideração e participação. Sim, a começar pelos que estão envolvidos nas obras, enquanto operários que “metem a mão na massa” e “estão sujeitos à poeira”, para citar apenas um exemplo, a quem são concedidos salários muito baixos, muitas vezes atrasados, sem direitos e garantias trabalhistas, sendo alguns submetidos a trabalhos em três turnos e à falta de uma infraestrutura adequada nas áreas de trabalho, sem banheiros suficientes, por exemplo – o que foi insumo para a realização de greves de mais de 3.500 trabalhadores envolvidos no Porto Maravilha, em fevereiro de 2013, frente à recusa à escuta e negociação dos patrões que alegam “inviabilidade econômica” (!) para tal, e sofrendo as retaliações e ameaças de quem não aderiu às paralisações, como mestres de obra e engenheiros. Esses mesmos operários que dão cabo ao projeto serão aqueles que, mesmo sendo fundamentais para a realização das reformas urbanísticas da “revitalização”, ainda que em situação de maior vulnerabilidade que outros trabalhadores, não poderão nunca obter o seu próprio espaço ali, pois não há previsão de criar espaços mais democráticos que reduzam as distâncias e a exclusão sócio-espacial existente. Mais ainda, porque tudo o que está sendo implementado de fora para dentro afetará, no entanto, as pessoas de dentro da cidade e, mais estritamente, as vinculadas à Zona Portuária e à Área Central do Rio, ali consolidadas e sobrevivendo como podem.

Catapultado pelo *boom* internacional de sua imagem, o Rio de Janeiro está passando por um intenso processo de transformações. Se por um lado o Brasil inteiro se alegra em ver a dinâmica positiva por que passa a cidade, com criação de empregos, geração de oportunidades e melhoria da autoestima dos cariocas, por outro, **chega a ser assustador o sentido comercial e a selvageria privatizante dessas mudanças. Qual o limite da comercialização da cidade e de seus atributos? Até onde a publicidade pode tomar conta da cidade e se sobrepor aos agentes e processos que a constroem?**

Depois do *frenesi* imobiliário (que tem expulsado muitos moradores da zona sul e do centro), depois de tantos recursos públicos transferidos para empresas privadas na PPP do Porto Maravilha, de remoções forçadas de favelas, da metáfora do processo em curso na cidade expressa no jogo Banco Imobiliário Cidade Olímpica (produzido pela Estrela com recursos da prefeitura), vender os nomes das estações de metrô pode até parecer normal... No limite, se a toada é esta, o próximo passo será vender os próprios cariocas?

(ROLNIK, 2013b. Grifo nosso)

Assim, vemos que no Rio de Janeiro, desde 1993, de acordo com COMPANS (2005), começou-se a busca pela criação de um “consenso social”, por meio de uma arte do convencimento, em torno da introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos e de prioridades supostamente “estratégicas” – estratégicas justamente para viabilizar a participação cada vez mais ampliada do setor privado na gestão de serviços e equipamentos públicos. Somado a isso, busca-se também a garantia da atratividade econômica da cidade, seja por meio de uma “obediência” a um dado padrão de comportamento dos atores locais<sup>115</sup>, seja por meio da introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos. Há uma forte semelhança com cidades norte-americanas e europeias para esse aumento da competitividade do sistema urbano, na criação de um “clima favorável aos negócios” para onde devem convergir os fluxos econômicos nessa “máquina de crescimento” em que se pretende tornar a cidade do Rio de Janeiro, aproveitando os ventos pré-2016 e na esteira de um megaprojeto de “revitalização” para atender a Área Central da cidade e sua porta de entrada.

Para tanto, o estabelecimento de acordos e alianças entre alguns agentes sociais tornou-se imprescindível, por meio de uma fábrica de palavras e discursos consonantes, consentidos e anuentes uns com os outros, além de – claro – muito eloquentes para alcançarem a visibilidade almejada.

Em duas palavras, a ideia de cidade como *growth machine* pode ser assim resumida: coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. **A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço** – a essência mesma de toda localização – **torna-se a peça-chave de uma situação de mobilização competitiva permanente** para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas sobretudo, **a fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos**. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos "movimentos urbanos": incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais.

(ARANTES, 2000)

---

<sup>115</sup> Tanto do poder público municipal, com uma unificação de discursos e práticas, quanto intramunicipal, por meio de diversas formas de controle daqueles que poderiam “subversivamente” atrapalhar a imagem de uma suposta coerência com aquilo que acontece na cidade... Mecanismos de manutenção desse controle dão-se, inclusive e, sobretudo, por meio da força, da difamação, dos silêncios impostos...

DEVALPO (2012) aborda como se faz uso da habilidade e da arte da retórica para justificar projetos e obras inúteis, à medida que “[...] não há necessidade de necessidades para fazer prosperar uma ideia!”. Utiliza-se de recursos como: o exagero, a façanha tecnológica para alimentar o orgulho nacional e ocultar os inerentes transtornos à população local, as promessas de geração de emprego, as consultorias “mestres na arte de sofisticar os relatórios até torná-los indecifráveis” – consequentemente desfazendo a possibilidade de interpretação dos mesmos –, o caminho das parcerias público-privadas (PPPs) para atar mãos e pés das coletividades públicas, o fornecimento de números apropriados (a despeito dos gastos estimados) – depois multiplicados por milhões de benefícios, “sem medo de flertar com o absurdo” –, a promoção de projetos ambientalmente corretos através de garantias de integração ecológica e paisagística, o evitar que os conflitos tenham visibilidade nos grandes meios de comunicação, o invocar de um “rigor tecnocrático” de especialistas diante de argumentos amadores, a difamação para sufocar as contraofensivas e, se não der jeito, a própria criminalização daqueles que se opõem ao trabalho dos construtores e planejadores, além do recurso à força pública (inclusive com uma inundação dos manifestantes em “nuvens de gás lacrimogêneo”, distribuição de multas etc.) e, o verbalizar de que “- você também tem direito a se expressar!”. Essa seria a “fórmula” (no estilo de receita de bolo), para a proliferação dos canteiros de obra urbanos, com concessões outorgadas pelas autoridades que chegam a mais de meio século, beneficiando empresas e acionistas com a promessa de décadas de prosperidade. E não é exatamente o que vem ocorrendo?!

Sem entrarmos no julgamento da utilidade do projeto Porto Maravilha – que não é o nosso alvo de análise, inclusive porque, mesmo se seguíssemos a pretensão (que tivemos inicialmente) de avaliação dos impactos do projeto oficial de “revitalização”, não teríamos nem materiais, nem tempo suficientes para isso, já que as obras estão em curso, e o progresso e os desdobramentos do andamento dele não poderiam ser medidos no curto prazo que tínhamos para a presente pesquisa – o processo é muito semelhante, incluindo os meios para se chegar aos fins desejados e considerando o uso da habilidade da retórica e dos recursos discursivos para justificá-lo e obter o respaldo e apoio tão almejados. Nossa proposta, então, restringiu-se a uma tentativa de avaliar o processo de negociações entre os diferentes agentes sociais envolvidos na produção daquele espaço e os diálogos (ou a ausência deles) que se dão entre os discursos e as práticas.

Eminentemente, isso gera conflitos. De modo que o embate de ideias e motivações contrárias, as tensões, divergências e incompatibilidades, ainda que sejam bem quistos no processo de construção de projetos urbanos que lidam com sujeitos concretos, mas também

repletos de imaterialidades, sonhos e expectativas, não são desejáveis para a obtenção desse suposto consentimento social. Os discursos convergentes e consonantes, portanto, têm como linha demarcatória o apresentar de uma visão prospectiva do mundo desejado fortemente positiva, com perspectivas vinculadas à oportunização de negócios. Estes, por sua vez, trariam a reboque o crescimento econômico, que poderia ser revertido em um dito “desenvolvimento social”. No entanto, para além das falsas aparências, a “revitalização urbana” está nos marcos de um discurso que ressalta o que SANTOS (2003:196) disse a respeito da “renovação urbana” (que anos antes da “requalificação” e da “revitalização” era dominante nos discursos), à medida que seria “um método muito eficiente” de alcançar a meta da criação das condições necessárias ao funcionamento do capital especulativo – o que faz com que alguém, no entanto, sofra os danos disso.

De acordo com SOUZA (2011c):

Atualmente, e já desde os anos 90 (no Brasil) ou 80 (nos EUA e em alguns países europeus), vivencia-se a impressão das marcas típicas da agenda neoliberal (desregulação, privatizações etc.) no ambiente e na escala específicos das cidades, em particular das metrópoles e grandes cidades. Esse “neoliberalismo urbano”, marcado por um estilo de gestão e de planejamento que ficou conhecido como “empresarialista” ou “empreendedorista” (SOUZA, 2002:136 e segs.; COMPANS, 2004), se caracteriza, maciçamente, pelo deslocamento e *displacement*<sup>116</sup> de populações pobres, na esteira de processos ditos de “gentrificação” que buscam revalorizar determinadas partes do espaço urbano – mormente áreas centrais. Seja em conexão com megaeventos esportivos ou não, tais processos de revalorização capitalista do espaço urbano têm-se servido de todo um vocabulário, com a ajuda do qual se tenta difundir um discurso de legitimação e persuasão. “Revitalização”, “requalificação”... Quais são, por assim dizer, os “pressupostos operacionais” e as “implicações de uso” desse vocabulário?

Com base nisso, vimos, então, que são formulados e apresentados discursos oficiais que buscam legitimidade por meio de “experiências de sucesso”, de um (novo) aparato legislativo, da necessidade de impor um modelo de desenvolvimento que permita o integrar de uma “cidade partida”, cidade esta que é resultado justamente de um processo de segregação sócio-espacial historicamente consolidado sobre o espaço urbano carioca. Assim, “tanto no que diz respeito a esse vocabulário quanto no que se refere às reações populares a ele e aos processos objetivos que ele recobre, faz-se necessária uma incursão crítica no terreno da ‘semântica urbana’” (*op cit.*), por meio de uma imersão no sentido que seja dado às palavras que representam o espaço da Zona Portuária e da Área Central da cidade do Rio de

<sup>116</sup> Uma mudança de lugar ou de posição, no nosso caso, em termos de localização geográfica.

Janeiro no atual momento vivido, nos ajudando a compreender a significação que adquirem ao serem enunciadas, já que existem relações entre as palavras e as coisas, entre a linguagem, o pensamento e a conduta assumida.

Acreditando não no dito popular que afirma que “as palavras têm poder”, mas que por meio delas são definidas relações de poder que partem de diferentes sujeitos e agentes sociais pudemos estudar as representações sócio-espaciais que são produzidas a partir do projeto “Porto Maravilha”. Avaliamos, então, em que medida e de que forma a “revitalização” da Zona Portuária do Rio de Janeiro pode contribuir para a autonomia ou, pelo contrário, para o aumento da heteronomia – que significa uma subordinação ou sujeição à vontade de outrem ou a uma lei exterior, no lugar das leis naturais e intrínsecas. Como tem sido negada uma filosofia da escuta, do diálogo, da negociação e da aproximação, como seria possível, por meio dos passos seguidos e da tentativa de impor uma nova organização do espaço por meio do convencimento do outro, estimular um caminho para um real desenvolvimento sócio-espacial?

A pretensa relevância universal dos discursos que vêm de fora para dentro e ganham grande repercussão e suporte nos discursos oficiais vem omitindo um certo narcisismo ocidental desde a elaboração dos modelos importados, *made in* grandes cidades e países centrais, sedes da difusão de influências, pensamentos, tecnologias e capitais em direção a uma intervenção cada vez mais marcada física e ideologicamente sobre os países para onde são direcionados seus olhares. No entanto, cabe-nos refletir sobre o que temos usado em nossas categorias de análise, nas metodologias desde a elaboração até a implementação de planos e projetos de cidade e nos conceitos carregados de valores. Segundo BOATCA (2009), esses estão completamente contaminados pelos lugares de onde eles são elaborados, os lugares da formação dos discursos – e, enquanto geógrafos, temos particular compromisso com isso, ao desvendarmos uma geopolítica do conhecimento. Se os discursos são enunciados enquanto estratégias de poder, por meio da análise de discurso refletimos que o modo como se constroem discursos sobre o mundo constrói mundos, mais do que reflete mundos. Assim, a presunção colonialista europeia tão entranhada em nossa sociedade age de forma a silenciar vozes e argumentações dissonantes através das próprias categorias criadas, negligenciando os saberes e práticas locais.

Sendo assim, o que escondem projetos com vista modernizante, como o de “revitalização” da Zona Portuária carioca? A ideologia hegemônica capitalista de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico presume que prosperidade e bem-estar sejam induzidos a uma minoria já detentora de alto poder aquisitivo, que, não por

coincidência, constitui a mesma camada dominante composta tanto por gestores quanto por agências multilaterais, que se prolonga nas plataformas de tomadas de decisão. E assim nascem concepções de planejamento e gestão urbana dotadas de estratégias competitivas no intuito de inserir as cidades nos circuitos espaciais da economia globalizada, como no caso do Rio de Janeiro (COMPANS, 2005:17), carregando em si a intencionalidade dos agentes neles diretamente envolvidos – aqueles que utilizam o “silêncio como armas” (como diz Eriuelto Reis no poema “Sem asas”), ou que fazem do silenciar a outros as armas de desmobilização, de fragmentação dos agentes das lutas sociais, da memória popular, das histórias, das práticas, das ações...

Tratando da questão que tem a ver com as estruturas de poder que sustentam a sociedade e as relações de poder que se dão entre os diferentes sujeitos nela imbricados, conferimos aquilo que RAFFESTIN (1993:99) coloca, ao dizer que “o grupo dominante que impõe seu modo de produção impõe também sua linguagem, pois a língua também é trabalho”, e a linguagem, as palavras e os discursos promovem a mediação das relações políticas, econômicas, sociais e/ou culturais. O modo justamente escolhido para a produção de novos espaços, de construção de territórios e de lugares “nos quais se realizam relações e tempos sociais, ou seja, durações e ritmos próprios a essas mesmas relações”, já que “a atividade linguística não se desenvolve fora do espaço nem tampouco do tempo” (*op cit.*).

Conforme vimos no Capítulo 3, existem diferentes leituras sobre o processo de “revitalização”, seu modo de concretização e seus efeitos e desdobramentos competindo entre si. Entretanto, quando uma versão oficial pretende-se a única legítima, incorre-se em um *discurso ideológico manipulador* (SOUZA, 2002). A ênfase a aspectos *cosméticos*, promessas e perspectivas maquiadoras da realidade sócio-espacial verificada na Zona Portuária, o oferecimento de incentivos extremamente generosos à atratividade de investidores, dão um caráter enviesado ao projeto Porto Maravilha, já que em seus objetivos e práticas ele acaba por se inclinar para um lado. Em nome do “crescimento” e do “desenvolvimento econômico”, da “modernização”, da quebra da “apatia” e do “renascer de um espaço” – que, por sua vez, não estava morto –, ocorre a sua valorização por meio da criação de vários outros espaços, de objetos e equipamentos materiais dentro dele, cujo conteúdo, práticas e acesso são altamente seletivos, empurrando para longe aquilo que não soa bem. MASSEY (2008:128) fala sobre o *discurso político arrogante* imanente à mentalidade e à realidade que experimentamos, marcada por uma imaginação geográfica que ignora as necessárias rupturas e desigualdades, as exclusões das quais depende o sucesso de prosseguimento, em nossa realidade, do próprio projeto de “revitalização”:

No Sul é esta compreensão do espaço do futuro (como espaço comercial global sem limites) que permite a imposição de programas de ajustamento estrutural e seus substitutos. É esta compreensão da inevitabilidade dessa forma de globalização que torna legítima a imposição de políticas voltadas para a exportação na economia de um país a outro, a priorização das exportações sobre a produção para consumo local. É este discurso, desta forma específica de globalização, que é um importante componente da contínua legitimação da visão de que há um modelo específico de “desenvolvimento”, um caminho para uma forma de “modernização”.

Porém, como afirma SOUZA (1997), o conceito de desenvolvimento não é unívoco nem se esgota na ideia de desenvolvimento econômico (como uma conjugação de crescimento com modernização tecnológica). Este, por sua vez, não necessariamente se faz acompanhar por uma diminuição dos problemas sociais, nem sequer das disparidades socioeconômicas. O tal “desenvolvimento” não deve ser visto como um fim, mas ele concerne a meios, à medida que o aumento de um indicador socioeconômico não revela a distribuição das riquezas produzidas, nem a elevação da qualidade de vida e do bem-estar. Ainda que o apelo sobre o discurso da geração de empregos seja forte, se o crescimento vier a reboque de uma modernização e de um progresso técnico, poupadores de mão de obra e geradores de desemprego estrutural, os empregos novos por ele gerados podem ter tempo de validade pré-determinado pelo cronograma de obras e poderão não compensar, tanto quantitativa quanto qualitativamente, os empregos perdidos – além dos espaços perdidos para os novos empreendimentos – e não evitarão o agravamento da exclusão e dos benefícios privados.

Para compreendermos o “privado” partimos de sua etimologia (proveniente do latim), ou seja, “pertencente a cada indivíduo; particular, próprio, individual” e, enquanto adjetivo, “restrito, reservado a quem de direito; confidencial; [...] afastado do conhecimento público; secreto; [...] sem presenças alheias; só, solitário, isolado; [...] relativo ou pertencente à fonte não governamental”, de acordo com o Dicionário Houaiss. Mais do que relativo ao que não é público, há um caráter de restrição, de isolamento e de distanciamento do conhecimento que vem a público. Essas acepções têm muito a nos dizer sobre a concepção de que um projeto como o Porto Maravilha, apesar de tão disseminado como algo positivo, tem, segundo os discursos analisados, um caráter de afastamento da publicização de suas etapas a quem mais será imediatamente afetado por elas, o que simboliza uma falta de compromisso para com os *sujeitos simples*, sempre acompanhados de verbos, estão constantemente em ação, sendo também responsáveis pela produção de um espaço por eles bastante conhecido, já que o

habitam e nele encontram vínculos de pertencimento, marcados pela história e pela construção de suas significações.

Se o império do *novo*, da *modernidade* não têm contribuído para uma participação ampla da população nos processos decisórios – que vão muito além de mera consultas, de “reuniões informativas” e da criação de postos para a prestação de esclarecimento e retirada de dúvidas dos atingidos pelo Porto Maravilha –, onde se afirma que precisa-se do cidadão para ajudar na manutenção das novas construções e do padrão de limpeza pretendido por um projeto que afirme que “Transformar é preciso!”? Transformar o quê, se a reprodução das relações de poder segue o mesmo padrão de sempre, distante de quem precisa ser considerado, definido por outrem e, portanto, longe de efetivar uma democracia, que para ser autêntica precisa partir de uma construção coletiva? Conforme enfatiza HABERMAS<sup>117</sup> (1990 *apud* SOUZA, 2006), não se pode alcançar um genuíno consenso sem que os participantes de um processo de discussão e deliberação participem livremente. Liberdade de pensamento, proposição e ação, definitivamente, não é estimulada nem incentivada pelos planejadores, executores e gestores do Porto Maravilha, empenhados em, no máximo, “vender” suas ideias e projeções como legitimamente oportunas e positivas, sem problematizarem a quem elas servirão.

Os fins de qualquer mudança pretendida devem ser atrelados a cada universo social e cultural, sendo, portanto, plurais, variáveis e sem uma data pré-determinada nem um “estágio final”. Os conflitos, os enfrentamentos e as resistências, materializadas no espaço, são prova de que insatisfações e discordâncias existem, tensões são formadas pelo acúmulo de indignações e frustrações, pela negação do direito às interrogações, pela negação do direito àquele espaço – à medida que há, entre muitos outros entraves, a seletividade do acesso e do conteúdo social presente nos edifícios residenciais, restaurantes, hotéis e tudo o mais de alto luxo. Os dissensos, portanto, desmancham os consensos (não querendo ser redundantes, mas enfáticos), que são impostos por meio de uma excessiva homogeneização, trazendo um rastro de negligências.

Assim, as imagens internas e externas não coincidem. A percepção do projeto de “revitalização” Porto Maravilha tem concepções distintas entre os residentes locais e aqueles que podem ser considerados como forasteiros (portadores de um olhar de fora). A palavra “revitalização” é oriunda do discurso oficial e tecnocrático do planejamento estatal, é

---

<sup>117</sup> HABERMAS, Jürgen (1990). Discourse Ethics.: Notes on Philosophical Justification. In: **Moral Consciousness and Communicative Action**. Cambridge (MA): MIT Press.

reverberada pelo discurso empreendedor, ganha ecos no discurso legitimador de interesses do capital privado e da lucratividade, da financeirização e especulação imobiliária, por meio de propagandas, promessas, facilidades e expectativas a serem concretizadas. Mas a mesma “revitalização” encontra resistências nos discursos populares críticos, que se veem à margem dos projetos implementados e é ressignificada por parte de movimentos sociais que se pretendem emancipatórios, sem, contudo, conseguir ser reproduzida indiscriminadamente pelo sentido ideológico que ela assume nos discursos oficiais. É, portanto, carregada de contradições.

Para citarmos (mais) uma dessas contradições (além das já abordadas ao longo dos Capítulos 3 e 4), podemos olhar para a questão da modernização da Zona Portuária, anunciada como uma futura área “de excelência em comunicação digital”, que prevê a inclusão de uma mudança na capacidade de transmissão de dados, permitindo uma velocidade inédita no Brasil. Com toda uma reorganização inclusive do subsolo da área, à medida em que as redes de infraestrutura estão sendo refeitas, nos questionamos, por exemplo, se há perspectivas de realização de uma inclusão digital nas escolas, comunidades e bairros locais e em que medida tais investimentos podem trazer benefícios à população residente, e não apenas aos novos que estão sendo atraídos para se instalarem em edifícios comerciais, residenciais e de serviços. A própria fala apresentada no vídeo “Porto será região de excelência em comunicação digital”<sup>118</sup>, ressalta que “[...] [n]ós vamos ter uma rede toda ela de fibra ótica [...]. Empresas multinacionais, principalmente de óleo e gás – que terão todo o interesse em se estabelecer aqui –, elas necessitam de uma capacidade de transmissão de dados muito grande, muito elevada [...]”. A partir daí, devemos refletir sobre se as novas tecnologias estimulam a criatividade e a convivialidade (aproximação de homens estimulando a sociabilidade) de seus operadores e usuários, se colabora para uma vida mais saudável, se contribui para uma participação mais ampla da população nos processos decisórios, estimulando uma cultura política mais democrática, formando cidadãos mais conscientes para uma maior liberdade individual e coletiva. Ou, por outro lado, reforçará o isolamento, o aprisionamento às novas tecnologias e a ausência de interação real em prol do virtual – fatores claramente visíveis se passarmos por qualquer restaurante que não seja “popular”, para citarmos apenas um exemplo atual, onde a contradição da aproximação e do distanciamento é latente por pessoas que vivem seus próprios mundos e perdem a essência das trocas olho no olho, aficionadas nas telas de *smartphones* e computadores de mão.

---

<sup>118</sup> Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=4tQXMidj4po](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=4tQXMidj4po)>

O ponto que queremos levantar, para reforçar, não é a da necessidade ou não das obras e intervenções, mas sim a que interesses elas vão servir, a que agentes sociais elas serão subservientes. Como disseram os músicos Itamar Assumpção e Ricardo Guará, “entre o sim e o não existe um vão”. Não se trata da negação de que melhorias precisam ser feitas – inclusive é nesse tom que seguem muitas das críticas estabelecidas pelos agentes sociais subalternizados –, mas sim sobre a forma como elas são arrançadas, sobre o modo como são orquestradas as decisões, o direcionamento de recursos e as prioridades – muitas vezes atropelando as demandas primeiras levantadas por quem ocupa aquele espaço e também deveria ter o direito à palavra, em uma sociedade que se pretenda menos injusta e desigual, que favoreça um real direito à cidade.

Acreditamos que tentativas de promover uma desterritorialização de determinados grupos sociais fortemente consolidados naquela área e uma nova territorialização a partir de novos grupos podem traduzir-se também em uma forma de “deslugarização”, por meio de estratégias de desenraizamento traumático (por parte de uma relação de poder coercitiva), de um lado, ou de reforço de identidades como forma de resistência, de outro. Não se pode conceber um megaempreendimento como o projeto de “revitalização” trazendo custos negativos a uma parcela tão grande da população residente nessa área. O espaço vivido e percebido por e entre seus moradores, é dotado de valor e simbolismos a partir das experiências e impressões (TUAN, 1983). Essa dimensão (inter)subjéctiva é densa de histórias e marcos compartilhados pelos moradores (de morros e favelas, de ocupações de sem-teto e do próprio “asfalto”), onde suas percepções estão relacionadas à produção de identidades sócio-espaciais *do e com* o lugar vivido (RELPH, 1976:45).

A respeito da construção de imagens espaciais, destacamos a importância do espaço que se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado (TUAN, 1983:151), não apenas como contribuição à desestigmatização sócio-espacial (já que conotações negativas sobre os bairros centrais são tão inerente àquela área, conforme vimos no Capítulo 1, “enraizadas desde o final do século XIX durante a campanha higienista contra as moradias populares coletivas” [VAZ & VASCONCELLOS, 2010], que se constitui em um sério problema tanto ao olhar de fora para dentro, quanto à entrada de novos moradores), mas também como estratégia de reforço ou legitimação da identidade sócio-espacial construída no e com o lugar vivido e compartilhado, extrapolando o carácter fundamentalmente político do território apropriado pelos moradores locais (HAESBAERT, 1997). Assim, “se o espaço restitui a realidade social, integra também as suas idealizações, cuja consciência pode ser mais viva que a de relações mais materiais” (FRÉMONT *apud* HAESBAERT, 1988:20),

destacando que sua dimensão simbólica não pode ser negligenciada, mas, ao contrário, deve ser levada em conta nas discussões sobre o planejamento e a gestão dos bairros nos quais o projeto Porto Maravilha prevê intervenções, já que também sobre e com eles são criados vínculos e identificações.

Os próprios bairros que estão incluídos no perímetro do projeto são apreendidos de forma distinta, já que tanto “o conhecimento de uma cidade varia muito de uma pessoa para outra”, quanto “a área percebida como bairro pelo residente, geralmente só é uma fração da que percebe o forasteiro, como um espaço social homogêneo”, o que faz com que a ideia de bairro do planejador dificilmente coincida com a do morador (TUAN, 1980). É por isso mesmo que acreditamos e defendemos a tese de que, qualquer que seja a intervenção realizada sobre a Zona Portuária, ela não pode negligenciar as construções mentais a respeito do que se apreende de dentro daqueles espaços, que se transformam em lugares e territórios. São realizadas práticas de zoneamento do uso do solo<sup>119</sup>, por exemplo, sem sequer a elaboração prévia (e até hoje inexistente) de um EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental) – fato, inclusive, questionado pelo Ministério Público Estadual –, mas apenas de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), como vimos nos Capítulos 3 e 4, cujos conteúdos e procedimentos são diversos de um EIA, além de terem sido apontadas “falhas e omissões no estudo apresentado<sup>120</sup>, que prejudicam a avaliação dos impactos das intervenções e da suficiência das medidas mitigadoras das propostas”, de acordo com o INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL (2013).

Não se criticam também os absurdos paisagísticos (como prédios de mais de 20, 30, 40 e chegando a até 50 andares – como é o caso das *Trump Towers*), pois, de fato, o que interessa é a rentabilidade dos espaços construídos e o que não é compatível com o que visualmente “combina” deve ser retirado. É o caso da Perimetral, cuja vista do Porto seria comprometida, e precisa ser derrubada, mas a mesma assertividade não é dada aos novos hotéis de luxo e edifícios corporativos que também brotarão ali, rivalizando também visualmente com o Corcovado para quem chega pela Baía de Guanabara (MARTINS, 2013). Inclusive a grande maioria das edificações existentes ao longo de toda a Av. Rodrigues Alves é de gabarito mais alto que o próprio Elevado da Perimetral.

---

<sup>119</sup> Sem destrincharmos aqui as várias críticas e problemas quanto a tal instrumento de planejamento urbano – que podem ser verificadas, por exemplo, em SOUZA (2002).

<sup>120</sup> Por exemplo, no que tange às medidas mitigadoras e compensatórias do impacto viário em outras partes da cidade, para além da OUC, e também em municípios cujo movimento pendular de mão de obra com destino à Área Central carioca é intenso, como Niterói, São Gonçalo e da Baixada Fluminense (GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE, 2013).

Ao contrário de toda a vista grossa que é feita sobre o que mencionamos anteriormente, existe uma imposição de complicados processos burocráticos, por exemplo, para a autorização de reconversão de imóveis vagos, abandonados ou subutilizados para atender à finalidade de HIS, como vimos nos Capítulos 3 e 4, ou para a obtenção de financiamentos para as camadas populares adquirirem imóveis no local (que seria a única condição para que as camadas populares, dentro da faixa de 0 a 3 salários mínimos, por exemplo, pudessem ter acesso, pois os preços ainda são altos para o poder aquisitivo desse segmento da população [VAZ & VASCONCELLOS, 2010]) – enquanto facilidades de crédito são realizadas para funcionários públicos municipais (que já possuem uma estabilidade financeira e empregos certos) para o residencial Porto Vida Servidor, por exemplo – dificultando o ultrapassar de problemas históricos e o (re)produzir e induzir de outra cama de segregação sócio-espacial.

Transformar as relações sociais e do espaço com vistas à conquista de justiça social e qualidade de vida sobre uma base política calcada na autonomia individual e coletiva é preciso, sim. Onde tanto as “necessidades e as percepções particulares e legítimas de grupos específicos precisam ser respeitadas” quanto precisam ser garantidos “direitos universais, concernentes à dignidade humana, ao acesso a meios de satisfação de necessidades básicas, ao direito de não ser discriminado negativamente etc.” (SOUZA, 2006). Por isso, não bastam projetos “cidadãos” de cursos técnicos, de fomento à geração de emprego e renda, de melhorias físicas aparentes, se não houver um esforço para a integração dos diferentes agentes, em condições efetivas de direito à palavra, à voz, à participação, à inclusão e à autodeterminação, abolindo uma submissão aos interesses e expectativas de uma minoria em detrimento dos demais sujeitos sociais.

A busca por um verdadeiro desenvolvimento sócio-espacial, dentro de um processo de transformação para melhor, de acordo com SOUZA (2002), entende que a melhoria da qualidade de vida corresponde à crescente satisfação das necessidades de uma parcela cada vez maior da população, e o aumento da justiça social, à garantia efetiva de acesso a equipamentos urbanos, reconhecendo a desigualdade específica de cada grupo social e, ao mesmo tempo, a igualdade estrutural de todos enquanto seres humanos. Essa busca se dá com base no princípio e nos parâmetros da autonomia, tomada no sentido castoriadiano, tanto individual quanto coletiva.

O desenvolvimento sócio-espacial apresenta o desafio de não se alcançar algo puramente instrumental, como o crescimento econômico. A eliminação de fatores de sofrimento, desconforto, opressão e discriminação negativa enquanto objetivos da melhoria da

qualidade de vida devem ser combinados com apelos práticos de redução de desigualdades de acesso a recursos, processos e instâncias de decisão e a uma distribuição mais equitativa dos recursos, conforme abordagem de SOUZA (*op cit.*). Tudo isso incorre em submeter a teorização à realidade e à práxis, ou seja, garantir o acesso a equipamentos urbanos, não só por lei, mas também materialmente (condições efetivas de acesso). Fomentar uma justiça espacial que se dê por meio da redução das distâncias reais na ocupação do solo urbano produzido na Zona Portuária, garantindo a permanência e o acesso à Área Central da cidade a quem lhe tem sido negado tal direito por meio de remoções de moradias (remoção forçada ou “expulsão branca”) e de ofertas de pagamento de alugueis sociais ou indenizações ínfimas, incapazes de sustentar a manutenção dessa população no local aonde chegou primeiro que o capital.

Assim, quando falamos sobre uma revitalização “crítica e sem aspas” estamos pensando “[...] nas possibilidades de transformação e uso do espaço para fins de sua acomodação às necessidades de uma gestão da cidade a mais democrática possível, mesmo ainda *no interior* de uma ordem heterônoma” (SOUZA, 2006:321), ou seja, intervenções sobre o espaço urbano que favoreçam relações de poder mais justas e igualitárias, e não o contrário. Sem que imperem benefícios em favor de uns em detrimento de outros, acreditamos ser possível que haja uma melhoria tanto do espaço social quanto das relações sociais que se travam sobre ele. Promovida “de baixo para cima”, subvertendo o caráter autoritário garantidor de uma sociedade heterônoma, agentes de algumas ocupações de sem-teto localizadas em nosso recorte espacial (como Quilombo das Guerreiras e Chiquinha Gonzaga) “[...] assumem o controle de espaços “abandonados” com a finalidade de lhes dar alguma função social legítima” (SOUZA, 2010b), transformando espaços de fato sem vida, sem uso ou subutilizados em espaços revitalizados (e não utilizando tal terminologia para designar intervenções urbanísticas sobre áreas supostamente “degradadas” com a finalidade de submeterem-nas a uma “gentrificação”, atendendo a interesses especulativos).

Uma questão do último vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro<sup>121</sup>, realizada em 9/06/2013, apresenta a charge abaixo (Figura 74) e traz o seguinte texto: “A Zona Portuária do Rio de Janeiro vem recebendo muitos investimentos públicos e privados com o objetivo de promover sua renovação física e funcional”. Aponta a nova dinâmica espacial na cidade, que pode trazer como consequência sobre o processo de urbanização nessa

---

<sup>121</sup> Do 1º Exame de Qualificação 2014 da UERJ.

região da metrópole carioca a “mudança do perfil social” (opção correta, segundo o gabarito oficial da comissão organizadora do referido vestibular estadual).

**Figura 74:** Charge sobre a “revitalização” da Zona Portuária veiculada em questão de vestibular



(Disponível em: [chargesdoedra.blogspot.com.br](http://chargesdoedra.blogspot.com.br))

Os comentários a respeito da questão que se seguem ao gabarito oficial são os seguintes:

O processo de reabilitação urbana em curso na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro é explicitamente inspirado em processos semelhantes ocorridos em várias cidades do mundo, o que facilita a projeção de suas consequências socioespaciais. Os investimentos públicos e privados estão sendo realizados nessa porção da área central da cidade até então marcada por décadas de decadência de sua infraestrutura física e pelo êxodo das atividades econômicas mais nobres. Como resultado, os investimentos de capital na renovação daquele espaço elevam o valor dos imóveis, o que tende a provocar a gradual expulsão da população de nível de renda mais baixo, que não pode arcar com os novos custos de moradia no local, e a sua substituição por segmentos sociais com nível de renda mais elevado. É o que sugere a charge, na qual aparece um elevado e moderno prédio “chutando” a humilde residência.

(Fonte: [http://www.revista.vestibular.uerj.br/questao/questao-objetiva.php?seq\\_questao=1344](http://www.revista.vestibular.uerj.br/questao/questao-objetiva.php?seq_questao=1344))

A “gentrificação” enquanto uma dinâmica recente de urbanização é qualificada por Neil SMITH (1996) como uma expansão espacial da fronteira geográfica coordenada com uma expansão econômica do capital, onde o que está por trás da imagem de fronteira é a tentativa de racionalizar e legitimar um processo de conquista. O autor apresenta uma analogia da cidade americana com a fronteira de Von Thurner para explicar as origens da renovação urbana, abordando que a progressiva dominação da floresta e transformação

através do trabalho humano dava-se com uma perspectiva otimista, de expansão. Desse modo, o que estaria por vir é posto como superior ao preexistente.

A própria linguagem da “gentrificação”, que coloca em pauta os proprietários urbanos – aqueles que vão ter o domínio sobre as terras a serem valorizadas –, apresenta tais agentes sociais enquanto “pioneiros” ou “caubóis” urbanos, segundo SMITH (*op cit*), fornecendo a ideia de uma cidade não socialmente habitada, que precisa ser conquistada. Assim, os moradores das áreas centrais seriam um elemento natural e indiferenciado do meio físico a que pertenciam, não humanizados, não vistos enquanto seres socialmente relacionais e, portanto, não dignos de atenção. A construção do seu “lugar”, dessa forma, era totalmente negligenciada, como o é até os dias atuais.

Com essa racionalização do processo de conquista e com a condução a um novo mundo onde os problemas do mundo velho seriam deixados para trás nessa perspectiva do renascimento urbano norte-americano – fator que muito se assemelha com a ideia veiculada pela linguagem da “revitalização”, de trazer vida ao que supostamente estava morto –, os “pioneiros urbanos” se aventuram, e a partir de então é perceptível que os bancos, as incorporadoras, o Estado e outros atores econômicos coletivos geralmente chegam antes a esses espaços. A expansão econômica ocorre hoje não por meio da expansão geográfica absoluta, mas pela diferenciação interna do espaço geográfico, marcando a produção do espaço enquanto um processo acentuadamente desigual e que tem por função reservar uma pequena parte do substrato geográfico para um futuro período de expansão.

A grande mídia – formadora de opinião e empenhada na construção de “verdades”, ajudando a construir e legitimar discursos – apresenta a “gentrificação” como o maior símbolo da renovação urbana, aparecendo como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e da dignidade do trabalho – demonstrando que há, por detrás das belas imagens, a execução de acordos de plano ideológico. A conclusão lógica dessa reestruturação é um centro urbano dominado por funções executivas, financeiras e administrativas de alto nível, habitações para a classe média (e média alta), e um complexo de hotéis, restaurantes, cinemas, lojas e espaços de cultura oferecendo lazer a esta população. Uma provável consequência é o deslocamento da classe trabalhadora para os subúrbios mais antigos e para a periferia urbana, além da permanência de enclaves dos mais pobres na área central, rivalizando com o sentido que se pretende impor ao local. Como não há propostas governamentais em planos que prevejam uma realocação dos despejados, estes acabam por adensar o grupo do que SMITH (*op cit.*) chama de

“*homeless*” (que seria o equivalente ao que chamamos de moradores de rua – o que diverge do que chamamos de “sem-teto”, cujo termo é análogo ao inglês “*squatter*”).

No entanto, para a realidade de países semiperiféricos, como o Brasil, seria endossado também o movimento de ocupação protagonizado pela população pobre, de baixa renda, por uma questão de necessidades (que se distingue do perfil de *squatters* de países da Europa e nos Estados Unidos, composto por jovens de classe média), para quem não há espaço nesses grandes projetos “revitalizantes”. Aqui, o *squatting* pode tanto seguir a vertente da favelização, por meio de um processo de ocupação que pode se dar espontaneamente ou pode ser dirigido por políticos, e também por meio dos sem-teto (*squatter*), que, conforme esclarecido em SOUZA (2010b) e apresentado em LIMA (2010), é entendido enquanto “um movimento social crítico emancipatório cuja atuação dá-se através da ação direta de ocupação de terrenos ou imóveis vagos e ociosos”. Por parte desses agentes sociais é que propõe a retirar do Estado – entendido enquanto uma instituição heterônoma – do monopólio da ação planejadora, cuja ação é orientada para o futuro, e gestora, que é o planejamento em ação, da cidade.

Subalternizando tais grupos, desinvestindo-os de terem direito à palavra, ou seja, não apenas sendo deixados de lado no projeto de cidade pretendido, mas não dando atenção às suas vozes e “agruras” – reconhecidas como sintomas de um atraso ou como entraves à modernização e à priorização pelas finanças como a estratégica econômica chave para o “sucesso” das cidades, como explicita MASSEY (2008:223) –, acentua-se a distância entre instituintes e instituídos, e agrava-se a produção de exclusão sócio-espacial. Se a eliminação da pobreza faz de um país rico – conforme discurso entoado pelo governo federal brasileiro em um dos slogans promovidos pela atual presidente Dilma Rousseff – por que há, contraditoriamente, tanta atenção sendo prestada para as escalas pequenas, para uma perspectiva para além do alcance nacional, com o fito de promover as cidades, dentre as quais a capital do estado do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016? MASSEY (*op cit.*), ao trazer o exemplo de Londres, aborda que tem que haver uma verdadeira escolha política, que indique a decisão de “tirar o pé do acelerador”, o que pode significar a fuga dos investimentos e das finanças para outros espaços e vai justamente na contramão do curso seguido, quebrando a perspectiva de um espaço competitivo, comparável a outras grandes cidades do mundo, alvo de olhares, de fluxos de diversas ordens e naturezas, e de ampliar sua articulação nas redes globais.

As cidades, entendidas como “heterogêneas constelações de trajetórias” onde se confrontam intenções diversas com ritmos distintos, exigem negociações complexas, realçam

conflitos que são geralmente ocultos ou são ocultados, em nome de uma recusa ao reconhecimento dos antagonismos e pluralidades que baseiam as inter-relações coexistentes no espaço. Conforme MASSEY (2008:224. Grifo nosso):

Em vez de um conflito explícito sobre objetivos políticos, o que temos agora é uma confrontação entre imaginações da cidade. [...] Uma imaginação de uma identidade absolutamente coerente, com as finanças como brilhante pináculo, a locomotiva do crescimento puxando todo o resto, mas com alguns problemas de desenvolvimento interno desigual ainda a serem nivelados, confronta-se com uma imaginação deste lugar como um **confronto de trajetórias de força diferencial e onde esta força diferencial é parte daquilo que tem que ser negociado**. [...] [T]odas as negociações de lugar acontecem no movimento entre identidades que estão se movendo. [...] [Q]ualquer política que apreenda as trajetórias em pontos diferentes está tentando articular ritmos que pulsam em diferentes compassos.

Como essas trajetórias são parte de uma complexidade de multiplicidades, lidar com as diferenças de pensamentos, de necessidades, de interesses, de ambições, de anseios, de perspectivas, de expectativas, de utopias, ainda que não seja uma tarefa fácil, precisa ser uma busca permanente e incansável para a construção de um novo projeto de cidade, mais humana, social e solidária que a que experimentamos, onde números, cifrões acirram uma competitividade muitas vezes destrutiva, sem considerar que outros caminhos são possíveis, como os objetivos de expandir os direitos, a liberdade, a justiça e a igualdade buscados pelos movimentos sociais emancipatórios – compostos por seres individuais que coletivamente se unem em prol de uma contestação, que resguardam um maior ou menor grau de autonomia nas diversas esferas das relações sociais e que se pretendem ser contra-hegemônicos. Sua não conformação (de não se aceitarem e mesmo de não se amoldarem) – aos espaços das cidades contemporâneas, se, de um lado, tem um conteúdo de rebeldia, de irem à revelia do *nómos* instituído, inclusive por serem excluídos não apenas das benesses do sistema, como também serem excluídos do próprio sistema (de participarem e terem direito à deliberação) e terem suas vozes silenciadas, de outro lado, têm também um tanto de proposições, criações e instituições imaginárias, até mesmo como forma de sobrevivência. E tantas vezes reduzimos os saberes do lugar à sua relação com o espaço vivido, sem a consideração da capacidade de criação de abstrações e de que esses mesmos lugares podem ser atravessados por diversos sentidos e sensações, conforme aponta WALSH (2007) – por exemplo, com articulações em diferentes níveis escalares que visam dar visibilidade às suas demandas e protestos, proporcionar eficiência logística, potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis (LACOSTE, 1988;

SOUZA, 2010b), constituindo circuitos econômicos alternativos e de construção de redes espaciais (SOUZA, *op cit*), constituindo redes de solidariedade pública e de ajuda mútua (seguindo o princípio de KROPOTKIN, 2009 [1902]), como fazem os sem-teto da cidade do Rio de Janeiro, como os da Ocupação Quilombo das Guerreiras, composta pelos:

[...] homens e as mulheres concretos que, em suas resistências e insurgências, por seus protestos e suas aspirações, e em sua luta para se tornarem *protagonistas*, desenvolvem e experimentam práticas espaciais a propósito das quais há que se refletir, fazer balanços e construir cenários. Tais práticas – e os “territórios dissidentes” onde amiúde são observadas – representam expressões de tentativas de instituição do *novo*, política, material e simbolicamente.

(SOUZA, 2011b:33)

Reconhecendo por meio dessa análise crítica que uma outra apropriação do espaço da Zona Portuária é possível, subvertendo o uso e as práticas correntes em torno da “revitalização” – palavra que sofre de um “pecado original” e carrega seus vícios, por isso foi utilizada ao longo de toda essa pesquisa com aspas, quando referida ao projeto oficial e aos discursos consonantes –, acreditamos que o espaço está sempre em construção e imaginamo-lo como sempre em processo de fazer-se. Como tal, seus projetos de remodelamento, de reestruturação, de remodelação e de mudanças de imagem construída e projetada, não podem nem devem ser formulados em separado do seio de onde tudo aquilo acontece e se realiza, nem estruturados distante dos agentes sociais imbricados nas relações que se são sobre aquele espaço.

Existem, por fim, outros agentes e protagonistas que lutam pelo direito a uma outra cidade, com outras relações, por meio da efetividade de um direito à cidade (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2008) que, para um movimento social emancipatório, simboliza uma forma de “território contestado” (SOUZA, 2010) não abrindo margem para que seja meramente um slogan colonizado por instâncias superiores e onde a exclusão não seja a palavra de ordem, as ações não sejam marcadas pela violência, pela cooptação ou pelo sectarismo. O próprio “direito à cidade”, extremamente banalizado em seu uso corrente, é uma nova forma plena e autônoma de vida urbana (é uma subversão da vida urbana como ela se dá, como ela acontece no dia a dia) e, portanto, só pode ser alcançado mediante a destruição da esfera heterônoma de poder. Assim, não negam a necessidade de obras de melhoria da Zona portuária do Rio de Janeiro, mas rejeitam por completo o modo impositivo de tomada de decisões, feito de forma verticalizada, excluindo não apenas a participação, como também as propostas e projetos advindos dos moradores e trabalhadores locais, cujas propostas vão além das intervenções

materiais sobre o espaço urbano, perpassando, em primeira instância, pelas transformações das relações de poder, reivindicando o encontro entre sujeitos sociais para a produção do espaço – espaço esse que está sempre em processo, nunca um sistema fechado, conforme MASSEY (2008:29), e que precisa sempre “escapar da inexorabilidade que, tão frequentemente, caracteriza as grandes narrativas ligadas à modernidade”, por meios de discursos prontos que propõe cenários nos quais as direções gerais, inclusive o futuro, já são conhecidas. No entanto, como um recipiente de identidades, nesse tal espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes, para que ele seja aberto e interacional “há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas” (*op cit.*, p.31).

\*\*\*

Ainda que muitos outros caminhos pudessem ser percorridos – e o esforço para pararmos foi grande, à medida que a todo momento novos desdobramentos iam surgindo, e o desejo era de ir repensando, refazendo e reescrevendo para que esta dissertação não se tornasse obsoleta, pela agilidade das transformações, pouco tempo depois de sua publicação –, deixamos também em aberto novas possibilidades de exploração dos discursos e contradiscursos ressoados, para que, quem sabe, em um futuro próximo, possamos retomá-los. Assim, acreditamos que, por hora, fornecemos uma contribuição para o desmanchar de uma ditadura do consenso e dos discursos que são utilizados como instrumentos de persuasão, apresentando dissensos muitas vezes camuflados e práticas discursivas (e as relações de poder iminentes a elas) que podem ser um suporte viabilizador e um meio para a emancipação social.

Escolhemos então terminar esse trabalho infindo com as palavras (mais uma vez) de Itamar Assumpção e Ricardo Guará: com o desejo de que o “chavão [que] abre porta grande”, pensando na “revitalização” enquanto um termo-chavão – uma palavra a que se recorre para trazer grande expressividade ao projeto de cidade que vem sendo construído e que se tornou mesmo um clichê – seja repensado, reconstruído e ressignificado, e não abra portas apenas aos que já têm acesso a muitos espaços, mas que as desigualdades e injustiças sócio-espaciais sejam reconsideradas a partir dos que falam de baixo, já que os agentes sociais excluídos que cantam o quanto podem, enquanto podem, sabem que “Não adianta vir arreganhando os

dentem para mim / Porque sei que isso não é um sorriso”. Porque sabem que esse projeto, em seus benefícios e mudanças, é para os outros, não para eles.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio Almeida (1987): **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge Zahar Editor.
- AGUIAR, Rodrigo Costa de (2011). **A reorganização espacial da moradia: Um estudo sobre a produção de condomínios horizontais na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ALMEIDA, Vicente Rezende. **Vizinha já tem enredo para 2009**. Publicado em 18/03/2008. Disponível em: <[www.sidneyrezende.com](http://www.sidneyrezende.com)> (Acesso em 24/07/2013)
- ANDREATTA, Verena; CHIAVARI, Maria Pace; REGO, Helena (2009). **O Rio de Janeiro e a sua orla: História, projetos e identidade carioca**. Rio de Janeiro: SMU/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas, nº 20091201, dezembro de 2009.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori (2000). **Uma estratégia fatal – A cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes
- BARRETO FILHO, Herculano (2011). **Diretor da Vizinha Faladeira diz que não há como desocupar barracão no Santo Cristo em 72 horas**. In: Jornal Extra (Publicada em 27/06/2011). Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/diretor-da-vizinha-faladeira-diz-que-nao-ha-como-desocupar-barracao-no-santo-cristo-em-72-horas-2118933.html#ixzz2aHi4WKyI>> (Acesso em 24/07/2013)
- BASTOS, Isabela (2012). **Revitalização da Zona Portuária impulsiona o mercado imobiliário**. In: Jornal O Globo (Publicado em 01/06/2012). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/revitalizacao-da-zona-portuaria-impulsiona-mercado-imobiliario-5090451#ixzz2RDg03HpP>>. (Acesso em 22/04/2013)
- BOATCA, Manuela (2009). **Desigualdad social reconsiderada – Descubriendo puntos ciegos a través de vistas desde abajo**. In: Tabula Rasa. Bogotá – Colômbia, nº 11, pp. 115 – 140, julio-diciembre/2009.
- BORDA, Orlando Fals (1999) [1981]. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense.
- CALDEIRA, Tereza P. do Rio (2000). **A cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.
- CAMPOS, Andreilino (2007). **Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed.

- CANTALICE, Felipe (2013). **Vizinha Faladeira, a primeira revolucionária!**. Disponível em: <[www.galeriadosamba.com.br/espacoaberto/topico/178306/178308/2/1](http://www.galeriadosamba.com.br/espacoaberto/topico/178306/178308/2/1)> (Acesso em 24/06/2013)
- CASTORIADIS, Cornelius (1982). **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CAVALCANTI, F. **A gestão democrática dos imóveis da União na zona portuária do Rio de Janeiro - Limites, desafios e possibilidades na destinação à população de maior déficit habitacional, à luz dos modelos de gestão e planejamento urbanos vigentes**. In: Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDU, ano 11, n. 63, maio/junho 2012, Editora Fórum, pags. 49-61.
- CHALHOUB, Sidney (1996). **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHAUÍ, Marilena (1982). **O discurso competente**. In: Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna.
- COLETIVO PELA MORADIA (2013). **Em tempo de carnaval, obras que ameaçam Unidos da Tijuca também assombram famílias da Ocupação Quilombo das Guerreiras (RJ)**. Disponível em: <<http://pelamoradia.wordpress.com/2013/02/04/fotos-em-tempo-de-carnaval-obras-que-ameacam-unidos-da-tijuca-tambem-assombram-familias-da-ocupacao-quilombo-das-guerreiras-rj/>> (Acesso em 24/06/2013)
- COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPIADAS (2012). **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro – Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>> (Acesso em 09/02/2013)
- \_\_\_\_\_. (2013). **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro – Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Disponível em: <[http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie\\_comitepopularcoparj\\_2013.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf)> (Acesso em 10/04/2013)
- COMPANS, Rose (2004). **Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais**. In: COMIN, Álvaro (ed.). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP.
- \_\_\_\_\_. (2005). **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP.
- COUTINHO, Rodrigo (2011). **Presidente da Vizinha explica problema envolvendo quadra da escola**. Disponível em:

[http://www.carnavalesco.com.br/detal\\_carnavalesco.php?car\\_id=447](http://www.carnavalesco.com.br/detal_carnavalesco.php?car_id=447)> (Acesso em 24/06/2013)

- CORRÊA, Roberto Lobato (2005). **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática.
- CORREIA, Fernanda Guimarães (2006). **Breve histórico da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro**. In: Revista eletrônica ACHEGAS, Número 31, Set/Out de 2006. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/31/fernanda\\_correa\\_31.pdf](http://www.achegas.net/numero/31/fernanda_correa_31.pdf)> (Acesso em 19/01/2013)
- COSTA, Rogério Haesbaert da (2010). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª Ed.
- DELGADO, Gilda; MARTINS, Maria Alice (orgs.) (2003). **Perfil: Gamboa, Santo Cristo, Saúde**. Rio de Janeiro: IPP, Março/2003.
- DEVALPO, Alain (2012). **A arte dos grandes projetos inúteis**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1224>> (Acesso em 05/08/2012)
- DIAS, Sérgio (2010). **Rio de Janeiro e o Porto Maravilha**. In: ANDREATA, Verena (orgs.). Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- DIP, Andrea (2012). **Manhattan Brasileira**. In: Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Publicado em 10/05/2012. Disponível em: [www.apublica.org/2012/05/manhattan-brasileira/](http://www.apublica.org/2012/05/manhattan-brasileira/)> (Acesso em 30/06/2013)
- DUARTE, Aluísio Capdeville (1967). **A Área Central da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, IBGE.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_ (2003). **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. Nova Iorque: Routledge.
- FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO (2013). **Copa Popular contra as remoções!**. Disponível em: [forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2013/06/13/copa-popular-contra-as-remocoes/](http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2013/06/13/copa-popular-contra-as-remocoes/)> (Acesso em: 12/06/2013)
- FÓRUM CONTRA O CHOQUE DE ORDEM (2009). **Manifesto contra o “Choque de Ordem”**. Material divulgado em meio impresso. Disponível em: <http://rafaelfortes.wordpress.com/2009/08/09/contra-o-choque-de-ordem/>> (Acesso em 30/06/2013)

FOUCAULT, Michel (2001). **Outros Espaços**. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.): Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro e São Paulo

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE (2013). **Inicial da Ação Civil Pública**. Publicado em fevereiro de 2013. Disponível em: <[ibda.org.br/wp-content/uploads/2013/02/INICIAL-ACP-MPE-FALTA-EIA\\_RIMA-PORTO-MARAVILHA.pdf](http://ibda.org.br/wp-content/uploads/2013/02/INICIAL-ACP-MPE-FALTA-EIA_RIMA-PORTO-MARAVILHA.pdf)> (Acesso em 24/07/2013)

GALDO, Rafael (2013). **Escolas desfilam suas glórias também na Intendente Magalhães**. Publicado no jornal O Globo em 01/02/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/carnaval-2013/escolas-desfilam-suas-glorias-tambem-na-intendente-magalhaes-7458631>> (Acesso em 24/06/2013)

GALEANO, Eduardo (2002). **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM.

GIL, Antônio Carlos (1999). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 5ª ed..

\_\_\_\_\_ (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª ed..

GRUNOW, Evelise (2010). **Com museus, concursos e investimentos bilionários, a arquitetura deve redesenhar a zona portuária carioca até as Olimpíadas 2016**. Publicado originalmente em PROJETO DESIGN, Edição 366, Agosto/2010. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/artigos/rio-de-janeiro-para-olimpiadas-2016-27-10-2010.html>> (Acesso em 15/05/2013)

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL (2013). **Ministério Público Estadual questiona ausência de EIA/RIMA do Porto Maravilha no Município do Rio de Janeiro**. Disponível em: <[ibda.org.br/ministerio-publico-estadual-questiona-ausencia-de-eiarima-do-porto-maravilha/](http://ibda.org.br/ministerio-publico-estadual-questiona-ausencia-de-eiarima-do-porto-maravilha/)> (Acesso em 24/07/2013)

INSTITUTO PÓLIS (2009). **Moradia é Central: Inclusão, Acesso e Direito à Cidade – Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.gaspargarcia.org.br/administrativo/secure/arquivos/files/1652012104329621.pdf>> (Acesso em 20/04/2013)

IPEA (2000). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2000**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 07/01/2013.

IPP (2005). **Plano Diretor Decenal de 1992: Subsídios para sua revisão – 2005**. Rio de Janeiro: Diretoria de Informações Geográficas (Instituto Pereira Passos).

\_\_\_\_\_ (2011), **Resultados do Censo 2010**. Disponibilização de informações por meio de mapas interativos em: <Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>> (Acesso em 18/01/2013)

- KIDDER, Louise et al. (1987): **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Vol. II – Medidas na pesquisa social. São Paulo: D.P.U.
- KROPOTKIN, Piotr (2009 [1902]). **Ajuda mútua: Um fator de evolução**. Tradução de Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/Capiboy/d/52875944-Piotr-Kropotkin-Ajuda-mutua-Um-fator-de-evolucao>> (Acesso em 15/03/2012)
- HARVEY, David (1989). **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola.
- \_\_\_\_\_ (1996). **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço e Debates, São Paulo, a. 16, n.º 39.
- \_\_\_\_\_ (2008). **The right to the city**. In: New Left Review 53, September-October 2008, Disponível em: < <http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>> (Acesso em 10/01/2013)
- JACQUES, Paola Berenstein (2004). **Espetacularização urbana contemporânea**. In: FERNANDES, Ana e JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). Cadernos PPG-AU-Territórios Urbanos e Políticas Culturais. Salvador: PPG-AU-FAUFBA.
- LACOSTE, Yves (1988). **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, [1929].
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (2006). **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- LEFEBVRE, Henri (2001). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro.
- LIMA, Amanda Cavaliere (2010). **“O que mudou na sua vida?”: Traçando um perfil sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) como subsídio para a avaliação da eficácia do *squatting* como estratégia de luta**. Monografia de Conclusão do Curso de Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LIMA, Amanda Cavaliere *et al* (2009). **Natureza e Estruturação Urbana: Questões ecológicas sobre o Rio de Janeiro oitocentista**. Brasília: Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana.
- MAGALHÃES, Roberto Anderson (2008). **A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990: A construção de um objetivo difuso**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação.

- MARCOLINI, Barbara; TABAK, Flávio (2013). **Falta de prédios residenciais gera preocupação na Zona Portuária.** In: Jornal O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/falta-de-predios-residenciais-gera-preocupacao-na-zona-portuaria-9006959#ixzz2a1nFc1Nw>> (Acesso em 24/07/2013)
- MARICATO, Ermínia (1997). **Brasil 2000: Qual planejamento urbano?.** Cadernos IPPUR, nº 1 e 2, Ano XI, p. 113-130.
- MARQUES, Guilherme (2011). **Escolas de Samba: Vizinha Faladeira, a precursora da irreverência no carnaval carioca.** Disponível em: <[www.sidneyresende.com/noticia/116649](http://www.sidneyresende.com/noticia/116649)> (Acesso em 24/06/2013)
- MARTINS, Sérgio Bruno (2013). **O MAR de cima a baixo.** Disponível em: <<http://www.blogdoims.com.br/ims/o-mar-de-cima-a-baixo-%E2%80%93-por-sergio-martins/>> (Acesso em 10/04/2013)
- MASSEY, Doreen (2008). **Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MELLO, Fernando Fernandes (2003). **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: Antecedentes e perspectivas.** Dissertação de Mestrado defendida junto ao IPPUR/UFRJ.
- MOURA, Bernardo; VAITSMANN, Vinícius; RODRIGUES, Thiago (2013). **Tradicional bloco Fala Meu Louro ficará em quadra no Santo Cristo.** Matéria publicada em: 09/08/2012. Disponível em: <[oglobo.globo.com/eu-reporter/tradicional-bloco-fala-meu-louro-ficara-em-quadra-no-santo-cristo-5746952](http://oglobo.globo.com/eu-reporter/tradicional-bloco-fala-meu-louro-ficara-em-quadra-no-santo-cristo-5746952)> (Acesso em 24/06/2013)
- NOBRE, Ligia (2009). **Guggenheim no Rio?.** Disponível em: <[http://museuguggenheim2009.blogspot.com.br/2009/11/guggenheim-no-rio-de-janeiro\\_2916.html](http://museuguggenheim2009.blogspot.com.br/2009/11/guggenheim-no-rio-de-janeiro_2916.html)> (Acesso em 14/12/2012)
- O DIA (2013). **Vizinha Faladeira protesta contra rebaixamento.** Matéria publicada em 21/02/2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/o-dia-na-fofia/vizinha-faladeira-protesta-contr-rebaixamento-1.551408>> (Acesso em 24/06/2013)
- PELA MORADIA (2013). **Festa junina do projeto Quilombo da Gamboa.** Fonte: <<http://pelamoradia.wordpress.com/2013/06/10/festa-junina-do-projeto-quilombo-da-gamboa-156-17h-rj/>> (Acesso em 26/06/2013)
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2001). **Porto do Rio: Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.
- \_\_\_\_\_ (2005). **Plano Diretor Decenal de 1992: subsídios para sua revisão – 2005.** In: Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP e SMU, nº 2005/203, Dez. 2005. ISSN

1984-7203. Disponível em: <[www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br)> (Acesso em 21/04/2013)

\_\_\_\_\_. (2008). **Relatório da Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade – 2006**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano, Dez. 2008.

\_\_\_\_\_. (2009a). **Porto Maravilha**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de urbanismo. Disponível em: <[http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto_porto_maravilha.pdf)> (Acesso em 12/03/2012)

\_\_\_\_\_. (2009b). **Choque de Ordem**. Disponível em: <[www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-ide=87137](http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-ide=87137)> (Acesso em 22/07/2013)

\_\_\_\_\_. (2009c). **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2009 - 2012 – Pós-2016 o Rio mais Integrado e Competitivo**. Disponível em: <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/243779/planejamento\\_estrategico\\_site.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/243779/planejamento_estrategico_site.pdf)> (Acesso em 18/05/2013)

\_\_\_\_\_. (2010a). **Porto agita na cadência do samba**. In: Boletim do Porto Maravilha, nº 1, Março de 2010. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto%201%20web.pdf>> (Acesso em 16/07/2013)

\_\_\_\_\_. (2010b). **Estudo de Impacto de Vizinhança da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/esq/estudosImpactoVizinhanca.aspx>> (Acesso em 23/07/2013)

\_\_\_\_\_. (2011). **Metodologia sobre a série de Índices de Aproveitamento do Terreno (IAT)**. Rio de Janeiro: Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – CGPU. Disponível em: <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2041753/DLFE-230712.pdf/metodologia\\_estudo\\_IAT\\_v2..pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2041753/DLFE-230712.pdf/metodologia_estudo_IAT_v2..pdf)> (Acesso em 11/05/2013)

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias (1985). **Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, v. 1, pp. 35-43.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias; PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (2004). **O Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade**. Rio de Janeiro: Andréa Jakobsson Estúdio Editorial Ltda.

RAFFESTIN, Claude (1993). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática.

RAMOS, Tatiana Tramontani (2010). **Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro**. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 9, N° 27, p. 293-313.

\_\_\_\_\_. (2012). **As barricadas do precariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ).

R.D.P. (2009). **Choque de desordem: desemprego, despejo e assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro**. Publicado em 30/03/2009. Disponível em: <[passapalavra.info/2009/03/2191](http://passapalavra.info/2009/03/2191)> (Acesso em 02/04/2009)

REGO, Helena de Almeida (2010). **Buenos Aires e o Puerto Madero**. In: ANDREATTA, Verena (orgs.). Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

REIS, Letícia Vidor de Sousa (2002). **Modernidade com mandinga: Samba e política no Rio de Janeiro da Primeira República**. Disponível em: <<http://www.samba-choro.com.br/debates/1012493927>>. (Acesso em 20/01/2013)

ROLNIK, Raquel (2013a). **Por que é tão difícil viabilizar terrenos públicos para moradia social?** Publicado em 13/03/2013. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/03/13/por-que-e-tao-dificil-viabilizar-terrenos-e-imoveis-publicos-para-moradia-social/>>. (Acesso em 24/07/2013)

\_\_\_\_\_. (2013b). **Rio de Janeiro: cidade à venda?**. Publicado em 03/03/2013. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/06/03/rio-de-janeiro-cidade-a-venda/>> (Acesso em 24/07/2013)

\_\_\_\_\_. (2013c). **Banco imobiliário Cidade Olímpica: seria cômico se não fosse trágico**. Publicado em 27/02/2013. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/02/27/banco-imobiliario-cidade-olimpica-seria-comico-se-nao-fosse-tragico/>> (Acesso em 02/03/2013)

SANT'ANNA, Ângela de Moraes (2012). **Ocupar, resistir, produzir! A história e as lutas da ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)**. Entrevista concedida em 16/10/2011 a TEIXEIRA, Eduardo Tomazine & SOUZA, Marcelo Lopes de. In: Revista TERRITÓRIO AUTÔNOMO [recurso eletrônico] / ReKro (Rede Reclus-Kropotkin de Estudos Libertários) – n.º 1 (Primavera de 2012). Disponível em: <<http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/>> (Acesso em 15/06/2013)

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1988). **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, EDUFF. São Paulo: Projeto Editores.

- SANTOS, Milton (2003). **A totalidade do diabo: Como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais**. In: SANTOS, M. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: EdUSP, 2003, 2ª ed.
- \_\_\_\_\_. (2008). **A natureza do Espaço: Técnica, e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EdUSP, 4ª ed., 4ª reimpressão.
- SCHWEIZER, Peter José; CESARIO, Sebastiana (orgs.). (2004) **Revitalização de centros urbanos em áreas portuárias**. Rio de Janeiro: 7 Letras/AFEBA.
- SEBRAE (2011). **Informações socioeconômicas da Região Administrativa Portuária**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/16170876B715472A832579570069F92C/\\$File/NT0004713A.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/16170876B715472A832579570069F92C/$File/NT0004713A.pdf)> (Acesso em: 14/03/2013)
- SILVA, Caroline Rodrigues da (2012). **Porto Maravilha: a nova Manhattan Brasileira!** In: Fórum Comunitário do Porto. Publicado em: 30/05/2012. Disponível em: <[forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2012/05/30/porto-maravilha-a-nova-manhattan-brasileira](http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2012/05/30/porto-maravilha-a-nova-manhattan-brasileira)> (Acesso em 15/06/2013)
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat (2001). **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.
- SINERGIA ESTUDOS E PROJETOS (2013). **Relatório de Atualização do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro**. Disponível em: <[portomaravilha.com.br/web/esq/volume-1.pdf](http://portomaravilha.com.br/web/esq/volume-1.pdf)> (Acesso em: 30/06/2013)
- SIRKIS, Alfredo (2004). A revitalização do Centro da cidade do Rio de Janeiro e da Zona Portuária. In: SCHWEIZER, Peter José; CESARIO, Sebastiana (orgs.). **Revitalização de centros urbanos em áreas portuárias**. Rio de Janeiro: 7Letras – AFEBA.
- SMITH, Neil (1996). **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. Nova Iorque: Routledge.
- SOARES, Eliana Miranda Araújo da Silva; MOREIRA, Fernando Diniz (2007). **Preservação do patrimônio Cultural e Reabilitação Urbana: O caso da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro**. In: Da Vinci, v. 4, n. 1, 2007, p. 101-120.
- SOUZA, Rafael Pereira de (2010). **“Batuque na cozinha, Sinhá num quer!”: Repressão e resistência dos cultos afro-brasileiros no Rio de Janeiro (1870 – 1890)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

- SOUZA, Marcelo Lopes de (1988a). **O que pode o ativismo de bairro: Reflexão sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista**. Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1988b). **“Espaciologia”: Uma Objeção (Crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social)**. TERRA LIVRE, v. 10, p. 21-45. São Paulo: AGB.
- \_\_\_\_\_ (1995). **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná *et al* (orgs.): Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (1997). **Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social**. In: Revista TERRITÓRIO, ano II, nº 3, jull./dez. 1997.
- \_\_\_\_\_ (2000). **O Planejamento e a Gestão das Cidades em uma Perspectiva Autonomista**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, pp. 47-66, jan/jun. 2000.
- \_\_\_\_\_ (2002). **Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2005). **O Desafio Metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed.
- \_\_\_\_\_ (2006). **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2008). **Fobópole: medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2009a). **“Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_ (2009b). **Revitalização do Centro do Rio: Para quem?...** Notas a partir de uma palestra proferida no IFCS/UFRJ (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, agosto de 2009.
- \_\_\_\_\_ (2009c). **A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto**. In: Revista CIDADES, v. 6, nº 9. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.
- \_\_\_\_\_ (2010a). **Which right to which city? In defence of political-strategic clarity**. In: Interface: a journal for and about social movements. Vol. 2 (1): 315 - 333.

- \_\_\_\_\_ (2010b). **Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta.** In: Revista Cidades – “Formas espaciais e política(s) urbana(s)”, v. 7, nº 11. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.
- \_\_\_\_\_ (2011a). **A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano.** In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B.. A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, pp. 147-166.
- \_\_\_\_\_ (2011b). **Geografia: A hora e a vez do pensamento libertário.** In: Boletim Gaúcho de Geografia. / Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, Vol. 38, n. 1-2. Porto Alegre: AGB.
- \_\_\_\_\_ (2011c). **Semântica urbana e segregação: Disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”.** Trabalho apresentado em dezembro de 2011, durante uma reunião do Grupo de Estudos Urbanos (GEU) realizada no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (2011d). **O direito ao Centro da cidade.** Publicado em: 03/04/2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=37960>> (Acesso em 07/04/2011)
- SOUZA, Marcelo Lopes de; RAMOS, Tatiana Tramontani; MOREIRA, Marianna Fernandes (2009). **Rio de Janeiro 2016: “sonho” ou “pesadelo” olímpico?.** Disponível em: <<http://passapalavra.info/2009/11/15000>> (Acesso em 18/11/2009)
- SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009). **Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto.** In: Revista CIDADES, v. 6, nº 9. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2001). **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1ª ed.
- TANAKA, Oswaldo Y.; MELO, Cristina (2001). **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente – Um modo de fazer.** São Paulo: Edusp. Disponível em: <<http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/textocompleto/adolescente/capitulo/cap03.htm>> (Acesso em 15/12/2013)
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009). **O léxico espacial do movimento sem teto: um estudo da ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro).** Dissertação de Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- THIESEN, I.; BARROS, L. O. C. (2009). **Rio de Janeiro: memória e espaço portuário.** Memorandum, 16, 92-101. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a16/thiesenbarros01.pdf>> (Acesso em 13/12/2012)

- THIOLLENT, Michel (2005). **Metodologia da pesquisa-ação**. 14<sup>a</sup> ed. aum. São Paulo: Cortez.
- TUAN, Yi-Fu (1980). **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel.
- \_\_\_\_\_ (1983). **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel.
- VAZ, Lilian Fessler; VASCONCELLOS, Lélia Mendes de (2010). **A Reabilitação de Edifícios de Escritórios: uma Opção no Cruzamento da Questão da Habitação com a Questão das Áreas Centrais**. Publicado em 22/02/2010. Disponível em: <[http://www.chiqdasilva.com/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55:thumbtextolilian&catid=3:textos&Itemid=4](http://www.chiqdasilva.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=55:thumbtextolilian&catid=3:textos&Itemid=4)> (Acesso em 20/06/2012)
- VIEIRA, Sérgio (2013). **Porto Maravilha deve ganhar megacomplexo imobiliário de R\$ 3,5 bilhões**. In: Jornal O Globo Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/porto-maravilha-deve-ganhar-megacomplexo-imobiliario-de-35-bilhoes-9166427#ixzz2a1mjR23Z>> (Acesso em 24/07/2013)
- VIRGÍLIO, Paulo (2013). **Primeiro arranha-céu da América Latina pode ser tombado**. In: Agência Brasil. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/1o-arranha-ceu-da-america-latina-pode-se-tornar-patrimonio>> (Acesso em 05/04/2013)
- WALSH, Catherine (2007). **¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales**. Nómadas (Col), núm. 26, 2007, pp. 102-113. Colômbia: Universidad Central.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### Roteiro de entrevista 1 (Destinado a planejadores oficiais, técnicos etc.) – Específico à Cdurp –

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

**Identificação do(a) entrevistado(a)**

Nome: \_\_\_\_\_

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Sexo:  M  F

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Profissão: \_\_\_\_\_

Vínculo institucional: \_\_\_\_\_

Tempo que desempenha sua função: \_\_\_\_\_

Vínculos anteriores: \_\_\_\_\_

**1. O que você entende por *revitalização urbana*?**

---



---



---



---



---

**2. Qual a sua opinião sobre o projeto de “revitalização” do Porto Maravilha (como você o vê)?**

---



---



---



---



---

**3. O projeto Porto Maravilha afeta diretamente a população local (moradores, trabalhadores etc.)? Sim ( ) Não ( )**

**De que forma?**

---



---



---



---



---

**4. Diga as 3 primeiras palavras que vêm à sua cabeça quando pensa na “revitalização” do Porto.**

---

**5. Qual é a localização e a abrangência espacial (geográfica) do projeto oficial de "revitalização"? E qual a imagem que hoje você tem/faz dessa área?**

---

---

---

---

---

**6. Como você vê a materialização desse projeto? O que é/vai ser construído e/ou modificado? Quais são suas prioridades?**

---

---

---

---

---

**7. Essas transformações materiais sobre o espaço podem trazer que tipo de mudanças (em termos de melhorias e de prejuízos)...**

**a) para a Zona Portuária?**

---

---

---

---

---

**b) para a população local?**

---

---

---

---

---

**c) para a cidade do Rio de Janeiro?**

---

---

---

---

---

**d) para a imagem da cidade projetada para fora?**

---

---

---

---

---

**8. A respeito da participação popular:**

a) Houve algum tipo de consulta popular, ou audiência pública a respeito do projeto e das obras? Sim ( ) Não ( )

Se sim,

a.1) por que tipo de veículo foi feita a divulgação/convocação?

a.2) de que tipo (consulta, assembleia, audiência...)?

a.3) quantos foram os encontros? \_\_\_\_\_

a.4) qual foi o grau de participação/envolvimento da população?

a.5) quando/em que momentos aconteceram? \_\_\_\_\_

a.6) onde aconteceram os encontros? \_\_\_\_\_

a.7) quem foi chamado a participar? \_\_\_\_\_

b) Quais critérios definiram quem seria chamado a participar, quantas vezes e em que instâncias?

---



---



---



---



---

c) Como se deram as discussões com a população local? (Simples exposição do projeto... debate... perguntas e respostas... consulta através de questionário... etc.)

---



---



---



---



---

d) As consultas tiveram influência sobre as decisões que seriam tomadas?

Sim ( ) Não ( )

Quais aspectos levantados mais tiveram destaque para as decisões que foram tomadas a partir das consultas à opinião pública?

---



---



---



---



---

**9. Em sua visão, existem resistências ou manifestações contrárias ao projeto Porto Maravilha? ( ) Sim ( ) Não**

Se sim, quais são as críticas e por parte de quem (ou de que grupo(s) social(is))? Como esta instituição lida com tais manifestações contrárias?

---



---



---

**10. O que a Cdurp entende por "desenvolvimento social e econômico"?**

**Como se dará a fomentação do dinamismo e do desenvolvimento social e econômico para a Zona Portuária?**

---



---



---



---



---

**11. A questão da habitação de interesse social (HIS) é contemplada no projeto de "revitalização" da Zona Portuária? ( ) Sim ( ) Não**

**Onde?** \_\_\_\_\_

**(É possível adquirir mapas com a delimitação do local? Posso ter acesso aos projetos, caso existam?)**

---



---



---



---



---

**12. Qual financiamento proverá as construções?**

**( ) Minha Casa Minha Vida ( ) Outro:** \_\_\_\_\_

---

**13. A quem será destinado?** \_\_\_\_\_

**( ) Cadastro do Minha Casa Minha Vida ( ) Demanda de Movimento Social**

**Faixa de renda (por SM): ( ) 0 a 1 ( ) 1 a 2 ( ) 2 a 3 ( ) 3 a 4 ( ) Mais de 5**

---



---

**14. Movimentos Sociais estão acompanhando esse processo? ( ) Sim ( ) Não**

**Quais?** \_\_\_\_\_

---



---

**15. Quais as demandas por eles apresentadas?**

---



---



---

**16. Há parcerias com outros órgãos públicos (estaduais e/ou federais) para concretizar esse uso (habitação de interesse social)? ( ) Sim ( ) Não**

**Qual(is)?**

---



---



---



---



---

**17. Qual instrumento jurídico efetiva essa parceria?  
É possível ter acesso a ele?**

---

---

---

---

---

**18. A Cdurp mantém alguma relação com a UPP? ( ) Sim ( ) Não  
É com a UPP Social? ( ) Sim ( ) Não**

**19. Existe alguma outra observação sobre a "revitalização", ou sobre a relação geral entre a Zona Portuária e a sua participação (ou da Cdurp) ou envolvimento com ela ou com o projeto Porto Maravilha que você gostaria de fazer?**

---

---

---

---

---

**20. Algum assunto que você considere importante que não foi perguntado, ou alguma história?**

---

---

---

---

---

**Observações adicionais do entrevistador:**

---

---

---

---

## ANEXO 2

### Roteiro de entrevista 2 (Destinado a moradores locais de ocupação de sem-teto ou de favelas)

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

#### Identificação do(a) entrevistado(a)

Nome: \_\_\_\_\_

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Sexo:  M  F

Profissão: \_\_\_\_\_

Milita em alguma organização? Se sim, qual?

\_\_\_\_\_

Desde quando? \_\_\_\_\_

Desempenha alguma função específica dentro da organização? Qual?

\_\_\_\_\_

#### 1. O que você entende por *revitalização urbana*?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 2. Qual a sua opinião (como você vê) o projeto de "revitalização" (Porto Maravilha)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 3. De que forma o projeto Porto Maravilha afeta a sua vida?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 4. Diga as 3 primeiras palavras que vêm à sua cabeça quando pensa na "revitalização" do Porto.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5. Qual é a localização e a abrangência geográfica do projeto oficial de "revitalização"?**

---

---

---

---

---

**6. Como você vê a materialização desse projeto? O que é/vai ser construído e/ou modificado?**

---

---

---

---

---

**7. Essas transformações materiais sobre o espaço podem trazer que tipo de mudanças (em termos de melhorias e de prejuízos)...**

**a) para a Zona Portuária?**

---

---

---

---

---

**b) para a sua vida?**

---

---

---

---

---

**c) para a cidade do Rio de Janeiro?**

---

---

---

---

---

**8. A respeito da participação popular no processo de elaboração e tomada de decisões a respeito do projeto Porto Maravilha:**

**a) Você foi chamado a participar das discussões a respeito das decisões que serão implementadas em assembléias ou outros espaços? ( ) Sim ( ) Não**

**b) Quantas vezes e em quais espaços? \_\_\_\_\_**

**c) Faça um breve relato sobre como isso se deu.**

---

---

---

---

---

**9. Existe alguma outra observação sobre a "revitalização", ou sobre a relação geral entre a Zona Portuária e a sua participação ou envolvimento com ela ou com o projeto Porto Maravilha você gostaria de fazer? Algum assunto que você considere importante que não foi perguntado, ou alguma história?**

---

---

---

---

---

**Observações adicionais do entrevistador:**

---

---

---

---

---

## ANEXO 3

Tabela 1: IDH por municípios do RJ (1991 e 2000)

| Sigla | Município                   | 1991  | 2000  |
|-------|-----------------------------|-------|-------|
| RJ    | Angra dos Reis              | 0,722 | 0,772 |
| RJ    | Aperibé                     | 0,676 | 0,756 |
| RJ    | Araruama                    | 0,672 | 0,756 |
| RJ    | Areal                       | 0,698 | 0,765 |
| RJ    | Armação dos Búzios          | 0,691 | 0,791 |
| RJ    | Arraial do Cabo             | 0,723 | 0,790 |
| RJ    | Barra do Piraí              | 0,724 | 0,781 |
| RJ    | Barra Mansa                 | 0,739 | 0,806 |
| RJ    | Belford Roxo                | 0,671 | 0,742 |
| RJ    | Bom Jardim                  | 0,651 | 0,733 |
| RJ    | Bom Jesus do Itabapoana     | 0,662 | 0,746 |
| RJ    | Cabo Frio                   | 0,716 | 0,792 |
| RJ    | Cachoeiras de Macacu        | 0,664 | 0,752 |
| RJ    | Cambuci                     | 0,654 | 0,733 |
| RJ    | Campos dos Goytacazes       | 0,684 | 0,752 |
| RJ    | Cantagalo                   | 0,677 | 0,779 |
| RJ    | Carapebus                   | 0,649 | 0,740 |
| RJ    | Cardoso Moreira             | 0,584 | 0,706 |
| RJ    | Carmo                       | 0,667 | 0,763 |
| RJ    | Casimiro de Abreu           | 0,693 | 0,781 |
| RJ    | Comendador Levy Gasparian   | 0,692 | 0,753 |
| RJ    | Conceição de Macabu         | 0,670 | 0,738 |
| RJ    | Cordeiro                    | 0,712 | 0,789 |
| RJ    | Duas Barras                 | 0,609 | 0,712 |
| RJ    | Duque de Caxias             | 0,700 | 0,753 |
| RJ    | Engenheiro Paulo de Frontin | 0,690 | 0,753 |
| RJ    | Guapimirim                  | 0,639 | 0,739 |
| RJ    | Iguaba Grande               | 0,708 | 0,796 |
| RJ    | Itaboraí                    | 0,657 | 0,737 |
| RJ    | Itaguaí                     | 0,687 | 0,768 |
| RJ    | Italva                      | 0,659 | 0,724 |
| RJ    | Itaocara                    | 0,681 | 0,771 |
| RJ    | Itaperuna                   | 0,708 | 0,787 |
| RJ    | Itatiaia                    | 0,749 | 0,800 |
| RJ    | Japeri                      | 0,643 | 0,724 |

|           |                             |              |              |
|-----------|-----------------------------|--------------|--------------|
| RJ        | Laje do Muriaé              | 0,625        | 0,710        |
| RJ        | Macaé                       | 0,730        | 0,790        |
| RJ        | Macuco                      | 0,671        | 0,769        |
| RJ        | Magé                        | 0,663        | 0,746        |
| RJ        | Mangaratiba                 | 0,706        | 0,790        |
| RJ        | Maricá                      | 0,721        | 0,786        |
| RJ        | Mendes                      | 0,694        | 0,775        |
| RJ        | Mesquita                    |              |              |
| RJ        | Miguel Pereira              | 0,703        | 0,777        |
| RJ        | Miracema                    | 0,669        | 0,733        |
| RJ        | Natividade                  | 0,658        | 0,736        |
| RJ        | Nilópolis                   | 0,743        | 0,788        |
| <b>RJ</b> | <b>Niterói</b>              | <b>0,817</b> | <b>0,886</b> |
| RJ        | Nova Friburgo               | 0,735        | 0,810        |
| RJ        | Nova Iguaçu                 | 0,707        | 0,762        |
| RJ        | Paracambi                   | 0,681        | 0,771        |
| RJ        | Paraíba do Sul              | 0,720        | 0,771        |
| RJ        | Parati                      | 0,714        | 0,777        |
| RJ        | Paty do Alferes             | 0,637        | 0,718        |
| RJ        | Petrópolis                  | 0,751        | 0,804        |
| RJ        | Pinheiral                   | 0,727        | 0,796        |
| RJ        | Piraí                       | 0,710        | 0,776        |
| RJ        | Porciúncula                 | 0,646        | 0,730        |
| RJ        | Porto Real                  | 0,677        | 0,743        |
| RJ        | Quatis                      | 0,700        | 0,791        |
| RJ        | Queimados                   | 0,661        | 0,732        |
| RJ        | Quissamã                    | 0,641        | 0,732        |
| RJ        | Resende                     | 0,753        | 0,809        |
| RJ        | Rio Bonito                  | 0,694        | 0,772        |
| RJ        | Rio Claro                   | 0,671        | 0,737        |
| RJ        | Rio das Flores              | 0,678        | 0,739        |
| RJ        | Rio das Ostras              | 0,681        | 0,775        |
| <b>RJ</b> | <b>Rio de Janeiro</b>       | <b>0,798</b> | <b>0,842</b> |
| RJ        | Santa Maria Madalena        | 0,664        | 0,734        |
| RJ        | Santo Antônio de Pádua      | 0,694        | 0,754        |
| RJ        | São Fidélis                 | 0,671        | 0,741        |
| RJ        | São Francisco de Itabapoana | 0,584        | 0,688        |
| RJ        | São Gonçalo                 | 0,725        | 0,782        |
| RJ        | São João da Barra           | 0,684        | 0,723        |
| RJ        | São João de Meriti          | 0,707        | 0,774        |
| RJ        | São João Marcos             |              |              |
| RJ        | São José de Ubá             | 0,637        | 0,718        |

|    |                               |       |       |
|----|-------------------------------|-------|-------|
| RJ | São José do Vale do Rio Preto | 0,651 | 0,720 |
| RJ | São Pedro da Aldeia           | 0,695 | 0,780 |
| RJ | São Sebastião do Alto         | 0,643 | 0,723 |
| RJ | São Sebastião do Parahyba     |       |       |
| RJ | Sapucaia                      | 0,671 | 0,742 |
| RJ | Saquarema                     | 0,678 | 0,762 |
| RJ | Seropédica                    | 0,688 | 0,759 |
| RJ | Silva Jardim                  | 0,628 | 0,731 |
| RJ | Sumidouro                     | 0,617 | 0,712 |
| RJ | Tanguá                        | 0,625 | 0,722 |
| RJ | Teresópolis                   | 0,700 | 0,790 |
| RJ | Trajano de Moraes             | 0,648 | 0,723 |
| RJ | Três Rios                     | 0,725 | 0,782 |
| RJ | Valença                       | 0,723 | 0,776 |
| RJ | Varre-Sai                     | 0,600 | 0,679 |
| RJ | Vassouras                     | 0,678 | 0,781 |
| RJ | Volta Redonda                 | 0,769 | 0,815 |

Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/> (Acesso em 7/1/2013)

**Tabela 2:** População residente, número de domicílios particulares ocupados e média de moradores em domicílios particulares ocupados, segundo APs e RAs - Município do Rio de Janeiro – 2010

Armazém de Dados

| Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas | População residente | Domicílios particulares ocupados | Média de moradores em domicílios particulares ocupados |
|---|---------------------|----------------------------------|--|
| <b>Total</b>                                    | <b>6 320 446</b>    | <b>2 146 340</b>                 | <b>2,94</b>  |
| <b>Área de Planejamento 1</b>                   | <b>297 976</b>      | <b>105 103</b>                   | <b>2,84</b>  |
| I Portuária                                     | 48 664              | 15 771                           | 3,07   |
| II Centro                                       | 41 142              | 19 655                           | 2,08   |
| III Rio Comprido                                | 78 975              | 26 169                           | 2,99   |
| VII São Cristóvão                               | 84 908              | 26 906                           | 3,03   |
| XXI Ilha de Paquetá                             | 3 361               | 1 253                            | 2,68   |
| XXIII Santa Teresa                              | 40 926              | 15 349                           | 2,65   |
| <b>Área de Planejamento 2</b>                   | <b>1 009 170</b>    | <b>404 417</b>                   | <b>2,50</b>  |
| IV Botafogo                                     | 239 729             | 102 618                          | 2,33   |
| V Copacabana                                    | 161 191             | 72 293                           | 2,23   |

|                               |                  |                |             |
|-------------------------------|------------------|----------------|-------------|
| VI Lagoa                      | 167 774          | 67 914         | 2,46        |
| VIII Tijuca                   | 181 810          | 68 332         | 2,65        |
| IX Vila Isabel                | 189 310          | 69 856         | 2,7         |
| XXVII Rocinha                 | 69 356           | 23 404         | 2,96        |
| <b>Área de Planejamento 3</b> | <b>2 398 572</b> | <b>792 802</b> | <b>3,03</b> |
| X Ramos                       | 153 177          | 51 236         | 2,98        |
| XI Penha                      | 185 716          | 58 619         | 3,17        |
| XII Inhaúma                   | 134 349          | 44 974         | 2,99        |
| XIII Méier                    | 397 782          | 137 616        | 2,88        |
| XIV Irajá                     | 202 952          | 69 121         | 2,94        |
| XV Madureira                  | 371 968          | 124 482        | 2,99        |
| XX Ilha do Governador         | 212 574          | 71 786         | 2,95        |
| XXII Anchieta                 | 158 318          | 51 739         | 3,06        |
| XXV Pavuna                    | 208 813          | 66 424         | 3,14        |
| XXVIII Jacarezinho            | 37 839           | 11 368         | 3,33        |
| XXIX Complexo do Alemão       | 69 143           | 21 048         | 3,29        |
| XXX Maré                      | 129 770          | 41 750         | 3,11        |
| XXXI Vigário Geral            | 136 171          | 42 639         | 3,19        |
| <b>Área de Planejamento 4</b> | <b>909 955</b>   | <b>309 412</b> | <b>2,94</b> |
| XVI Jacarepaguá               | 572 617          | 191 859        | 2,97        |
| XXIV Barra da Tijuca          | 300 823          | 106 162        | 2,83        |
| XXXIV Cidade de Deus          | 36 515           | 11 391         | 3,21        |
| <b>Área de Planejamento 5</b> | <b>1 704 773</b> | <b>534 606</b> | <b>3,19</b> |
| XVII Bangu                    | 428 035          | 132 862        | 3,11        |
| XVIII Campo Grande            | 542 084          | 171 797        | 3,15        |
| XIX Santa Cruz                | 368 534          | 112 689        | 3,26        |
| XXVI Guaratiba                | 123 114          | 37 699         | 3,26        |
| XXXIII Realengo               | 243 006          | 79 559         | 3,05        |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

**Tabela 3:** Densidade demográfica dos bairros da Zona Portuária do Rio de Janeiro

|           |                | População | Razão de sexo | Densidade demográfica (habitante/km <sup>2</sup> ) |
|-----------|----------------|-----------|---------------|--|
| UF        | Rio de Janeiro | 15989929  | 91.17         | 328.03   |
| Município | Rio de Janeiro | 6320446   | 88.07         | 5265.81  |
| Distrito  | PORTUÁRIA      | 48664     | 92.89         | 6673.76*   |
| Bairro    | Santo Cristo   | 12330     | 90.19         | 8193.1*  |
| Bairro    | Saúde          | 2749      | 101.98        | 8865.65*   |
| Bairro    | Gamboa         | 1310      | 96.23         | 12812.73*  |
| Bairro    | Caju           | 20477     | 91.28         | 4597.65  |
| Distrito  | CENTRO         | 41142     | 88.27         | 7803.63*   |

Fonte: Adaptado de <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>

## ANEXO 4

### Resultados da Escola Vizinha Faladeira:

1934 - 4ª no Grupo 1  
Malandro Regenerado

1935 - 4ª no Grupo 1  
Samba na Primavera

1936 - 6ª no Grupo 1  
Ascensão do Samba na Alta Sociedade

1937 - 1ª no Grupo 1  
Uma só Bandeira

1939 - desclassificada no Grupo 1  
Branca de Neve e os Sete Anões

1990 - 1ª no Grupo SS  
Clara Nunes, o Canto de um Povo

1991 - 4ª no Grupo C  
Eu Sou o Samba

1992 - 1ª no Grupo C  
Quem é do Mar não Enjoa  
Jorge Nova

1993 - 10ª no Grupo B  
Um Ser Criança

1994 - 2ª no Grupo B  
Sou Rei, sou Rainha na Corte da Vizinha  
Paulo Barros e Henrique Celibe

1995 - 6ª no Grupo A  
O Relicário do Samba  
Paulo Barros e Henrique Celibe

1996 - 4ª no Grupo A  
Elba Popular Brasileira  
Jorge Nova

1997 - 10ª no Grupo A  
Lan, a Cara Alegre e Colorida do Rio  
Sílvio Cunha

1998 - 7ª no Grupo B  
Cem Anos de Existência, Tome Providência

Julio Mattos

1999 - 10ª no Grupo B

Sou Vizinha Delirando a Passarela, é Paulínia na Sapucaí  
Guina Nascimento e Carlos Mazzarella

2000 - 4ª no Grupo C

Mata Atlântica, SOS nos 500 Anos do Brasil  
Comissão de Carnaval

2001 - 10ª no Grupo B

Uarará, o Fruto da Vida  
Comissão de Carnaval

2002 - 5ª no Grupo B

Nem Tudo que Reluz é Ouro  
Paulo Barros

2003 - 7ª no Grupo B

Todo Mundo tem Família – A História é a Mesma, só Muda o Endereço  
Lilian Rabello

2004 - 1ª no Grupo B

A Bela Adormecida  
Flavinho Policarpo

2005 - 7ª no Grupo A

222 Gil, o Expresso da Cultura do Brasil  
Antônio Sérgio

2006 - 9ª no Grupo A

Adorável Loucura na Cidade do Encantamento  
Severo Luzardo Filho

2007 - 5ª no Grupo B

Oduduya - a volta ao templo da criação  
Jorge Caribé

2008 - 13ª no Grupo B

Vizinha Faladeira no Brasil das Maravilhas  
Laerte Gullini

2009 - 6ª no Grupo C

A Luz da Vida Jamais se Extinguirá  
Antônio Carlos Cerezzo

.

2010 - 5ª no Grupo C

Uma fantástica viagem no mundo do pirlimpimpim  
Orlando Júnior

.

2011 - 16ª no Grupo C  
Vizinha Faladeira dá as Cartas  
Jorge Castro

·  
2012 - 12ª no Grupo D  
A essência da vida... O progresso social sob a liberdade e a igualdade  
Newton Ribeiro e Carlos Cavalliere

Fonte: <http://www.sambariocarnaval.com/index.php?sambando=vizinha>